



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA – CAMPUS ALTAMIRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IGOR RENAN ARAUJO OLIVEIRA

**A VIOLÊNCIA HOMICIDA NO ESPAÇO URBANO DE ALTAMIRA: O
FATOR BELO MONTE E A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS**

ALTAMIRA, PARÁ

2022

IGOR RENAN ARAUJO OLIVEIRA

**A VIOLÊNCIA HOMICIDA NO ESPAÇO URBANO DE ALTAMIRA-
PA: O FATOR BELO MONTE E A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Herrera

ALTAMIRA, PARÁ

2022

IGOR RENAN ARAUJO OLIVEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio Herrera (Orientador – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

Prof. Dr. Wellington de Pinho Alvarez (Examinador Externo – FACGEO/UFPA)

Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira (Examinador Externo – CEAM/UNB/PPGDDA/UFPA)

DATA: ___ / ___ / ___

ALTAMIRA, PARÁ

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48v Oliveira, Igor Renan Araujo Oliveira.
A VIOLÊNCIA HOMICIDA NO ESPAÇO URBANO DE
ALTAMIRA: O FATOR BELO MONTE E A CARTOGRAFIA
DOS HOMICÍDIOS / Igor Renan Araujo Oliveira Oliveira. — 2022.
300 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Herrera Herrera
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Antropologia, Belém, 2022.

1. Violência Urbana. 2. Criminalidade. 3. Altamira. 4.
Belo Monte. 5. Espaço Urbano. I. Título.

CDD 526

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho in memoriam de Magid Mauad e Ruan Silva.

Amigos geógrafos, que se foram tão cedo

Vocês não serão esquecidos!

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pelas misericórdias que o Senhor tem conosco a cada amanhecer, por ser a minha Rocha e Fortaleza todos os dias da minha vida, por estar ao meu lado nos momentos de crises, ansiedades e angustias, nas alegrias e nas tristezas, obrigado Senhor, Deus eterno e inabalável, por me capacitar, é tudo para Tua honra e Glória.
- Um agradecimento especial para a minha família, em especial a minha mãe Elinidete e ao meu padrasto Fausto Pereira, aos meus irmãos Hugo, Ivens e Felipe por estarem sempre do meu lado, sem o apoio de vocês eu não teria chegado até a conclusão deste trabalho, amo vocês.
- A minha amada namorada Talyta Ayres, que segurou a barra comigo, me apoiando e dando forças para não desistir no momento mais conturbado da minha vida, eu te amo.
- Um agradecimento especial a minha tia de coração Denilda Araújo, e aos seus filhos que são meus irmãos também, Leandro e Luan, o meu muito obrigado por todo o apoio e amor.
- Agradeço aos meus amigos do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UEPA, Emerson, Alberdan, Maysa, Dennif e Renato, pelo incentivo e apoio nos trabalhos do curso quando não pude ajuda-los, por estar desenvolvendo esta pesquisa, obrigado meus amigos.
- Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. José Antônio Herrera por todo o apoio, todas as conversas e contribuições durante a graduação, e, durante a pós-graduação na realização deste trabalho.
- Gostaria de agradecer aos professores da UEPA por todos os momentos que tive que me ausentar das atividades do curso, obrigado pela paciência e pelo apoio.
- Um agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPA), e aos professores, por me permitir ter a chance de cursar uma pós-graduação em um programa de muita qualidade profissional e intelectual.
- Um agradecimento muito especial aos meus amigos, Alexandre Xana, Claudiane, Jane e Meyjael, e ao saudoso amigo Ruan Silva, meu amigo engenheiro que se tornou geógrafo, obrigado pelas conversas, pelos momentos de desabafos e pelo incentivo incondicional, obrigados meus amigos, obrigado Ruan.
- A todos os meus colegas da turma de Mestrado e Doutorado, aos professores do programa que contribuíram para a realização deste trabalho.
- A todos que durante a construção deste trabalho, contribuíram de forma indireta e direta, e que me ajudaram a concluir o Mestrado, o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

*E sobre a violência,
Que você fingiu não ver, e agora explode,
Agora atinge a sua vida
E eu só vejo muros a crescer.
(Dead Fish – Sobre a Violência)*

RESUMO

Durante a construção e conclusão da UHE Belo Monte, no período dos anos de 2010 a 2020, a cidade de Altamira vivenciou um aumento exponencial dos índices relacionados a violência e a criminalidade, chegando a patamares alarmantes, fruto dos problemas decorrentes da obra na região. Esse aumento da violência e criminalidade se propagou com força em todos os sentidos no espaço urbano de Altamira, atingindo, sobretudo a população impactada diretamente pela obra e a juventude local. De todos os crimes que tiveram seu crescimento alavancado, o homicídio é o que mais chama a atenção nesse período, pois ele é a face mais dramática da violência urbana, percebe-se então que este tipo de crime, ganha forças de se reproduzir com mais intensidade, a partir do momento que a obra da UHE Belo Monte começa a ser construída.

Assim, dos 11 municípios afetados pela construção da usina, a cidade de Altamira por ser o centro dessa região e concentrar os maiores números de serviços, foi a cidade mais impactada por Belo Monte. Desta forma, este presente trabalho nasce com o intuito de se lançar ao desafio de discutir e analisar mais profundamente os fenômenos de violência e criminalidade, usando Belo Monte como evento catalisador de velhos e novos problemas no espaço urbano, contribuindo assim na produção de conhecimento, aos estudos da violência e criminalidade neste município, a luz da Geografia, possibilitando uma compreensão do fenômeno, da sua dimensão, e intensidade. Baseado nessas premissas, o objetivo geral dessa dissertação, consiste em analisar e compreender a dinâmica espacial da violência e criminalidade em Altamira, quais as suas causas, e implicações no espaço urbano tendo como fator catalisador desses problemas a construção da UHE Belo Monte e a sua relação com os indicadores de violência.

Palavras-chave: Violência Urbana, Criminalidade, Altamira; Belo Monte. Espaço Urbano.

ABSTRACT

During the construction and completion of the UHE Belo Monte from 2010 to 2020, the city of Altamira experienced an exponential increase in rates related to violence and crime, reaching alarming levels as a result of the problems arising from the project in the region. This increase in violence and crime spread with force in all directions in the urban space of Altamira, affecting especially the population directly impacted by the project and the local youth. Of all the crimes that had their growth leveraged, homicide is the one that draws most attention in this period, because it is the most dramatic face of urban violence, it can be seen then that this type of crime gains strength to be reproduced with more intensity from the moment that the works of the UHE Belo Monte begin to be built. Thus, of the 11 municipalities affected by the construction of the plant, the city of Altamira, being the center of this region and concentrating the largest number of services, was the city most impacted by Belo Monte. In this way, this work is born with the intention of launching itself to the challenge of discussing and analyzing more deeply the phenomena of violence and criminality, using Belo Monte as a catalyst event of old and new problems in urban space, thus contributing to the production of knowledge, to the studies of violence and criminality in this municipality, in the light of Geography, enabling an understanding of the phenomenon, of its dimension and intensity. Based on these premises, the general objective of this dissertation is to analyze and understand the spatial dynamics of violence and criminality in Altamira, what are its causes and implications in urban space, having as a catalyst of these problems the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant and its relationship with the indicators of violence.

Keywords: Urban Violence, Crime, Altamira; Belo Monte, Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da área urbana do município de Altamira	29
Figura 2: Mapa de evolução do perímetro urbano de Altamira de 2010 a 2015 (vigente).....	45
Figura 3: Mapa dos loteamentos, reassentamentos, residenciais e condomínios em Altamira	46
Figura 4: Mapa da área do Centro Urbano atingida pela cota 100 da UHE Belo Monte.....	51
Figura 5: Mapa com as taxas de Homicídios por 100 mil habitantes por Região, 2007 – 2017.	107
Figura 6: Mapa com a taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Estado, 2007 – 2017.	110
Figura 7: Mapa com a taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Município, 2007 – 2017	113
Figura 8: Mapa do total de homicídios ocorridos no Pará em 2010.....	125
Figura 9: Mapa da taxa de homicídios no Pará em 2010.	126
Figura 10: Mapa do total de homicídios ocorridos no Pará em 2017.....	129
Figura 11: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes em 2017 no Pará.....	130
Figura 12: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes por região em 2010 ...	131
Figura 13: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes por região em 2017 ...	132
Figura 14: Zona urbana de Altamira em relação a UHE Belo Monte	135
Figura 15: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Pará em 2010	142
Figura 16: Mapa da Evolução do perímetro urbano de Altamira.....	147
Figura 17: Mapa com a localização dos loteamentos, reassentamentos urbanos e residenciais em Altamira	148
Figura 18: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2010	174
Figura 19: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2011	180
Figura 20: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2012	186
Figura 21: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2013	192
Figura 22: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2014	198
Figura 23: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2015	205

Figura 24: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2016	212
Figura 25: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2017	221
Figura 26: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2018	229
Figura 27: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2019	242
Figura 28: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2020	255
Figura 29: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira-PA, entre os anos de 2010 a 2020.....	268

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Registro de Homicídios no Brasil de 1979 a 2020.....	102
Tabela 2: Incremento dos homicídios por décadas.....	103
Tabela 3: Evolução da taxas de homicídios para cada 100 mil habitantes por Região, 1997/2007.....	104
Tabela 4: Evolução das taxas de homicídios para cada 100 mil habitantes por Região, 2007/2017.....	104
Tabela 5: Taxa de homicídios em 2017.....	108
Tabela 6: Taxa de homicídios em 1980.....	108
Tabela 7: Taxa de homicídios em 2000.....	108
Tabela 8: Municípios mais violentos do Brasil em 2017.....	113
Tabela 9: Taxa de homicídios nas Capitais - 2017.....	116
Tabela 10: Taxa de homicídios nos municípios com mais de 100 mil habitantes - 2017.....	116
Tabela 11: Total de homicídios para os estados da região Norte.....	119
Tabela 12: Participação do Pará nos homicídios do Brasil em 2017.....	121
Tabela 13: Participação do Pará nos homicídios do Brasil em 2010.....	121
Tabela 14: Total de homicídios ocorridos em 2010 no Pará.....	123
Tabela 15: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2010 no Pará.....	124
Tabela 16: Total de homicídios ocorridos em 2010 no Pará.....	127
Tabela 17: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2017 no Pará.....	128
Tabela 18: Taxa média de homicídios por região e percentual de crescimento das taxas de homicídios.....	133
Tabela 19: Total e Taxa de homicídios em 2010 - Brasil, Pará, Altamira - IPEA.....	137
Tabela 20: Taxas de Homicídios anteriores a construção da UHE Belo Monte em Altamira – 2005 a 2010.....	137
Tabela 21: Crescimento da Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2010 ..	139
Tabela 22: Total de homicídios cometidos em Altamira, no Pará e no Brasil.....	154
Tabela 23: Crescimento da taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil.....	157
Tabela 24: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2012.....	185
Tabela 25: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2013.....	191
Tabela 26: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2014.....	196
Tabela 27: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2015.....	203
Tabela 28: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2016.....	211

Tabela 29: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2016	210
Tabela 30: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2018.....	288
Tabela 31: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2019.....	242
Tabela 32: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2020	240

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Registro Histórico de Homicídios no Brasil – 1979 a 2020.....	100
Gráfico 2: Taxa de Homicídios no Brasil e Regiões - 1997/2007	106
Gráfico 3: Taxa de Homicídios no Brasil e Regiões - 2007/2017	106
Gráfico 4: Principais grupos atingidos pelo o homicídio no Brasil segundo Feltran (2019) .	111
Gráfico 5: Número e taxa de homicídios (2007-2017).....	114
Gráfico 6: Evolução do número e taxa de homicídios (2007-2017).....	115
Gráfico 7: Homicídios acumulados para a região Norte – 2010 a 2017.....	119
Gráfico 8: Incremento de homicídios região Norte – 2010 a 2017	120
Gráfico 9: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Unidade Federativa (2010-2017)	122
Gráfico 10: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Pará (2010-2017)	122
Gráfico 11: Taxas médias de homicídios entre 2010 a 2017 das regiões paraense.....	133
Gráfico 12: Total de homicídios cometidos em Altamira - 2000 a 2010	138
Gráfico 13: Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2010	138
Gráfico 14: Crescimento percentual das taxas de homicídios de Altamira – 2000 a 2010	139
Gráfico 15: População estimada entre 2010 e 2020 em Altamira pela Norte Energia.....	144
Gráfico 16: Histograma demanda de mão de obra por ano	149
Gráfico 17: Total de incidência de crimes de 2010 a 2019 em Altamira	150
Gráfico 18: Total de ocorrências registradas em Altamira de 2010 a 2019	151
Gráfico 19: Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2010	155
Gráfico 20: Total de homicídios cometidos entre 2000 a 2010 e 2010 a 2019 em Altamira .	156
Gráfico 21: Total de homicídios cometidos entre 2010 a 2019 em Altamira.....	156
Gráfico 22: Crescimento percentual das taxas de homicídios de Altamira – 2010 a 2019	157
Gráfico 23: Relação entre aumento da população x aumento dos homicídios	158
Gráfico 24: Demanda de mão-de-obra por ano	160
Gráfico 25: Relação entre desmobilização x aumento dos homicídios.....	160
Gráfico 26: Evolução dos empregos em Altamira.....	161
Gráfico 27: Total de apreensões de drogas em Altamira 2010 a 2021	164
Gráfico 28: Relação do aumento da população x apreensões de drogas em Altamira	165
Gráfico 29: Linha do tempo das taxas de homicídios em Altamira entre 2010 a 2019.....	168
Gráfico 30: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2010	175
Gráfico 31: Sexo das vítimas de homicídios em 2010	176

Gráfico 32: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2010.....	176
Gráfico 33: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2010.....	177
Gráfico 34: Locais de ocorrências do crime de homicídio em 2010 em Altamira.....	177
Gráfico 35: Total de homicídios cometidos e Taxa de homicídios entre 2010 a 2011	179
Gráfico 36: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2011	181
Gráfico 37: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2011	182
Gráfico 38: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2011.....	182
Gráfico 39: Sexo das vítimas de homicídios em 2011	183
Gráfico 40: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2012	187
Gráfico 41: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2012.....	188
Gráfico 42: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2012	188
Gráfico 43: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2012.....	189
Gráfico 44: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2012	189
Gráfico 45: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2013.....	191
Gráfico 46: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2013	193
Gráfico 47: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2013	194
Gráfico 48: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2013.....	194
Gráfico 49: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2013	195
Gráfico 50: Locais de ocorrências do crime de homicídio em 2013 em Altamira.....	195
Gráfico 51: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2014.....	197
Gráfico 52: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2014	199
Gráfico 53: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2014.....	200
Gráfico 54: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2014.....	201
Gráfico 55: Locais de ocorrências do crime de homicídios em Altamira em 2014	201
Gráfico 56: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2014.....	202
Gráfico 57: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2014	202
Gráfico 58: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2015.....	204
Gráfico 59: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2015	206
Gráfico 60: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2015.....	206
Gráfico 61: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2015.....	207
Gráfico 62: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2015	208
Gráfico 63: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2015	208
Gráfico 64: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2015.....	209
Gráfico 65: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2015.....	209

Gráfico 66: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2016.....	211
Gráfico 67: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2016.....	213
Gráfico 68: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2016.....	214
Gráfico 69: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2016.....	214
Gráfico 70: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2016.....	215
Gráfico 71: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2016.....	215
Gráfico 72: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2016.....	216
Gráfico 73: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2016.....	216
Gráfico 74: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2016.....	217
Gráfico 75: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2017.....	219
Gráfico 76: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2017.....	222
Gráfico 77: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2017.....	223
Gráfico 78: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2017.....	223
Gráfico 79: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2017.....	224
Gráfico 80: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2017.....	225
Gráfico 81: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2017.....	225
Gráfico 82: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2017.....	226
Gráfico 83: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2017.....	226
Gráfico 84: Total de homicídios cometidos e Taxa de homicídios entre 2010 a 2018.....	228
Gráfico 85: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2018.....	230
Gráfico 86: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2018.....	231
Gráfico 87: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2018.....	231
Gráfico 88: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2018.....	232
Gráfico 89: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2018.....	232
Gráfico 90: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2018.....	233
Gráfico 91: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2018.....	233
Gráfico 92: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2018.....	234
Gráfico 93: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2018.....	234
Gráfico 94: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2018.....	235
Gráfico 95: Total de homicídios cometidos e taxa de homicídios entre 2010 a 2019.....	241
Gráfico 96: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2019.....	243
Gráfico 97: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2019.....	244
Gráfico 98: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2019.....	244
Gráfico 99: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2019.....	245

Gráfico 100: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2019	245
Gráfico 101: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2019.....	246
Gráfico 102: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2019	246
Gráfico 103: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2019	247
Gráfico 104: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2019.....	248
Gráfico 105: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2019.....	248
Gráfico 106: Total de homicídios cometidos e taxa de homicídios entre 2010 a 2020.....	253
Gráfico 107: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2020.....	256
Gráfico 108: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2020	257
Gráfico 109: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2020.....	257
Gráfico 110: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2020	258
Gráfico 111: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2020	259
Gráfico 112: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2020.....	259
Gráfico 113: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2020	260
Gráfico 114: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2020	260
Gráfico 115: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2020.....	261
Gráfico 116: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2020.....	262
Gráfico 117: Total de homicídios cometidos de 2010 a 2020 em Altamira por bairro.....	265
Gráfico 118: Média de idade das vítimas de homicídios por ano em Altamira de 2010 a 2020	272
Gráfico 119: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira - 2018 a 2020	272
Gráfico 120: Quantidade total de vítimas de homicídios por sexo em Altamira - 2010 a 2020	273
Gráfico 121: Cor das vítimas de homicídios em Altamira – 2016 a 2020	273
Gráfico 122: Quantidade total dos autores de homicídios por sexo em Altamira - 2015 a 2020	274
Gráfico 123: Escolaridade dos autores de homicídios em Altamira – 2018 a 2020.....	274
Gráfico 124: Tipos de armas e meios usados nos homicídios em Altamira - 2014 a 2020....	275
Gráfico 125: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira - 2010 a 2020.....	276
Gráfico 126: Total de homicídios registrados por mês em Altamira entre os anos de 2010 a 2020	277
Gráfico 127: Total de homicídios registrados por dia da semana em altamira entre os anos de 2010 a 2020	278

LISTA DE SIGLAS

BD	Banco de Dados
BINFO	Boletim de Informação de Ocorrência
BO	Boletim de Ocorrência
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA	Comando Classe A
CCBM	Consórcio Construtor Belo Monte
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRRALT	Centro de Recuperação Regional de Altamira
CTALT	Centro de Triagem de Altamira
CV	Comando Vermelho
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ENANPEGE	Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LP	Licença Prévia
MPF	Ministério Público Federal
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programam de Aceleração do Crescimento
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCC	Primeiro Comando da Capital
PMPA	Polícia Militar do Pará
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SEGUP-PA	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

SIAC	Secretaria de Inteligência e Análise Criminal
SIM-MS	Sistema de Informação de Mortalidade – Ministério da Saúde
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UHE BELO MONTE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
METODOLOGIA	27
A cidade de Altamira – Locus da Pesquisa	28
Procedimentos Metodológicos	30
CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA E O CRIME: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AOS ESTUDOS DA CRIMINALIDADE. E AS MULTIPLAS VIOLÊNCIAS E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO URBANO - CRIME E CRIMINALIDADE	33
1.1. Espaço e Território, categorias geográficas importantes aos estudos da violência e criminalidade	43
1.1.1. O Conceito Geográfico de Espaço na perspectiva dos estudos de violência urbana .	49
1.1.2. O Conceito de Território na perspectiva dos estudos de violência urbana	59
1.2. Os reflexos das múltiplas violências no espaço urbano – violência, crime e criminalidade	69
1.2.1. Violência urbana e suas representações espaciais na configuração da cidade	78
1.2.2. O crime como uma ação de contradição em relação as leis penais vigentes	87
1.2.3. Criminalidade como fruto da amplificação das intensidades de crimes no espaço urbano.....	94
CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NO BRASIL, E NO ESTADO DO PARÁ: 2007 A 2017, A DÉCADA MAIS VIOLENTA	99
2.1. O Estado do Pará no contexto da violência e da criminalidade.....	120
CAPÍTULO 3 – O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA VIOLÊNCIA EM ALTAMIRA NOS ANOS DE CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE	135

3.1. Altamira antes da construção da UHE Belo Monte e o contexto dos registros de violência na cidade	135
3.1.2. A construção da UHE Belo Monte e os seus impactos na zona urbana de Altamira ...	143
3.2. A construção da UHE Belo Monte, e a escalada da violência em Altamira	153

CAPÍTULO 4 – GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE APOIO AS ANÁLISES ESPACIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE, E A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA 172

4.1.1. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2010	173
4.1.2. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2011	178
4.1.3. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2012	184
4.1.4. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2013	190
4.1.5. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2014	196
4.1.6. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2015	203
4.1.7. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2016	210
4.1.8. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2017	218
4.1.9. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2018	227
4.1.10. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2019	236
4.1.11. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2020	251
4.1.12. Números da violência acumulada em Altamira entre os anos de 2010 a 2020	264

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 279

BIBLIOGRAFIA 282

INTRODUÇÃO

Altamira vivenciou nos últimos anos a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, uma explosão dos índices relacionados a violência e a criminalidade, chegando a patamares alarmantes. Essa explosão de violências e criminalidades se propagaram com força em todos os sentidos, atingindo todas as camadas sociais de Altamira, sobretudo, as populações tradicionais e os atingidos diretamente pela construção da obra, como moradores das zonas periféricas da cidade e a juventude local.

Observamos que a construção dessas grandes obras na Amazônia por parte do Governo Federal, desencadeiam inúmeros impactos nas regiões aonde estes empreendimentos são instalados, alterando as estruturas que subsistem nestes locais, provocando uma mudança nas estruturas econômicas, ambientais e sociais, além de alterar o modo de vida, a produção e reprodução das comunidades e dos indivíduos que são diretamente e indiretamente afetados por estas grandes obras. No contexto de Altamira, Herrera e Moreira (2015, p.50) destacam que a “cidade de Altamira, majoritariamente, agrupa as consequências da construção da UHE Belo Monte, dentre essas consequências destacam-se o medo, a insegurança pública e as múltiplas rupturas sócio-espaciais”.

A UHE Belo Monte foi projetada para ser a 3ª maior hidrelétrica do mundo, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira, com capacidade instalada de 11.233,1 MW de potência, sua construção foi concebida envolta de polêmicas e protestos, exigiu uma demanda de mão-de-obra de mais de 40 mil trabalhadores, oriundos de várias partes do país, sendo construída e concluída em um tempo de 9 anos (2011/2019). Nesta escala de tempo, a região da obra sofreu com os impactos consequentes desse tipo de empreendimento, principalmente com os problemas relacionados ao crescimento da violência na região.

Nascimento et.al (2015) colocam, que apenas a produção do Licenciamento Ambiental de Belo Monte, já pode ser considerada como uma ação violenta, não aquela violência impetrada de forma física, mas uma violência simbólica, sobretudo no modo como os processos de licenciamento da obra aconteceram, na velocidade como ocorreram, rejeitando estudos dos especialistas, atestando que a obra seria inviável em vários aspectos, e os impactos que foram negligenciados por parte do Governo Federal e do consórcio construtor da obra.

Nascimento et. al. (2015, p.8, grifo nosso) discorre sobre esse contexto:

É importante frisar que muitos dos problemas que observamos hoje na região do Médio Xingu por conta de Belo Monte se devem ao fato de que inúmeras exigências legais e condicionantes que foram sumariamente descumpridas no processo de licenciamento ambiental. As obras de engenharia estão aceleradas, mas as medidas de prevenção e mitigação previstas não caminharam com a mesma velocidade, provocando uma situação de caos em alguns setores como saúde, saneamento e **segurança pública**.

Dos 11 municípios afetados pela construção da usina e que compõem as Áreas Diretamente/Indiretamente Afetadas (ADA e AID), a cidade de Altamira por ser o centro dessa região e concentrar os maiores números de serviços, nesse contexto, foi a cidade mais impactada por Belo Monte (MIRANDA NETO, 2017). Miranda Neto (2019) comenta ainda que, desde a emissão da Licença de Instalação da UHE Belo Monte no ano de 2011 (LI Nº 795/2011), percebe-se uma dinâmica social diferenciada, sobretudo marcada pela produção de novas formas espaciais e novas relações que envolvem a cidade e a rede urbana.

Constata-se ainda que, desde a emissão da Licença de Instalação-LI, a cidade de Altamira presenciou os seus índices de violência dispararem de forma vertiginosa, principalmente no crime que Beato (2012) discursa ser, aquele que representa a face mais dramática da violência urbana, o homicídio. Desse modo, a escalada da violência em Altamira encontrou força naquilo que chamaremos de “fator Belo Monte”.

Ainda no decorrer dos anos iniciais da obra em Altamira, verifica-se que tal mudança ocorrida em curto período, modificou de forma profunda as relações sociais cultivadas pelos moradores de Altamira, confirmando assim como Reis e Souza (2015) explanam, que estes grandes projetos preconizam uma costumeira falta de preocupação com a população local, sobretudo, com suas consequências sociais.

Por exemplo, na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental - EIA de Belo Monte pela Norte Energia, não se considerou a possibilidade do aumento da violência e da criminalidade, desse modo, o dimensionamento dos problemas relacionados à segurança pública por parte do Estado fora negligenciado, houve então um subdimensionamento das estruturas públicas de segurança que não foram capazes de conter ou amenizar os problemas de segurança pública trago pela obra de Belo Monte.

Por consequência disso, o Serviço Público voltado à Segurança mostrou debilidade, uma vez que não houve ação prévia para atender a nova realidade da cidade, o efetivo policial disponível nos anos iniciais do empreendimento era bem reduzido, em 2014 segundo dados fornecidos pelo 16º Batalhão de Polícia Militar, o efetivo era composto de cerca de 190 policiais, na época, a população estimada de Altamira segundo o IBGE (2010) era de 106.768 habitantes, a ONU promulga que para cada 250 habitantes, haja ao menos 1 policial

disponível, nesse caso nos anos iniciais da obra, o contingente policial apresentava um déficit de soldados. Sobre as políticas de segurança em Altamira, Reis e Souza (2016, p.218-219) apontam que:

No EIA da UHE Belo Monte, não existe a indicação de preocupações relacionadas à possibilidade de agravamento da violência e da criminalidade, consequências óbvias da desorganização social inevitavelmente produzida pela implantação de projetos dessa magnitude devido ao grande fluxo de pessoas que se deslocam de outras regiões para trabalhar na obra. [...] as estratégias para dar conta dessa demanda não foram devidamente equacionadas no caso da UHE Belo Monte, pois a estrutura de serviços públicos municipais e estaduais, principalmente o aparato de segurança pública, permaneceram subdimensionados e incapazes de fazer frente aos novos pleitos decorrentes da implantação do projeto.

Ressaltamos ainda, que as medidas compensatórias conhecidas como condicionantes, relacionadas à segurança, não foram sequer mencionadas nos estudos de impacto da obra, nota-se que as medidas compensatórias foram negociadas com a obra já em andamento em 2011, fora assinado um termo de cooperação técnico-financeiro entre o Governo do Estado do Pará e a concessionária que gerencia a hidrelétrica, Norte Energia, com o intuito de viabilizar a implementação de ações de fortalecimento dos órgãos de combate ao crime e prevenção da violência.

Contudo, apesar dos investimentos feitos no setor da segurança pública, estas medidas não foram capazes de amenizar os impactos de maneira eficaz como atesta Oliveira (2015), assim, os índices de violência seguiram em um crescente ao longo da construção da UHE Belo Monte. A escalada da violência foi tamanha, que a cidade de Altamira passou a encabeçar a lista dos dez municípios mais violentos do país, segundo o Atlas da Violência 2017, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. Altamira neste período ficou conhecida como a cidade mais violenta do Brasil.

De todas as facetas dos crimes que se apresentaram em Altamira desde o início da construção da obra, o destaque fica para o crime violento contra a vida, caracterizado pelo o homicídio, este teve um aumento considerado. Contudo, cabe aqui lembrar, ao olharmos para os registros de ocorrências da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP-PA, constata-se que esse aumento vertiginoso da violência, não fica restrito apenas aos crimes contra vida, verifica-se o crescimento das ocorrências de delitos contra o patrimônio (roubos e furtos), contra a integridade física (lesão corporal), violência no trânsito (acidentes), violência doméstica e familiar (feminicídios e exploração sexual de adolescentes), ameaças de morte, entre outros tipos de ocorrências.

Assim, a violência emergente no espaço urbano de Altamira pode encontrar significados em diversos fatores, para entender estes motivos deve-se considerar algumas variáveis, como por exemplo, a nova reorganização urbana determinada por Belo Monte, ou a conjuntura econômica da cidade, antes, durante e após o empreendimento. Nesse primeiro momento, o que queremos reportar, é, que para entender os fenômenos de violência e criminalidade no espaço urbano, as análises devem levantar variáveis que possam estar relacionados aos problemas, uma vez que estes fenômenos são multifacetados. Sobre isso, Gomes et. al. (2015), complementam que a sua análise exige a conjugação de fatores individuais e sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros.

Assim sendo, é no espaço urbano que toda sorte de violência pode acontecer, a grande maioria dos crimes são inerentes ou pensa-se serem indissociáveis aos conglomerados urbanos, como o roubo e o furto, o homicídio por sua vez, apesar de não acontecer com a mesma intensidade como o roubo e furto, é o crime que evidencia o nível de violência de uma cidade, pois é o crime que mostra a face mais dramática da violência como reporta Beato (2012). Nesse sentido, a cidade reúne condições mais propícias do que o campo para a proliferação da violência, da desordem, da delinquência, da corrupção e da insegurança, ou seja, as várias faces que o crime pode mostrar, encontra na cidade uma grande força. Nesse aspecto Francisco Filho (2004, p.29) na discussão de violência no espaço urbano, diz que a violência encontra no espaço urbano razões para se reproduzir, haja a vista as relações e conflitos existentes no espaço:

“As cidades são os locais onde as paixões humanas afloram em toda a sua intensidade, gerando disputas e conflitos que vão desembocar no oceano comum da violência. [...] Mas em que esta violência se difere de outros tipos de violência? Existe realmente uma violência especificamente urbana? ”.

Félix (2002), corrobora com esta problemática, dizendo que os crimes não ocorrem no vácuo, mas em contextos espaciais concretos, com atributos específicos que controlam a incidência destes, desse modo, entendemos que há sempre um agente causador, há sempre um evento que desencadeie os problemas de violência. No contexto de Altamira, entendemos também que muitos dos crimes que se apresentam no espaço urbano da cidade hoje, vide os registros dos órgãos de segurança pública, já aconteciam antes da obra, porém em uma escala menor, estes registros nos mostram que Altamira já convivia com uma possível “iminência” do aumento gradativo dos seus índices de criminalidade, haja a vista o aumento das taxas criminais nos anos anteriores a construção da obra. Entretanto, destacamos que o evento que

desencadeia o aumento acelerado das taxas criminais e da violência, é a construção da UHE Belo Monte na região.

Deste modo, violência, crime e criminalidade são um conjunto de ações que se manifestam conforme o tempo e o lugar de um determinado espaço, assumindo inúmeras características de acordo com as peculiaridades existentes, pois apresentam caráteres multifacetados. A partir desta análise, o objetivo da pesquisa então consiste em analisar a violência e a criminalidade, a partir da dinâmica espacial da cidade Altamira, condicionada com a construção da UHE Belo Monte. Posto isso, delimitou-se ainda 2 objetivos específicos:

- Identificar fatores ou processos espaciais que influenciaram e influenciam a escalada da criminalidade;
- Identificar como se configura a distribuição geográfica dos crimes de homicídio, geocodificando os registros e elaborando uma cartografia dos homicídios com o intuito de entender os padrões e tendências;

Justifica-se a realização desse trabalho com o intuito de se lançar ao desafio de discutir e analisar mais profundamente os fenômenos de violência e criminalidade, considerando Belo Monte como evento catalisador de velhos e novos problemas no espaço urbano de Altamira, porém, correlacionando a outras variáveis e fatores, dentro do arcabouço teórico-metodológico da ciência geográfica com as contribuições no tocante ao debate da temática. Destaca-se aqui também, a importância da análise cartográfica neste estudo, utilizando as técnicas do Geoprocessamento na espacialização dos registros criminais. Desse modo, contribuindo na produção de conhecimento sobre os estudos da violência e criminalidade na cidade de Altamira, a luz da Geografia, possibilitando uma compreensão do fenômeno, da sua dimensão, e intensidade.

Ressalta-se que as discussões sobre os fenômenos da violência e criminalidade no espaço da cidade, estarão no entorno dos conceitos de espaço, produção do espaço urbano, território, violência e crime, o que permitirá pensar uma análise geográfica da violência e criminalidade em Altamira, e as possíveis causas desse fenômeno.

Em hipótese, a construção da UHE Belo Monte condicionou Altamira a enfrentar problemas de diversas ordens, sobretudo problemas relacionados à segurança pública. O empreendimento reorganizou o espaço urbano, criou-se novos espaços, como loteamentos advindos da especulação imobiliária gerada pelo empreendimento, e novos bairros para atender a população atingida pelo lago da usina, nestes novos espaços é facilmente observado a perda do direito à cidade, longe do centro urbano e dos serviços ofertados pela cidade.

Assim, a escalada da violência e da criminalidade em Altamira nos últimos dez anos, tem como catalisador a construção da UHE Belo Monte. Belo Monte maximizou os problemas de segurança que já existiam, sendo assim, consideramos que esse crescimento é um somatório de um processo de concentração de desvantagens sociais e econômicas, gerados pelo empreendimento, tais como a reorganização do espaço urbano, o aumento do consumo de drogas, o desaquecimento do mercado local e da redução dos postos de trabalhos de Belo Monte.

Sobre a organização deste trabalho, esta dissertação está organizada em 4 capítulos:

Capítulo 1: Consiste em uma apresentação da relação entre a Geografia e o Crime, e como a ciência geográfica contribui aos estudos da criminalidade, aqui abordamos a relevância de alguns estudos pioneiros, e como os geógrafos tem abordado a temática nos últimos anos no Brasil. O capítulo também faz uma revisão teórica sobre os conceitos de espaço e território, duas categorias chaves para o entendimento dos fenômenos de violência e criminalidade, abordamos a importância das categorias geográficas espaço e território, que são categorias chaves aos estudos da violência e criminalidade e a sua relevância para entender os fenômenos de violência e crime no espaço urbano.

Capítulo 2: Apresenta a historicidade dos dados de violência e criminalidade no Brasil nos últimos anos, através de levantamentos bibliográficos e estatísticos. O capítulo aborda também os dados estatísticos de homicídios relacionados a escala estadual, apresentando dados sobre as taxas de homicídios para o Estado do Pará ao longo dos anos. Dessa forma, este capítulo, permitirá termos um panorama acerca dos problemas relacionados à segurança pública na escala nacional e estadual e suas correlações.

Capítulo 3: Traz o contexto histórico de Altamira, antes e após o início da construção de Belo Monte, nos apresentando o contexto dos registros de violência, para isso, fez-se necessário observarmos alguns indicadores de violência dos anos anteriores a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e entender o contexto do município de Altamira antes e durante a construção da obra, que vai desde a emissão da licença de instalação da obra em 2011, até a sua conclusão e pleno funcionamento em 2019.

Capítulo 4: Apresenta o cenário de violência na cidade de Altamira através dos dados de criminalidade tratados, tabulados e georreferenciados, e suas correlações com o contexto das dinâmicas espaciais impostas pela UHE Belo Monte, desse modo, o capítulo apresenta a Cartografia dos Homicídios em Altamira entre os anos de 2010 a 2020, com o intuito de identificar padrões e tendências espaciais das ocorrências deste crime no espaço urbano.

METODOLOGIA

Na elaboração e construção da pesquisa desta dissertação, destaca-se dois momentos, o primeiro baseado na construção do referencial teórico e metodológico, motivado pelo materialismo histórico e dialético, desse modo, o lócus desta pesquisa é situada na zona urbana de Altamira, a cidade nos últimos vivenciou um processo de ressignificação das suas estruturas, fruto das transformações espaciais e sociais, impostas pelo empreendimento de Belo Monte. O outro momento presente nesta pesquisa, é balizado pela pesquisa documental dos dados sobre Altamira e a Hidreletrica, a partir de documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Altamira, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e das empresas responsáveis pela construção de Belo Monte.

A outra etapa da pesquisa documental, é a busca por documentos e dados oficiais, sobre as ocorrências de crimes em Altamira baseado nos boletins de ocorrências da Polícia Militar e/ou Polícia Civil, desse modo, para as análises das questões pertinentes dessa dissertação, necessitou-se quantificar, espacializar, cruzar e analisar as informações presentes nos boletins, nos permitindo assim, trabalhar com uma abordagem quanti-qualitativa acerca da temática deste trabalho.

Apesar da gama variada de ocorrências, optamos por trabalhar com os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, neste caso, o foco será dado ao homicídio doloso. Desse modo, utilizaremos os registros fornecidos pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal SIAC-SEGUP/PA obtidos através do seu portal na internet e pela própria instituição, e pelos dados do IPEA, através dos registros oriundos dos Mapas e Atlas da Violência do Brasil.

Frisamos que há uma diferença entre estas duas fontes de dados, uma vez que os dados do SIAC-SEGUP/PA trabalham com os dados obtidos dos registros in loco da ocorrência, assim, diminuindo os registros que podem haver subnotificações, tornando as representações e análises mais fiéis a realidade vivenciada. Já os registros disponibilizados pelo IPEA em seu portal na internet, são obtidos através das informações fornecidos pelo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-MS).

Este sistema é questionável, pois os registros enviados para a plataforma, podem ter a condição de subnotificação, que é quando os registros não identificam a causa do óbito, assim, um acidente de trânsito ou um suicídio, podem ser considerados como homicídio, dessa forma, este registro pode vir a gerar uma análise irreal do local, é importante destacar

também, que a definição de morte violenta ou óbitos por causas externas a qual o SIM-MS usa, é diferente daquela usada pelas forças policiais, os homicídios pelo SIM-MS, são definidos de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), enquanto para as polícias, a definição segue o que consta no Art. 121 do Código Penal Brasileiro, divididos entre homicídios simples, qualificado, feminicídio, e culposos, (BRASIL, 2017, p.47).

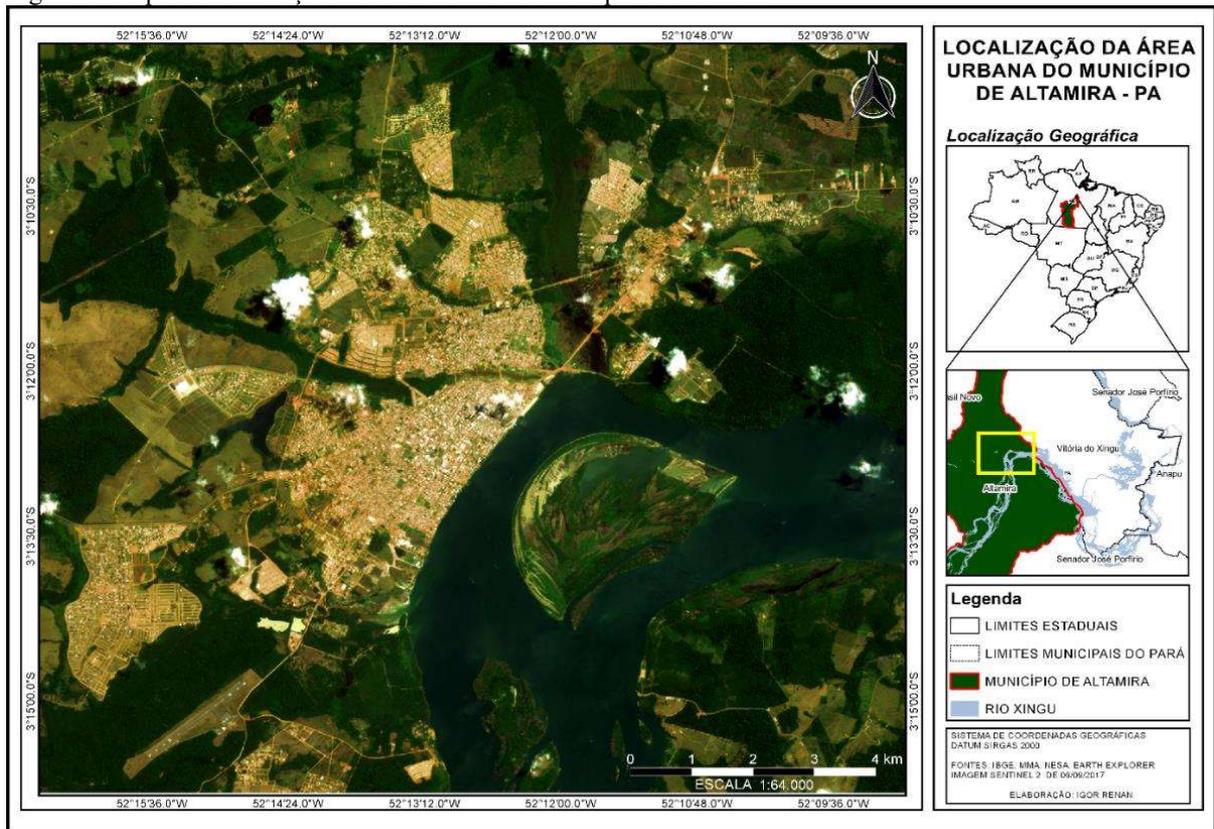
Posto isso, destacamos que apesar das diferenças nos números de registros, para as nossas análises no âmbito desta pesquisa, as duas fontes de informações são importantes. Assim podemos cruzar informações de escala nacional, com as escalas estaduais, regionais e municipais. Para escala nacional, os dados do IPEA nos fornecerão informações dos contextos nacionais, que se inter-relacionam com os contextos municipais fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Pará.

A cidade de Altamira – Locus da Pesquisa

O recorte espacial da pesquisa está localizado na cidade de Altamira, a cidade é fruto das primeiras missões jesuítas na região da Volta Grande, do Rio Xingu, e fruto dos processos de colonização da região com a abertura da Transamazônica nos de 1970 (UMBUZEIRO, 2012). A cidade hoje é o polo da região da transamazônica, constituída de 19 bairros oficiais estabelecidos a partir da lei de bairros (Lei n.º 3.092/2012), com uma população de 117.320 (IBGE, 2021).

No contexto de ocupação de Altamira, observa-se que a cidade nasceu as margens do rio Xingu, muito por conta do uso do rio como uma das principais vias de chegada e saída de pessoas e produtos, essa ocupação as margens do rio, viria a ser mais tarde, a vila de Altamira, e mais tarde a cidade de Altamira, ocupado por uma elite formada por comerciantes, seringalistas e representantes do Estado (MIRANDA NETO 2016), espaço que detém as principais infraestrutura e serviços públicos, nesse sentido, percebe-se a valorização econômica desse espaço.

Figura 1: Mapa de localização da área urbana do município de Altamira



Elaboração: Autor

Com o processo de colonização e ocupação vivido por Altamira, que vão desde as missões jesuítas, passando pelos ciclos da borracha, pela a construção da Transamazônica (BR-230), e culminando com a construção da UHE Belo Monte, nota-se então, que a cidade expandiu-se para fora do centro urbano localizado as margens do rio, passando a ocupar as áreas periféricas da cidade. A cidade de Altamira apresentava certas peculiaridades, antes de Belo Monte, haviam bairros periféricos, localizados no centro da cidade, caso dos bairros Açaizal, e do Baixão do Tufi, estas áreas emblemáticas, veremos mais tarde, que serão importantes no processo de reordenamento territorial da cidade.

A construção de Belo Monte vai implicar de tal maneira que a cidade sofrerá um rearranjo do seu espaço urbano. Porém, cabe aqui contextualizar, que antes mesmo que a obra fosse iniciada, novas áreas de expansão da zona urbana surgiram, muito por conta do adensamento e saturação do centro da cidade, e, por conta do início da valorização/inflação dos preços dos aluguéis no centro, estes espaços ficaram restritos a uma parcela da população com maior renda, a consequência disso foi a ocupação de áreas menos privilegiadas por populações de renda mais baixa, sobretudo nas margens dos igarapés e das áreas baixas que

eram passivas de alagamento, desse modo essa ocupação teve como consequência, a criação de zonas periféricas e de elevada pobreza.

No decorrer dos processos que culminariam com o início da construção da UHE Belo Monte na região, Altamira vivenciou entre os anos 2000 e 2010 um aquecimento do setor imobiliário, influenciados pela iminência de construção da obra, e pela decorrência das novas opções de crédito destinadas à população de baixa e média renda em nível nacional, disponibilizadas sobretudo pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil (MIRANDA NETO, 2016).

Nesse contexto de aquecimento, por conta desses fatores, os agentes imobiliários mobilizam uma grande parcela de lotes, com preços economicamente viáveis para uma família de baixa renda se instalar, nesse caso Miranda Neto (2016) diz que nesse período houve uma valorização do solo urbano, o que é bastante comum em locais onde se tem uma previsão de ampliação dos fatores que elevam os preços do terreno, nesse caso, o fator aqui, seria a perspectiva de instalação das obras do PAC para a região, sobretudo o asfaltamento da Transamazônica e da construção da UHE Belo Monte.

Temos então a partir de 2011, desde a emissão da licença de instalação, uma veemente reconfiguração espacial da zona urbana, ocasionada pela construção da UHE Belo Monte. Com a chegada do empreendimento a região, Altamira viu seu fluxo populacional aumentar com a chegada de um grande contingente de homens em busca dos serviços oferecidos pela barragem.

A zona urbana de Altamira é dotada hoje de muitos desafios vide a sua relação direta com os impactos causados por Belo Monte, a maioria desses novos espaços, sejam construídos pela Norte Energia, Prefeitura ou Incorporadoras Imobiliárias, hoje são dotados de estigmas violentos, que ora se fizeram presentes no passado, e que apesar de serem novos, carregam consigo as mesmas e novas mazelas. Além dos 19 bairros que constam oficialmente, a zona urbana de Altamira conta com 6 Reassentamentos Urbano Coletivos chamados de RUCs, e cerca de 47 loteamentos urbanos, divididos entre registrados e clandestinos, onde, cada espaço desse, é dotado de especificidades, contradições e paradigmas, caracterizadas por áreas com acentuada exposição à violência e vulnerabilidade social.

Procedimentos Metodológicos

Para que o desenvolvimento desse projeto obtivesse êxito, fez-se necessário a realização em etapas, as quais estão descritas a seguir:

1ª Etapa – Foi realizado no primeiro momento uma revisão bibliográfica acerca do tema trabalhado nesta dissertação, em busca de trabalhos que pudessem embasar esta pesquisa, realizou-se uma consulta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chaves no buscador “Violência em Altamira”, “Violência e Criminalidade em Altamira”, “Violência e Criminalidade em Belo Monte”, “Criminalidade em Altamira”, a busca não reportou nenhum trabalho científico relacionando Altamira ao tema. A busca também foi realizada no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os mesmos termos, a busca reportou sete artigos publicados entre os anos de 2015 a 2018. Evidenciando que o tema é pouco abordado.

Isso nos mostra aquilo que Melo (2017) assegura em sua tese, que a produção geográfica de conhecimento sobre violência e criminalidade no Brasil vem ganhando forças nos últimos anos, porém, de modo ainda tímido se considerarmos a intensidade que esse fenômeno tem apresentado Brasil a fora, em sua pesquisa, o autor comenta que apesar das regiões Norte e Nordeste liderarem os índices de violência no país, a distribuição das pesquisas concentram-se com mais afinco nas regiões Sul e Sudeste, que concentram um maior número de Instituições de Ensino Superior que contam com Programas de Pós-graduação no nível de Mestrado e Doutorado em Geografia, o autor explica que a justificativa para isso, é, que os geógrafos tendem a pesquisar os locais próximos as suas instituições.

Partindo desses pressupostos, optamos por buscar obras de autores que já trabalham a temática da violência dentro da ciência geográfica, apesar de ser um tema interdisciplinar, buscou-se primeiramente embasar-se em obras realizadas por Geógrafos que trabalhem essa temática, autores como Felix (2002), Bordin (2009), Lira (2019) Melo (2017), Chagas (2015), Melgaço (2006), Silveira (2008) Santos (2012), Francisco Filho (2004) contribuíram para este trabalho.

2ª Etapa - Posteriormente foi realizado uma revisão bibliográfica sobre os conceitos geográficos discutidos na pesquisa, principalmente os conceitos de espaço e território. Para o suporte das análises da criminalidade dentro da ciência geográfica, o conceito de espaço e território partirão de autores como Santos (2012), Lefebvre (2006), Raffestin (1993), Corrêa (1993), Souza (2013), Ferreira e Penna (2005), Gomes (2016), Chagas (2014), Francisco Filho (2004), Santos, M.A. (2012), Fernandes (2008).

3ª Etapa – Esta etapa consistiu em analisar através do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Belo Monte e do Plano Básico Ambiental (PBA), algumas informações referentes a construção da obra, estes documentos e as informações obtidas ao serem cruzadas com os dados de violência, nos possibilitaram ter um panorama da dimensão estrutural da hidrelétrica e dos seus eventuais impactos em Altamira.

4ª Etapa – Esta etapa consistiu na elaboração de um banco de dados (BD) a partir da pesquisa documental com informações pertinentes as taxas de violências para Altamira dos anos de 2010 a 2020, e informações cartográficas com bases georreferenciadas do município de Altamira. As estatísticas dos dados de violência foram obtidas através do portal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP/PA, e também disponibilizadas via planilhas de registros, que disponibiliza informações de interesse público referentes às estatísticas dos principais crimes registrados no Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP e outros assuntos de interesse da população.

As ocorrências dos crimes registrados em Altamira, são oriundos da base que foram disponibilizadas pelo 16º Batalhão de Polícia Militar e pela 11ª Região Integrada de Segurança Pública do Xingu – 11ª RISP, tendo como respectivos anos, os anos de 2010 a 2020, estes registros nos serviram de base para a construção da cartografia com as distribuições geográficas dos crimes na zona urbana. Para esta dissertação, definimos trabalhar prioritariamente com recortes daqueles identificados como Crimes Violentos Contra a Pessoa, mais precisamente os homicídios. Estes registros da polícia nos permitem fazer análises espaciais utilizando as informações disponibilizadas nos registros, como o dia, horário e local onde ocorreu o evento. Isto nos permitiu representar estes dados em números e porcentagens com diferentes representações, como mapas, gráficos, quadros e tabelas.

Outra fonte de dados com estas informações, foram retiradas também do portal do Sistema de Informação de Mortalidade (DATASUS/SIM-MS) do Ministério da Saúde com informações sobre mortalidade do município de Altamira (óbitos por causas externas) baseados na Classificação Internacional de Doenças conhecido como CID, que visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados a saúde. A pesquisa estes dados foram baseados nos óbitos por causas externar, tendo como classificação do Grande Grupo CID 10 o código X85-Y09 que trata dos óbitos por Agressões. Na CID-10, o homicídio é categorizado como agressão.

5ª Etapa – Esta etapa de construção da dissertação, consistiu em sistematizar e trabalhar com os tratamentos dos dados inseridos no Banco de Dado. Os dados foram sistematizados por tipo de ocorrências, separados por meses e anos, posteriormente foram tabulados para a criação de gráficos, tabelas e quadros.

Após essa fase, iniciou-se a fase do geoprocessamento dessas informações, os dados foram geocodificados utilizando as informações de dia e local da ocorrência, a espacialização desses dados nos permite visualizar geograficamente no mapa, a distribuição dos crimes na zona urbana. Destaca-se que o mapa é o produto final de um processo que começa primeiro com o relatório policial (informações das ocorrências), que passa pela equipe de processamento de dados, é introduzido no banco de dados, e finalmente transformado em um símbolo digital (Harries,1999). A geocodificação das ocorrências foi realizada nos softwares de geoprocessamento, Google Earth e QGIS versão 3.16.11 LTR. A conclusão dessa fase, nos permitiu elaborar os mapas presentes nesta dissertação, utilizando as técnicas de Geoprocessamento como ferramenta de construção e análise.

CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA E O CRIME: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA AOS ESTUDOS DA CRIMINALIDADE. E AS MULTIPLAS VIOLÊNCIAS E SEUS REFLEXOS NO ESPAÇO URBANO - CRIME E CRIMINALIDADE

Neste capítulo, discutiremos como a ciência geográfica contribui aos estudos dos fenômenos de violência e criminalidade, além de discutir os conceitos de espaço e território, dois conceitos chaves que são importantes nos estudos da geografia do crime. O capítulo também aborda a existência de múltiplas violências, suas definições, diferenças e consequências que estas causam no espaço da cidade.

Assim, nas últimas três décadas no país, os estudos sobre criminalidade se intensificaram, algumas ciências e seus campos de saberes, têm realizado esforços para compreender os fenômenos de criminalidade e violência no espaço urbano. Tais fenômenos tem sido objeto de estudo e análises de diversos pesquisadores em vários campos da ciência, seja na área da antropologia, sociologia, psicologia, direito, entre outras ciências, cada um buscando respostas e tentando entender as causas da violência e criminalidade ocorridas no espaço urbano.

Felix (2002) aponta que as discussões sobre as desorganizações sociais ocorridas no interior das cidades, tais como a criminalidade, eram preocupação exclusiva de sociólogos e criminólogos, a autora ainda aponta que os fenômenos de criminalidade são sem dúvida um

dos maiores problemas enfrentados pela sociedade e que ultrapassa a capacidade de compreensão de uma única ciência. Neste caso a interdisciplinaridade é fundamental para o estudo e a compreensão da violência, e as diferentes ferramentas analíticas oferecidas por cada área do conhecimento contribuem para o entendimento da questão da violência, que é um fenômeno tão complexo.

Desse modo, neste espaço de tempo de trinta anos, a Geografia também tem garantido seu lugar no debate e nos estudos sobre esta temática, Bordin (2009) afirma que é crescente na Geografia, a realização de estudo científicos, relacionando os fenômenos violentos e a criminalidade urbana, que contribuem assim na espacialização da criminalidade, no entendimento de como estes fenômenos se originam e o que eles causam na sociedade. Felix (2002) também reflete nesse sentido, assegurando que esta ciência vem dando maior atenção à temática, em função das abordagens que consideram as manifestações espaciais do crime e dos espaços diferenciados que surgem a partir da violência.

Zanotelli (2001) reforça essa ideia dizendo que a Geografia detém ferramentas conceituais capazes de analisar a relação entre o espaço e o crime, o espaço e a violência, e, simplificada, o espaço social. Felix (2002, p.139-140) complementa esta questão acrescentando que:

[...] a participação da Geografia nos estudos criminais não tem como objetivo principal encontrar soluções para um problema que é universal e tem resistido aos mais diversos programas preventivos e “curativos”, desenvolvidos em países com condições sócios-políticas e econômicas mais diversas. Contudo, inserir em seu campo de estudo a criminalidade pode ser altamente produtivo para a compreensão das causas e, mesmo que não se proponham soluções, questionar o problema de forma global e suas implicações sócio-demográficas já é altamente produtivo para futuros estudos.

Felix (2002) ainda reflete que se a dinâmica criminal tem o potencial de transformar e reorganizar o espaço, uma vez que o crime transforma o espaço e seus significados, e a ciência geográfica tem potencial para colaborar no planejamento urbano, deve-se inserir em suas análises a dimensão da criminalidade. Desse modo Felix (2002, p.78) avigora que:

A análise geográfica pode levar a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e está sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos dos geógrafos, como a abordagem do futuro.

Desse modo, o resultado dos estudos realizados no arcabouço teórico-metodológico da Geografia, tem servido de subsídios para elaboração de muitas políticas públicas voltadas a área da segurança pública, e sobretudo no entendimento das causas destes fenômenos. Como

assegura Melgaço (2002), os fenômenos de violência e criminalidade são práticas sócio espaciais, que é a área exclusiva da Geografia. Hoje é crescente a participação de Geógrafos em grupos de pesquisa sobre violência e crime buscando analisar e compreender a evolução desse tipo de estudo. Nesse sentido Straforini (2004, p.175), afirma que a ciência geográfica:

[...] deve buscar a compreensão do espaço geográfico, esse entendido como uns sistemas indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações. Para que os objetos e ações permaneçam indissociáveis o espaço não pode perder o sentido de totalidade de mundo.

A Geografia busca então compreender a relação entre os homens e suas interferências na formação e transformação do espaço, e neste contexto, a violência urbana e a criminalidade são objetos de discussão por estar relacionado o homem, ao espaço criado ou transformado por ele, nesse caso, há a existência de uma relação espaço/tempo. Assim, quando o geógrafo discute o espaço, é preciso tentar encontrar uma interpretação ou compreensão deste, e o que o cerca. Deste modo, pode-se analisar a criminalidade como um fenômeno que está distribuído no espaço, onde se encontram agentes ativos e passivos que operam e transformam o espaço.

Como ressalta Santos (2002), “O espaço é a condição de possibilidade dos fenômenos”, e sendo esse espaço uma “condição” ele será dotado de paradigmas que uma vez quebrados, implicam em mudanças complexas, que neste caso, vem a ser a legislação vigente, tornando o agente ativo um alvo das sanções penais, onde este é o que pratica a ação criminosa, não permitido em lei e reprovado pela sociedade, e os paradigmas são o conjunto de leis estabelecidas. De acordo com Bordin (2009), as situações de violência e crimes são resultados de ações humanas em determinadas sociedades e em um dado espaço ou território, o estudo geográfico se faz necessário e os estudos decorrentes dessas relações com os processos de interação homem-espaço. O discurso de Claval (2004 p.14) justifica afirmando que:

Os geógrafos, é claro, não são indiferentes à presença dos grupos humanos, nem às transformações que estes impuseram às paisagens. A pergunta dos pesquisadores a este respeito é simples: a natureza preexistia aos grupos humanos, estes estão inseridos em um meio; como fazer para extrair do meio ambiente no qual se estabeleceram, os produtos destinados a assegurar a sua subsistência e a permitir, geração após geração, a reprodução dos seus membros? O Enfoque é global, pois leva em consideração o conjunto dos meios constituintes da natureza, por um lado, e da sociedade por outro.

Fica evidente então nesse sentido, que a grande preocupação da Geografia enquanto ciência esteja no entender dos processos que possam levar a geração de algum tipo de violência e conseqüentemente um crime. Felix (2002, p. 92) discorre que “uma das grandes

falhas dos estudos sociológicos e das pesquisas em geral sobre criminalidade está em não considerar a dimensão espacial”, nessa direção, e afirmando sobre a importância dos estudos geográficos sobre violência e criminalidade, Batella (2008, p. 47-50) contribui dizendo que a dimensão espacial é fator importante para a compreensão do fenômeno, o que faz com que a Geografia seja incorporada nos grupos das ciências que estudam o tema.

[...] a dimensão espacial tem desempenhado um importante papel para a compreensão da criminalidade, principalmente no contexto urbano. Embora seja notório o domínio dos sociólogos e criminólogos nas construções teóricas, a Geografia não poderia ficar à margem dessa discussão, dada sua peculiar capacidade de entender e explicar fenômenos que se manifestam espacialmente.

Dessa forma, a Geografia passa a ser encarada por pesquisadores de outras áreas do saber como uma importante aliada, que tem muito a contribuir na compreensão das relações em que a variável espacial desempenha um considerável papel.

De acordo com Santos (2006, p.46) “o espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido”. Pensamento com o qual Bordin (2009 p.16) contribui ao enfatizar que:

As ações decorrentes da interação homem-meio ambiente e por consequência as ações decorrentes da interação homem-homem, podem e devem ser estudadas pela Geografia e, nesse caso, a violência, seja ela decorrente de um crime ou de outros fatores é um tema de extrema relevância para a Geografia.

Durkheim (2007) acerca dos estudos da sociedade no seu livro clássico lançado em 1937, “*As regras do método sociológico*”, reitera que a violência e o crime estão arraigados a sociedade humana, o autor demonstra que o crime faz parte de toda organização social humana, sem o qual nenhuma sociedade seria possível. Em outras palavras, o crime é inerente a sociedade, é um fato social normal numa sociedade humana, o crime é condição de existência da lei e esta é condição de existência do crime, se existe a lei, é porque o crime existe.

Assim como o crime é inerente a sociedade humana, a violência também o é, como corrobora Odalia (2012), onde, por mais que recuemos no tempo da história da humanidade, a violência está sempre presente em qualquer lugar, ela sempre aparece em suas várias faces, seja pela violência simbólica, psicológica ou física. Seguindo essa linha, Corrêa (1995) colabora dizendo que podemos buscar uma compreensão de que a violência e o crime são fatores indissociáveis das sociedades humanas e assim passíveis de estudos do ponto de vista da Geografia Humana, através das suas categorias de análises, e estaria dentro do campo das Ciências Sociais, pois:

Como toda ciência, a geografia possui alguns conceitos-chave, capazes de sintetizarem a sua objetivação, isto é, o ângulo específico com que a sociedade é

analisada, ângulo que confere à geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais. Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território. (CORRÊA, 1995, p.16)

Compreender o crime a partir da visão geográfica, permite então que o geógrafo assumira um papel importante para a compreensão do fenômeno da criminalidade urbana, assim como suas relações com o espaço. Nesse contexto é necessário reforçar a importância do estudo da violência como um elemento fundamental na dinâmica e na construção do espaço urbano, uma vez que a violência, o crime, a insegurança e o medo, tem o poder de mudar o espaço o qual habitamos, dessa forma, a Geografia traz consigo nobres contribuições para os estudos sobre este grande problema. Os enfoques geográficos sobre o crime para Felix (1996, p.143) “asseguram que esta ciência vem dando maior atenção à temática, em função das abordagens que consideram as manifestações espaciais do crime e dos espaços diferenciados que surgem a partir da violência”. Ainda neste sentido, a autora Felix (2002, p.77-78) chama a atenção em suas pesquisas para a importância da dimensão que caracteriza o evento criminal, refletindo que:

A análise geográfica pode levar a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade, já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e está sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos geográficos, como abordagem do futuro.

A Geografia então como ciência humana, busca uma compreensão das relações existentes entre os homens, que resultarão na formação do espaço. Nesse contexto a violência urbana e a criminalidade entram na discussão, pois dizem respeito ao bem-estar do próprio homem no espaço criado por ele ou imposto a ele.

A essa localização das ofensas e a espacialização da criminalidade a que Felix (2002) se refere, tem a ver com a Geocodificação dos dados de criminalidades, oriundos das bases policiais com os registros de ocorrências, essa geocodificação é realizado através de um instrumento muito importante para as análises criminais, o Geoprocessamento. Esta tecnologia caracteriza-se por um conjunto de tecnologias voltadas à captação, armazenamento, manipulação e edição de dados georreferenciados (MELGAÇO, 2006), configurando-se como uma ferramenta de análise espacial, pois permite a espacialização de dados e o estabelecimento de relações de causa e efeito com outras variáveis espaciais (FRANCISCO FILHO, 2003).

O Geoprocessamento aliado ao arcabouço teórico da Geografia, permite tratar os dados de violência e criminalidade discutindo sua relação com fatores sócio-espaciais,

ambientais ou econômicos, deste modo, essa tecnologia se caracteriza como uma ferramenta de extremo valor para as análises de fenômenos de violência. Nesse âmbito, importantes trabalhos foram realizados com o uso do geoprocessamento e que podem ser considerados de vanguarda, são os trabalhos realizados por Francisco Filho (2004, p.3):

O geoprocessamento se caracteriza como uma ferramenta de extremo valor para a análise de fenômenos com expressão territorial, pois permite sua espacialização através da quantificação, qualificação e localização, bem como o relacionamento com outras variáveis espaciais, estabelecendo uma relação de causa e efeito extremamente útil a todos aqueles que têm como função a gestão do espaço urbano.

A combinação da Geografia, com as teorias criminais e o mapeamento da criminalidade oriundo dos Sistemas de Informação Geográficas, são consideradas uma importante ferramenta de apoio a decisão das questões relacionadas com a segurança pública e prevenção da criminalidade. Santos (2012, p.165 apud ESTEVES, 1999) discorre sobre:

Essa tecnologia permite conhecer de forma rápida e precisa os detalhes das ocorrências criminais no tempo e no espaço, o que possibilita tomadas de decisão e eficazes na elaboração de estratégias de prevenção e combate que melhor se adapte a cada realidade.

Por sua vez, o geoprocessamento torna-se uma importante tecnologia na visualização das informações, espacializar os dados de criminalidade e violência, permite identificar as tendências e padrões do fenômeno, o perfil social e locacional dos envolvidos no fato entre outros. Permite ainda a construção de mapas de criminalidade que auxiliam na visualização dos dados, facilitando assim a interpretação das informações (SOUZA; SANTOS; ROSA, 2005). Nesse sentido, Martinelli (1998, p.13) discorre sobre a interpretação das informações espaciais, através dos mapas e dos gráficos:

Assim, gráficos e mapas passam a ser úteis, constituindo instrumentos de reflexão e de descoberta do real conteúdo da informação. Eles devem dirigir o discurso e não ilustrá-lo. Devem revelar o que há a dizer e que decisão tomar diante dos resultados descobertos. [...] Os dados de natureza qualitativa nos informam sobre as características dos objetos. Os dados quantitativos referem-se à possibilidade de se efetuarem medidas ou contagens acerca da manifestação dos fenômenos. [...]

Importantes trabalhos vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Geografia Urbana, sobre os fenômenos de violência e criminalidade praticados no espaço urbano, Lira (2017) em seus estudos sobre violência urbana na cidade de Vitória-ES, discorre que, embora a criminalidade não seja atributo exclusivo da cena urbana, é nela que se manifesta com maior intensidade, em seu discurso o autor afirma que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas:

Cabe ressaltar que a criminalidade violenta encontrou na cidade brasileira, produto dos processos de transição econômica e demográfica da metade do século XX, o seu palco privilegiado. O que permite assumir o caráter predominante da criminalidade violenta urbana. A criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que violências de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, são nas cidades e metrópoles que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta. (LIRA, 2017, p. 18).

Da historicidade dos estudos geográficos do crime, ressalta-se que os estudos de violência e crime no Brasil pela Geografia se dá principalmente a partir dos anos 1970, com diversas teorias e análises associadas a outros campos científicos na tentativa de elucidar os processos que culminaram no problema, “a Escola Geográfica do Crime, principalmente a partir do início da década de 1970, tem buscado, à luz de teorizações diversas e através de análises associativas com outros campos científicos, elucidar os processos que levam ao problema” (OLERIANO 2007, p. 9).

Entretanto os estudos brasileiros sobre violência e crime, tornaram-se mais veementes a partir da década de 1990, como ressalta a geógrafa Santos (2012). A autora enfatiza que o interesse dos geógrafos surge da necessidade de explicar e entender a influência desses fenômenos na produção do espaço, configuração e reestruturação do espaço urbano, bem como na mudança de comportamento da população frente à percepção de aumento da criminalidade violenta e da insegurança. Santos op. cit., corrobora dizendo que a partir dessa década houve mudanças nos estilos de vida e moradia e uma maior preocupação com a segurança patrimonial e pessoal, influenciados pelo crescimento da violência, do medo e da insegurança nas cidades.

Sobre a questão na mudança do modo de vida influenciado pela violência, Felix (2002, p.129) no seu livro “*Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevância*”, contribui dizendo, que “o medo e a sensação de insegurança, tem ocasionado um aumento da necessidade de proteção, refletindo nas diversas formas de aproveitamento do espaço e transformando todo o design das estruturas urbanas, os planejadores urbanos”, (engenheiros, arquitetos, urbanistas), ao invés de optar por acessibilidade, estão cada vez mais preocupados em desenvolver projetos que garantam mais segurança aos cidadãos.

A essa questão Lira (2017, p.129) em seu livro “*Geografia do Crime e Arquitetura do Medo*”, constata-se que, nas últimas décadas, o medo social vem influenciando a consolidação de um novo padrão de desenho arquitetônico da cidade.

Espaços privados incorporam uma série de elementos em suas formas, a saber, muros altos, grades, guaritas, cercas elétricas, torres, alarmes, circuito de vídeo-

monitoramento, entre outros. Isso se torna explicitamente perceptível em bairros ocupados por camadas sociais mais privilegiadas e, principalmente, em espaços residenciais. Não que outros espaços, como ambientes comerciais, estejam isentos das representações da arquitetura do medo, mas são as casas e condomínios que adotam com vigor os elementos da arquitetura do medo.

O crescimento da violência no país, nas últimas três décadas, tornou inegável a importância dos estudos sobre o referido tema. Os homicídios, que representam o nível extremo que a violência pode alcançar, é um dos temas mais debatidos e estudados, muito por conta dos dados desse delito que apesar de problemas relacionados a subnotificação ou na disponibilidade desses registros, terem uma certa precisão quando registrados. Estes trabalhos evidenciam uma participação maior dos geógrafos acerca desta temática, Santos (2012, p.76) configura que os trabalhos geográficos sobre violência e criminalidade tendem a compreender os estudos sobre:

1) A espacialização e análise dos dados de crimes violentos; 2) O estudo da percepção que a população de um dado espaço tem sobre a violência, a criminalidade, o medo e a sensação de insegurança; 3) A análise do espaço como elemento favorecedor da ocorrência da criminalidade; 4) A distribuição espacial dos serviços voltados para a segurança pública, como postos e número de policiais por área, núcleos de apoio às vítimas da violência, unidades de saúde e políticas públicas de prevenção; 5) O estudo da influência da violência nos valores e na estruturação do espaço, sob a perspectiva da segregação e da autosegregação.

Um dos estudos pioneiros com abordagem geográfica no país, foi o trabalho realizado pela geógrafa Rosa Maria Ramalho Massena em 1986, intitulado “*A Distribuição Espacial da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana do Rio De Janeiro*”, publicado na Revista Brasileira de Geografia. O enfoque da autora neste trabalho não era discutir as causas da criminalidade, mas sim a sua geografia e tentar aí encontrar algum sentido. “Declarando importante não apenas saber se ela vem aumentando ou diminuindo, mas também conhecer seus padrões em diferentes áreas e estudar as mudanças que possam estar ocorrendo” (MASSENA, 1986, p.286).

A geógrafa analisou as ocorrências de criminalidade violentas, como homicídios, estupro, lesão corporal e roubo, que respondiam já naquela época a 31% do total e crimes registrados na região metropolitana do Rio de Janeiro. O outro destaque que a autora coloca, é que há um ponto em comum no estudo da criminalidade entre geógrafos e sociólogos, mas que cada um segue um determinado fundamento teórico, uma metodologia específica e uma abordagem diferente. “A diferença consiste no fato que geógrafos tentam quando possível ir além das análises associativas, utilizando-se de técnicas centrográficas para chegar a modelos analíticos que levem a proposições, senão de causa/efeito mas de tendências” (MASSENA 1986, p.287).

A contribuição dos geógrafos brasileiros nos últimos anos, têm trago trabalhos de muita relevância aos estudos da violência e criminalidade, haja a vista, os trabalhos realizados em parcerias entre universidades e as instituições que compõem as secretarias de segurança públicas estaduais. No Estado do Pará, essa parceria acontece entre as universidades Federal (UFPA) e Estadual (UEPA), e os cursos de Geografia de ambas instituições, em conjunto com os institutos que integram a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP.

Esta parceria tem demonstrado bons frutos, como evidencia Chagas (2018), que há uma produção acadêmica sendo realizada, envolvendo diversos agentes de segurança pública, participando como agentes ativos na produção do conhecimento, através de artigos, monografias de especialização, dissertação de mestrado entre outras, juntamente com professores e discentes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA), produzindo assim, um conhecimento mais próximo da realidade. Estas parcerias com as instituições públicas de segurança são positivas, e demonstram uma necessidade das forças policiais de se enxergar os fenômenos de violência e criminalidade com outros olhos e entendimentos, dessa forma levando em conta a dinâmica e as várias facetas do crime no espaço urbano. Ainda assim, Chagas (2018, p.42) diz que existe uma necessidade da ampliação dessa parceria:

Outra questão pertinente diz respeito à necessidade de ampliação da parceria entre as instituições que compõem a Secretaria de Segurança Pública com as Universidades, produzindo uma análise mais complexa dos problemas que envolvem temas de violência e criminalidade, buscando uma visão que supere a questão jurídica muito presente nas instituições policiais, permitindo, assim, uma visão das Ciências Sociais, em especial da Geografia.

Ainda sobre a contribuição dos geógrafos, Melo (2017) assinala que a produção geográfica de conhecimento sobre o crime no Brasil vem crescendo, porém de forma tímida, considerando a dimensão, intensidade e gravidade que o crime vem ganhando nos últimos anos no país. Em seu trabalho de Doutorado, o autor realizou um levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos e publicados nos anais do Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ENANPEGE com temáticas que abordaram a violência, crime, medo, insegurança, homicídio, dentre outros assuntos correlatos, a partir de abordagens geográficas, entre os anos de 2007 a 2015. Verificou-se que a temática tem ganhado força e o interesse pelo tema vem sendo ampliado. A Geografia muito contribui para o diagnóstico e a etiologia criminal, bem como fornece subsídios estratégicos, sobretudo, na perspectiva espacial, para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas no campo da Segurança Pública e áreas correlatas (MELO 2017 apud LIRA, 2019).

Outro ponto destacado em sua pesquisa está relacionado a distribuição das pesquisas no Brasil, o autor destaca que apesar dos estados da Região Nordeste - Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, juntamente com o estado do Pará na Região Norte, apresentarem os maiores índices de violência do país, a produção de conhecimento dos trabalhos publicados nos ENANPEGES enfocou, predominantemente, problemáticas relativas aos estados das regiões Sudeste e Sul. Para Melo (2017) isso ocorre, em parte, porque essas regiões concentram um maior número de Instituições de Ensino Superior que contam com Programas de Pós-graduação no nível de Mestrado e Doutorado em Geografia, isto é, os dados dos anais dos ENANPEGES indicam que “os geógrafos tendem a pesquisar locais próximos as suas instituições” (MELO, 2017, p. 46).

Em uma rápida pesquisa no Portal do MEC e da CAPES, verifica-se que existem hoje no país 84 cursos de Segurança Pública divididos entre os graus de Tecnológico e Bacharelado, e os cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública nos níveis de Mestrado e Doutorado, representam 9 programas.

Dos programas de pós-graduação, três estão nos estados da Região Norte, um no Pará ofertado pela Universidade Federal do Pará - UFPA, um no estado do Amazonas ofertado pela Universidade do Estado do Amazona – UEA, e um programa de Pós-Graduação em Segurança Pública no estado de Roraima, ofertado pela Universidade Estadual de Roraima – UERR.

A Região Nordeste conta com um programa ofertado pela Fundação Universidade Federal De Sergipe – FUFSE no estado de Sergipe.

A Região Centro-Oeste conta com um programa no Distrito Federal, ofertado pelo Centro Universitário Euro-Americano – UNIEURO.

A Região Sudeste conta com 2 programas, um programa ofertado no estado de Minas Gerais pela Universidade Do Estado De Minas Gerais – UEMG, e um programa ofertado no estado do Espírito Santo pela Universidade de Vila Velha – UVV.

A Região Sul conta com dois programas ofertados apenas no estado do Rio Grande do Sul, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e outro ofertado pela Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul - PUC/RS.

Importante frisarmos, que os estudos da violência e criminalidade por serem complexos, estão longe da totalidade do entendimento, dessa forma, as contribuições da Geografia nos estudos da criminalidade não tende a resolução do problema, mas sim contribuir com o estudo das causas analisando as relações sociais que interferem na vida do

homem, e, para desenvolver estratégias eficientes no combate à criminalidade é necessário um trabalho integrado entre profissionais de diversas áreas. Souza, Santos e Rosa (2005, p.44) frisam que:

O estudo da violência pela Geografia não tem como objetivo principal solucionar um problema que se encontra arraigado à sociedade mundial e, mesmo com os diversos programas preventivos e de combate, tem permanecido resistente e cada vez mais atuante. Mas a Geografia pode contribuir com o estudo das causas da violência, questionando-o de forma global ao analisar todas as relações sociais que permeiam a vida do homem. E somente o trabalho integrado, envolvendo diferentes profissionais que lidam com a violência, será possível desenvolver estratégias eficazes e eficientes no combate à criminalidade e na manutenção da segurança pública.

Ainda assim, as abordagens geográficas da criminalidade, sejam elas quantitativas ou qualitativas, colaboram na construção de elementos para compreensão das relações entre as formas de violência e seus contextos e padrões, auxiliando na elaboração de bases para o desenvolvimento de políticas de prevenção mais efetivas.

1.1. Espaço e Território, categorias geográficas importantes aos estudos da violência e criminalidade

Quando o geógrafo se lança a estudar os fenômenos de violência e a criminalidade no espaço urbano, o mesmo deve-se fazer a luz das categorias geográficas. É necessário que busque nas categorias geográficas o suporte teórico para fundamentar suas análises, permitindo assim, um olhar geográfico sobre o tema. Dessa forma, há duas categorias intrínsecas aos estudos da criminalidade e que corroboram com a discussão e o entendimento destes fenômenos, os conceitos de espaço e território.

O ponto aqui nesta seção é destacar como o conceito de espaço e território, serão usados na análise do entendimento de como a violência e a criminalidade interferem ou influenciam na produção do espaço urbano, lançaremos mão de alguns apontamentos introdutórios como a reorganização do espaço urbano de Altamira, em decorrência das transformações traga pela construção da UHE Belo Monte.

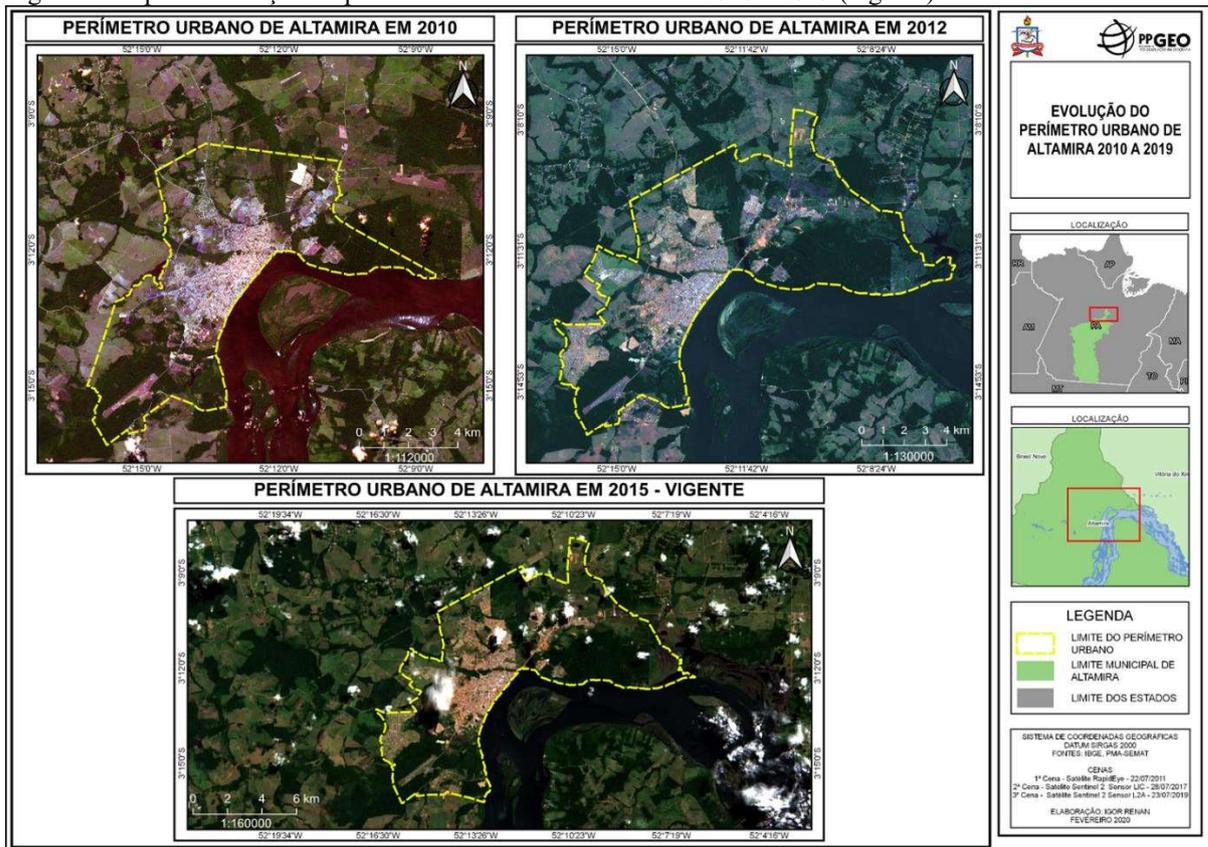
Desse modo, evidenciando o espaço urbano aqui, como condição, meio e produto da ação humana, como destaca Carlos (2007). Já o conceito de território, é relevante para compreender a prática de determinados crimes, uma vez que a acepção de território nos remete as relações de poder, tanto ao poder no sentido de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico de apropriação, o que possibilita discutir a problemática do poder em sua relação indissociável com a produção do espaço (LIRA, 2019).

O conceito de Corrêa (1993), de espaço urbano fragmentado, traz elementos que ajudam na análise e no entendimento de como o espaço urbano se reorganizou através das transformações trazidas por Belo Monte.

No período de construção da UHE Belo Monte, o perímetro urbano de Altamira foi ampliado, sobretudo pela especulação imobiliária (MIRANDA NETO, 2014), que ganhou forças à medida que a busca por habitação cresceu, principalmente nos anos de pico da obra entre 2013 e 2014, quando Altamira recebeu o maior contingente populacional, saturando o mercado imobiliário, sobretudo na área central da cidade. Esse fato teve como consequência a ocupação de áreas periféricas da cidade por famílias de baixa renda, e o parcelamento e vendas de lotes por incorporadoras imobiliárias. Destaca-se que a cidade de Altamira apresentava certas peculiaridades, antes de Belo Monte, haviam bairros periféricos, localizados no centro da cidade, caso dos bairros Açaizal, e do Baixão do Tufi, estas áreas emblemáticas, veremos mais tarde, que serão importantes no processo de reordenamento territorial da cidade pois a grande maioria de suas populações foram remanejadas para as áreas destinadas as moradias para as famílias atingidas por Belo Monte.

A leitura do mapa abaixo, nos mostra a evolução do perímetro urbano de Altamira, em questão de 5 anos, o perímetro teve que ser aumentado 2 vezes, isto nos mostra a dimensão do crescimento urbano da cidade nos anos de construção da obra.

Figura 2: Mapa de evolução do perímetro urbano de Altamira de 2010 a 2015 (vigente).



Elaboração: Autor

Dessa forma, quando refletimos sobre a reorganização do espaço urbano de Altamira, suas rupturas e fragmentações marcadas pela construção de Belo Monte, Corrêa (1993, p.11-12) considera que:

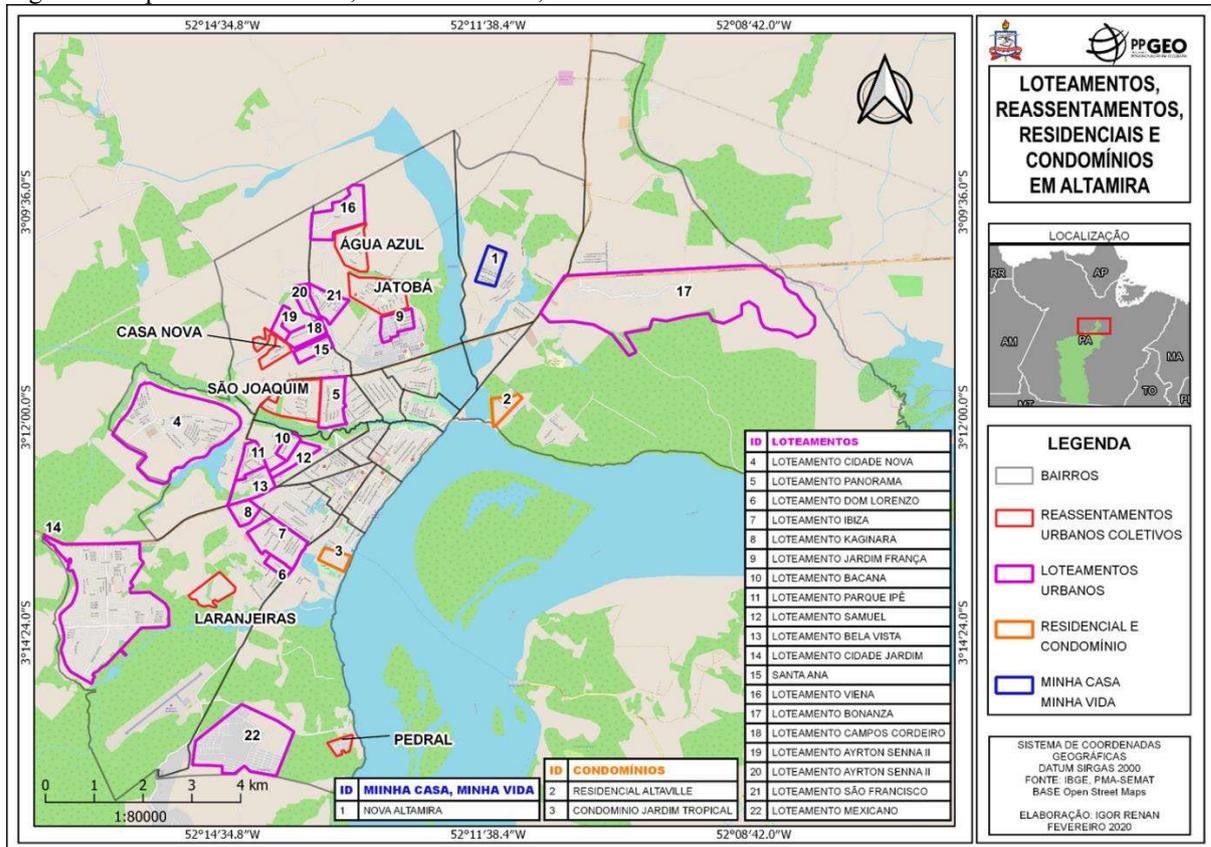
[...] a cada transformação do espaço urbano, ela se mantém fragmentada e articulada, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado, a desigualdade socioespacial não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnocrático, impregnado de ideologia.

A citação acima de Corrêa (1993) nos mostra exatamente a realidade das novas estruturas urbanas de Altamira, ainda que as formas espaciais e suas funções possam ter mudado, a desigualdade social não desaparece, os mesmos problemas sociais enfrentados pela população atingida, só mudaram de lugar. Assim, o conceito de espaço fragmentado de Corrêa (1993, p.11) colabora nesse entendimento dizendo que:

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do solo, deterioração de certas áreas,

renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura urbana e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Figura 3: Mapa dos loteamentos, reassentamentos, residenciais e condomínios em Altamira



Elaboração: Autor

Considerar o espaço urbano de Altamira fragmentado como na concepção de Corrêa (1993), ajuda a compreender o surgimento de espaços segregados, e da perda do direito a cidade pela população atingida pela cota 100 da UHE Belo Monte. O mapa acima, nos mostra a localização dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, conhecidos como RUCs, e a disposição dos loteamentos e condomínios existentes no espaço urbano de Altamira, dos quais a grande maioria surgiu com o aquecimento do mercado imobiliário em decorrência da obra de Belo Monte.

O surgimento dos Reassentamentos Urbano Coletivos (RUC) explicitam essa ideia de espaço urbano fragmentado, grande parte da população que ocupavam as margens dos igarapés da cidade, tiveram que ser deslocadas para os RUCs, Herrera e Moreira (2015) refletem que a realocação da população causada por Belo Monte e os movimentos internos da cidade, reconfiguraram o espaço urbano e reestruturaram as dinâmicas sócio-espaciais.

Destacamos também que antes da construção da obra, a maioria da população atingida tinha acesso aos bens e serviços públicos, muito facilitados por conta da localização de suas moradias no centro da cidade, como os bairros que ocupavam as margens dos igarapés

Altamira e Ambé. Com o deslocamento compulsório das famílias atingidas para os RUCs, há uma perda do sentimento de pertencimento a cidade por parte da população atingida. Os reassentamentos foram construídos longe dos locais de origem dessa população e longe do centro urbano, para essa população atingida, acessar a área central de Altamira em busca dos serviços ofertados, tais como hospitais, bancos, correios, lojas, entre outros se tornou algo penoso.

Atrelado ao crescimento da cidade está o aumento dos indicadores de violência e criminalidade na área urbana, Dias e Chagas (2014) destacam que a urbanização acelerada e a reestruturação espacial são condições materiais para o aumento da violência e do medo na cidade, principalmente em espaços impactados pelas dinâmicas de um grande projeto. A obra de Belo Monte trouxe consigo problemas de várias ordens, e os problemas de segurança pública se tornaram um dos mais pujantes para a sociedade altamirense, Herrera e Moreira (2015) destacam que a evolução do perímetro urbano tornou-se um fator para a expansão de desigualdades sócio espaciais, do aumento da marginalização social e da insegurança pública na cidade. Sobre a relação do espaço com a criminalidade, Santos (1977 apud CRUZ, 2015, p.52), considera que:

Os atores sociais buscam constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares, caracterizando assim um processo dialético, onde o espaço exerce um papel ativo frente às ações humanas.

A população atingida que ocuparam os reassentamentos urbanos sofria anteriormente com os estigmas de seus locais de origem serem taxados como violentos e redutos do crime, apesar da mudança para os RUCs, estes novos espaços ainda carregam consigo, o estigma de serem locais de violência e reduto de muitos criminosos, entretanto, esse estigma não é inerente apenas aos reassentamentos, alguns loteamentos e espaços periféricos da cidade também são estigmatizados muito por conta das condições precárias de infraestruturas que estes loteamentos se encontram hoje.

Nos reassentamentos urbanos, (diferentemente do espaço destinado a moradia dos engenheiros e encarregados da construção de Belo Monte, cercados por arames e vigiados 24 horas por uma empresa de segurança), destacam-se as grades de ferro que compõem a arquitetura de portas e janelas das habitações, ou dos altos muros que delimitam ali, um espaço de segurança para seus habitantes, essa característica é encontrada também nas periferias da cidade e na maioria dos bairros da cidade.

Pensar no crescimento da violência ou da criminalidade e o modo como estes se apropriam do espaço, é pensar também no crescimento do espaço urbano. O modo como a criminalidade se estrutura e se organiza no espaço urbano passa a ser então a grande problemática nas análises desses fenômenos. Raffestin (1993) diz que o espaço é anterior ao território, como se fosse uma matéria prima, apropriado por relações de poder, nesse sentido, é a partir do espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território à medida que ocorre a apropriação material ou simbólica do espaço pelos sujeitos que estão nele inseridos.

Em Altamira, a produção do espaço pelos atores sociais (imobiliárias, população atingida por Belo Monte, e o Estado), a reorganização do espaço urbana, os processos de ocupação das áreas periféricas e os processos de segregação sócio espacial, acabam por produzir espaços de exclusão social, e exclusão da lei, estas configurações espaciais tendem a serem apropriadas por organizações criminosas, que tendem os assumir como espaços de poder.

Neste primeiro momento, não estamos aqui definindo estes espaços em Altamira como redutos da violência e do crime, mas, exemplificando que todas estas características assumidas por estes espaços, tendem a enfrentar esse problema. Raffestin (1996) comenta que, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar. Nesse sentido, Fernandes (2008) escreve que a formação do território é um processo de fragmentação do espaço, a violência é capaz de fragmentar o espaço uma vez que “os indivíduos lutam para manter seu território e sua posição de bem-estar, os grupos lutam para manter seu *status quo*, seu território e garantir sua sobrevivência” (FRANCISCO FILHO, 2004, p.32), e as organizações criminosas o fazem, de forma a garantir sua hegemonia, muitas das vezes utilizando da lógica perversa de poder, a violência.

Definir territórios do crime em Altamira aqui nesta seção ainda é cedo, e nem é possível afirmar que há a existências destes territórios, contudo, podemos aqui refletir neste momento sobre um crime que é base para a deflagração de inúmeros processos que geram a violência urbana, o tráfico de drogas, que é uma prática criminosa revestida de poder, e quem tem a capacidade de fragmentar o espaço. Com o advento de Belo Monte, cresce o número de consumo de entorpecentes na cidade como evidenciam Moreira e Herrera (2015), conseqüentemente a disputa pela venda e controle de pontos específicos ganham contornos de guerra, de 2017 para cá, o aumento dos homicídios relacionados ao tráfico de drogas cresceram. Dessa prática criminosa advêm ações violentas estabelecidas para manter os

territórios do tráfico e a dinâmica dos negócios. Daí surge às guerras do tráfico, os assassinatos de indivíduos que não cumprem a lei que rege tais espaços e negócios. Os espaços urbanos que dispõem de infraestrutura precária, perca do direito a cidade, segregados sócio e espacialmente, e onde o Estado não se faz presente, são costumeiramente, espaços com maior vulnerabilidade diante dos problemas de violência e criminalidade.

Contudo, não é apenas o tráfico de drogas, como prática violenta que tem o poder de se territorializar, há outros crimes que o podem também, por exemplo, os crimes de furtos e roubos, tendem a ter uma proximidade com as áreas comerciais, já os crimes contra a vida, atingem as áreas carentes de infraestrutura, porém, isso não é uma regra, pois as especializações desses delitos não são homogêneas. Outro exemplo é territorialidade cíclica de Souza (1995), que diz respeito a uma alternância do uso dos espaços diurno e noturno.

Há outros problemas decorrentes da reorganização do espaço urbano decorrentes de Belo Monte, e outros problemas relacionados a violência e a criminalidade. Estas análises ficarão para o capítulo que discutirá as transformações do espaço urbano, e como a violência interfere nesses processos. Para o suporte das análises da criminalidade dentro da ciência geográfica, o conceito de espaço e território partirão de autores como Santos (2012), Lefebvre (2006), Raffestin (1993), Corrêa (1993), Souza (2013), Ferreira e Penna (2005), Gomes (2016), Chagas (2014), Francisco Filho (2004), Santos, M.A. (2012), Fernandes (2008).

1.1.1. O Conceito Geográfico de Espaço na perspectiva dos estudos de violência urbana

Estudar o espaço nessa perspectiva da violência, é no sentido de compreender a relação deste com o homem, o homem considerado como produtor, e o espaço como produto. Sobre o espaço, como elemento de fundamental importância na compreensão da realidade, faz-se necessário retomar o que Santos (2012, p.63) diz, na qual ele conceitua o espaço:

[...] é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

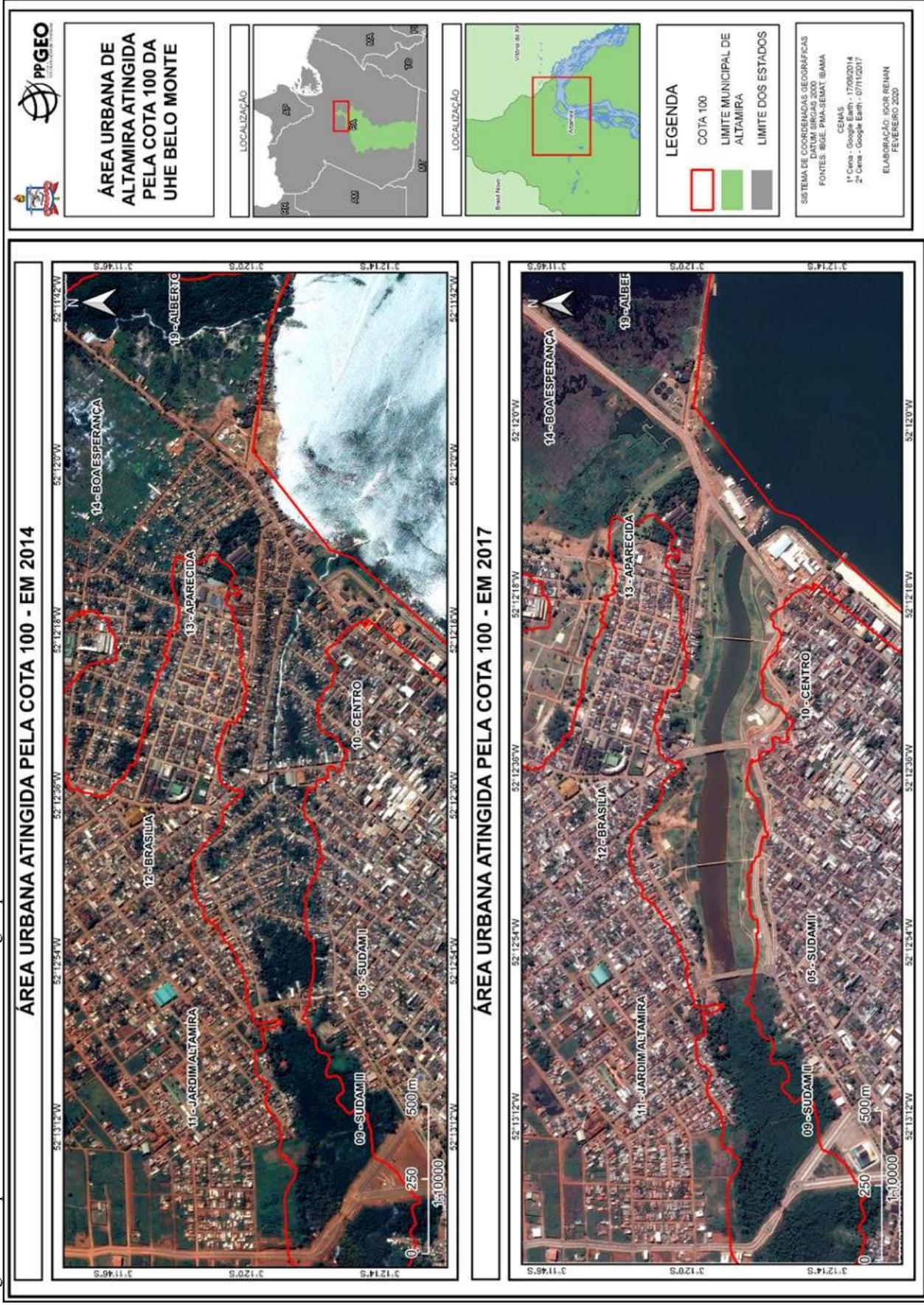
Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. A indissociabilidade é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de

ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades. Fernandes (2008) reflete que ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais.

Destarte, a construção da UHE Belo Monte na região da Volta Grande do Xingu, condiciona a zona urbana de Altamira a vivenciar uma reestruturação do seu espaço urbano, as mudanças espaciais impostas pela obra, criaram uma nova dinâmica espacial, e transformaram o espaço da cidade. Miranda Neto (2016) afirma a obra de Belo Monte, produziu alterações sem precedentes na dinâmica regional, com os impactos sendo mais intensos na área urbana de Altamira.

Assim, o mapa abaixo nos mostra estas “quebras do tecido urbano” ocasionado pela UHE Belo Monte e suas transformações. Este evidencia, a retirada de várias famílias que viviam no centro urbano da cidade, evidenciando a tendência de afastamento da população de baixa renda da área central de Altamira, bem como a reurbanização e a requalificação das áreas remanescentes (MIRANDA NETO, 2016).

Figura 4: Mapa da área do Centro Urbano atingida pela cota 100 da UHE Belo Monte.



Elaboração:

Nesse sentido, o espaço para Santos (2004), é detentor de paradigmas que uma vez quebrados implicam em mudanças complexas. Relacionamos aqui, não ao espaço de uma forma geral, mas ao espaço da cidade, o espaço urbano, local onde a violência encontra o seu palco privilegiado. Imaginemos a cidade de Altamira, suas leis e ordens, são elas que promulgam o espaço da cidade, são elas que regem o viver em sociedade de forma harmoniosa, ou agem de forma a evitar os conflitos.

Uma vez infringidas, torna o agente causador da quebra, um alvo das sanções penais. Esta concepção que está dentro do espaço para Santos (2004), nos leva a pensar no espaço urbano de Altamira e toda a sua quebra de paradigmas nos anos de construção e operação da UHE Belo Monte, consideramos aqui nesse contexto, a obra, como toda obra desse porte na Amazônia, um grande agente causador de quebras de leis ambientais e urbanas, ocasionador da desarmonia do cotidiano dos habitantes que foram afetados por este empreendimento, e causador de severos conflitos urbanos. Miranda Neto (2016), nesse sentido, afirma que as consequências da inundação provocada pela barragem do rio, provocam variadas transformações no espaço urbano. Estas transformações afetam não somente o tecido urbano e suas estruturas, mas afetam também o cotidiano e o modo de vida dos habitantes locais.

Sobre o espaço da cidade, Corrêa (1995) por sua vez, considera a cidade como espaço urbano, e a análise geográfica desse espaço, podem ser feita de diferentes modos, de acordo com as diversas correntes geográficas. Cavalcanti (2008, p.148) menciona que “as cidades, locais complexos que abrigam a maior parte da população, são de fundamental importância para a construção da vida social”. É na cidade que a maior parte da população vive, neste espaço concentram-se distintos grupos sociais que constroem o espaço urbano.

Quando refletimos sobre o espaço urbano, e a sua relação com a violência ou com o crime, o homem em sociedade então se vê cercado de regras, um conjunto de leis e normas que são determinadas para reger a sua vida em sociedade. O homem então encontra-se subordinado a seguir as regras impostas, porém, este mesmo homem, também tem o poder de subordinar este espaço as suas ações. O espaço é então apresentado como fator social e não um reflexo da social, o que Santos (2004, p.181) chama de instância da sociedade, corrobora dizendo que “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia”.

Desse modo o espaço para Santos (2004 apud SAQUET E SILVA, 2008) deve ser considerado como totalidade, considerando os processos tanto do passado como do presente,

nas relações realizadas através de funções e formas, configurando o espaço como resultado e condição dos processos sociais. O espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem, o espaço passa a ser uma instância subordinada a lei da totalidade:

É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. (SANTOS 2004 apud SAQUET E SILVA, 2008, p.8)

Pensar a geografia do crime é entender como ele se organiza, como se estrutura e como isso reflete no espaço urbano. É na produção do espaço urbano que a criminalidade encontra forças para se reproduzir e garantir sua sobrevivência, afinal, o crime sempre encontra novas formas de se adaptar e se relacionar ao meio.

O espaço urbano estrutura a organização do crime, assim como o crime reestrutura a organização do espaço, o que sugere que há inúmeros fatores que corroboram com isso, que obviamente, não surgem da noite para o dia, há historicidade e um tempo, no caso do nosso estudo, o evento que desencadeia a capacidade da cidade de Altamira de reestruturar seu espaço, é a construção da UHE Belo Monte, que também, desencadeia outras reestruturações, entre elas a reestruturação da violência e da criminalidade, ou advento de novas formas de violência e crimes. Isto nos remete a que Santos (2012) diz sobre o espaço, que os sistemas de objetos e o sistema de ações interagem, de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Assim, quando olhamos para violência ou para o crime, deve-se imaginar que há sempre algum processo histórico por trás, que levou tal delito a acontecer. É a rua que está a dias sem iluminação e propiciou o roubo, é o desemprego que fez o criminoso cometer o furto, o homicídio que foi causado por dívidas de tráfico, é estrutura econômica do qual o agente que comete o crime tenta se inserir (por meio da violência), ou pode ser a falta de sinalização que propiciou o acidente de trânsito, entre outras inúmeras condições. O espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, em conjunto, construindo a história. Este movimento cíclico e ininterrupto é o processo de produção do espaço. Nesse sentido Francisco Filho (2004 p. 27) afirma que:

O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e se cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma geografia do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, conseqüentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e personalidade própria, estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ser do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano, como consequência final de todo o processo.

Lefebvre (2006) aborda em sua obra, a teoria da produção do espaço, considera o espaço (social) fundamentalmente atado à realidade social como um produto (social), o espaço não existe em si mesmo, ele é produzido, portanto um espaço social. O espaço social é produzido por aquilo que o autor chama de *formantes*, ou, momentos de produção do espaço, dividido em três dimensões. Essa tríade, referem-se a prática social, representações do espaço e espaços de representação.

a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance. b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”. c) Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação. (LEFEBVRE, 2006, p.59)

Nessa concepção, as representações do espaço, ou o espaço concebido como Lefebvre (2006) designa, dizem respeito ao espaço produzido por cientistas, arquitetos, urbanistas, é o espaço dominante numa sociedade, um modo de produção dotado de inteligência. O autor afirma que as representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato. Concordando com Lefebvre (2006), Corrêa (1995, p.11) explicita que o “espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, cheio de símbolos, é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”.

Já os espaços de representação, ou o espaço vivido, é o espaço dos habitantes, dos usuários, trata-se do espaço dominado. A este espaço dominado, relacionam-se diretamente aos espaços urbanos segregados, impostos pelo modo de produção do capitalismo, do qual a imaginação e/ou ação de diferentes atores sociais tentam se apropriar. Sendo assim, a

produção espacial mostra-se desigual, posto que o espaço urbano encontra-se associado à produção social capitalista que se (re) produz desigualmente (FERREIRA, 2007).

Nesse sentido de produção do espaço, Corrêa (1995) comenta que o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também, daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. A produção do espaço é realizada na concepção do autor, por diversos agentes sociais, como os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, e, os grupos sociais excluídos. As práticas desses agentes sociais levam a um constante processo de reorganização espacial, onde novas áreas são apropriadas ao espaço urbano. Santos (2012, p.106) também corrobora nesse sentido quando diz que:

A nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e, de outro, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade.

Nessa mesma linha, Santos (2004, p.203) dá enfoque no espaço humano, como resultado da produção, o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. Dessa forma o autor corrobora dizendo que “pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural”. É por essa que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço.

Por sua vez, Souza (2013) considera o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. O autor segue, e faz uma distinção entre espaço geográfico e espaço social, o espaço geográfico relaciona-se em um primeiro momento, a superfície terrestre, já o espaço social relaciona-se à superfície terrestre, mas também a essa superfície apropriada, transformada e produzida pela sociedade.

Souza (2013) remete o espaço geográfico a primeira natureza, referente a natureza completamente exterior ao homem e não captada pela sua consciência, correspondendo aos processos e ambientes do “estrato natural” (bacia hidrográfica, ecótopo e ecótono). Já o espaço social, relaciona-se a segunda natureza, que abrange desde a materialidade transformada pela sociedade (infraestrutura, cidades, etc), até os espaços simbólicos e as projeções espaciais de poder.

Desse modo, o espaço Social é, a princípio, algo material, tangível, palpável. Campo de cultivos, pastagens, casas, prédios, cabanas, ocas, estradas, ruas, vielas, picadas, barragens, represas (SOUZA, 2013). Moreira (1982) entende o espaço geográfico como estrutura de

relações sob determinação do social; é a sociedade vista com sua expressão material visível, através da socialização da natureza pelo trabalho. É uma “totalidade estruturada de formas espaciais”.

Essa abordagem tem por base a noção de “produção do espaço urbano”, que sob esse ponto de vista, são as formas espaciais criadas pelos homens, como as cidades, bairros, guetos, áreas de preservação ambiental, parques, expressando as relações sociais vigentes de acordo com a época em que foram produzidas (FERREIRA E PENNA, 2005). O espaço produzido pelo homem, produz funções e formas que explicam a historicidade do passado e que nos fazem entender as relações do presente, seria impossível pensar em crescimento da criminalidade sem a evolução do espaço, se o tempo não tivesse existência no tempo histórico.

Santos (2012, p.38) considera que o espaço pode ser considerado como um conjunto de fixo e fluxos, e das interações entre os dois, expressam a realidade geográfica, definido desta maneira:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

O espaço passa a ser então considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, que sintetiza de um lado a evolução da sociedade, e, explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade, em especial, a violência e o crime:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifesta através de processos e funções. O espaço é, então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2004 p.153)

Dessa forma, Santos (2004) implícita que o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. Observamos então a cidade, e a forma como seu espaço evolui, se há a incidência de violência e conseqüentemente de crimes, criam-se condições para a criações de espaços cada vez mais arquitetados de modo a oferecer o mínimo de segurança para seus habitantes, observamos nesta perspectiva os espaços dos condomínios fechados, ou a arquitetura das casas onde a violência se apresenta com mais força. Na realidade de

Altamira pós Belo Monte, observa-se que o espaço urbano hoje, em destaque para as moradias dos seus habitantes, é dotado de estruturas que tendem “supostamente” a oferecer alguma segurança para seus moradores, nota-se também, a existência de condomínios fechados que se cercam de aparatos de segurança como câmeras de vigilância, guaritas e muros altos.

Os fenômenos de violência e criminalidade estão comumente atrelados as desigualdades sociais, impostas principalmente pelo sistema capitalista de produção no espaço urbano, esta desigualdade tem ocasionado a fragmentação do espaço urbano, fragmentação esta que permite que a cidade crie espaços urbanos segregados.

Devido a esse processo de produção/organização do espaço social/geográfico pelo capitalismo, possuímos uma realidade brasileira que é marcada pela desigualdade e exploração, logo estes temas têm que ser pensados de maneira crítica, longe da neutralidade. A relação entre a produção do espaço urbano, com a produção de espaços que predominam desigualdades socioespaciais, podem estar relacionados aos fenômenos de violências e criminalidade (VIEIRA et.al., 2017).

Gomes (1995, p.57) evidencia que pensar o espaço urbano nos dias atuais, “gera imediata reflexão sobre a criminalidade, a cidade, que na origem da humanidade teve a finalidade de proteger, agora se transformou em um lugar inseguro, perigoso, repartido e fragmentado”.

É na cidade que a saga humana criou ambientes complexos em que as relações sociais, econômicas e culturais da sociedade se rebatem em espaços caracterizados por uma profunda segregação, geradora das formas que condicionam e são condicionadas pelos grupos humanos que neles habitam (FRANCISCO FILHO, 2004). O espaço urbano é produzido pelos agentes sociais de forma excludente, desigual e injusta, coerente com a lógica capitalista que comanda o desenvolvimento das nossas cidades.

Dois pontos devem ser agora indicados. Primeiramente por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se uma característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano também é mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (CORRÊA, 1995, p.8)

De um lado, temos as periferias da cidade, que se tornam aglomerados populacionais, desprovidos de infraestrutura e de qualidade de vida, e do outro, espaços considerados nobres, da alta elite social, como os condomínios fechados, ou bairros de classe média alta, detentores de muita infraestrutura e de uma alta qualidade de vida. Entre a periferia e os espaços

elitizados, forma-se no tecido urbano o espaço da classe média. Esse processo origina um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, porém, extremamente articulado (FERREIRA & PENNA, 2005). Por sua vez, Corrêa (1995, p.7-8) contribui explicando que o espaço urbano é articulado em uma rede de relações que permitem interações de trocas entre essas duas áreas sem alterar a situação de segregação espacial:

Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável[...]. As relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente o centro da cidade. Este é um segundo momento do que é o espaço urbano: fragmentado e articulado.

A produção do espaço urbano, onde a sociedade utiliza-se para moradias ou trabalho, produz várias formas de conflitos que conseqüentemente acabam resultando em algum tipo de violência. Em outras palavras o que Corrêa (1995) nos diz, é que a cidade com seus espaços fragmentados, torna-se então um campo de luta das classes sociais, cada qual lutando com aquilo que lhe é pertinente, a reação de cada classe é dita conforme as normas estabelecidas pelo sistema ou fazendo o uso do poder do qual está inserido, a consequência disso são tensões geradas que por muitas vezes tornam-se conflitos urbanos.

A violência urbana nessa situação, encontra-se em todas as suas camadas da estrutura urbana, surgindo como uma forma de resolver os conflitos entre indivíduos e grupo. Nesse contexto, Corrêa (1995, p.11) fala a respeito do espaço urbano e seus condicionantes afirmando que:

O espaço urbano capitalista, fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas, é produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem.

Seria então, o espaço da cidade, um ambiente dotado de condicionantes geradoras de ações violentas e criminosas, todavia, não é prudente responsabilizar somente o crescimento demográfico do espaço urbano em si e dos seus objetos, como único responsável pelo crescimento dos problemas sociais urbanos e pelo aumento da violência e da criminalidade. Há de se considerar a gênese desses problemas, olhando para as estruturas sociais e econômicas que excluem indivíduos, provocando intensas mobilidades e concentrações espaciais (FELIX, 2002). Contudo, também é prudente não responsabilizar somente as classes que são excluídas socialmente e economicamente, é necessário compreender que os fenômenos de violência e criminalidade, se organizam e se reproduzem tanto no espaço

elitizado, como no espaço periférico, entretanto, as forças hegemônicas do espaço urbano, acabam por penalizar os espaços periféricos, assim, estigmatizando estes espaços, como berços de toda sorte de violências, ou redutos da criminalidade.

Portanto, as situações que envolvem estes dois fenômenos são resultados de ações humanas nas relações entre homem e espaço. A criminalidade ao se manifestar espacialmente, tende a modificar as percepções espaciais, sendo capaz de deteriorar os espaços urbanos tanto na sua estrutura física, como nos níveis de aglomeração ou esvaziamento, e/ou colabora para a criação de espaços do medo, o que Souza (2008) chama de *Fobópole* ou medo da cidade, dessa forma, conduzindo o espaço urbano a áreas cada vez mais fragmentadas pela violência e pelo crime.

1.1.2. O Conceito de Território na perspectiva dos estudos de violência urbana

Para as análises espaciais e geográficas sobre violência e crime, o conceito de território é considerado importante, sobretudo por que está ligado diretamente aos processos de construção, controle, poder e dominação do espaço geográfico. O território como categoria de análise, ganha esse destaque, pois, expõe um fator de extrema relevância na produção das ações e nas relações criminosas, que é o poder exercido por atores sociais (CRUZ E SÁ, 2013).

Ao refletirmos sobre os territórios da criminalidade no espaço urbano, encontramos diferentes situações, no espaço urbano podem existir múltiplos territórios dos mais variados tamanhos. Souza (2011), diz que, os territórios existem e são construídos nas mais variadas escalas, indo das mais pequenas, como rua e bairros, até as de maior proporção espacial, como cidades, estado e países, e que estes territórios são estabelecidos e extinguidos dentro de diferentes escalas temporais, sejam em séculos, décadas, anos, meses ou dias, podendo ter um caráter permanente ou também, uma existência periódica, em ciclos. Fernandes (2008) reflete que na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania.

Os fixos e fluxos provenientes do espaço que Santos (2012) apresenta, é resultado da produção espacial realizada pelo o homem na cidade. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1994). Dessa maneira o espaço urbano apresenta-se como um palco dotado de múltiplas e complexas dinâmicas, e tem nas relações sociais, ações e processos que sustentam o surgimento de territórios, sobretudo, relacionados as relações de poder exercidas por grupos em decorrência da dominação de um espaço, ou de outro grupo, geralmente essas ações de conquistas ou

delimitações de territórios urbanos são marcadas pelo o uso da violência e pela existência da criminalidade.

Segundo Gomes (2016), as relações que se instalam em determinado espaço bem como a estrutura física construída pelo homem definem o território que ali se formará. Salientamos a importância de considerar também a relação do território com o conceito de espaço, pois, sem a apropriação do espaço por determinados grupos ou agentes sociais, o território não será consolidado. Sobre isso Raffestin (1993, p.143-144) expõe que para entender o território é fundamental compreender o conceito de espaço, considerando que o espaço antecede o território:

O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço.

Fernandes (2008) contribui dizendo que o ponto de partida para uma reflexão sobre o território é o espaço. Desse modo, o conceito de espaço não deve ser entendido de forma desarticulada do território, mas o território deve ser entendido como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço. Na concepção de Raffestin (1993) o espaço é matéria-prima, é a realidade material que pré-existe há qualquer ação. É a partir do espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território à medida que ocorre a apropriação material ou simbólica do espaço pelos sujeitos que estão nele inseridos.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Santos (2002, p.10) corrobora dizendo:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território é produzido conforme as intencionalidades de quem o produz. Assim, é importante sinalizar que ações e intervenções humanas tornam-se relevantes do ponto de vista da apropriação de espaços, que retornam a visão de território com base nas relações de poder.

Ferreira e Pena (2005) entendem o território como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é a apropriado, ocupado por um grupo social, portanto, é no território que os diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem.

O território seria então uma realidade social, que no caso, são as interações homem-homem, e homem-espaço, que se materializa em um determinado espaço social. Haesbart (2004) diz que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo social em relação ao seu espaço vivido. As sociedades produzem o espaço pelas relações sociais, os frutos dessas relações valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais. Sobre isso Santos (1996, p.51), comenta que “a configuração territorial possui “uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais” e esse conjunto de relações expressa uma “configuração geográfica”.

O território é, então, fruto da produção humana, marcado por características impostas pelo tempo e pelo trabalho, assumindo assim identidade e, ao mesmo tempo, funcionalidade, valores e poder, como destaca Lima (2016, p.36):

A apropriação do espaço transforma-o em território, definindo limites e fronteiras para o seu domínio, que se estabelecem por meio de confronto e luta. Território tem limites e restrições ao acesso dos que a ele não “pertencem”. Os territórios são representação de poder. Há os territórios das gangs, dos índios, da cidade, das unidades da ESF. Nos territórios há domínio e poder, estabelecidos por quem domina, com normas e regras formais ou informais.

A apropriação desses espaços, principalmente os espaços onde o Estado se mostra insuficiente, fornece condições para que outros agentes passem a territorializar estes espaços, estabelecendo relações de poder para controlar a população e realizar suas atividades ilegais, sobretudo o tráfico de drogas, são nestas condições que o crime organizado se fortalece no espaço urbano, sobretudo nos espaços que há ausência do Estado, estes vazios são preenchidos pelas forças de dominação que estes grupos organizados impetram, seja pelo uso da violência física, muito usado pelas facções, ou a violência de modo mais velado, como acontece com o *modus operandi* das milícias que impetram subordinação, pela ordem e, sobretudo pelo medo. Sobre isso, Francisco Filho (2004, p.29) ao olhar para a cidade, observa que a ausência do Estado é preenchida por uma [...] “estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da força e da intimidação com o objetivo de garantir o território e, portanto, a perpetuação do processo produtivo em que o tráfico está inserido”.

O autor segue em sua linha de pensamento e diz que criminalidade violenta não possui um espaço próprio dentro da estrutura urbana, mas desenvolve-se em todos os seus estratos como uma forma humana de resolver os conflitos entre indivíduos e grupos. Assim, declara Francisco Filho (2004, p. 32), “Os indivíduos lutam para manter seu território e sua posição de bem-estar, os grupos lutam para manter seu *status quo*, seu território e garantir sua sobrevivência”. Afirmar-se, portanto, que a violência se expressa territorialmente de duas formas: em ações isoladas, não articuladas e destituídas de disputa territorial e em ações organizadas, cujo território exerce um papel essencial tanto como substrato para a ação criminosa, quanto como um local seguro, longe da ação da lei.

Ferreira e Pena (2005, p.5043) contribuem dizendo que “espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os faz seus espaços de poder”. Nesses territórios, assim constituídos, grupos criminosos, de menor ou maior organização, apropriam-se desse espaço, se instalam, dominam a população e o local, e aí se fortalecem para desenvolver suas ações. Desse modo criam-se condições para o surgimento do território da violência no espaço urbano:

Cria-se assim o território da violência, porções do espaço urbano apropriadas pelas organizações criminosas, que exercem seu poder sobre eles transformando-os em redutos de poder do crime organizado que daí comanda sua atuação na cidade, enfrenta o estado e manobram o seu exército formado pela população excluída que habita esses locais.

De todo modo, seja qual for o sentido que o território assume, estará sempre em relação direta com o poder, tendo em vista que este é a condição da existência do território. O poder se apresenta, tanto como dominação, como apropriação. “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p. 57).

Pohlmann et. al. (2016), evidenciam que a ideia de território é associada à dominação ou à apropriação do espaço pelo homem e, por consequência, ao exercício do poder sobre os outros homens. Este domínio e apropriação do espaço são instrumentos estratégicos, tanto na guerra, como um elemento de manutenção, conquista e exercício de poder através da violência, autoridade, competência. Vale ressaltar que as primeiras abordagens de território tinham como agente fundamental de detenção do poder do estado, sendo este o responsável

pela conquista de novos territórios (expansão física), pois a terra representa o seu valor e consequentemente o poder (BORGES et.al., 2016).

Raffestin (1993) também defende que o que determina fundamentalmente o território é o poder, o autor elabora essa concepção de território tendo como base o território enquanto produto da apropriação do espaço estabelecida por relações de domínio, ou seja, pelo poder, já que segundo o mesmo, o espaço aparece como matéria-prima, o território então resulta da sua apropriação e dominação. Dessa forma o autor explicita que:

[...] o estabelecimento do território decorre de uma produção do espaço que envolve múltiplas relações; um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta”, resultante do entrechoque espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial. O autor afirma que não existe vazão de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos. (RAFFESTIN, 1993 apud ALMEIDA et. al., 2018 p. 222)

Desse modo destaca-se o poder como uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por diferentes atores sociais. Na análise de Raffestin (2003) esse poder é relacional e não absoluto, pois está permanente em todas as relações sociais. De outra maneira, é de se afirmar que esse poder se manifesta em ordem e desordem, e nas articulações dos usos territoriais, o que acaba por gerar conflitos entre os diferentes atores sociais por meio desse uso do poder (RAFFESTIN, 2003).

Sobre as relações de poder que concebem à territorialidade dos espaços. Souza (1995, p.78) enfatiza que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, desta maneira o território seria as relações de poder que se dão em um determinado espaço:

Território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN. [...].

Para o autor, a noção intuitiva de território tem a ver com limites, com fronteiras, com a projeção no espaço, de um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferentes.

Sendo assim o poder é exercido por diferentes atores sociais. Esse poder é relacional e não absoluto, pois está permanente em todas as relações sociais. Por outro lado, é de se afirmar que esse poder se manifesta em ordem (Estado) e desordem (criminosos), e nas articulações dos usos territoriais. Por isso, o território acaba por gerar conflitos entre os diferentes atores sociais por meio desse uso do poder. Esta ideia de poder é colocada por Souza (1995), sofre influência a partir de uma conceituação de Hannah Arendt (1985, p.24

apud SOUZA, 1995, p.80), que esclarece sobre o entendimento de poder, nos seguintes termos:

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (potestas in populo, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece.

Nessa ideia, Souza (1995) busca suporte em Arendt (1985) para o conceito de poder, que o considera como componente da habilidade de agir em comum acordo, como algo inerente a um grupo que o mantém enquanto ele estiver unido, quando um grupo está em vias de se decompor, a violência emana.

Um exemplo dessas relações de poder são os espaços dominados por organizações criminosas, que legitimam sua ascensão, domínio e sobrevivência, usando a violência como forma de mostrar poder, ressaltamos ainda que, o crime é produto de uma ação social que ocorre em determinado território, e que neste ele se reproduz de forma expressiva e ascendente, fazendo com que o território seja também objeto de litígio entre os próprios criminosos, como é o caso evidente do delito de tráfico de drogas, os grupos criminosos na tentativa de expandir a área de abrangência de seus negócios, necessitam sobrepujar os seus domínios territoriais, onde, na maioria das vezes, a consequência dessa expansão reflete ações violentas, da demonstração de poder pelo uso da ação violenta. Aqui neste ponto, e sem nos aprofundarmos tanto, pois iremos discutir mais à frente esta questão, destacamos a deflagração dos embates sangrentos entre facções em território altamirense. Antes da construção da UHE Belo Monte, Altamira convivia com o embate entre gangues rivais, rixas que na maioria das vezes não passavam de agressões físicas entre estes grupos, os domínios desses grupos ficavam restritos apenas aos seus locais de origem, bairros como o Centro, Brasília e Açaizal eram famosos pelas gangues que existiam em suas áreas. Com o advento da construção da UHE Belo Monte, essas gangues de bairros perdem força, pois são sobrepujadas pela chegada de grupos criminosos organizados denominadas facções, vindas sobretudo da região sudeste do país, que encontram condições favoráveis ao seu crescimento, domínio, expansão e lucro, especialmente com a venda de entorpecentes, aquecido pela alta demanda e consumo deste tipo de ilícito. Altamira torna-se então um mercado favorável para estes grupos, pois no período de construção da obra, o grande fluxo populacional e consequentemente uma maior circulação de capital, fortaleceu o crescimento do comércio de

drogas. Dominar este mercado passou a ser o alvo dessas facções, e daí, surgem os conflitos revestidos de poder e violência que são impetrados por estes tipos de grupos organizados.

O tráfico de drogas é uma prática criminosa revestida de poder, constituindo-se num indutor de outros processos que geram a criminalidade violenta, como roubos, furtos, estupro. O Estado também age de forma violenta, tentando legitimar seu poder, a diferença é que o poder do Estado é legitimado, e o das organizações criminosas, um meio de manter sua sobrevivência. Sobre a diferenciação desses poderes Raffestin (1993, p.51) coloca:

Marcado por uma maiúscula, resume a história de nossa equiparação a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”. Temos aí o relaxamento do termo. O Poder com uma letra maiúscula postula, “como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais” (...) o “Poder”, longe de ser negligenciável, se torna mais familiar, mais marcante e também mais habitual quando aparece envolto em sua dignidade de nome próprio.

Raffestin (1993) explica que existe uma ambiguidade que envolve o termo poder. Quando marcado com a letra maiúscula (Poder) resume a história de nossa de nossa equiparação a um "conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado". Este Poder representaria a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação. Dessa forma, o Estado mostra sua soberania sobre o território, através das leis que regem o comportamento dos indivíduos em sociedade.

O poder com a letra minúscula, nome comum, “esconde-se atrás do Poder, nome próprio. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (RAFFESTIN, 1993, p.52). A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. O primeiro é mais perceptível porque se manifesta por meio dos aparelhos complexos que encerram o território.

Encontra-se então no território processos que permitem manifestações de todas as espécies de relação de poder. O território dessa maneira, é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica uma territorialidade no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas, que se traduzem por malhas, nós, e redes, delimitando campos de ações, de poder nas práticas espaciais e que constituem o território como materialidade. (SAQUET, 2013).

Chagas (2014) evidencia que o processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou criminalidades. Para Raffestin (1996) não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a ser territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo

grupos criminosos. O surgimento de espaços urbanos precários nesse contexto faz surgir um novo ponto no espaço a ser disputado e conquistado pelos agentes territoriais. Chagas (2014, p.190-191) enfatiza dessa forma que:

A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados, etc.). Neste contexto as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões, nessa perspectiva, o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano.

Souza (1994, p.21) reflete dizendo que “os processos de globalização e fragmentação implicam em territórios diversos que se constituem, especialmente em geografias das desigualdades”. Nestes lugares onde prevalecem elevadas taxas de desemprego, baixa atuação do Estado, sensação de insegurança e precários indicadores sociais, acabam criando condições para que as atividades criminosas se instaurem. Assim, as atividades ilegais, o adensamento e a expansão de redes ilícitas articulando grandes pontos, resultam em espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização (SOUZA, 2008).

A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço (FERNANDES, 2008). O espaço urbano sofre fragmentação por meio das forças hegemônicas do capital, mas também pode ser fragmentado pelo tráfico de drogas, produzindo territórios em que os crimes são mais frequentes, ou aquele que o comércio de drogas é mais frequente. O território é, assim, reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência (CHAGAS, 2014).

Geralmente estes territórios são conquistados através da violência e se legitimam através delas. Gottmann (1973, p.1-15) diz que o “os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências”. Na análise desses territórios comandados pelo tráfico, Souza (2013, p.87), em sua obra, diz que o “espaço territorializado, é, em última análise, um instrumento de exercício de poder, dessa forma, o autor contribui para entender os processos de territorialização da violência e do crime, nessa perspectiva é necessário indagar, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço”? “E também quem influencia ou domina quem nesse espaço, e como”?.

Haesbaert (2006) defende a discussão acerca do território-rede, essa concepção permite verificar que o território está em constante mutação, em função das relações estabelecidas a partir da conexão com outros espaços, ao contrário das análises voltadas para o território-espaço. Dessa forma, é possível compreender que, paralelamente a um determinado poder exercido, existem outras formas de dominação impostas por grupos organizados.

Nessa perspectiva de território, pode-se entender como as facções criminosas estabelecem conexões entre vários territórios, dentro de um território legitimado, um exemplo disso, é a expansão das organizações criminosas brasileiras, que expandiu suas fronteiras de negócios além das fronteiras brasileiras, e se impondo através de um poder paralelo ao do Estado. Haesbart (2006) contribui para entendermos o advento das facções criminosas originárias do sudeste do país em solo altamirense, e a formação de alianças com facções regionais.

O território lembra as fronteiras e limites que dividem o espaço em um mosaico de formas espaciais bidimensionais em que cada uma delas apresenta uma integridade interna e distintas identidades territoriais. Já a rede, ao envolver conexões, fluxos e mobilidade, ao contrário se estende sobre o espaço, cobrindo-o e aproximando e conectando diferentes agentes sociais e lugares, regiões e países distantes. Estabelecer territórios ou territorializar-se, atualmente, no espaço geográfico, significa também tecer, construir e/ou controlar fluxos e redes, de diferentes conteúdos e formas, e criar referenciais simbólicos afirmar uma dada identidade territorial, num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBART, 2004 apud SILVEIRA, 2018).

Fernandes (2008) considera o território dotado de pluralidade, com diferentes formas. Para o autor, temos territórios materiais, que são formados no espaço físico, e territórios imateriais que são formados no espaço social, a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias, e cada um, não subsistem sem o outro, são indissociáveis. Dessa maneira, o território material é resultado de uma relação de poder que é amparada pelo território imaterial como o conhecimento, teoria e/ou ideologia. Fernandes (2008, p.8) considera três tipos de territórios de materiais:

Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

A dimensão material diz respeito à área do território, aos objetos geográficos influenciados/dominados/apropriados pelo sujeito territorial. A dimensão imaterial corresponde às estratégias dos sujeitos para a construção de um território; são as ações, representações espaciais criadas, a disputa de forças com outros sujeitos, as ideologias e os discursos, posicionamentos políticos, manifestações e outras formas imprimir o poder

Dentre esses três tipos de territórios na concepção de Fernandes (2008), há de se destacar o terceiro território para o entendimento dos fenômenos da violência e da criminalidade. O terceiro território é formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder, o autor define que são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos, nessa perspectiva os exemplos de territórios fluxos ou móveis podem ser definidos por agentes que territorializam o espaço, como o caso do tráfico de drogas ou a prostituição. Quando há estes tipos de territórios no espaço urbano, principalmente os territórios que são comercializados entorpecentes, e há uma disputa pelo domínio deste território, em algum momento estarão sujeitos a tensões, vindo aflorar violência, o que segundo Arendt (2009), indica a perda de poder.

Nesse contexto, é o homem quem territorializa o espaço, empreendendo sobre este seus desejos, aspirações e sonhos. Esse processo de territorialização deve ser entendido como algo que acontece diariamente, haja vista o fato de o território não ser estático e sim algo que se constrói constantemente, fruto das ações humanas. O território se assume então enquanto espaço que reflete a manifestação da história do homem (LIMA, 2016 apud RODRIGUES SOUZA, 2019).

Santos (2002, p.9) corrobora nesta questão dos territórios em disputa dizendo que:

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar.

Nessa concepção, o território atrelado a dinâmica urbana e a sua relação com os indicadores de violência e criminalidade, deve-se considerar que grande parte dos problemas concernentes a cidade são resultados de processos passado, uma vez que as cidades, se reproduzem segundo a lógica do capital, guiado pelas desigualdades que são geradas a partir da valorização capitalista do espaço, o que induz ao agravamento da problemática urbana, desse modo as desigualdades são mais visíveis nos espaços periféricos da cidade. Nestes espaços, a violência e a criminalidade encontram maiores oportunidades de engendrar

territórios, à medida que a deficiência de planejamento, saneamento, policiamento são escassos ou mesmo inexistentes (VIEIRA, SANTOS e CHAGAS, 2014).

1.2. Os reflexos das múltiplas violências no espaço urbano – violência, crime e criminalidade

Para o entendimento da pesquisa, é necessário fazermos uma explicação conceitual sobre os significados de violência, violência urbana, crime e criminalidade, uma vez que apresentam semelhanças, porém, são termos distintos. Os termos e suas expressões que compõem a temática deste trabalho são expressões que se manifestam dentro do espaço urbano como um fenômeno socioespacial, que provocam inquietações no cotidiano do cidadão, e afeta todas as classes sociais, culturais, raças e credos, como Odalia (2012) nos diz, há uma “*democracia na violência*”, nenhum indivíduo está isento dessa expressão, todos, em alguma fase da vida, irão passar por algum tipo de violência.

Nesse sentido, dentro do contexto sobre violência e violência urbana, podemos também encontrar as expressões relacionadas comumente a violência, são elas, crime e criminalidade, que, apesar de serem parecidas, e andarem juntas, são distintas. Nesta primeira parte desse capítulo, iremos nos ater a expressão da violência e violência urbana, seguidos posteriormente pelo entendimento do que é crime e criminalidade.

A terminologia da palavra violência é polissêmica, ou seja, há vários sentidos que podem ser adotados para a mesma palavra. Kuge e Dahlberg (2002), dizem que é possível definir a violência de muitas maneiras, ela não se atém a uma única definição. Nesse sentido, a palavra violência tem seu uso derivado para descrever as mais diferentes situações, como a violência da natureza, a violência das paixões, a violência das imagens, a violência do trânsito, entre outras (MAGRINI, 2014).

Minayo (2006) por sua vez, entende que este termo é complexo, polissêmico e controverso. Dentro dos contextos sociais, a violência pode ser representada e entendida de várias formas. Este termo pode ser empregado tanto para um homicídio, como para maus tratos físicos, verbais, emocionais ou psicológicos contra uma criança, ou, contra qualquer outro indivíduo. Dentro das relações profissionais, por exemplo, a violência pode ser entendida e representada como uma forma de coação ou intimidação, ou uma violência caracterizada pelo assédio moral (SACRAMENTO e REZENDE, 2006).

Seguindo, partimos do fato, que a violência sempre existiu, em todos os tempos, em todas as eras, foi através dela que as sociedades se transformaram no que são hoje, Lira (2014,

p.57) destaca “que seja em épocas mais remotas, seja em recentes períodos marcantes da história, a violência esteve presente e registrou-se de diferentes formas na vida humana”. Odalia (2012) contribui dizendo que o viver em sociedade sempre foi um viver violento, a violência sempre está presente, e se apresenta em várias faces, foi por ela e através delas, que as sociedades se formaram.

Já para Misse (1999), o autor afirma que o termo violência, não deve ser colocado no singular, não existe “violência, mas sim violências, no plural. O que há é, uma pluralidade, múltiplas ações que são designadas como violentas, em diferentes graus de visibilidades, de abstração e de definição de suas alteridades. Minayo (2006) também contribui nesses dois sentidos, nos dizendo que a violência acompanha toda a história da humanidade, e que a “violência não é uma, é múltipla”. Zaluar (1999) por sua vez explica que além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Desse modo a violência é parte intrínseca da vida social e resultante das relações, da comunicação e dos conflitos de poder entre os indivíduos que compartilham de um mesmo espaço. “Nunca existiu uma sociedade sem violência, mas sempre existiram sociedades mais violentas que outras, cada uma com sua história” (MINAYO, 2006, p.15).

A violência nesse aspecto, é acompanhada ao longo da história da humanidade, complexa e cheia de mutações, sempre de acordo com épocas, locais e circunstâncias, a violência se expressa em um tempo histórico. Sobre isso, Lira (2014) discorre que os fenômenos de violência acompanham o processo evolutivo da humanidade, e que assume representações variadas de acordo com o momento histórico observado. As relações em que a violência é representada tendem a apresentar sempre dois lados de representação, ora como uma manifestação da dinâmica e da trajetória de uma sociedade, ora como um fenômeno específico que se destaca e têm a capacidade de influenciar essa mesma dinâmica social.

À vista disso, pensamos que a violência pode gerar inúmeros outros processos, como exemplo no âmbito brasileiro, a exacerbação da violência é contundente em precarizar ainda mais os serviços de saúde e aumentar o preço dos serviços de segurança, sobre isso Minayo (2006, p.37) discorre:

Também os danos, as lesões, os traumas e as mortes causados por acidentes e violências correspondem a altos custos emocionais e sociais e com aparatos de segurança pública. [...] Ao sistema de assistência à saúde, propriamente dito, as consequências da violência, dentre outros aspectos, infligem elevados gastos com estruturas pré-hospitalares, emergência, assistência e reabilitação, processos muito mais custosos que a maioria dos procedimentos médicos convencionais.

Estes processos também se refletem nas relações sociais e nos conjuntos habitacionais de uma cidade por exemplo. Dentro da cidade podemos encontrar distintos bairros que são

influenciados pelas violências que se apresentam no local, bairros que se caracterizam de modo, onde, uns apresentam certo nível de segurança e com uma excelente infraestrutura, e outros, com precárias condições de segurança e moradia, mas que ainda assim, de algum modo, tentam se cercar de algum dispositivo que forneça segurança para o morador, seja uma cerca, ou um muro por exemplo.

Para Zaluar (1999, p.8), a origem da palavra violência, ela “vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital)”. Para começo de discussão, mostro como a Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência:

[...] como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS, 2002, p.5)

Para Minayo e Souza (1997, p.514) a violência consiste em:

A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciadas, cujas especificidades necessitam ser conhecidas.

Na definição de Minayo e Souza (1997), o destaque fica para a ênfase dada mais para as consequências da violência, do que em relação as causas que ocasionam as ações violentas. Seguindo, é importante destacar, que as autoras acrescentam as características multifacetadas que a violência assume na sua pluralidade, cada qual com suas especificidades, cabendo a análise desse fator para entendimento da ação violenta.

Por sua vez, Michaud (1989, p.10-11) define a existência da violência quando:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indiretamente, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Para Michaud (1989), a violência é assimilada ao desregramento absoluto, envolta de caos, desordens radicais e transgressivas. Mantendo-se distantes das normas e regras que regem as condições de dias naturais, normais ou legais. Interessante notar, que o autor faz um paralelo a natureza de Hobbes (1983), que diz que os homens podem todas as coisas, e para isso, utilizarão de todos os meios possíveis para atingir o alvo, pois os homens são maus por natureza, e possuem um poder de violência ilimitado. Assim, Michaud (1989, p.13) discorre sobre:

Como transgressão das regras e das normas, a “violência” deixa entrever a ameaça do imprevisível. Num mundo estável e regular, ela introduz o desregramento e o

caos. A palavra “violência” é então como a denominação de uma situação de caos absoluto, comparável ao estado de natureza de Hobbes, onde reina a guerra de todos contra todos.

Chauí (1998) define algumas características da violência. Para ela, violência é tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser, é todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém, é todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade, é todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito.

Nesse sentido do uso da força desmedida, Adorno e Nery, (2019, p.171), usam o termo força brutal para nos dizer o que é a violência: são “fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem reconhecida como legítima. Seu uso corrente compreende o emprego de força brutal, desmedida, que não respeita limites ou regras convencionadas”.

Zaluar (1999) explica que o uso dessa força quando ultrapassa os limites, violam regras ou perturbam relações, adquirindo uma carga negativa, a autora ainda nos alerta que o excesso ou descontrole no uso da força nas interações sociais torna a violência como sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão e segregação. Dessa forma, Zaluar (1999, p.8) afirma que a violência:

É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor dos seus efeitos maléficis, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta.

Michaud (1989, p.8) também contribui nesse sentido nos dizendo que o uso dessa força “se torna violência quando passa da medida ou perturba uma ordem”, quando rompe acordos e regras que ordenam relações. Tanto Michaud (1989), quanto Zaluar (1999), nos mostram que a violência só passa a ser violência, quando cria uma condição de sofrimento, o sofrimento passa a ser então, o limiar que caracteriza uma condição violenta. Os acordos e regras rompidos, e, perturbados pela violência, evidenciam os dispositivos legais que regem e normalizam as relações sociais. São elas, as leis, direitos e deveres.

Seguindo, a autora Zaluar (1999) nos remete a refletir sobre a intensidade da violência e qual o grau de percepção pela sociedade. Há violências que tendem a serem normalizadas pela sociedade, e, há violências que geram grande comoção e são reprovadas socialmente. Estas percepções variam culturalmente e historicamente. Minayo (2006, p.13) nos diz que estas manifestações de violência podem ser “aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas,

segundo normas sociais mantidas por uso e costumes ou por aparatos legais da sociedade”. Concordando com Zaluar (1999) e Minayo (2006), Francisco Filho (2004 p.8) comenta que há uma banalização do crime ou um processo cultural que transforma os atos, antes odiosos e pesados ante nossos olhos, em fatos aceitáveis e inevitáveis.

Como exemplo, pensemos no modo de coagir que as forças de segurança do Estado usam para dispersar uma manifestação violenta ou situações de desordem, fazendo o uso de bombas de efeito moral, ou uso de armamentos não letais contra um grande grupo de indivíduos. Para parte da sociedade é louvável e aprovado o uso desses artefatos, para outra parcela, as utilizações desses artefatos representam o uso exacerbado da força, causador de algum tipo de dano físico ou psicológico, sendo, portanto, assim reprovado, este é um exemplo simples, mas que apresenta o uso da força de forma violenta, amparado e legitimada pelo Estado como uma violência institucional ou estatal. Francisco Filho (2004, p.38) aborda que “o Estado pratica a violência sob várias formas, seja através de seu aparelho repressor ou de ações que aprofundam cada vez mais o quadro de exclusão”.

Há outros tipos de violências como a estrutural, este tipo de violência se empara sobretudo nas desigualdades sociais, manifestando-se como um poder desigual sobre a distribuição e utilização dos recursos. A violência cultural se caracteriza pelas violências que se originam das expressões de discriminação contra certos grupos, étnicos, contra gênero e opção sexual, entre outros. E há a violência individual, ela tem origem social e manifesta-se de um modo interpessoal (MELGAÇO, 2004).

Por sua vez, Conti (2019) destaca que a palavra violência, apela fortemente as nossas intuições, concepções ou percepções morais, como ações que nos exigem uma resposta de entendimento delas como moral ou imoral. Assim a nossa percepção do que é ou deixa ser violência, está estritamente ligado a culturalidade e historicidade do meio pelo qual nos relacionamos.

Sobre essa questão, Sacramento e Rezende (2006, p.95) dizem que “a violência está de tal maneira arraigada na vida social de determinadas famílias que passa a ser percebida como uma situação normal”. Os autores, ainda dizem que se o ambiente é violento, este mesmo reproduz a violência, os membros podem ser condutores de condutas agressivas e podem levar essa conduta aos outros ambientes dos quais participam. Observamos aqui, que este entendimento não é sobre juízo de valor, onde indivíduos que convivem em um ambiente violento sejam violentos por habitarem e se relacionarem em um ambiente, há exemplos claros espalhados sobretudo na sociedade brasileira, que nos espaços onde a violência é

reproduzida, há pessoas sim, que tendem a reproduzir estas vivências, porém, há pessoas que reprovam totalmente tais condutas.

O próprio conceito da OMS (1996) apresentado aqui, nos mostra que a violência pode ser entendida de uma forma por uma sociedade do outro lado do mundo, e desse modo, sendo totalmente liberada e aceita por esta sociedade, e aqui no Brasil, esta violência pode ser entendida como repugnante, sendo reprovada por esta sociedade. Sobre esta questão, Magrini (2014, p.89) comenta:

Considerando que a identificação do que seja um ato violento é um processo de interpretação acordado socialmente, percebemos que as “cláusulas” desse acordo vão se alterando conforme o contexto em que foram estabelecidas – o que resulta em que determinadas ações sejam aceitas em certos momentos e criminalizadas em outros.

Por sua vez, Conti (2019, p.92) exemplifica isto, “no passado, a violência doméstica de adultos contra crianças e de homens contra mulheres não era vista com o peso moral que a palavra violência carrega e muitos lugares e culturas do mundo hoje ainda entendem dessa forma”. Diferentemente dos países que aceitam este tipo de violência, no Brasil, esta violência é prevista como crime pelo Código Penal Brasileiro. À vista disso, conceituar o termo violência se apresenta complexo, o que pode ser algo violento para um indivíduo, para outro é só mais um dia de algo comum e normal acontecendo. É importante ressaltar, que na contemporaneidade, o termo violência comporta múltiplos significados (BONAMIGO, 2008).

Quando pensamos em violência, primeiramente o que nos vêm à cabeça, comumente, está relacionado a algum tipo de agressão física, como o disparo de uma arma de fogo, ou uma agressão por arma branca, elas são mais fáceis de serem observadas e identificadas. Habitualmente estamos acostumados a ver nos jornais televisivos, redes sociais, em conversas com um grupo de amigos, ou, até mesmo presenciando ou sendo acometido por algum tipo de violência, afinal, como afirma Odalia (2012), há uma democracia na violência, estamos todos sujeitos a ela. Entretanto, a violência não é somente algo que atinge o indivíduo fisicamente, há aquelas violências das quais não conseguimos perceber com facilidade, que atingem o indivíduo sem ataca-lo fisicamente, mas que mesmo assim, são tão agressivas, quanto o disparo de um revólver contra alguém. Sobre isso, Bonamigo (2008, p.208) explica:

Por exemplo, as concepções de ato violento atualmente são amplas; contudo, tradicionalmente eram vinculadas à existência de dano físico. As modificações em nossa percepção e sensibilidade possibilita hoje abranger novos tipos de violências que antes não eram considerados, como: discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual; situações de constrangimento, exclusão ou humilhação.

Adorno e Nery (2019, p.172) também contribuem nesse sentido:

No mesmo sentido, suas formas e modalidades variam no tempo e no espaço. Em nossa sociedade, a violência está associada tanto às ofensas à integridade física ou ao patrimônio pessoal de quem quer que seja, quanto às agressões aos valores que sustentam identidades, sociais e subjetivas, e às graves ameaças aos direitos humanos consagrados na Constituição e nas convenções de que o País é signatário nesse campo.

Ainda sobre esta questão, Morais (1981) afirma que, a violência é tudo aquilo que pode agredir a integridade do homem, seja ela física ou mental, o autor define a violência em duas vertentes, as “violências vermelhas” como sendo aquelas que o corpo físico do homem é agredido, chegando a ser sangrentas, e “violências brancas”, como sendo aquelas que agredem a moral do homem e afetam a sua sanidade mental, são menos visíveis, mas tão destruidoras quanto a violência anterior. Michaud (1989) enfatiza nesse sentido, dizendo que a violência é, antes de tudo, uma questão de agressões e de maus-tratos. A violência então assume um caráter evidente, ela deixa marcas.

Os prejuízos materiais e físicos são considerados mais importantes, nem que seja por que são visíveis, mas as perseguições morais e psicológicas, a intimidação reiterada, os danos sacrílegos às crenças e aos costumes também podem ser graves. No fundo, a questão é saber quais são os contornos exatos da pessoa e nada garante que esta se limite apenas à individualidade física. (MICHAUD, 1989, p.11)

Concordando com Michaud (1989), sobre as marcas que a violência inflige, temos Morais (1981, p.25) que nos diz que:

“[...]a violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental”.

Minayo (2006) critica a forma como estas formas de violências são tratadas, há um problema de fidedignidade quando se busca compreender os fenômenos violentos, que tendem a ter um lado ideológico com sistemáticas operacionais. Um exemplo disso são os tipos de violência que a sociedade brasileira dá mais ênfase, tanto, que outros certos tipos de violências são “esquecidas”, deixadas de lado, ou tornam-se invisíveis. São elas, roubos, lesões corporais e, o principal delas, os homicídios. Estas violências são mais evidenciadas do que as violências que ocorrem no âmbito intrafamiliar, que as discriminações raciais contra negros, por exemplo, são estas violências que preenchem o conteúdo do programa televisivo e que são os mais aguardados para serem vistos.

Há uma gama enorme de violências, que são caracterizadas por diferentes aspectos, especificidades, lugares, espaços. Em algumas situações, as violências que são praticadas aqui

na região norte do Brasil, não são as mesmas que são praticadas na região sul, “a distribuição espacial dos crimes violentos não ocorre de maneira homogênea no território nacional” (LIRA, 2014, p.27). A Geografia nesse sentido é a ciência que pode dar mais ênfase nas explicações destes fenômenos, pois contam com o componente espacial como objeto de estudo, diferentemente da filosofia ou da sociologia, a própria autora Minayo, que é “socióloga de formação”, explícita, nos dizendo que a “configuração espacial precisa ser incluída e articulada com especificidades históricas, sociais e culturais, visando as ações de promoções e prevenções” (MINAYO, 2006, p.117).

Seguindo, sobre a questão do sofrimento como apresentado mais acima, e as marcas físicas e psicológicas que a violência deixa, Minayo (2006, p.13) enfatiza que em uma primeira vista, o termo violência parece ser um termo neutro, de modo que a reconhecemos e sabemos o que ela pode representar, entretanto devemos ir mais além, “os eventos violentos se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens”. Aqui, a autora enfatiza os modos pelas quais a violência é utilizada. Os termos, autoridade, poder, domínio, posse, e aniquilamento, encontram forças nas concepções de Hannah Arendt (1994). A autora debruçou-se a estudar essas terminologias, sobre tudo, as relações entre violência e poder. Para Arendt (1994), o fenômeno da violência ocorre quando surgem condições favoráveis, entre elas, a perda de autoridade, e, algumas transformações nas relações de poder. Poder e violência tendem aparecer sempre juntos, entretanto são fenômenos distintos. O poder então seria aquilo que mantém o coletivo unido, coexistindo em comum atitude.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. (ARENDR, 1994, p.36).

Em se tratando do poder, ele é inerente aos governos, a violência não faz parte do poder dado aos governos.

[...] o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser essência de nada. (ARENDR, 1994, p.40-41)

A violência na concepção de Arendt (1994), busca meios para se impor, ela necessita de justificação para entrar em ação, entretanto, a violência não pode ser justificada, o poder sim. Sobre o poder em relação a violência, o poder só sobreviverá, enquanto estes grupos

permanecerem unidos, coesos e operativos, caso contrário, “a perda do poder tornar-se uma tentação substituí-lo pela violência”. (ARENDDT, 1994, p.43). Até mesmo os poderes mais despóticos como os governos ditatoriais, exercem poder, pois para governar há conjunto de instituições que o apoiam, como as corporações militares por exemplo. Arendt (1994) nos diz que o poder depende dos números, da coesão dos grupos em comum acordo com suas ideologias. Quando há o decréscimo do poder pela carência da capacidade em agir em conjunto, é um convite à violência.

A concepção de Arendt (1994) sobre a relação entre poder e violência, nos ajuda entender as violências que acontecem no espaço de uma cidade por exemplo. O exemplo claro dessas disputas pelo poder, e impregnação da violência, acontecem nos espaços onde o Estado não se faz presente, ou melhor, se faz presente, porém de maneira ausente. A violência imposta por grupos criminosos organizados em busca da conquista de um território, é um exemplo de como a violência emana nessas ações, é através dela que estes grupos buscam legitimação para a dominação ou proteção desses espaços, entretanto, como Arendt (1994) diz, a violência por mais que tente encontrar justificativas, ela não pode ser justificada.

O poder, nessas ações, não pode resistir à violência, uma vez que, “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder”. (ARENDDT, 1994, p.42).

Politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (ARENDDT, 1994, p. 44).

O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido, ora se o poder pode ser perdido pela violência, é pela pura violência que serão usados os meios para impedir que o poder seja vencido. Tanto no século passado, como neste século, a violência tem sido algo comum à praticamente todas as nações do globo. No âmbito brasileiro, somos conhecidos como um povo cordial e pacífico, entretanto, longe desse mito, vide os últimos 30 anos, temos nos mostrado uma sociedade extremamente violenta.

Posto isso, mostramos a conceituação de alguns autores sobre o que é a violência, o intuito é mostrar que as violências não consistem apenas nas formas de violências contra a vida, ou agressões físicas. Os diferentes tipos de conceitos apresentado, nos revelam que devemos ir muito mais além no entendimento do termo. O termo é tão complexo, que nos

fazem refletir que a violência de um homicídio, não é a mesma violência de uma agressão verbal, embora estejam sob a mesma ótica da expressão violência. Desse modo, a violência não pode ser tratada “como se ela dissesse respeito a somente um tipo de ação, como se todos os atos violentos tivessem o mesmo impacto na vida das pessoas ou como se eles fossem gerados a partir dos mesmos processos” (MAGRINI, 2014, p.85). Nesse contexto, Michaud (1989, p.14) em suas considerações, nos diz que “não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com a sua própria violência segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito”.

Apesar de trabalharmos nessa pesquisa, com as violências contra a vida, como o homicídio, o ato mais hediondo das relações humanas, precisamos ir um pouco mais além. Resumimos que as violências não são restritas apenas as delinquências, há outras formas de violências que atingem o indivíduo tão fortemente, quanto a agressão física sofrida. Violências naturalizadas, como as agressões intrafamiliares, de discriminações raciais, xenofóbicas, ou de gêneros, interpessoais, abusos contra crianças e mulheres, violências contra os idosos ou deficientes físicos, todas estas manifestações violentas formam um ambiente sociocultural adverso, causando danos e deixando marcas profundas aos indivíduos.

Desse modo, entendemos a necessidade para o pesquisador que se debruça a estudar as expressões da violência e suas implicações no espaço, possuir um referencial teórico que o auxilie a entendê-las como um fenômeno complexo, haja a vista, a quantidade de expressões e entendimentos, sobre o que é a violência.

1.2.1. Violência urbana e suas representações espaciais na configuração da cidade

As expressões de violências inferem diretamente na organização espacial da cidade, seja diretamente ou indiretamente. As discussões sobre a produção e apropriação de novos espaços urbanos, e a compreensão dos processos que se relacionam com a organização desses espaços, têm como um dos temas centrais de discussão, a questão da violência urbana. Dentro dessa perspectiva, pensar a cidade, considerando toda a sua dinâmica socioespacial, segundo Araújo e Façanha (2018, p.127), “desprezando o fenômeno da violência urbana, é negligenciar um agente que está presente no dia a dia das pessoas, influenciando, seja diretamente ou indiretamente o modo de vida urbano”.

Beato Filho (1999) comenta que poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a violência. Contudo, isto não é um problema novo, e nem particular do Brasil. Soares (2014, p.184) aponta que é um fenômeno “intrínseco à formação da sociedade

brasileira, a violência e a criminalidade foram acumuladas historicamente, e instituíram-se na contemporaneidade como um dos principais problemas do Brasil”.

Gomes (2005) comenta que o surgimento das cidades teve como umas das finalidades, a proteção de seus habitantes, agora se transformou em um lugar inseguro, perigoso, repartido e fragmentado. As cidades que antes foram criadas para agrupar pessoas em um ambiente seguro, tais quais como grandes fortalezas, hoje, surgem e se reorganizam como redutos dos mais variados tipos de violências, desde a grande metrópole, até a pequena cidade do interior. A cidade que outrora, protegia seus habitantes das invasões de outros povos, hoje, tornou-se um espaço onde, os habitantes se protegem dos seus próprios habitantes, como evidencia Queiroz e Lacerda (2005).

Santos (2012, p.28) ressalta que a violência é um fenômeno que traz diversas consequências ao espaço urbano, e a população que nele reside:

Por fim, ressalta-se que a violência é um fenômeno que traz diversas consequências ao espaço urbano e à população que nele reside, configurando-se num fator com um elevado poder de transformação espacial e social. Ela provoca o medo, a insegurança, a resistência em circular por espaços públicos como praças e ruas em determinados horários, causa danos à saúde, gastos com a reabilitação da vítima, e, até mesmo, a desvalorização de áreas urbanas afetadas.

Nesse contexto, ainda é recorrente no imaginário da sociedade brasileira, pensar que os problemas urbanos gerados pela violência, é um problema somente das grandes metrópoles. A geógrafa Santos (2012) contraria, e nos diz que a algumas décadas atrás, a criminalidade violenta era associada principalmente aos grandes centros urbanos, porém, deixou de ser algo explícito a estes grandes centros e passou a se disseminar para os municípios do interior, mudando o contexto social destes. Adorno e Nery (2019), evidenciam, que no último quarto do século passado, com a transição da ditadura militar, para o regime democrático brasileiro, esperava-se que o fim de todas as arbitrariedades e perseguições políticas, tivesse como resultado esperado, uma pacificação geral da sociedade brasileira, entretanto, isto não aconteceu, Assim, Adorno e Nery (2019, p.170) evidenciam que ao contrário de uma pacificação, ocorreu o inverso, uma explosão de violências e crimes.

A transição foi acompanhada da explosão de, ao menos, quatro modalidades de violências e crimes: o crescimento da delinquência comum em torno dos crimes contra o patrimônio; o crescimento dos homicídios, associados ou não à chegada, na sociedade brasileira, do chamado crime organizado em torno principalmente do tráfico de drogas; graves violações de direitos humanos, representadas, sobretudo, por violência policial ou de agentes públicos nas delegacias de polícia, prisões e instituições de tutela de crianças e adolescentes; explosão de conflitos, com desfechos fatais, nas relações interpessoais e intersubjetivas nas famílias, nas escolas, nos bairros, nas ruas, nos ambientes de trabalho. Mais recentemente, esse quadro foi agravado com o controle de amplas massas carcerárias pelo crime

organizado, com a difusão dos crimes cibernéticos e com conflitos envolvendo racismo, misoginia e homofobia que, não raro, levam a desfechos fatais.

Magrini (2014) também contribui neste sentido, considerando que a violência urbana é caracterizada:

[...] caracterizada pela predominância de crimes contra o patrimônio, bem como pelos crimes contra a pessoa que decorrem dos atos que visam à obtenção de bens materiais, como as agressões e os latrocínios. Outro elemento central na caracterização da violência urbana é o tráfico de drogas, que tem papel ativo na configuração espacial de certas cidades, assim como tem seu funcionamento potencializado por ela. (MAGRINI, 2014, p.94)

Tanto Adorno e Nery (2019), e, Magrini (2014), evidenciam que as violências e os crimes contra a pessoa, no caso, os homicídios, foram potencializados sobretudo, pelo comércio ilegal do tráfico de drogas. Os grupos criminosos organizados e influenciados pela lógica capitalista de acumulação de capital e obtenção de lucro a todo custo, nessa transição, encontram forças para atuarem nas cidades brasileiras, sobretudo nas grandes metrópoles. A cidade passa a ser então o principal mercado de comércio e consumo de entorpecentes, Francisco Filho (2004) diz que a cidade é o principal mercado consumidor, pois possui uma estrutura logística que propicia de modo favorável, o tráfico de drogas. Isto, ao longo dos anos, ocasionou uma guerra urbana entre estes grupos criminosos, pelo domínio do território.

Santos (2012), diz que o tráfico de droga, constitui-se num deflagrador de outros processos que geram a violência urbana. Francisco Filho (2004) também evidencia este fator, nos dizendo que o tráfico de drogas, não é o único responsável pela violência urbana, mas dela derivam outras formas de violências, que corroboram para o agravamento do estado de violência. Neste sentido Santos (2012, p.108) também coloca que o “narcotráfico repercute em outras formas de delinquência, como assaltos a bancos, roubos de carros, de cargas, sequestros e outras formas de violência geral e difusa”.

Por sua vez, Magrini (2014) evidencia que este tipo de atividade criminal, é capaz de influenciar diretamente na configuração espacial de certas cidades, assim como o funcionamento destes espaços, sendo capaz de alterar o modo de vida e organização dos habitantes da cidade. Santos (2012) evidencia um exemplo dessa configuração espacial, está relacionado à especulação imobiliária, as empresas construtoras e as desses serviços, se apropriam dos fenômenos de violências urbanas como propaganda para alavancar a venda de locais com muita segurança, como condomínios privados ou bairros planejados, Desse modo, Santos (2012, p.98-99) destaca que:

Pelo fato de transformar e reorganizar o espaço, a violência é utilizada como elemento de especulação imobiliária pelas construtoras. Muitos empreendedores imobiliários, quando planejam os condomínios horizontais e verticais, utilizam em suas propagandas discursos que valorizam a plena segurança do local contra atos violentos.

Outro exemplo, dessa vez sobre o funcionamento e condicionamento de certos espaços, influenciados sobretudo pelas ações de grupos criminosos, são as milícias, formados por agentes armados do Estado, policiais, bombeiros, agentes penitenciários, que controlam as comunidades e favelas do Rio de Janeiro, oferecendo proteção aos moradores e comerciantes em forma de taxas pagas a estes grupos. “Estes grupos passaram também a lucrar com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo”. O consumo de qualquer destes serviços por parte da comunidade, que não seja as ofertadas por estas milícias, tem como consequência a expulsão da comunidade ou até mesmo a morte. (CANO e DUARTE, 2012, p.13).

Nesse sentido, a produção do espaço geográfico, assume uma característica calcado pelas manifestações das violências, e pelo medo da violência urbana, sendo hoje, uma das características da cidade moderna. O processo de desenvolvimento da urbanização e das cidades, influenciam diretamente na configuração de certos atos violentos, Adorno e Nery (2019) refletem que de fato, com a crescente urbanização do país, a sociedade brasileira se tornou mais complexa e conflituosa, a cidade contemporânea então torna-se um espaço onde se desenvolvem alguns tipos de violências emblemáticas, lugar em que elas se reproduzem com mais potência, tais como furtos, roubos, assaltos a mão armada, tráfico de drogas, e, principalmente os homicídios. Assim sendo, Adorno e Nery (2019, p.172) inferem:

Como apontam vários estudos, as condições sociais de vida predominantes nas metrópoles brasileiras e mesmo até nas cidades médias têm criado situações favoráveis para o crescimento e a expansão de violências e crimes, em especial aqueles que envolvem o direito fundamental à vida.

Pinheiro (2003) comenta que a violência urbana desvirtua o espaço e a função da cidade que outrora nos serviram como fortalezas, hoje a cidade se subverte em um caos social, onde a violência encontra muita força para se reproduzir, e moldar as relações e existência humana. A violência urbana então tem o grande potencial de drenar recursos públicos, e mais dramaticamente, ceifar as vidas da juventude e a dos mais pobres.

Sobre os homicídios brasileiro, este está relacionado nas muitas vezes ao tráfico de drogas, o Brasil, vivencia desde os anos 90, o crescimento de facções criminosas em seu território, que impõe lógicas perversas para se manter e que encontraram no comércio e varejo das drogas um modo de conseguirem dinheiro, para isso, tem recorrido a medidas cada vez

mais ousadas, o que tem ocasionado inúmeros conflitos com o Estado, e com as organizações criminosas entre si, onde o palco desses conflitos é o espaço urbano. Misse (2019, p.25) coloca que “a violência, conflito e poder estão emaranhados numa disputa de sentido na qual cada sujeito buscará legitimação para sua soberania, a qualquer custo, contra a soberania do outro”. E isso incorpora necessariamente a linguagem e a comunicação na violência, ou seja, é necessário reproduzir a violência seja lá qual for, o intuito dessas organizações é se perpetuarem e manterem a sua soberania no território.

Com a expansão do mundo globalizado, as cidades tornaram-se espaços onde a violência urbana está estritamente ligada ao modo de vida contemporânea, o modo de vida da cidade capitalista influência diretamente nos espaços de consumo e nos espaços de livre acumulação do capital. Refletimos que essa é uma tendência perigosa, e comum às cidades contemporâneas, a globalização fragmenta a cidade em espaços cada vez mais antagônicos, onde impera os conflitos de forças, interesses, e relações de poder.

Nessa situação, entendemos que a cidade passa a ser um lugar de disputa e competição, onde a violência tende a ser um dos meios usados para a acumulação de capital, onde todo indivíduo luta para sobreviver. Sobre isso, Milton Santos (2006, p.28) nos diz que “a competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência”. As cidades se caracterizam hoje como o lugar onde as violências levedam, onde a agressividade e a violência, que são inerentes ao ser humano, transformam-se em um ato que vai além das necessidades de sobrevivência do homem. As cidades são os centros das desintegrações dos laços sociais, caracterizadas pelas intrigas, ostentações e iniquidades (FELIX, 2002). Melgaço (2005) contribui também nesse sentido, nos dizendo que a violência está cada vez mais distante de atos isolados cometidos por um indivíduo mentalmente doente, ela se contextualiza cada vez mais como decorrência de uma cidade desigual, e uma sociedade capitalista desigual.

Assim, as profundas marcas de desigualdades sociais, influenciados pelos processos de globalização, e a conseqüente urbanização, que são caracterizados, sobretudo, pela criação de espaços fragmentados no espaço urbano, tendem a serem reprodutores da violência, entretanto, devemos ter cuidado ao tratar destas relações, esta concepção é criticada por muitos autores. Os espaços fragmentados da cidade, como o do conceito cunhado por Corrêa (1993), nos ajudam a entender que estes espaços criam condições para que a violência se reproduza, entretanto, Magrini (2014) faz uma reflexão nesse sentido, nos dizendo que

embora o espaço da cidade crie condições para a violência se reproduzir, a cidade em si, não é a causa dos problemas relacionados à violência urbana. A violência urbana surge então, como algo que não pode ser explicado com uma causa, mas como algo inerente aos aspectos individuais de quem opta por realizar os atos violentos.

Concordando com Magrini (2014), Souza (2008) expressa que o cenário urbano, com todas as suas dinâmicas socioespaciais, não pode ser considerada, ou dar a entender que é o espaço urbano, em si, o responsável pela geração da violência, contudo, é evidente considerar, que tais práticas, não estão dissociadas do espaço. É como, se aceitássemos que o espaço urbano materializado por e através da violência, fossem responsabilizados por serem reprodutores da violência.

As visões neste sentido tendem a ir para o lado da estereotipização e da marginalização de certos espaços, como as periferias da cidade. Estes espaços com extremas desigualdades, e problemas de várias ordens, são comumente taxados como espaços violentos onde as populações residentes erroneamente também o são. O que podemos afirmar nesse contexto, é que estes espaços são mais propensos a apresentarem expressões violentas, com muito mais intensidade do que um espaço que destoa deste e dispõe de muita infraestrutura e outro contexto econômico. Entretanto, isto não quer dizer que todo espaço periférico da cidade é extremamente violento, e toda a sua população é criminoso. Gomes (2005, p.59) comenta que esta é uma concepção incoerente, “pois implicitamente afirma, que o homem é amoral, ou que o necessitado é propenso a cometer crime para obter aquilo que precisa”, nada é mais desleal, preconceituosa e falsa do que esta hipótese.

As cidades contemporâneas vêm sendo cada vez mais associadas com conteúdos relacionados com a violência e inseguranças urbanas. A estas inseguranças, somam-se o sentimento de medo que tendem a surgir com mais ímpeto, impactando nas relações sociais da população. Morais (1981) em sua análise sobre a violência urbana revela que no ambiente da cidade tudo pode acontecer, estamos sujeitos a encarar qualquer tipo de violência, tudo é possível, ora, se tudo é possível, está instalado o absurdo, dos quais o filho mais direto dessa relação, é o medo. As expressões de violências no espaço urbano, além de gerar problemas de ordem social, impactam diretamente no lado psíquico dos indivíduos.

Nesse sentido, Francisco Filho (2004, p.1) comenta que o medo da violência molda o comportamento da população, liderando o topo das preocupações dos habitantes da cidade.

A violência passa, então, a participar cada vez mais dos temores daqueles que habitam as cidades, moldando um comportamento em que o medo passa a ocupar o topo de suas preocupações. Viver a cidade, hoje, é viver o medo, a incerteza de

chegar em casa ao final do dia, se nossos filhos voltam ilesos depois de se aventurarem pela cidade, seja em busca de divertimento, ou de conhecimento.

Francisco Filho (2004, p.35) também faz uma reflexão sobre o poder que certas atividades criminosas têm em segregar os indivíduos pelo medo:

O reflexo destas atividades criminosas no espaço urbano se faz sentir através de um comportamento que segrega as pessoas pelo medo, levando-as a buscarem espaços que julguem seguros de toda essa violência. Isso acaba por dar uma formatação à ocupação do território e criar uma morfologia urbana característica, que pode ser observada pela proliferação dos condomínios fechados e dos shopping centers. Se o primeiro protege o cidadão da violência no quesito morar, o segundo o protege na sua relação com o mercado de consumo. A sociedade acaba por assimilar essas regras e estas se refletem numa nova estrutura urbana [...].

Concordando com Francisco Filho (2004), quando o citado autor comenta que “viver a cidade, hoje, é viver o medo”, Souza (2008, p.9) cunha um termo que é pertinente ao medo da violência na cidade, a Fobópole:

“Fobópole” é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas phóbos, que significa “medo”, e pólis, que significa “cidade”. Penso que a palavra condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc.,[...].

Para este geógrafo, o medo de sofrer uma agressão física, de ser vítima de um crime violento, se faz presente desde e sempre em qualquer cidade, porém em algumas cidades esse fenômeno está mais propício, pois:

Uma “fobópole” é dito toscamente, uma cidade dominada pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo esta característica. As grandes metrópoles brasileiras podem ser vistas, como ‘laboratórios’ privilegiados a esse respeito. (SOUZA, 2008, p.9)

Segundo Beato Filho (1999) a violência é um problema que afeta toda a população, independente de classe, raça, religião, gênero ou estado civil. Francisco Filho (2004) evidencia que embora o crescimento da violência seja sentido por toda a população, a sua distribuição não ocorre de forma homogênea por toda a cidade, há locais mais propícios a certos tipos de violência, por exemplo, a zona comercial de uma cidade é mais propensa ao crime de roubo e furto do que a zona periférica.

Sobre o medo da violência, Pedrazzini (2006, p.102) declara que “o medo não nasce da experiência direta com a violência”. Caldeira (2000) evidencia que mesmo que nunca tenhamos a sofrer um assalto, agressão ou sequestro, isto altera o nosso cotidiano, a sociedade passa a tomar medidas cada vez mais cautelares, colocando grades e cercas elétricas nas casas, contratando seguranças particulares e empresas privadas que fornecem

aparatos de segurança por medo de uma possível violência ou crime. Nesse sentido, as relações sociais, o modo de conceber e materializar o espaço são impactados e determinados pelas expressões da violência, a cerca disso, Magrini (2014, p.95) destaca:

A violência e a insegurança urbana são níveis de determinação importantes na produção do espaço, pois a busca por segurança, seja ela pautada por aspectos materiais e/ou subjetivos, altera as maneiras de se conceber e materializar o espaço, seja criando novas formas de assentamento e novas práticas socioespaciais, seja revitalizando estratégias já presentes nos espaços urbanos.

O medo gerado pela violência no espaço urbano se encarrega de trazer mudanças, principalmente na arquitetura das residências, e nas relações sociais, Morais (1990, p.12) em sua obra, nos diz que o medo é o pão cotidiano dos habitantes da cidade:

[...] o medo é o pão cotidiano dos cidadãos. As casas não mais expõem suas fachadas românticas, pois cercam-nas muros muito altos [...]. As pessoas trafegam em seus automóveis com os vidros bem fechados para evitar abordagens perigosas em cruzamentos e semáforos e, dependendo de por onde andem à pé, sentem-se como se estivessem em plena prática da 'roleta russa' [...]. E em parte alguma há segurança.

Souza (2008, p.13;54) por sua vez, comenta que o medo e a violência urbana, transformam os espaços urbanos, e condicionam as relações sociais:

[...] o medo e a violência vêm cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades [...], (re) condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos padrão sobre a violência urbana.

Nesse sentido, o cenário que se criou em torno do espaço urbano, é de uma insegurança aguda coletiva, nas quais, as cidades foram mudando de fisionomia e em suas configurações como exemplifica Adorno e Nery (2019, p.171):

Bairros cada vez mais segregados, sistemas de segurança privada por todos os espaços, câmaras fiscalizando o movimento das ruas, rumores sobre acontecimentos cotidianos, recomendações de como evitar ser vítima de crimes, relacionadas à circulação nas vias públicas, aos horários, à movimentação de pessoas, ao transporte público e mesmo privado, à proteção de pertences pessoais, ao contato com estranhos ou com comércio e serviços, onde morar e trabalhar, como desfrutar do lazer no final da semana e como proteger e fiscalizar filhos, especialmente infantes e adolescentes.

De fato, este problema mexe com nossos sentimentos e percepções, a sensação que temos, é a de que estamos diante de um problema inexorável. O sentimento de insegurança é oriundo tanto do medo quanto da própria percepção da violência, e quanto atinge um patamar coletivo, de medo generalizado, permite o surgimento de novas formas de medo, e como consequência, novas formas de agir e reagir diante desse sentimento (SANTOS, 2012).

Entretanto, apesar da violência ter o poder de ocupar todos os lugares da cidade, o modo de percepção e a sensação de insegurança, será definido pela a intensidade dos fenômenos violentos, há locais em que estes fenômenos se apresentam com menor e mais intensidade. Felix (2002) aborda esta questão, nos dizendo que esta percepção é dinâmica, e vão alternado entre valores morais e sociais da população, conforme suas características e temores.

A escalada da violência no Brasil é real e gradativa, desde a transição do período militar, para o regime democrático, vide os registros nos últimos 30 anos, o sentimento é que estamos à mercê de tal problema. Lira (2014) diz que a conjuntura do Brasil nos últimos anos, evidencia um aumento gradativo das violências contra a vida, o que tem chamado a atenção pela intensidade e magnitude de como essa violência vêm acontecendo, evidenciando uma população cada vez mais refém de seus medos. Portanto, esse sentimento tem transformado as nossas estruturas sociais e as nossas relações em sociedade, mesmo que não estejamos na iminência de sermos vítimas, há um aumento do medo da violência que cresce à medida que este problema tem evoluído. Sobre isso, Santos (2012, p.28), ressalta que:

[...] a violência é um fenômeno que traz diversas consequências ao espaço urbano e a população que nele reside, configurando-se num fator com um elevado poder de transformação espacial e social. Ela provoca o medo, a insegurança, a resistência em circular por espaços públicos como praças e ruas em determinados horários, causa danos à saúde, gastos com a reabilitação da vítima, e, até mesmo, a desvalorização de áreas urbanas afetadas.

Cotidianamente nos deparamos com expressões de violências, seja vivenciando, tendo alguma experiência, sabendo de algum conhecido que passou por tal situação, ou, quando assistimos os noticiários da TV, que estão repletos de notícias relacionados ao problema, quer seja pelo sensacionalismo das emissoras, ou por estarmos realmente expostos a isso, os crimes ganharam destaque nas mídias e causaram comoções públicas (NERY e ADORNO, 2015). Sabe-se que as mídias jornalísticas têm o poder de estigmatizar espaços/territórios, como violentos ou desprovidos de segurança, estas manchetes midiáticas atraem a atenção da opinião pública, do leitor, ou telespectador, de tal modo, que qualquer outra notícia parece ser banal

Evidenciamos que a existência de qualquer das modalidades de violências é vista como sinal de que há algo errado na organização social (AZEVEDO E CUNHA 2009), evidente que a sensação que temos ao longo dos últimos anos, com o crescimento da violência, é que realmente tem algo de errado em nossa sociedade. Odalia (2012, p.9) comenta que a violência está criando raízes em nossa sociedade, dizendo que “a violência no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela

deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma de modo de viver o mundo do homem”.

A violência, o medo e insegurança atuam todos os dias no cotidiano da cidade, estas expressões encontram nas cidades o seu palco privilegiado, ela atinge a tudo e a todos, elas participam dos temores dos indivíduos que habitam o espaço urbano, regulam o modo de vida, o comportamento dos indivíduos, altera a morfologia das características físicas da cidade, e estabelece condições para que os espaços da cidade, sejam cada vez mais fragmentados e excluídos, tornando a cidade palco de diferentes, complexos e hediondos conflitos, marcados por fissuras, rupturas, desigualdades, e distorções, provenientes dos aspectos contemporâneos de urbanização da cidade capitalista que influenciam os padrões de distribuição espacial da violência.

1.2.2. O crime como uma ação de contradição em relação as leis penais vigentes

Como já mostramos, a violência é inerente ao homem e inerente a sociedade, dessa forma, o crime e a criminalidade por sua vez, também o são, uma vez que, aonde haja violência em uma sociedade organizada no espaço, o crime e a criminalidade tende a ser uma realidade também. A violência e o crime estão arraigados à sociedade humana afirma Durkheim (2007), o crime faz parte de toda organização social humana, sem o qual nenhuma sociedade seria possível. Durkheim (2007) pioneiro nos estudos do crime como fato social, nos mostra que o crime é um fato social em uma sociedade humana, ora se o crime está arraigado as funcionalidades e existência da sociedade, então o crime é a condição de existência da lei, e esta é condição de existência do crime, em outras palavras, se existe a lei, é porque existe o crime, e vice-versa. E podemos ir mais além, toda violência é condição para existência de crime, todo crime é condição para a existência de violência, e todo crime é a condição para existência da lei, ora se a lei existe, existe o crime, ora se existe o crime, existe a violência.

Entretanto, o nosso destaque quando falamos de violência, é dizer que ela não é sinônimo de criminalidade, há uma distinção entre violência e crime. Sobre isso Melgaço (2004, p.17) afirma que:

Crime é qualquer infração à lei. É, portanto, um julgamento de uma ação com base em argumentos legais. Considerar a violência como sinônima de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. A violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos.

Ou seja, um crime é uma forma de violência, mas nem toda violência é tratada, juridicamente como criminosa. Por exemplo, o crime de furto, não é considerado um crime violento, uma vez que o agente subtrai algo sem utilizar da força desmedida, já o despotismo pode ser considerado uma forma de violência, entretanto, não constitui um crime legalmente previsto em lei. Esse entendimento é complexo, e alguns porquês surgem. Mas, por quê? Minayo (2015, p.15) nos responde a essa indagação, “porque enquanto os crimes estão tipificados no Código Penal Brasileiro, a violência está no cotidiano e nem todos os seus tipos são visíveis e reconhecidos, no entanto, fazem mal às pessoas” Magrini (2014, p.90-91), também segue concordando com Minayo (2015) contribuindo neste sentido, nos dizendo que para:

“o entendimento da concepção dominante de violência torna necessária, também, a realização da distinção entre atos violentos e crimes. Isso porque nem todos os atos violentos são criminalizados juridicamente e nem todos os crimes reconhecidos pela lei envolvem violência”.

A resposta da autora Minayo (2015), nos traz uma reflexão sobre a complexidade de tipificar as violências como crime, sobretudo diante das violências invisíveis. Um exemplo recente dessa discussão é a tipificação da violência doméstica contra mulheres, a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, têm apenas 14 anos de existência, e a Lei nº 13.104/15, conhecida como Lei de Femicídio que é o assassinato de mulheres, tem apenas 6 anos que entrou em vigor. O governo brasileiro demorou anos para considerar estas violências como crime, e, se compararmos com o tempo de luta dos movimentos de mulheres que desde os anos 1970 buscam a criminalização desses tipos de violências, veremos que várias agressões ou assassinatos contra mulheres poderiam ter sido evitados com a promulgação dessas leis ao longo dos anos das lutas para criminalizar estas violências.

Por sua vez, Chagas (2014) nos diz que nem toda violência é crime, mas todo crime é uma violência, partindo desse pressuposto, podemos também refletir aqui, sobre a violência praticada contra as classes menos favorecidas, temos na desigualdade social, a exclusão social e a má qualidade de vida, contextos que são inerentes as classes pobres da sociedade, que, podem ser consideradas a “própria violência”, entretanto todos estas situações não são práticas delituosas, não se enquadram como crime.

Misse (1999) contribui nesse sentido dizendo que a representação social do que é crime, torna-se totalmente dependente da letra da lei, isto é, inerente as promulgações do Estado enquanto legislador máximo, o ultimo detentor do poder de definição, só o Estado é o executor da administração da justiça, entretanto, o autor elenca que há eventos criminais

que não são criminosos, porém continuam sendo crimes, não pela letra da lei, mas por sua realização legal, realizada em um espaço/tempo. Melo (2015, p.7) por sua vez, afirma que “as leis de cada sociedade e época especificam quais são as condutas formalmente estabelecidas como criminosas”.

Em outras palavras, o autor chama estes eventos que são violentos, mas não são criminosos, de criminalidade real, e ela se opõe a criminalidade legal, que é aquela reconhecida pelo Estado. Em contrapartida, Rosa (2015) defende que de todas as formas possíveis de ilícitos (crimes ou violência), os mais graves são os ilícitos penais, aqueles que agredem o Código Penal, uma vez que este tipo de ilícito é o que ofende os direitos mais caros à sociedade, como, a vida, liberdade, a integridade física, o patrimônio e a honra.

Dessa forma, criminalizar certas condutas violentas, depende dos consensos estabelecidos socialmente, em comum atitude, e de acordo com as especificidades de cada momento e do contexto socioespacial, “o crime não é um acontecimento individual, mas social” (MISSE, 1999, p.68). Portanto, criminalizar uma conduta violenta passível de punição pelo Estado, passa a caracterizar os fenômenos de violências de forma jurídica, e é aí que a violência torna-se crime, onde o Estado pune o agressor, conforme a lei vigente estabelecida.

Sobre isso, Vasconcelos e Costa (2005, p.34) nos dizem que:

Violência é um conceito que se refere a fenômenos sociais, enquanto crime é um conceito jurídico. Refere-se aos comportamentos tipificados na legislação penal. Portanto, as violências não se reduzem à criminalidade. Nem todos os crimes correspondem a comportamentos violentos, nem todo comportamento violento é tipificado pelo Estado como crime.

Nesse contexto do crime como conceito jurídico, Felix (2002, p.8) comenta que a “definição jurídica de crime é todo ato humano, contrário a lei penal”, sendo assim crime, é a infração das leis criadas pelo Estado para garantir a segurança dos cidadãos, onde, estes atos cometidos são socialmente prejudiciais e passíveis de punição por parte do Estado. Lira (2014, p.27) por sua vez, contribui neste sentido, refletindo que “o conjunto de delitos pré-determinados pela esfera jurídica e lógica legislativa penal vigente caracteriza os tipos de violência criminalizada”. Portanto, quando falamos da ocorrência de um crime, estamos nos referindo à transgressão de uma lei por meio da violência, ou não, vigente em determinado território, por um agente consciente ou não dos seus atos.

Entretanto, Melgaço (2004, p.19) contribui com um ponto muito importante sobre a discussão do conceito de crime, o autor coloca que também é necessário ter um debate entre o que é legal, e o que é ilegal.

Quando falamos em crime estamos falando daquilo que inflige à lei, ou seja, o ilegal. As leis, porém, são construções sociais criadas por grupos, na maioria das vezes hegemônicas. Por isso, nem sempre o que é legal é legítimo e nem sempre o que é ilegal é ilegítimo. Porém, é necessária a ressalva de que a concepção de legitimidade também é social e dependente do lugar, da classe, do grupo e dos interesses daqueles que avaliam a situação em questão.

Esta questão, faz referência de como os agentes hegemônicos criam leis em prol de suas beneficias, ou como a lei não tem a mesma intensidade para todas as classes sociais, para o rico, a aplicabilidade da lei é mais branda, para o pobre a lei é implacável. Felix (2002, p.8) comenta que “um pequeno furto pode levar o praticante à prisão por até quatro anos, enquanto um sonegador fiscal que desviou fortunas imensas, pode ficar em liberdade se saldar sua dívida com o Estado”. Portanto, a autora nos lembra que existem leis criadas para atender ao interesse de classes específicas. A legalidade, portanto, não pode ser o ponto de partida para as discussões sobre a justiça urbana. Foucault (1987, p. 230), lembra em sua obra, *Vigiar e Punir*, que “a lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dessimetria de classe”.

Quando os fenômenos de violências são caracterizados pelo Estado como ações passíveis de punições, as violências assumem outro caráter, e passam a ser crimes. Como apresentado por Vasconcelos e Costa (2005), Felix (2002) e Lira (2014), crime é um conceito jurídico, que se refere a uma série de atos violentos, que fora codificada nas leis penais. Esta sistematização da violência como atos criminosos, constam no Decreto-Lei Nº 3.914, de 9 de dezembro De 1941, considerando crime como:

Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (BRASIL, 1941)

O crime tratado de forma jurídica pelas leis penais, vigente no Código Penal, traz consigo três elementos básicos para se definir o que é crime, o fato típico, ilicitude e culpabilidade. Esta tríade de elementos é tratada nos estudos do direito penal, e definem o que é tratado como algo punível pelo Estado. Para que a ação seja considerada crime, há a necessidade de ser tipificado, em outras palavras, o ato ou conduta só torna crime, se esta ação estiver prevista em lei, este é o fato típico. Além disso, temos o conceito material do crime, que vai definir o crime como todo comportamento humano que lesa, fere ou expõe perigo de lesão, bens jurídicos protegidos pela lei penal (BRASIL, 2017), como exemplo, temos o homicídio que atinge o principal bem jurídico, a vida. Observamos que não existe crime sem tipicidade, não configura crime sem que uma lei anterior o defina como crime.

Já a ilicitude, é um descumprimento de um dever jurídico imposto, que neste caso, são as leis do Código Penal, o descumprimento desses deveres, sujeita o agente a uma pena, também previstas na legislação penal, em outras palavras, é a contradição entre uma conduta e o que está previsto na lei. Este elemento possui uma norma em que a ilicitude de um crime pode vir a ser excluída, chamada de excludente de ilicitude, assim, esta norma permite que uma pessoa cometa um crime e não seja punido por ele. Como exemplo, temos o homicídio causado em legítima defesa, ou quando um criminoso é morto por um policial durante um confronto.

A culpabilidade é um elemento que faz referência ao ato consciente do agente, em compreender ou estar ciente do crime que cometeu e suas possíveis consequências negativas, ou seja, o agente compreende e tem ciência do caráter ilícito da sua ação. Neste elemento também há normas que excluem o caráter de dolo do crime, chamado de excludentes de culpabilidade, como a doença mental, o agente causador que dispõe desse acometimento é isento de pena, por não ter ciência de compreender o caráter ilícito da ação.

Estes três elementos apresentados, configuram como uma conduta violenta pode ser considerada crime perante o Estado, sem estes elementos não se pode configurar o crime, o Estado não pode aplicar as sanções legais promulgadas pela legislação penal.

Dessa forma, a legislação penal brasileira é a responsável por codificar uma série de violências como crimes, esta sistematização define o que são atos violentos, e, definem o que são atos criminosos, neste momento da discussão desse tópico, iremos nos ater aos atos criminosos, sobretudo aos crimes contra o patrimônio e contra a pessoa. Os atos criminosos se dividem em seis grupos, que os qualificam e expõe suas punições, onde, cada grupo abrange uma determinada classe de crimes. Temos então classificados na legislação penal brasileira: dos crimes contra a pessoa; dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a propriedade material; dos crimes contra a organização do trabalho; dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; dos crimes contra os costumes. Melgaço (2004, p.17-18) analisa essa sistematização:

Os dois primeiros grupos são aqueles mais responsáveis pela sensação de medo a que a sociedade está submetida. O primeiro agrupa os crimes em que a atenção do criminoso está voltada diretamente contra a vítima, como homicídios, lesões, estupros. No segundo, o alvo do crime é algo material, mesmo que a pessoa indiretamente seja violentada, como no caso de um sequestro-relâmpago. Entre os crimes contra o patrimônio estão incluídos os roubos e os furtos, entre outros atos.

Felix (2002) afirma que existe uma centena de violências que são tipificadas como crime pelo Código Penal, mas que apesar disso, alguns desses crimes são mais estudados que outros, não somente pela a intensidade de suas frequências, mas pelo clima de medo e

insegurança que provocam na população. As violências relacionadas aos crimes contra a pessoa (crimes violentos), e crimes contra o patrimônio (propriedades), são mais propensos e intensos na cidade, porém, isto não quer dizer que estes crimes não acontecem em outros espaços, como o espaço rural, entretanto, estes crimes estão essencialmente concentrados nas áreas urbanas, ligados estritamente a fatores urbanos e socioeconômicos. Lira (2014, p.27) discorre sobre:

[...]observa-se que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas. Usualmente, sabe-se que violências de todos os aspectos e motivos também ocorrem nas zonas rurais. Entretanto, é na cidade que os desentendimentos interpessoais aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Os crimes violentos são aqueles que intentam contra a vida de um indivíduo, ferem a integridade física e o patrimônio, e são classificados pelo Código Penal, em crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa. Na sistematização do Código Penal, os crimes contra o patrimônio, são aqueles que são praticados contra a propriedade de alguém, fazem referências a coisas materiais, como o roubo, furto, o roubo seguido de morte (configurado como latrocínio), o estelionato, receptação, entre outros.

Já os crimes contra a pessoa são caracterizados pela extrema violência (crimes violentos), são os crimes que atentam contra a vida de um indivíduo, como a tentativa de homicídio, lesões corporais, estupro, e caracterizados, sobretudo, pelo homicídio e feminicídio. Interessante notar, que embora o roubo seja considerado crime contra o patrimônio, pois almeja a subtração de algo material, muitos estudos o colocam englobados na prática de crimes violentos (contra a pessoa), pois envolve o contato direto entre criminoso e vítima através do uso da força bruta. Outro ponto que observamos, é a consideração do estupro como crime contra os costumes e não contra as pessoas, Caldeira (2000) nessa questão, critica a tipologia de alguns crimes, e suas classificações dentro do Código Penal, nos dizendo que há algumas incoerências e incorreções, para o autor, isso indica o quanto as normas contêm ranços dos preconceitos presentes na sociedade que as cria.

A caracterização da forma de violência que venha a ser crime tende a variar de nação para nação, Santos (2012) diz que isto pode acontecer muito por conta da cultura local, assim, certas formas e expressões de violência em um determinado país podem ser consideradas crimes, em outros não pode ser. Felix (2002) concorda com isto, e expõe que cada sociedade ou nação tem seus próprios critérios para considerar o que seja um crime, a autora vai mais além, e reflete, que, dependendo do entendimento do que possa vir a ser crime, surge a partir daí, fenômenos sociais de grandes impactos, que norteiam não só o conteúdo de políticas

públicas, como o combate e a prevenção de tais atos, mas que também em outro extremo, podem banalizar o ato violento, perpetuando assim estas práticas sem que haja a iminência do indivíduo ser preso por esta cometendo algo que não é considerado crime.

Estas concepções tendem a ser um problema, quando pensamos em visualizar algum espaço, território ou lugar como violento, ou fazer alguma comparação nos nossos estudos, Santos (2012) recomenda cautela em relação a conclusão nesse sentido, com o fator cultural em questão, não é possível afirmar que uma nação é mais violenta que a outra, ou que em determinado lugar a intensidade de certo crime é maior que em outro.

Felix (2002) por sua vez usa o exemplo do homicídio, que tende a provocar debates e respostas totalmente diferentes, o homicídio de um indivíduo da classe alta cometido por uma força policial, por exemplo, pode gerar uma discussão de como a força policial agiu de maneira incorreta, cometendo algo torpe, já, se esta mesma força policial comete o homicídio contra um indivíduo morador das periferias e dos subúrbios da cidade, essa questão gera debates de como a força policial agiu de maneira correta, tirando de circulação um possível criminoso.

Outra discussão que entram nesse âmbito é dos tipos de crimes cometidos pelas diferentes classes sociais, os crimes cometidos pelas classes mais pobres tendem a estarem muito mais na mídia do que as classes mais abastadas. Misse (2006, p.22) afirma que os crimes praticados pelas classes mais pobres costumam causar maior impacto na população que os crimes cometidos por pessoas de classes mais abastadas.

São considerados como “crimes de pobre” aqueles que se caracterizam pela presença de meios violentos para sua execução como roubo, extorsão mediante sequestro, lesão corporal, homicídios, etc., já os crimes “tidos como de ricos” são aqueles que se caracteriza pela presença de prática artil como, por exemplo, estelionato e corrupção. A fundamental diferença nestes delitos é que aqueles “ditos de pobre” causam maior repúdio social, não por estarem relacionados à pobreza, mas por trazerem maior dano físico e moral a vítima.

Contudo, é interessante notarmos, que até mesmo dentro do mundo do crime, a desigualdade social é uma condição para certas práticas delituosas. Dessa maneira, estas discussões dependem de quem são atores da tragédia. Milton Santos (2002, p.81) traz uma reflexão que contribui para esta discussão ao dizer que “cada homem vale pelo lugar em que está”. Se este homem se encontra e faz morada em um lugar abastado, é pelo lugar abastado que ele será reconhecido, na maioria das vezes, somos reconhecidos por aquilo que temos, e não pelo o que somos.

E daí vem alguns problemas relacionados a discriminação sobre os indivíduos habitantes dos espaços periféricos. Felix (2002) afirma que a criminalidade não se limita a

único espaço, como bairros pobres e favelas, mas se disseminam também pelos espaços mais abastados da cidade. O crime se dissemina entre ricos e pobres, e variam de magnitude e intensidade, óbvios que pelos espaços de desigualdade sociais, o crime é muito mais intenso na sua forma violenta, enquanto nos espaços das classes dominantes, o crime é representado pela sua magnitude diante dos ilícitos sobretudo econômicos.

1.2.3. Criminalidade como fruto da amplificação das intensidades de crimes no espaço urbano

Mas afinal, qual a diferença entre crime e criminalidade? Em um primeiro momento, podemos apontar que o crime é uma ação que infringe uma lei estabelecida, onde o autor da conduta, age de forma singular em busca daquilo que almeja, seja de forma consciente ou não, de forma legítima ou não. A criminalidade seria o oposto dessa ação individual, seria uma forma ampliada da dimensão do crime, com uma maior magnitude e intensidade, de forma simples, enquanto o crime é um fenômeno social individual, a criminalidade é um fenômeno social, porém cometido por um coletivo de indivíduos em um conjunto de crimes. Fausto (1984, p.133) comenta sobre:

[...] “criminalidade” se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes; “crime” diz respeito ao fenômeno na sua singularidade cuja riqueza em certos casos não se encerra em si mesma, como caso individual, mas abre caminho para muitas percepções.

Gomes (2005) acrescenta nessa discussão que a criminalidade tem um aspecto multiforme, ou seja, assume várias características, ocorre com diferentes magnitudes e formas, é crescente e aos poucos vai encontrando novas formas de se infiltrar na estrutura social, através das oportunidades existentes no espaço urbano fragmentado. Enquanto o crime é uma ação de contradição em relação as leis penais vigentes, já a criminalidade não é apenas uma ação, mas várias ações de contradições contra as leis.

Melo (2015) por sua vez define que criminalidade é um agrupamento de crimes de uma certa classe. Sendo assim, refletimos então sobre a característica da cidade nessa questão, a cidade não apresenta apenas uma forma de crime como o roubo, por exemplo, mas apresentam uma variedade de crimes, como roubos, furtos, contravenções, corrupções, tráfico de drogas, homicídios, entre outros, em uma relação de simbiose ou de rede entre si.

Nesse contexto da cidade, do poder fragmentador da violência no tocante aos espaços urbanos, a criminalidade se destaca por assumir uma capacidade de se adaptar as novas

estruturas que surgem, tanto espaciais, como sociais. Vejamos os exemplos dos crimes cibernéticos, cada vez mais comuns em nossa sociedade, às estruturas informatizadas cada vez mais investem em segurança com o intuito de se protegerem de possíveis invasões, ainda assim, a criminalidade surge com novas ferramentas para conseguir burlar estes sistemas e obter lucro de forma ilegal, tendo como consequências, um desenrolamento de uma criminalidade cada vez mais especializada. Felix (2002) sugere outro exemplo, quando olhamos para os aparatos de segurança dos bairros da classe socioeconômica mais alta, os sofisticados sistemas de segurança ao invés de ofertar inacessibilidade, estão criando criminosos cada vez mais refinados, quanto mais difícil o alvo, mais elaborado tem que ser o ataque, e mais compensatório será o fruto deste trabalho, o que faz com o que o criminoso desenvolva técnicas mais elaboradas. A criminalidade então tem evidenciado uma capacidade surpreendente de transformação e de adaptação aos meios pela qual vive e sobrevive.

Felix (2002) aborda ainda que se o resultado financeiro do ato criminoso é mais vultuoso, a tendência é que os criminosos se organizem, alterando o padrão convencional da ação, raros serão os criminosos agindo de forma individualizada, uma vez que tal ação individualizada não é mais tão rentável assim. A este tipo de criminalidade foi atribuída a denominação de crime organizado. O crime organizado seria então uma forma ampla das expressões do crime e de atuação de criminosos, em busca de um maior lucro para suas atividades. Melo (2015, p.15) evidencia que:

Aqueles que têm ambição desmedida e querem ganhar muito têm motivação intensa e persistente; estão dispostos a dedicar mais esforço e mais tempo ao futuro crime a ser cometido do que os mais frequentes criminosos de rua; não se contentam com atos fáceis e rápidos; por isso, operam em uma organização.

A lei do crime organizado diz, que para a existência do crime organizado como uma das formas de criminalidade é imprescindível uma associação de pessoas, agindo em prol de uma ação delituosa de maneira organizada. Desse modo, o conceito jurídico do crime organizado é definido pelo 1º Art. parágrafo 1º, da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que define a organização criminosa como:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. (BRASIL, 2013)

Portanto, a criminalidade urbana é hoje, um dos maiores problemas sociais com os quais a nossa sociedade convive atualmente, é um entrave ao bem-estar da população e sua

qualidade de vida. Trata-se, portanto, como uma “questão grave, pois atinge a totalidade dos brasileiros e expõe bens jurídicos muito importantes em risco, tais como, patrimônio, integridade física, paz, e principalmente a vida” (ROSA, 2015, p.7).

Para Gomes (2005), a criminalidade moderna tem como características mostrar-se como uma atividade constante, diária, rotineira, e que se apresenta de certa forma organizada. Assim, o crime organizado fruto dessa criminalidade moderna, se revela como uma organização dotada de aparatos operacionais e estruturas organizacionais, tais quais como uma empresa, onde aqueles que exercem as funções executivas ocupam o cargo de “gerente”. Ora, se o crime organizado age sobretudo como uma empresa, e, empresas visam lucro, operando em uma divisão de trabalho de forma hierárquica, então o objetivo final do crime organizado é ganho econômico, e, conseqüentemente também o ganho de poder. Dessa maneira, Francisco Filho (2004, p.33) evidencia que “os indivíduos envolvidos com o crime organizado estão organizados em uma estrutura funcional com uma hierarquia bem estabelecida e normas próprias de conduta, tanto de benefícios quanto de punição”.

Melo (2015, p.9) por sua vez define crime organizado como:

[...] a expressão ‘crime organizado’ designa o agrupamento de organizações criminosas; refere-se a um setor do chamado ‘submundo do crime’. Por sua vez, este é a parte mais escondida, bem como a parte mais perigosa ou mais deletéria, da chamada economia ‘informal’, economia ‘paralela’, economia ‘subterrânea’, economia ‘sombra’, economia ‘precária’, ou economia dos ‘mercados negros’. Esta economia abrange atividades e negócios com graus diferentes de ilicitude e extensões diferentes de recurso à violência ou à corrupção.

Reconhecemos que há várias formas e tipos de criminalidade, e sobretudo há várias formas pela quais o crime organizado, se estrutura e age. Nesse sentido, dentro dos estudos da criminologia, que é a ciência que estuda os fenômenos e as causas da criminalidade, há dois tipos de formas caracterizadas de criminalidade, são elas, a macrocriminalidade e a microcriminalidade. “A microcriminalidade é identificada como um fenômeno individual, ao contrário da macrocriminalidade, que é um fenômeno eminentemente econômico” (BRIZZI, 2007, p.5101)

Carlyle (2019) esquematiza a macrocriminalidade ou criminalidade mediata, mostrando que ela pode ser subdividida em *Criminalidade Organizada*, com marcante presença no tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, prostituição, tráfico de pessoas e terrorismo. *Criminalidade Supostamente Organizada*, constituída pelos crimes contra o meio ambiente, os crimes financeiros, a corrupção, a fraude fiscal, os crimes eleitorais, e, *Criminalidade Globalizada*, da qual fazem parte os novos crimes telemáticos (invasão

"remota" de bancos de dados), os informáticos (delitos comuns via internet) e os telefônicos (extorsão, estelionato, interceptação ilegal e clonagem de aparelhos).

Já a microcriminalidade ou criminalidade imediata, é constituída sobretudo pela criminalidade que ocorre diariamente, cotidianamente. São constituídas pelos delitos considerados comuns ao espaço urbano, como os crimes raciais e hediondos como os homicídios, e os crimes de menor potencial ofensivo, como as contravenções penais, entre outros. Segundo Brizzi (2007), para a microcriminalidade, o agente criminoso é considerado um indivíduo isolado, que se encontra a margem da vida social geralmente envolvido em delitos comuns, praticados a toda hora nas grandes e pequenas cidades, tais como homicídio, roubo, furto, lesões corporais, estupro, ameaça, calúnia, injúria e difamação, dentre outros, este é considerado o criminoso comum. A macrocriminalidade é o oposto, ela é constituída pela existência de blocos de criminalidades, onde o seu principal objetivo é o lucro, evidenciando seu cunho estritamente econômico, onde as principais formas de expressão estão relacionadas diretamente com o crime organizado, como esquematizado por Carlyle (2019).

O crime organizado que mais destoa no Brasil, está relacionado ao narcotráfico, é pelo narcotráfico que várias outras modalidades de crimes e violência surgem e se apropriam do espaço urbano. Minayo e Souza (1999) enfatizam que no caso brasileiro, os problemas que mais afligem a população referem-se ao elevado crescimento do crime organizado nos grandes centros urbanos. Reiteramos também, que esta criminalidade hoje, não é mais inerente apenas aos grandes centros urbanos, há uma quebra dessa vinculação apenas aos grandes conglomerados urbanos. Os grupos criminosos organizados no decorrer dos anos, expandiram os limites de suas fronteiras e territórios, visando ampliar seus negócios onde antes não existia um mercado tão rentável, a partir desse momento o narcotráfico invade as estruturas das cidades médias brasileiras.

Seguindo, o narcotráfico então, apresenta uma tendência de se repercutir em outras formas de crimes, como assalto a bancos, roubos de cargas, carros, e outras formas de violência. Rosa (2015) evidencia que é um ramo que obtém um lucro altíssimo em detrimento da raça humana. Francisco Filho (2004) evidencia que o tráfico de drogas, tem se revelado como a base para a deflagração de inúmeros processos violentos.

A cidade tornou-se um grande centro consumidor do produto que o narcotráfico vende, as drogas e seus subprodutos. Por esta demanda, o narcotráfico se estrutura em uma organização que detém o poder de comercializar estes produtos de forma alta mente

organizada, em que “o fluxo do produto segue um caminho que vai do produtor ao consumidor, obedecendo aos mesmos princípios a que está submetido qualquer bem de consumo com grande demanda” (FRANCISCO FILHO, 2004, p.29). Dessa forma, seguindo a lógica capitalista de obtenção de lucro através das próprias regras, se aproveitando da lacuna que o Estado deixa como agente regulador e repressivo.

A diferença, nesse caso, está na não participação do Estado como órgão regulador, uma vez que se trata de algo ilícito. O vácuo do Estado, porém, é preenchido por uma estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da força e da intimidação com o objetivo de garantir o território e, portanto, a perpetuação do processo produtivo em que o tráfico está inserido. (FRANCISCO FILHO, 2004, p.29)

Os conceitos apresentados aqui, sobre violência, violência urbana, crime e criminalidade, têm o intuito de fornecer um entendimento sobre os fenômenos violentos que ocorrem no espaço urbano, que é objeto de estudo desta pesquisa. Óbvio que não nos aprofundamos nas discussões, não é o intuito de gastarmos todas as discussões que estes termos representam, haja a vista a variedades de expressões e a complexidade dos mesmos, entretanto, mostrar a diferença entre cada termo, mostra-se como de primordial importância para as discussões que serão expostas aqui nesta pesquisa.

A violência é inerente ao homem, e inerente às constituições da nossa sociedade, é uma realidade socioespacial, a violência não é uma, ela é múltipla, ela opera através das relações de poder entre os indivíduos, atinge todas as camadas da sociedade, porém é mais impactante aonde as desigualdades sociais imperam, ela ocorre aonde o poder está em vias de ser abatido, são caracterizadas pelas violências visíveis e invisíveis, violências que atingem o físico, o mental e a moral de um indivíduo, onde todos em alguma fase da vida, sofrerão algum tipo de violência, a violência deixa marcas.

As violências urbanas por sua vez, são caracterizadas pelo componente espacial, se apropria dos espaços urbanos e detém o poder de fragmentar estes, através das suas relações sociais, constituem-se como violência urbana delitos e ilícitos que ocorrem neste espaço, moldam os usos e costumes dos indivíduos e segrega cada vez mais o tecido urbano, as violências urbanas são usadas como *slogans e propagandas* para as incorporadoras imobiliárias que vendem seus lotes muitas vezes sem a mínima infraestrutura, apenas visando o lucro em cima desse problema.

O crime origina-se também de uma relação social, inerente também as sociedades, constitui-se de um ato infracional, um ato que vai na direção contrária das leis que regem o bem-estar social e qualidade de vida da sociedade, é uma violação dos direitos e uma

manifestação da violência, o crime propões as leis, e as leis propõem os crimes, entretanto propor o que é e o que não é crime, exige um esforço tanto da sociedade como do Estado enquanto legislador máximo, seguindo, nem todo crime é violento, mas toda violência é um crime, entretanto para isso, deva pertencer as classes e organizações jurídicas impostas pelo Estado como legislador. A manifestação espacial do crime modifica os valores e as percepções espaciais, tem o poder de deteriorar os espaços urbanos criando espaços onde o medo impera.

A criminalidade por sua vez, baseia em uma ampliação das formas e intensidades de certos crimes ocorrentes em um determinado espaço, é uma característica sobretudo coletiva, porém pode ser executada de forma individual em casos cada vez mais raros, que visa sobre toda maneira, o maior lucro, e para isso, dispõem de aparatos que proporcionam uma maior especialidade e sobretudo organização, tal qual uma empresa, a consequência disso é expansão de uma modalidade da criminalidade denominada como crime organizado, que têm o narcotráfico como um dos seus maiores expoentes, trazendo consigo, uma bagagem de violências que encontram no espaço urbano, poder para se reproduzirem.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NO BRASIL, E NO ESTADO DO PARÁ: 2007 A 2017, A DÉCADA MAIS VIOLENTA.

Faremos aqui neste capítulo, uma contextualização e análise dos registros e indicadores de violência ao longo dos últimos anos, partindo da escala nacional, até a escala regional com os indicadores para o Estado do Pará. Entendemos que o contexto que o país vivenciou na última década de 2007 a 2017 com os problemas relacionados a violência e a criminalidade, sobretudo a organizada e os seus expoentes, são os alicerces para a disparada da violência no município, e, se relacionam com os problemas de segurança enfrentados pelo estado do Pará, em Altamira encaramos que estes problemas foram amplificados pelos problemas oriundos da construção da UHE Belo Monte.

Desse modo partindo da escala nacional, nossa discussão inicia-se refletindo sobre a exacerbação dos fenômenos de violências na sociedade brasileira nos últimos anos, seus resultados e seu acúmulo social, que tem-se consolidado ao mesmo tempo em que se expande no modo de vida contemporâneo. Como já destacado nos capítulos anteriores, os fenômenos de violência e criminalidade são inerentes a formação da nossa sociedade, servindo ao fato, de serem consideradas ainda, como elementos estruturantes da sociedade brasileira (SOARES, 2014).

Misse (2006) destaca que a violência e o crime como fenômenos sociais, tem o poder de determinar a sociabilidade dos indivíduos, dessa forma as manifestações destes fenômenos na sociedade brasileira, está inserida nos diversos espaços da vida cotidiana como práticas agressivas e hostis que anunciam novas formas de sociabilidades, marcadas sobretudo pelas sensações de insegurança e pelo sentimento de medo. Sobre estes dois sentimentos na contemporaneidade, eles são responsáveis por uma gama de problemas que vão desde problemas que afetam os indivíduos psicologicamente, assim como afetam a coletividade da sociedade, assim também como afetam as estruturas espaciais da cidade.

Contribuindo nesse sentido, Adorno (2002) elenca que desde meados da década de 1970, vem-se exacerbando o sentimento de medo e insegurança na sociedade brasileira, a partir desta década, as estatísticas de criminalidade se intensificaram para todas as modalidades de crimes, sobretudo os crimes contra a vida, em especial os homicídios.

Gráfico 1: Registro Histórico de Homicídios no Brasil – 1979 a 2020.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Monitor da Violência (FBSP), Núcleo de Estudo da Violência da USP (NEV-USP).

Os registros acima exemplificam o que Adorno (2002) comenta, o autor destaca que desde o fim da década de 1970, é exponencial o crescimento da violência no país, sobretudo, o crescimento do crime de homicídio. Esta modalidade de crime passou a encontrar como palco principal, os grandes centros urbanos brasileiros, ainda assim, contudo, outros crimes, como os crimes contra o patrimônio como furto e roubo, acontecem no mesmo espaço e lideram as estatísticas de criminalidade.

Porém frisamos que o homicídio apesar de não ser a ocorrência que mais acontece no país, é o crime que é o centro das atenções, é o crime que mais causa comoção popular, é o crime que estampa as primeiras páginas dos jornais e estão sempre na mídia como a matéria do dia, o homicídio é o centro das discussões, e, dos discursos políticos nos debates sobre violência e segurança pública, é o grande percalço dos gestores públicos, e é o gatilho que

gera o sentimento de insegurança na população. Portanto, mensurar esse crescimento da violência e seus níveis, tem-se revelado nos últimos anos, um desafio enorme, tanto para gestores públicos como para pesquisadores da área. Como já discutido no âmbito dessa pesquisa, é sabido que a violência tem o poder de impactar todas as esferas da sociedade, atingindo a tudo e a todos, porém, é um problema que apresenta uma diversidade de concepções, tornando difícil definir ainda o que se nomeia como violência.

Sendo assim, para o entendimento desses fenômenos e para análises sobre a ocorrência destes atos e suas relações sociais no espaço, sobretudo no espaço urbano, espaço de representação do homem civilizado, ao mesmo tempo em que é um espaço onde as piores barbáries contemporâneas acontecem, é necessário utilizar metodologias que abordem uma gama variada de elementos e estruturas, objetivando entender suas relações e correlações com os fenômenos violentos, para isso, adota-se metodologias que se utilizam de indicadores para estimar o nível de tais atos violentos. “No âmbito das políticas públicas, os indicadores auxiliam os gestores a acompanharem os diferentes tipos de resultados das ações empreendidas” (ENGEL, 2015, p.14). Deste modo, o homicídio é usado como o maior indicador do nível de violência de um determinado espaço, afinal nem todas as violências levam ao fim da vida de um indivíduo.

Alves, Ribeiro e Rodrigues (2018), explicam que o homicídio é escolhido como parâmetro e indicador do nível de violência de um local, porque é a “expressão máxima da violência contra uma pessoa”. O homicídio doloso é o crime final, e o seu efeito não é expressivo somente para a vítima, este crime tem um efeito cascata que vai muito além da perda da vida humana, o impacto desse ato reflete também nos pares das vítimas, que são acometidas por uma violência que as agride não da forma máxima como o ato do homicídio, mas de uma forma negativa, impactando nas suas relações sociais e no prosseguimento de suas vidas.

Em um estudo recente, a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP (2015), realizou um diagnóstico dos homicídios no Brasil, o estudo aponta em análise, quatro macrocausas principais sobre a causalidade dos homicídios brasileiros, o estudo destaca, a *violência patrimonial*, esta ligada principalmente ao crime de latrocínio, *violência interpessoal*, esta ligada a conflitos, brigas ou rixas entre pessoas, a *violência doméstica*, ligada sobretudo a violência contra mulher, em especial o crime de feminicídio, e, *gangues e drogas*, estas ligadas ao crescimento do narcotráfico dentro do território nacional, e a expansão do crime organizado em sua forma facciosa, este sendo o principal causador dos

homicídios nos últimos anos no país (ENGEL, 2015). Por sua vez, Adorno (2002) também evidencia que partes significativas dessas mortes ao longo dos anos se devam aos conflitos entre quadrilhas ou grupos criminosos, que tenham algum vínculo ou não com o narcotráfico.

Isto tem propiciado aos pesquisadores do tema, um intenso debate entre violência e criminalidade ao longo dos anos, esta realidade tem provocado uma série de estudos tanto no âmbito nacional, como no âmbito internacional, que visam tentar entender estes problemas como fenômenos sociais e seus impactos nas estruturas sociais. Sobre os homicídios e a escalada da violência no país ao longo dos anos, a ONU utilizando os registros do ano de 2017 em seu estudo global sobre os homicídios (*Global Study on Homicide 2019*), apontam que o Brasil foi responsável sozinho, por 14% dos homicídios globais, exemplificando, em termos de comparação com o ano de 2015, o país era responsável por 10% do total de homicídios no mundo, temos então nesse intervalo de tempo (2015-2017), um aumento de 4% do total de homicídios globais, perfazendo um total de 6 mil homicídios a mais do que em 2015.

A organização estima em que 2017, houve no mundo, cerca de 464.000 mil homicídios, dos quais desses, 65.602 homicídios foram realizados em solo brasileiro, em comparação, o mesmo estudo revela que os conflitos armados em curso no mundo naquele período mataram 89 mil pessoas (UNODC, 2019). Considerando que o Brasil não enfrenta nenhum tipo de guerra declarada, esta é uma estatística extremamente alta para um país, desse modo, explicar as causas de tal ato ainda é um desafio enorme. A tabela abaixo revela os registros de homicídios ao longo dos últimos 40 anos no país.

Tabela 1: Registro de Homicídios no Brasil de 1979 a 2020.

HOMICÍDIOS NO BRASIL							
ANO	TOTAL	ANO	TOTAL	ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
1979	11.217	1990	32.015	2001	48.032	2012	57.045
1980	13.911	1991	30.752	2002	49.816	2013	57.396
1981	15.216	1992	28.555	2003	51.534	2014	60.474
1982	15.554	1993	30.618	2004	48.909	2015	59.080
1983	17.410	1994	32.631	2005	48.136	2016	62.517
1984	19.768	1995	37.152	2006	49.704	2017	65.602
1985	19.748	1996	38.929	2007	48.219	2018	57.341
1986	20.483	1997	40.531	2008	50.659	2019	41.635
1987	23.100	1998	41.974	2009	52.043	2020	43.892
1988	23.370	1999	42.947	2010	53.016		
1989	28.767	2000	45.433	2011	52.807		

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Monitor da Violência (FBSP), Núcleo de Estudo da Violência da USP (NEV-USP).

Ao olharmos para a tabela acima, observa-se que desde quando os registros passaram a ser inventariado a partir do ano de 1979, o Brasil vive uma escalada de homicídios nesses mais de 40 anos, tal como um problema epidemiológico, as estatísticas evidenciam que uma pessoa morre assassinada a cada 8 minutos no país (FBSP, 2017). Há décadas existentes nos registros que evidenciam um acréscimo e decréscimo no total de homicídios, há também décadas mais violentas e outras menos violentas, entretanto, os últimos 20 anos revelaram ser os anos mais violentos do país. Desse modo, as relações e as causas dos homicídios ainda são temas de debates entre pesquisadores e governantes, e as conclusões ainda são de certo modo “inconclusas”, uma vez que a violência desse ato revela ser multifacetada, podendo ser potencializadas por inúmeras causas, e explicar estas causas, é o grande desafio dos gestores públicos, forças de segurança e pesquisadores da temática.

Ao olharmos ainda para a tabela 1, observa-se que o Brasil viveu a sua pior década nas faixas de ano que compreendem o ano de 2007 a 2017. O ano de 2007 registrou 48.219 homicídios com uma taxa de 25,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, onde, até 2017 o crescimento deste crime é bastante expressivo, a taxa então salta de 25,5 homicídios em 2007, para 31,6 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes em 2017. Em termos de comparação com as décadas passadas (1977/1987 - 1987/1997) o crescimento da violência se dá de forma mais lenta, mas ainda sim de forma gradual, entretanto para o período de 2007 a 2017, observa-se um crescimento vertiginoso do total e das taxas de homicídios em alguns estados brasileiros.

Importante frisar também, que a evolução das taxas de homicídios nesta década, se deu de forma heterogênea entre as regiões brasileiras, nesse período, nota-se uma diminuição das taxas de violência letal nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, e um crescimento elevado nas regiões Norte e Nordeste (IPEA, 2019).

Tabela 2: Incremento dos homicídios por décadas

PERÍODOS	INCREMENTOS DOS HOMICÍDIOS
1979 / 1987	11.883 homicídios
1987 / 1997	17.161 homicídios
1997 / 2007	6.245 homicídios
2007 / 2017	17.383 homicídios
2010 / 2020	9.115 homicídios

Fonte: IPEA / FBSP

Tabela 3: Evolução da taxas de homicídios para cada 100 mil habitantes por Região, 1997/2007

REGIÃO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Norte	17,4	19,7	17,7	18,6	19,9	21,7	22,9	22,6	25,1	27	27,2
Nordeste	19,3	18,5	17,5	19,3	21,9	22,4	24	23,2	25,4	27,9	30,0
Sudeste	34,2	35,9	37,4	36,6	36,6	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	24,3
Sul	15,2	14,7	14,7	15,3	17,1	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	22,2
Centro-Oeste	26,6	26,1	26	29,4	29,3	30,4	30,5	30	28,2	28,3	28,9
BRASIL	25,4	25,9	26,2	26,7	27,8	28,5	28,9	27	25,8	26,3	25,2

Fonte: IPEA/FBSP.

Tabela 4: Evolução das taxas de homicídios para cada 100 mil habitantes por Região, 2007/2017

REGIÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	27,2	32,0	33,7	38,0	35,0	37,2	35,8	36,4	39,7	44,5	47,4
Nordeste	30,0	32,2	33,4	35,7	36,4	39,3	39,7	42,0	41,0	43,6	48,5
Sudeste	24,4	22,2	21,8	21,3	20,4	21,5	20,7	21,4	19,2	19,4	19,4
Sul	22,2	24,1	24,3	23,7	22,7	24,1	21,0	22,7	23,3	24,7	24,0
Centro-Oeste	29,0	31,0	32,4	31,2	34,0	38,1	37,3	38,0	36,1	36,0	33,2
BRASIL	25,2	26,7	27,1	27,8	27,4	29,4	28,5	29,8	28,8	30,3	31,5

Fonte: IPEA/FBSP

Daremos destaque a esta década (2007/2017), porque é a década que se relaciona com o período analisado nesta pesquisa. O aumento das taxas de homicídios para os estados da região Norte do país, sobretudo para municípios interioranos como é o caso de Altamira, revelam uma nova dinâmica da criminalidade e nos crimes de homicídios, e as causas explicativas da exacerbação deste fenômeno, podem estar relacionadas sobretudo com a expansão do crime organizado na sua forma facciosa para estes novos espaços ao longo desta década, seduzidas pelas perspectivas de crescimento econômico através do comércio de entorpecentes, e pelos controles das fronteiras por onde entram as drogas no território brasileiro e rotas do tráfico.

Estas organizações criminosas nos últimos anos expandiram a sua área de atuação no território brasileiro em busca da dominação de novos territórios objetivando a expansão do mercado de drogas. Sobre isso, Cerqueira et al. (2016), contribuem dizendo que a dinâmica dos homicídios nos municípios brasileiros até 2015, passou por um movimento de disseminação e interiorização dos crimes, municípios que outrora eram considerados pacíficos, passaram a ter um aumento das suas taxas de crimes, sobretudo nos crimes de homicídios, cometidos principalmente pelo controle do tráfico de drogas nas rotas de transporte dos entorpecentes, em especial as novas rotas, frutos da expansão do crime organizado para os estados da Região Norte e Nordeste do país.

Em paralelo ao crescimento dos homicídios brasileiros neste período (2007-2017), é nesta década, e nesse contexto de acentuação das taxas de homicídios na região Norte, que o

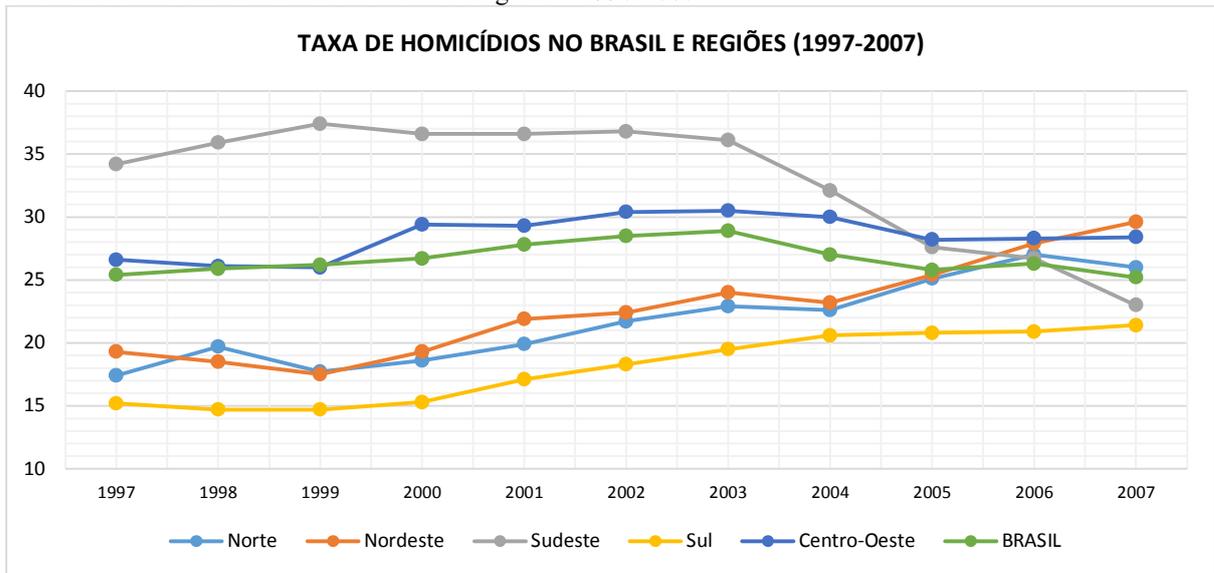
município de Altamira se encontra, o município viveu uma escalada nos registros de homicídios ao longo da década de construção da UHE Belo Monte, onde, no ano de 2015, o município encabeçou a lista dos municípios com mais de 100 mil habitantes mais violentos do país (IPEA, 2017). Belo Monte nesse contexto, torna-se um fator determinante para a escalada desse tipo de crime, nota-se que em 2012 o município era o 5º mais violento do país, e em 2017 encabeçou a lista segundo o IPEA.

Esta escalada da violência em Altamira, especialmente propiciadas pela a instalação das obras da UHE Belo Monte na região, tem no decorrer dos processos, o surgimento de vários problemas de ordem social, e, principalmente de segurança pública que também são decorrentes destes grandes empreendimentos (REIS e SOUZA, 2016). Estes problemas de segurança pública no território altamirense podem ter sido potencializados pela expansão das facções criminosas do Sudeste para o interior dos estados da região Norte, sobretudo, propiciadas pelo aquecimento do mercado de drogas na região de grandes empreendimentos, neste caso, a UHE Belo Monte, e, pela expansão dos negócios destas organizações para as fronteiras do país, visando o controle das rotas de entorpecentes que abastecem os grandes centros urbanos. Desse modo, todos estes percalços vivenciados pelo município de Altamira, criaram provavelmente as estruturas e condições para o cenário violento nos anos iniciais e finais da construção da UHE Belo Monte.

Além disso, criou condições para o que viria acontecer no município em 2019, o município foi palco do segundo maior massacre dos presídios brasileiros, perdendo apenas para o massacre do Carandiru, o massacre arquitetado pela facção regional Comando Classe A – CCA (PA), aliada ao Primeiro Comando da Capital (SP), sobre os presos faccionados ao Comando Vermelho (RJ), onde 62 presos foram decapitados, enforcados e mortos por asfixia.

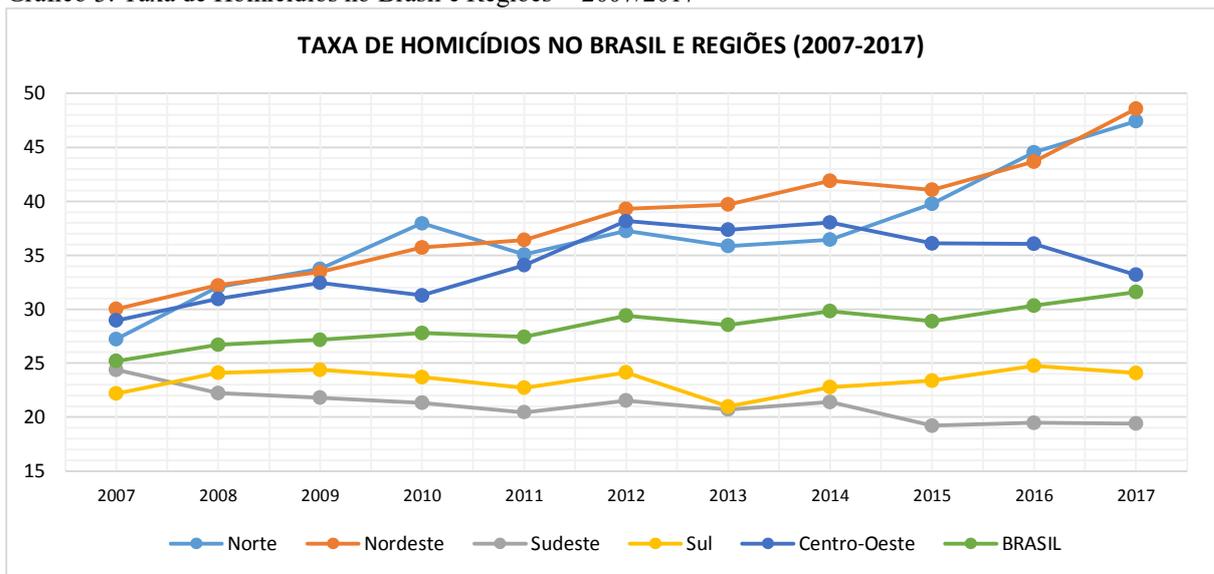
Os gráficos 2 e 3 abaixo, representam a curva exponencial das taxas de homicídios nas regiões brasileiras, interessante notar que as curvas de crescimento para a região Norte se acentuam desde o ano de 2007, havendo uma estabilização das taxas de 2011 a 2013, e novamente uma grande acentuação a partir de 2015, atingindo o ápice em 2017. Nesse período enquanto alguns estados apresentam uma queda nas taxas de homicídios, outros tornam-se exceções a esta queda, e suas taxa de homicídios continuam subindo, como é o caso dos estados da região Norte, em especial os estados do Amazonas, Roraima, Acre e Pará.

Gráfico 2: Taxa de Homicídios no Brasil e Regiões - 1997/2007



Fonte: IPEA/ FBSP

Gráfico 3: Taxa de Homicídios no Brasil e Regiões - 2007/2017



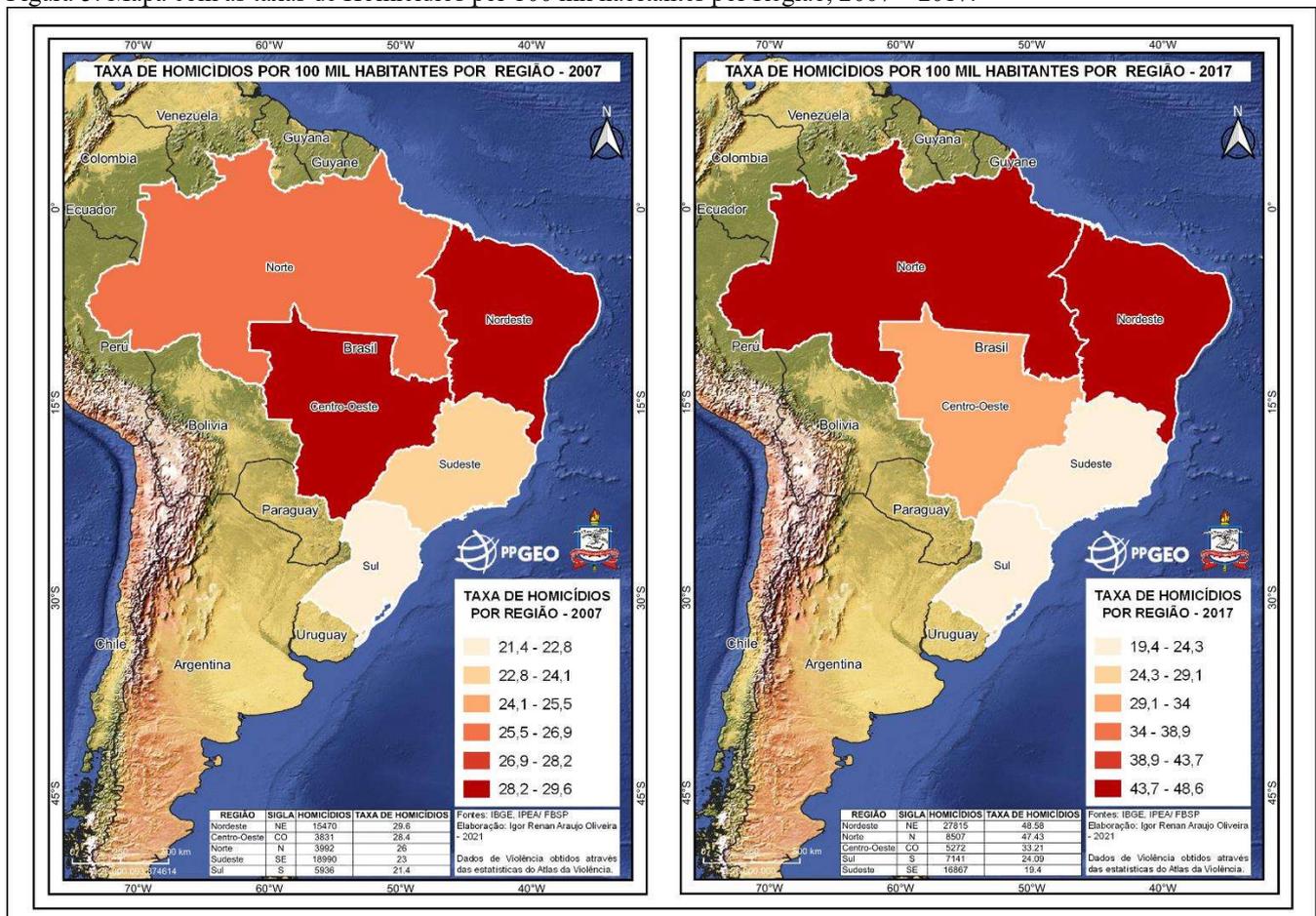
Fonte: IPEA/ FBSP

Manso (2019) em seus estudos sobre a violência no país demonstra nesse sentido que no início da década dos anos 2000 a região Sudeste dominava os índices de violência com a taxa elevadíssima de 36,8 homicídios por 100 mil habitantes, desse modo, dos quatro estados que fazem parte da região sudeste, três (RJ, ES e SP) estavam entre os cinco primeiros colocados no ranking dos estados mais violentos do país, agora, constata-se um decréscimo na década seguinte para esta região, o estado de São Paulo, um dos mais violentos, tornou-se o menos violento do país, e há 18 anos vivencia uma queda nas taxas de homicídios.

Assim, regiões onde as taxas estavam relativamente estáveis a algum tempo, abaixo das médias nacionais, como o Norte e Nordeste, passaram a liderar os indicadores de

violência, as taxas de homicídios explodiram e os estados destas regiões assumiram as dez primeiras posições entre as 27 unidades da federação do Brasil.

Figura 5: Mapa com as taxas de Homicídios por 100 mil habitantes por Região, 2007 – 2017.



Elaboração: Autor

A figura 5 acima representa a heterogeneidade da dispersão da violência pelo território brasileiro na década de 2007 a 2017, as taxas de homicídios das regiões Norte e Nordeste nesse período são as únicas que mantem um crescimento, se mantendo acima das taxas nacionais, enquanto as demais regiões apresentam um decréscimo das taxas.

Esta constatação acabou revelando uma nova dinâmica da espacialização dos indicadores de violência, Manso (2019) evidencia que nos anos 80 e 90 a violência atingia o país de forma diferente, os estados do Norte e Nordeste tinham as menores taxas de homicídios do Brasil, já a partir dos anos 2000, o protagonismo dos estados mais violentos eram encabeçados pelos estados das regiões Norte e Nordeste, enquanto os estados da região Sudeste que outrora encabeçavam a lista dos estados mais violentos, apresentam uma redução nas taxas de violência e de homicídios já no início dos anos 2000.

Tabela 6: Taxa de homicídios em 1980

TAXA DE HOMICÍDIOS - 1980			
RANKING	UF	Região	1980
1º	RJ	SE	59,0
2º	DF	CO	45,0
3º	MS	CO	42,0
4º	RO	N	38,0
5º	GO	CO	34,0
6º	PE	NE	33,0
7º	ES	SE	29,0
8º	PR	S	26,0
9º	RS	S	25,0
10º	SP	SE	22,0
11º	MG	SE	21,0
12º	SC	S	18,0
13º	AC	N	17,0
14º	AL	NE	15,0
15º	PA	N	14,0
16º	RR	N	14,0
17º	PB	NE	12,0
18º	AM	N	11,0
19º	CE	NE	10,0
20º	RN	NE	10,0
21º	MA	NE	7,0
22º	PI	NE	7,0
23º	SE	NE	7,0
24º	BA	NE	6,0
25º	AP	N	4,0
26º	MT	CO	3,0
27º	TO	N	—
BRASIL (TOTAL)			23,0

Fonte: IPEA

Tabela 7: Taxa de homicídios em 2000

TAXA DE HOMICÍDIOS - 2000			
RANKING	UF	Região	2000
1º	PE	NE	56,17
2º	RJ	SE	52,75
3º	ES	SE	48,14
4º	RR	N	47,59
5º	SP	SE	42,89
6º	MT	CO	40,92
7º	RO	N	35,37
8º	DF	CO	34,07
9º	AP	N	34
10º	MS	CO	31,64
11º	AL	NE	26,55
12º	SE	NE	23,55
13º	GO	CO	21,9
14º	AM	N	20,9
15º	AC	N	19,56
16º	PR	S	18,85
17º	CE	NE	17,19
18º	RS	S	16,55
19º	TO	N	15,15
20º	PB	NE	14,92
21º	PA	N	13,42
22º	MG	SE	12,06
23º	RN	NE	9,57
24º	BA	NE	9,46
25º	SC	S	8,38
26º	PI	NE	8,35
27º	MA	NE	6,42
BRASIL (TOTAL)			27,3

Fonte: IPEA

Tabela 5: Taxa de homicídios em 2017

TAXA DE HOMICÍDIOS - 2017			
RANKING	UF	Região	2017
1º	RN	NE	62,8
2º	AC	N	62,2
3º	CE	NE	60,2
4º	SE	NE	57,4
5º	PE	NE	57,2
6º	PA	N	54,7
7º	AL	NE	53,7
8º	BA	NE	48,8
9º	AP	N	48
10º	RR	N	47,5
11º	GO	CO	42,8
12º	AM	N	41,2
13º	RJ	SE	38,4
14º	ES	SE	37,9
15º	TO	N	35,9
16º	PB	NE	33,3
17º	MT	CO	32,9
18º	MA	NE	31,1
19º	RO	N	30,7
20º	RS	S	29,3
21º	PR	S	24,4
22º	MS	CO	24,3
23º	MG	SE	20,4
24º	DF	CO	20,1
25º	PI	NE	19,4
26º	SC	S	15,2
27º	SP	SE	10,3
BRASIL (TOTAL)			31,6

Fonte: IPEA

Para explicar essa redução das taxas de homicídios, Manso (2019) destaca que há duas linhas de debates que necessitam ainda de muitas análises e discussões, mas que dão inícios aos debates e sobre como essa redução das taxas podem ter acontecido durante esses anos, de

um lado há pesquisadores que apontam o protagonismo do Estado e das políticas públicas de transformações do comportamento e de combate ao crime, como a melhoria na gestão policial, patrulhamento ostensivo, entre outros progressos.

E do outro lado há aqueles que apontam o papel do Primeiro Comando da Capital na mediação dos conflitos, começando a partir da conquista hegemônica dos presídios, e da organização do comércio de entorpecentes e do cenário criminal. Nas análises de Manso (2019) o autor reflete que essas duas vertentes de discussões são complementares e não podem ser descartadas absolutamente, foram através das medidas impostas pelo Estado e suas ações regulamentadoras oriundas das novas políticas públicas voltadas a segurança pública, que permitiram a organização criminosa paulista conquistar a hegemonia dentro dos presídios do estado, e, fomentar a o discurso de união entre os “irmãos” contra o “sistema opressor” do Estado.

Ainda sobre as análises das taxas de homicídios, já em 2007 os estados da região sudeste já não ocupavam as primeiras colocações no ranking, apenas o estado do Rio de Janeiro figurava na 4ª colocação entre os 18 primeiros, as taxas de homicídios eram mais elevadas nos estados da região Nordeste seguido pelos estados do Centro-Oeste, a região Norte neste contexto apresentava taxas até então estáveis já a alguns anos, apresentando uma taxa média de 23,9 homicídios a cada 100 mil habitantes na década de 1997 a 2007. Em 2017, a taxa média da década duplicou para a Região Norte, a região apresentou a taxa média de 40,7 homicídios para cada 100 mil habitantes, entretanto os estados da região Nordeste lideraram as estatísticas, com a taxa média de 41 homicídios por 100 mil habitantes.

Feltran (2019) aborda nesse contexto, que os homicídios no Brasil são desigualmente distribuídos, enquanto alguns estados apresentam um crescimento importante das taxas de homicídios, outros estados apresentam um decréscimo significativo na década, desse modo, tal ato apresenta uma tendência que varia de região para região.

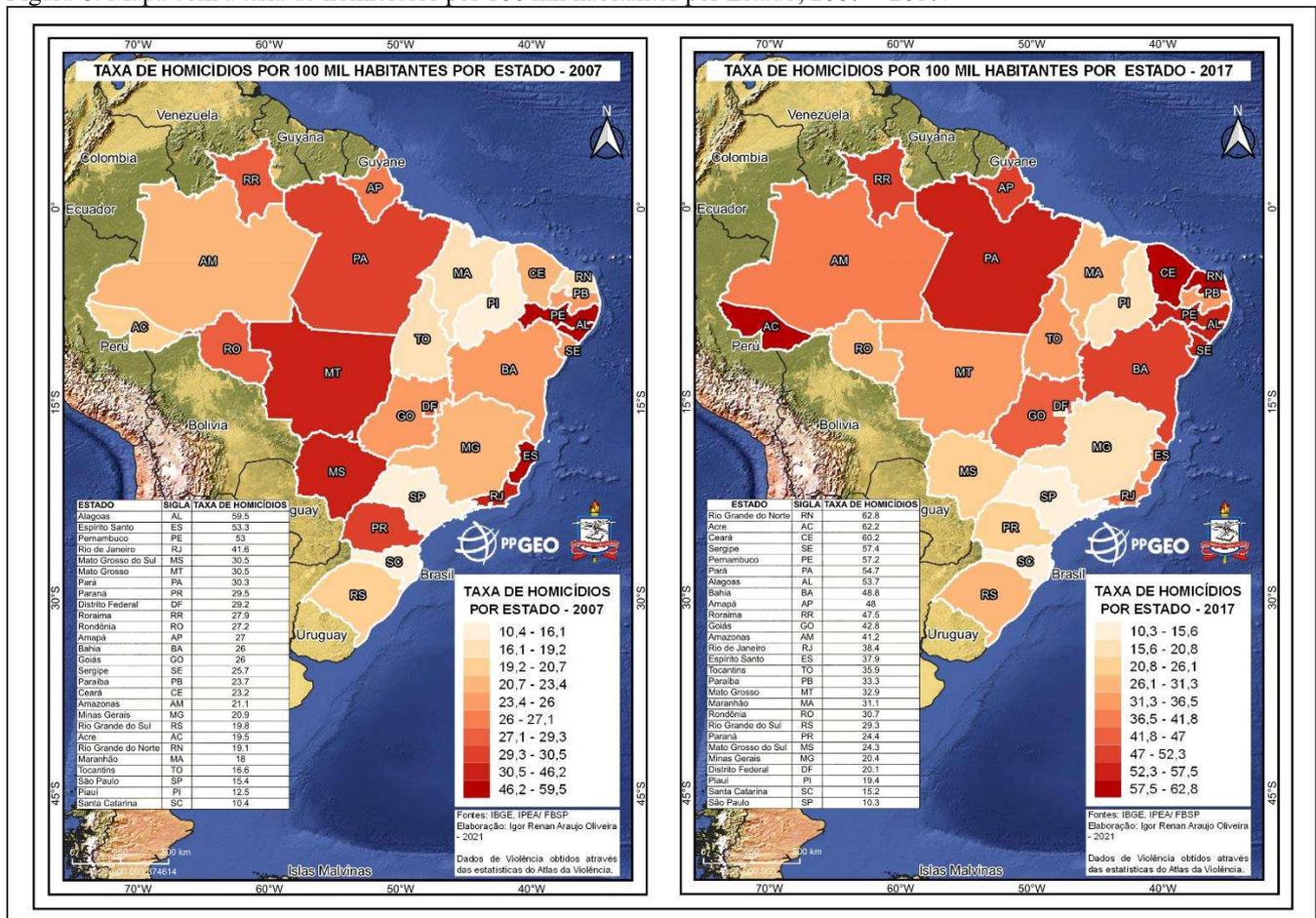
O autor então sugere uma divisão na explicação dos grupos atingidos por esta violência em 5 grandes grupos: o *grupo 1* relaciona-se com as mortes internas ao mundo do crime e as suas redes próximas, nesse grupo a ênfase é dada para a guerra entre as facções criminosas, marcados por disputas internas as facções, ou na disputa de grupos rivais por espaços que são potencialmente rentáveis ao mercado de drogas, essa guerra declarada entre estes grupos criminosos é responsável por 77% das mortes violentas intencionais no país.

O *grupo 2* relaciona-se com as mortes ocorridas na guerra entre as forças policiais e o mundo do crime, estes conflitos são responsáveis por 11,45% do total de mortes violentas

intencionais no Brasil. O grupo 3 relaciona-se aos casos de feminicídios, esta violência doméstica é responsável por 6,8% do total de mortes violenta intencionais no país.

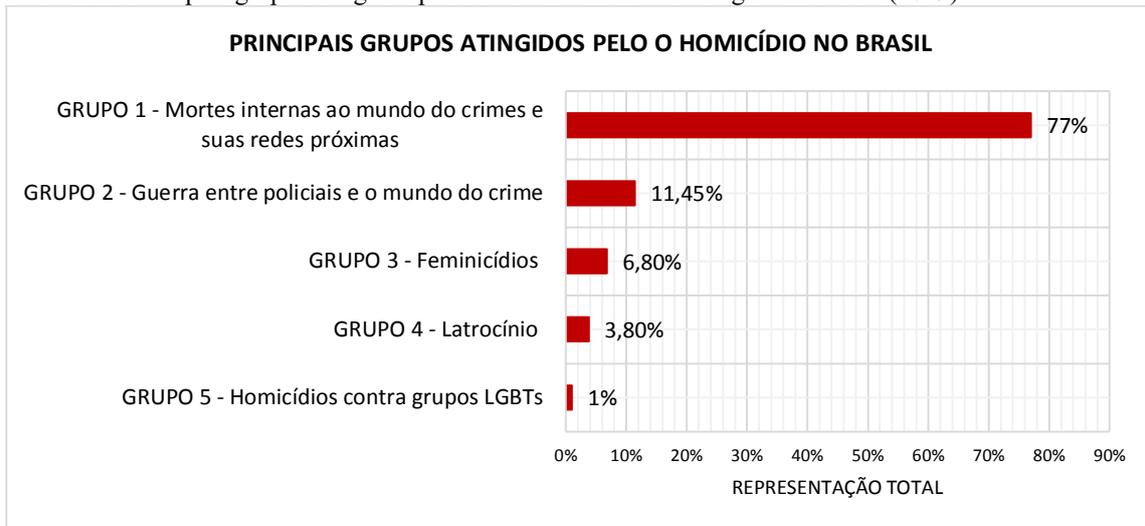
O grupo 4 relaciona-se com o crime de latrocínio, o roubo seguido de morte, esta modalidade de crime, representam 3,8% do total de mortes violentas intencionais no país. E por fim o grupo 5 relaciona-se aos casos de homicídios contra os grupos LGBTQTs, o Brasil é o país que mais assassina este grupo no mundo segundo Benevides e Nogueira (2018), esta violência representa 1% do total de mortes violentas intencionais no Brasil.

Figura 6: Mapa com a taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Estado, 2007 – 2017.



Elaboração: Autor

Gráfico 4: Principais grupos atingidos pelo o homicídio no Brasil segundo Feltran (2019)



Fonte: Adaptado de Feltran (2019).

Essa divisão proposta por Feltran (2019), evidencia a participação das facções criminosas nas taxas de homicídio do país nos últimos anos, os conflitos entre esses grupos criminosos se tornaram a principal causa explicativa da variação das taxas de homicídios nos estados brasileiros, nesse ponto, em 2017 o país vivencia uma guerra entre as principais facções do país, e as taxas de homicídios explodem, o autor dessa forma, ratifica que as taxas mais altas de homicídios estão relacionadas com a guerra faccional nos últimos anos.

A expansão dessas organizações criminosas do Sudeste para os estados do Norte e Nordeste visando a ampliação dos seus negócios, exige desses grupos, o domínio de novos territórios, porém, isso implica em ocupar um território de domínio de um outro grupo, a tentativa de apropriação e dominação desses novos territórios tem como consequência o conflito entre esses grupos criminosos, conflito este que é armado e sem regras, se há mortos nesse conflito, consequentemente há vingança, e assim os homicídios tendem a aumentar, uma vez que o objetivo de cada grupo, é eliminar qualquer rival que estejam nos seus caminhos, desse modo a violência passa a ser usada como forma de controle diante desse conflitos e zonas de tensão (CHAGAS, 2014).

Entre 1997 a 2007 a taxa percentual nacional de crescimento de homicídios foi de 18,96%, já para o período que corresponde de 2007 a 2017, a taxa percentual de crescimento foi de 36,05%, uma percentagem 2 vezes maior para a faixa de tempo de 10 anos. Esta década de 2007 a 2017 é caracterizada sobretudo por um aumento expressivo das taxas de homicídios, como também explicam Manso e Dias (2018), marcada pela expansão geoeconômicas das maiores facções do Sudeste pelo domínio de novos mercados principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e, pelo domínio das áreas de fronteiras do país, e

municípios que se tornam rota de distribuição de entorpecentes. Sobre o crime organizado no Brasil, há um destaque em especial para as facções brasileiras nesta década, representadas principalmente pelas facções Primeiro Comando da Capital (PPC-SP), e o Comando Vermelho (CV-RJ) e seus dissidentes e aliados, estes grupos criminosos representam o elemento causador e incrementador da maioria dos homicídios no país nesta década analisada (IPEA, 2017).

O estudo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC (2019) para os homicídios globais revelam que o crime organizado sozinho foi responsável por até 19% de todos os homicídios em 2017, o crime organizado desde o início desse século matou quase tantas pessoas, quanto todos os conflitos armados do mundo combinados. Este problema do crime organizado, assim como os conflitos armados, desestabiliza os países, mina o desenvolvimento socioeconômico e corrói o estado de direito. Sobre os problemas dos homicídios relacionados à conjuntura econômica do país, dados do último censo demográfico evidenciam que a sociedade brasileira caminha rumo ao envelhecimento. A tendência revela que a partir de 2030, o grupo de idosos de 60 anos será maior que o grupo de crianças de 14 anos, e em 2055, a população idosa de 60 anos será maior que a de crianças e jovens com até 29 anos (IBGE, 2010).

Se refletirmos sobre estes números, e considerarmos a tendência atual do aumento da violência letal em um possível cenário futuro, considerando que os jovens de 15 a 29 anos são os que mais morrem nesses conflitos, o futuro do país tenderá a estar comprometido, uma vez que os jovens são a força motriz do desenvolvimento econômico do país (IPEA, 2014). Portanto, os homicídios brasileiros revelam uma crise no que diz respeito às políticas públicas voltadas a juventude, onde a violência letal acomete principalmente a população jovem do país. O jovem dessa forma torna-se o alvo em preferencial dessas mortes, sobretudo jovens adultos do gênero masculino (ADORNO, 2002).

Sobre o ano de 2017 no Brasil, destacamos que este foi o ano mais letal da história com 65.602 homicídios registrados, superando o ano anterior que detinha o título de ano mais violento. Em 2017, o país atingiu a mais alta taxa de homicídios por 100 mil habitantes em toda a história dos registros dos indicadores de violência. Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019), em um cálculo simples que divide o número de registros de homicídios pela população total multiplicado por cem mil, o país registrou a taxa de homicídio de 31,6 mortes por 100 mil habitantes, uma taxa muita acima do que a OMS considera como aceitável, de 10 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Na escala municipal, os municípios que

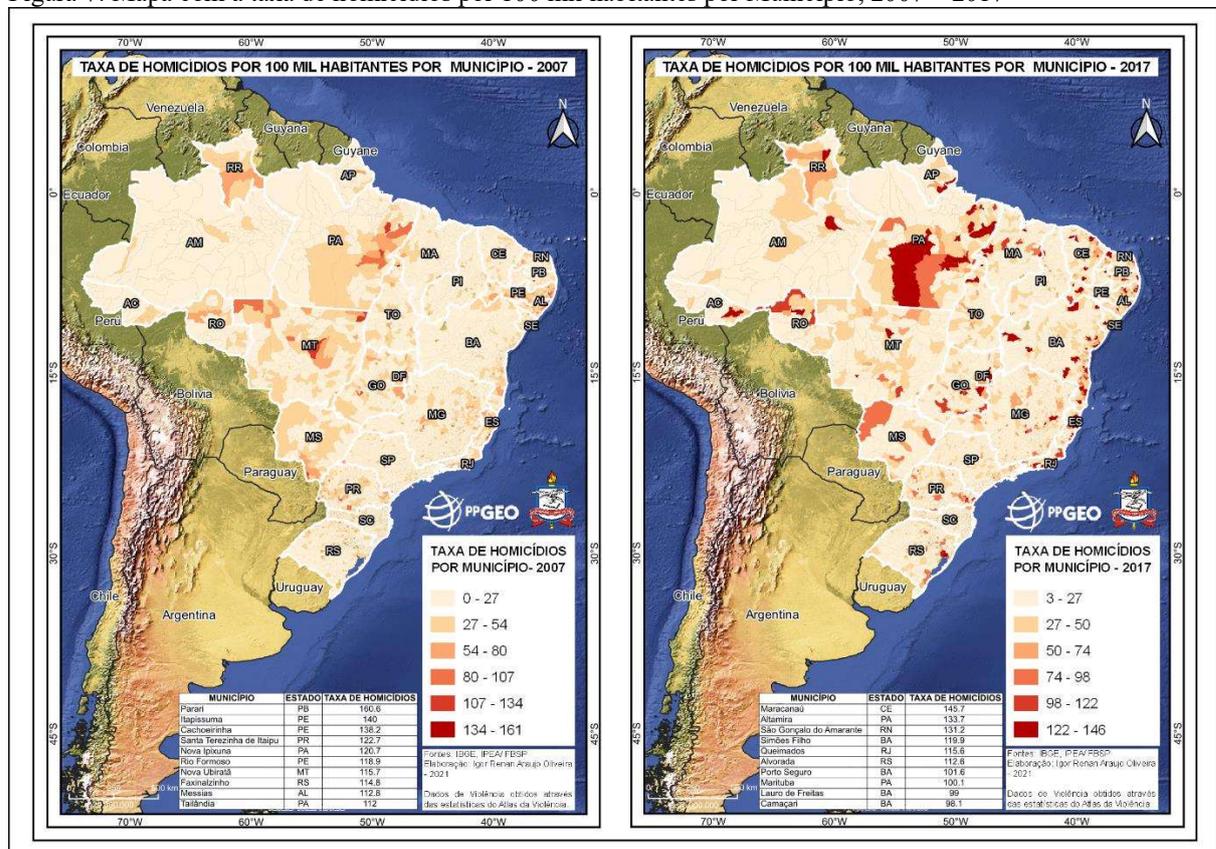
encabeçam a lista dos municípios mais violentos do país, esta taxa, fica acima da taxa de homicídios do país, onde as mortes por homicídios apresentam valores três vezes maiores que a taxa nacional.

Tabela 8: Municípios mais violentos do Brasil em 2017

RANKING DOS MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS NO BRASIL EM 2017 – POR 100 MIL HABITANTES			
RANKING	MUNICÍPIO	UF	TAXA DE HOMICÍDIOS
1º	Maracanaú	CE	145,7
2º	Altamira	PA	133,7
3º	São Gonçalo do Amarante	RN	131,2
4º	Simões Filho	BA	119,9
5º	Queimados	RJ	115,6
6º	Alvorada	RS	112,6
7º	Porto Seguro	BA	101,6
8º	Marituba	PA	100,1
9º	Lauro de Freitas	BA	99
10º	Camaçari	BA	98,1
11º	Caucaia	CE	96,6
12º	Nossa Senhora do Socorro	SE	96,3
13º	Cabo de Santo Agostinho	PE	94
14º	Marabá	PA	89
15º	Ananindeua	PA	88,1

Fonte: IPEA, 2019.

Figura 7: Mapa com a taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Município, 2007 – 2017

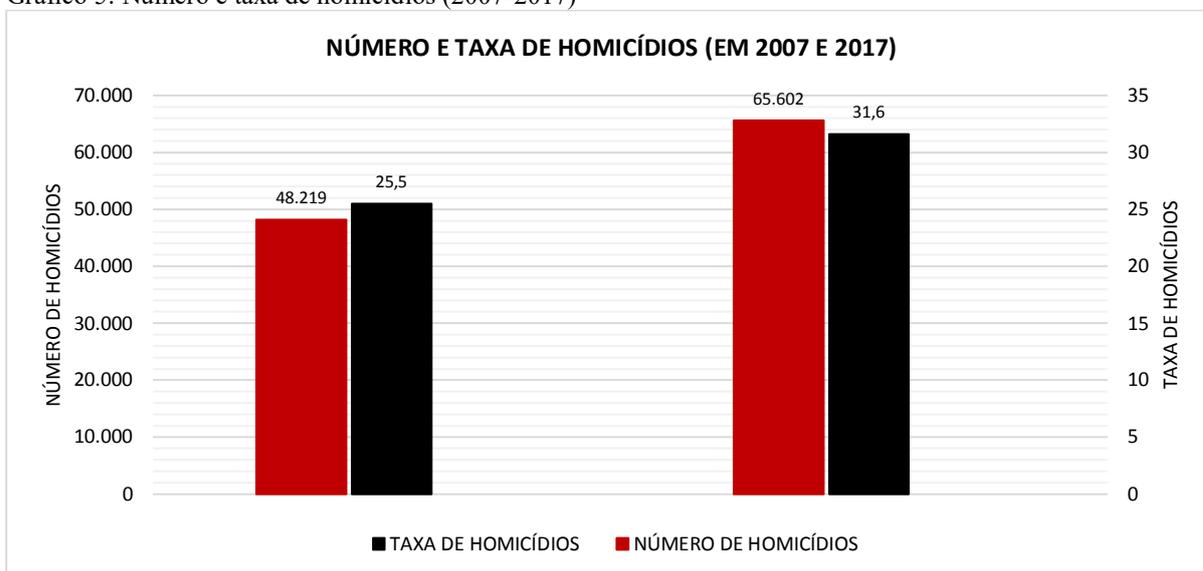


Elaboração: Autor

O ano de 2017, apresentou uma letalidade maior entre os jovens, dos 65.602 homicídios registrados em 2017, destes, cerca de 35 mil jovens foram assassinados em 2017, representando uma taxa elevadíssima de assassinatos da população jovem que compreendem a faixa etária dos 15 a 29 anos. Alguns fatores socioeconômicos evidenciados pelo Censo 2010 (IBGE, 2010) ajudam a entender o cenário em que a população jovem está inserida e porque são os principais alvos da criminalidade, nas regiões Norte e Nordeste o índice de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham, é maior do que as demais regiões brasileiras, isto quer dizer que, estes jovens estão mais vulneráveis a pobreza e sobretudo mais vulneráveis à inserção ao mundo do crime.

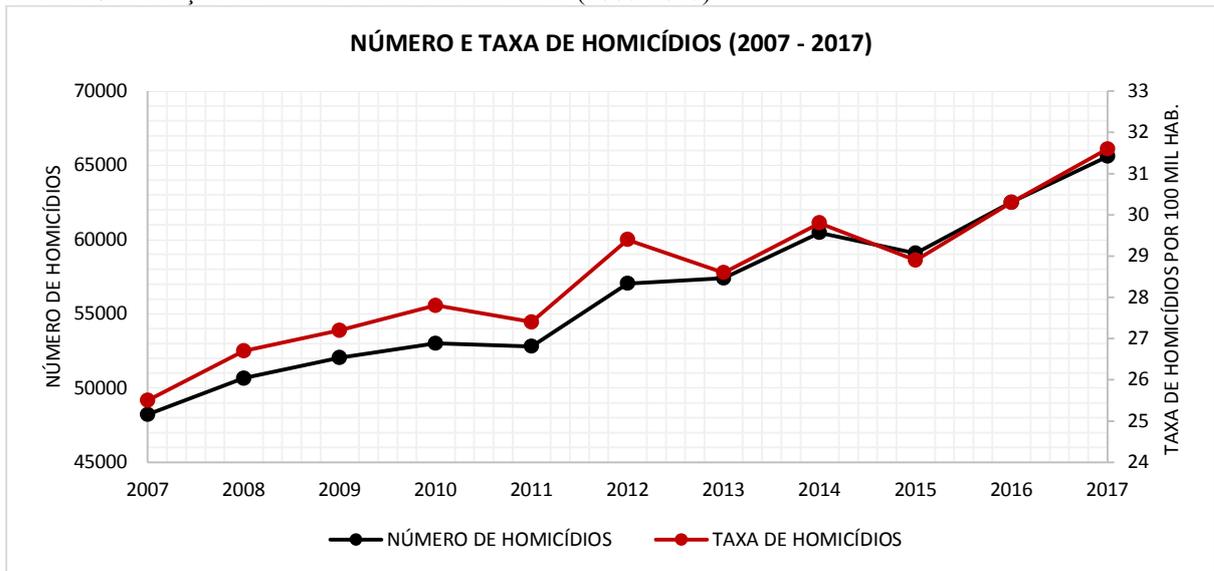
Em números absolutos, nos últimos 10 anos de 2007 a 2017, foram assassinadas no país 618.858 mil pessoas, em uma reflexão sobre estes números, é como se a população de uma capital como Porto Velho com 539.354 habitantes em Rondônia (IBGE, 2020) por exemplo, fosse toda assassinada em uma década. Isto tem gerado ao país nos últimos anos, problemas de várias ordens, sobretudo impactos relacionados ao desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira, uma vez que a população jovem (população mais atingida), é a força motriz que roda a engrenagem de desenvolvimento do nosso país.

Gráfico 5: Número e taxa de homicídios (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência 2019 – IPEA e FBSP

Gráfico 6: Evolução do número e taxa de homicídios (2007-2017)



Fonte: Atlas da Violência 2019 – IPEA e FBSP

Esse período de 2007 a 2017, revelam uma interiorização dos homicídios brasileiro, constata-se que há uma maior incidência de ocorrências de homicídios e de outras violências no interior dos estados brasileiros, enquanto as taxas de homicídios para as capitais brasileiras mantiveram um decréscimo nos homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, o interior brasileiro representou uma acentuada elevação das taxas de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes (IPEA, 2019).

Importante notar nessa perspectiva, que houve uma maior acentuação das taxas de homicídios nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, no ano de 2017, existiam no Brasil, 310 municípios com mais de 100 mil habitantes, para esse ano, as taxas variaram de 2,7 a 145,7 homicídios. Dos 310 municípios com mais de 100 habitantes, 8 municípios destacam-se por apresentar a taxa acima dos 100 homicídios, um valor mais alto do que a taxa da capital mais violenta do país naquele ano.

Tabela 9: Taxa de homicídios nas Capitais - 2017

RANKING	CAPITAL	UF	TAXA DE HOMICÍDIOS
1º	Fortaleza	CE	87,9
2º	Rio Branco	AC	85,3
3º	Belém	PA	74,3
4º	Natal	RN	73,4
5º	Salvador	BA	63,5
6º	Maceió	AL	60,2
7º	Recife	PE	58,4
8º	Aracaju	SE	57,4
9º	Manaus	AM	55,9
10º	Macapá	AP	54,1
11º	Boa Vista	RR	48,9
12º	Porto Alegre	RS	47
13º	São Luís	MA	46,9
14º	Goiânia	GO	40,7
15º	Teresina	PI	39,4
16º	João Pessoa	PB	38,9
17º	Porto Velho	RO	36
18º	Rio de Janeiro	RJ	35,6
19º	Palmas	TO	33,5
20º	Vitória	ES	30,6
21º	Florianópolis	SC	30
22º	Cuiabá	MT	28,8
23º	Belo Horizonte	MG	26,7
24º	Curitiba	PR	24,6
25º	Brasília	DF	20,5
26º	Campo Grande	MS	18,8
27º	São Paulo	SP	13,2

Fonte: IPEA

Tabela 10: Taxa de homicídios nos municípios com mais de 100 mil habitantes - 2017

RANKING	MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO 2017	HOMICÍDIOS REGISTRADOS	TAXA DE HOMICÍDIOS
1º	Maracanaú	CE	224.804	308	145,7
2º	Altamira	PA	111.435	149	133,7
3º	São Gonçalo do Amarante	RN	101.492	126	131,2
4º	Simões Filho	BA	136.050	156	119,9
5º	Queimados	RJ	145.386	148	115,6
6º	Alvorada	RS	208.177	233	112,6
7º	Porto Seguro	BA	149.324	147	101,6
8º	Marituba	PA	127.858	128	100,1
9º	Lauro de Freitas	BA	197.636	187	99
10º	Camaçari	BA	296.893	285	98,1
11º	Caucaia	CE	362.223	327	96,6
12º	Nossa Senhora do Socorro	SE	181.928	172	96,3
13º	Cabo de Santo Agostinho	PE	204.653	184	94
14º	Marabá	PA	271.594	239	89
15º	Ananindeua	PA	516.057	451	88,1
16º	Fortaleza	CE	2.627.482	2.145	87,9
17º	Mossoró	RN	295.619	252	86,4
18º	Vitória de Santo Antão	PE	137.578	113	85,5
19º	Rio Branco	AC	383.443	324	85,3
20º	Eunápolis	BA	115.290	86	82,8

Fonte: IPEA

As tabelas 9 e 10 acima nos mostram um comparativo entre capitais e municípios, e, revelam ainda um fato interessante, nota-se que as 10 primeiras capitais fazem parte das regiões Norte e Nordeste, sendo lideradas pela capital Fortaleza com a taxa de 87,9 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, já as tabelas para os municípios revelam que dos 20 municípios que lideram o ranking, 18 são localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, com exceção dos municípios de Queimados – RJ e Alvorada – RS. Ao mesmo tempo que a capital do Ceará foi a mais violenta em 2017 no Brasil, o município de Maracanaú

também no Ceará, foi o município mais violento do país em 2017. Isso revela que algumas capitais que lideram o ranking, apresentam também uma violência acentuada no interior de seus estados.

Sobre isso, Endlich e Fernandes (2014) afirmam que embora os fenômenos de violência urbana, em especial os homicídios, sejam um processo frequentemente associado a áreas metropolitanas e as grandes cidades, essa tendência vem se modificando ao longo dos anos, desse modo, torna-se crescente então o sentimento de insegurança em pequenas e médias cidades.

Ainda nesse contexto, há sempre aquela tendência de imaginarmos o interior dos estados com o ar bucólico de paz e tranquilidade, somente propiciada por uma cidade pequena, bem diferente dos caos das grandes cidades e metrópoles, entretanto Waiselfisz (2012) elenca dois fatores interessantes, que podem ser determinantes para essa interiorização da violência letal, o primeiro fator relaciona-se com a reestruturação e reorganização espacial da produção brasileira, sobretudo na alocação das indústrias e fábricas, migrando das capitais e regiões metropolitanas para o interior do país, isto proporcionou nos últimos anos uma descentralização econômica dos grandes centros brasileiros para as cidades interioranas do país, este fato, consolidou uma queda nos postos de trabalho dos grandes centros, e um aumento nos postos de trabalhos onde antes não havia.

Este crescimento dos postos de trabalhos provocou uma onda de novas aglomerações espaciais, com o surgimento de novos polos de produtividade em quase todas as regiões do país, dessa maneira, as criações desses novos polos acabam por atrair investimentos de diversos setores, conseqüentemente gerando emprego e renda, este fato, torna-se um atrativo para a criminalidade, por serem áreas onde os aparatos e esquemas de segurança ainda são precários, desse modo, facilitando toda sorte de crimes que a violência pode promover.

O segundo fator, relaciona-se com os investimentos em segurança pública que foram feitos nos últimos anos nas capitais e nas regiões metropolitanas, com as capitais liderando os rankings de violências, houve um investimento a partir do Plano Nacional de Segurança Pública, fortalecendo o aparelhamento das forças de segurança pública e a repressão ao crime, dificultando dessa maneira as ações do crime organizado nas capitais e nas regiões metropolitanas, fato este, obrigou o crime organizado a migrar para áreas de menor risco ou menor estruturas policiais, encontradas no interior dos estados.

Há ainda de se elencar, na visão do autor, que esta migração, tanto de pessoas como dos polos produtivos, geram ainda alguns fatores que impulsionam a violência para o interior,

esta dinâmica apresenta mais dois fatores, o qual o autor chama de fatores expulsivos e fatores atrativos. Os fatores expulsivos estão relacionados a estagnação econômica nas grandes capitais e regiões metropolitanas. Com a falta de emprego e renda, e abertura de novos polos produtivos distantes dos grandes centros, isto ocasiona um fluxo migratório para estas novas áreas de produção. E como já comentado, o investimento em segurança e a melhoria da repressão das forças de segurança ao crime, obriga a criminalidade a ocupar novas áreas, atraídos pelas novas perspectivas econômicas, mas sobretudo, fugindo do embate contra as forças repressivas do estado. Sobre a atração pelas novas perspectivas econômicas, considera que este seja um fator atrativo, principalmente para o crime organizado, ocupar estas novas áreas com uma realidade econômica mais atrativa que a dos grandes centros urbanos, tende a ser um bom negócio para a criminalidade, haja a vista, a deficiência e insuficiência dos aparelhos de segurança nestas novas áreas, onde os níveis de violência ainda são baixos.

Sobre esta questão levantada por Waiselfisz (2012), concordamos que os novos centros de produção industrial, ou os centros onde aconteceram grandes obras de infraestrutura como são os casos das grandes obras realizadas na Amazônia nos últimos 15 anos (Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Rondônia e Hidrelétrica de Belo Monte no Pará), foram e são um atrativo para o fomento da violência e o aumento da criminalidade, sobretudo para o aumento do comércio de drogas nos locais aonde estes grandes empreendimentos são construídos, fatores como o intenso fluxo migratório em buscas dos postos de trabalho, uma circulação maior de capital por conta dos serviços ofertados, a criação de novos aglomerados urbanos, os deslocamentos compulsórios e a falta de perspectiva econômica para as famílias atingidas pelas obras, aliados a uma carência nas estruturas das forças de segurança locais, acabam por se tornar fatores que impulsionam o advento da criminalidade nestas áreas.

Como visto segundo as estatísticas apresentadas, a década de 2007 a 2017 no país, constata-se que houve um aumento dos registros de homicídios para os estados da região Norte e Nordeste do país. Para os estados da região Norte, as estatísticas e os registros de homicídios da região apontam que houve um crescimento do crime de homicídio em todos estados do Norte, em especial os estados do Pará, e Amazonas. Estes dois estados, já apresentavam um elevado número de homicídios, sempre acima dos 1000 homicídios por ano, o crescimento ao longo dos anos foi exponencial para os dois estados.

Estes dois estados estão localizados em uma região estratégica para as facções que disputam o mercado do tráfico na região, o Amazonas é porta de entrada das drogas que são

produzidas no Peru e na Bolívia, o escoamento dessa produção é feito pela rota conhecida como Rota do Solimões (FERREIRA; FRAGMENTO, 2019). Já o estado do Pará faz parte dessa rota de escoamento, que tem como destino abastecer o mercado interno do estado, e sobretudo escoar a droga até os portos do Nordeste, que por sua vez, escoam a droga visando abastecer o mercado internacional. Tanto no Amazonas quanto no Pará, as causalidades desse aumento dos homicídios podem ser explicadas pela guerra entre as facções visando o controle das fronteiras, controle do escoamento e do mercado de drogas (IPEA, 2019).

Tabela 11: Total de homicídios para os estados da região Norte.

UF	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PA	3521	3073	3236	3405	3446	3675	4223	4575
AM	1082	1292	1344	1191	1240	1472	1452	1674
RO	546	450	526	483	578	600	703	554
TO	327	361	379	349	381	503	577	557
AP	260	209	253	225	256	293	381	383
AC	165	164	208	234	232	217	363	516
RR	121	95	144	214	158	203	204	248

Fonte: IPEA, 2019.

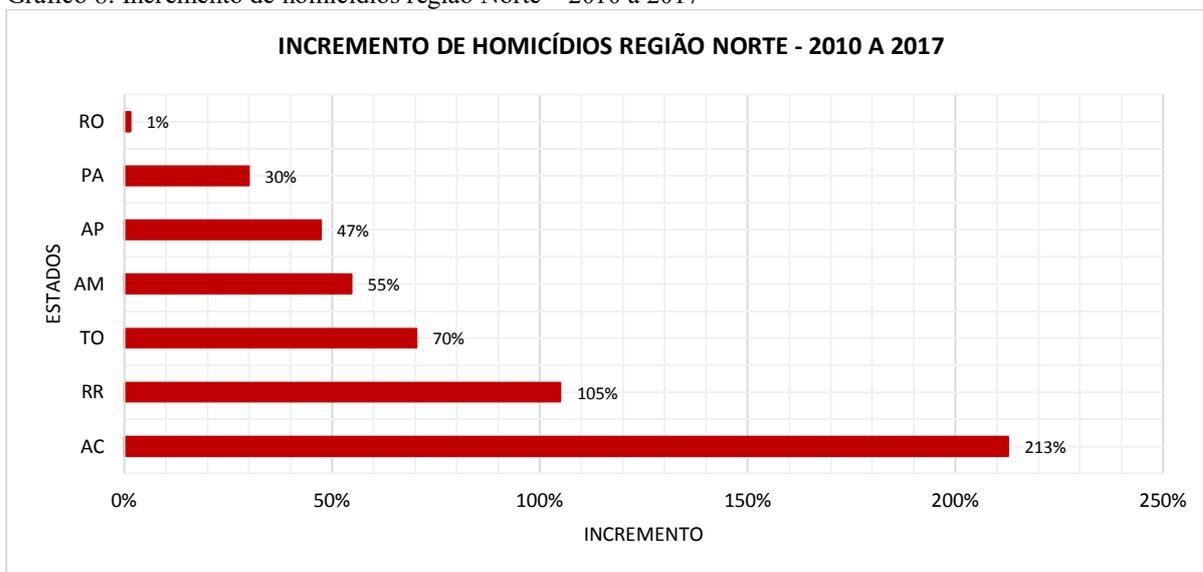
Gráfico 7: Homicídios acumulados para a região Norte – 2010 a 2017



Fonte: IPEA, 2019.

Contudo há de se notar, que os estados que obtiveram os maiores incrementos de homicídios de 2010 a 2017, foram os estados do Acre e de Roraima. O Acre apresentou um incremento de 213%, e Roraima de 105%, isto representa um crescimento mais acentuado dos números de homicídios em relação aos outros estados que compõem a região Norte.

Gráfico 8: Incremento de homicídios região Norte – 2010 a 2017



Fonte: IPEA, 2019

2.1. O Estado do Pará no contexto da violência e da criminalidade

Ainda sobre, os números do estado do Pará, apontam que no decorrer dos anos de 2010 a 2017, o estado apresentou uma taxa média sempre superior a 40 homicídios por 100 mil habitantes segundo dados do Ipea (2019). No ano de 2010, o total de homicídios cometidos no estado do Pará foram de 3.521 homicídios, considerando que neste ano o total de homicídios no Brasil foram de 53.016 homicídios, o Pará participa com 6,64% do total de homicídios registrados no país. O estado ainda apresentou como taxa, o valor de 46,44 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Para o ano de 2017, o total de homicídios registrados no estado do Pará foram de 4.575 homicídios, este ano foi o ano mais violento no Brasil, o total de homicídios cometidos no país atingiu o seu patamar mais alto, no total foram registrados no país 65.602 homicídios. A participação do Pará no total de homicídios cometidos no país foi de 6,97%. O estado apresentou a taxa de homicídios de 54,68 para o ano de 2017. A média para esse período ficou em 45,46 homicídios. De 2010 a 2017, o homicídio no estado apresentou um crescimento de 17,74% nas taxas de homicídios.

Os valores da participação do estado no total de homicídios no Brasil de 2007 a 2017, colocaram o Pará no ranking dos estados mais violentos do país (IPEA, 2019). Estes valores representaram um dado preocupante pois revelam que a violência letal apresentou um crescimento significativo ao longo destes anos analisados. Os dados abaixo revelam que o

Pará ao longo dos últimos foi um dos estados que se sobressaíram, com o aumento das suas taxas de homicídios no país.

Tabela 13: Participação do Pará nos homicídios do Brasil em 2010

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ NO TOTAL DE HOMICÍDIOS NO BRASIL EM 2010			
RANKING	UF	HOMICÍDIOS	% DE PARTICIPAÇÃO
1º	SP	6039	11,39%
2º	BA	5844	11,02%
3º	RJ	5667	10,69%
4º	MG	3646	6,88%
5º	PR	3586	6,76%
6º	PA	3521	6,64%
7º	PE	3473	6,55%
8º	CE	2688	5,07%
9º	AL	2087	3,94%
10º	RS	2085	3,93%
11º	GO	1979	3,73%
12º	ES	1792	3,38%
13º	MA	1519	2,87%
14º	PB	1455	2,74%
15º	AM	1082	2,04%
16º	MT	972	1,83%
17º	SC	823	1,55%
18º	RN	810	1,53%
19º	DF	786	1,48%
20º	SE	676	1,28%
21º	MS	656	1,24%
22º	RO	546	1,03%
23º	PI	411	0,78%
24º	TO	327	0,62%
25º	AP	260	0,49%
26º	AC	165	0,31%
27º	RR	121	0,23%

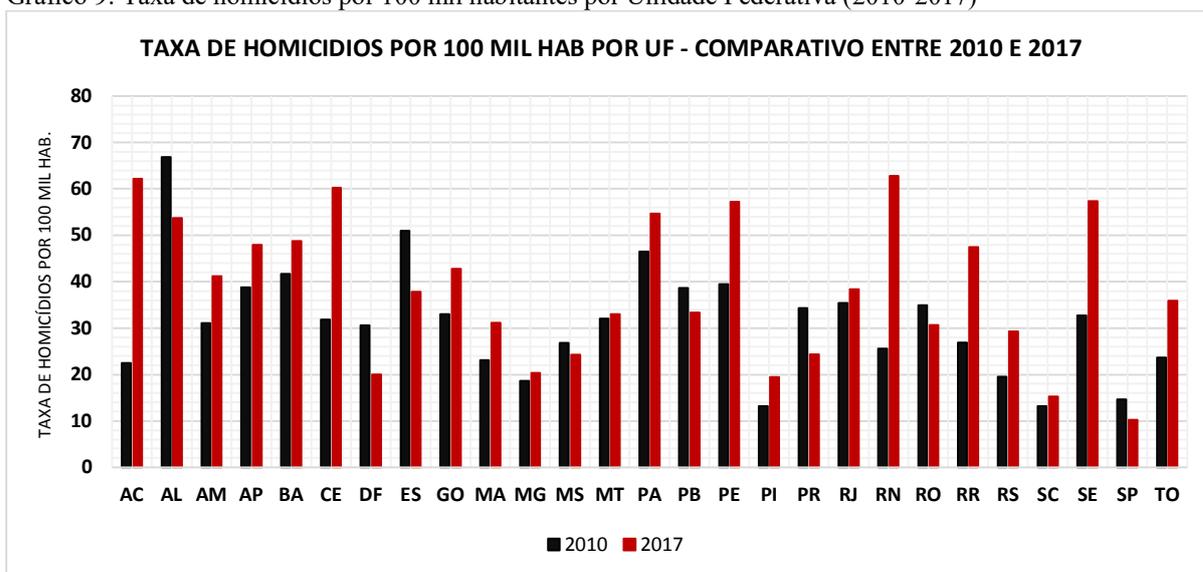
Fonte: IPEA, 2019.

Tabela 12: Participação do Pará nos homicídios do Brasil em 2017

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ NO TOTAL DE HOMICÍDIOS NO BRASIL EM 2017			
RANKING	UF	HOMICÍDIOS	% DE PARTICIPAÇÃO
1º	BA	7487	11,41%
2º	RJ	6416	9,78%
3º	CE	5433	8,28%
4º	PE	5419	8,26%
5º	SP	4631	7,06%
6º	PA	4575	6,97%
7º	MG	4299	6,55%
8º	RS	3316	5,05%
9º	GO	2901	4,42%
10º	PR	2759	4,21%
11º	RN	2203	3,36%
12º	MA	2180	3,32%
13º	AL	1813	2,76%
14º	AM	1674	2,55%
15º	ES	1521	2,32%
16º	PB	1341	2,04%
17º	SE	1313	2,00%
18º	MT	1102	1,68%
19º	SC	1066	1,62%
20º	MS	659	1,00%
21º	PI	626	0,95%
22º	DF	610	0,93%
23º	TO	557	0,85%
24º	RO	554	0,84%
25º	AC	516	0,79%
26º	AP	383	0,58%
27º	RR	248	0,38%

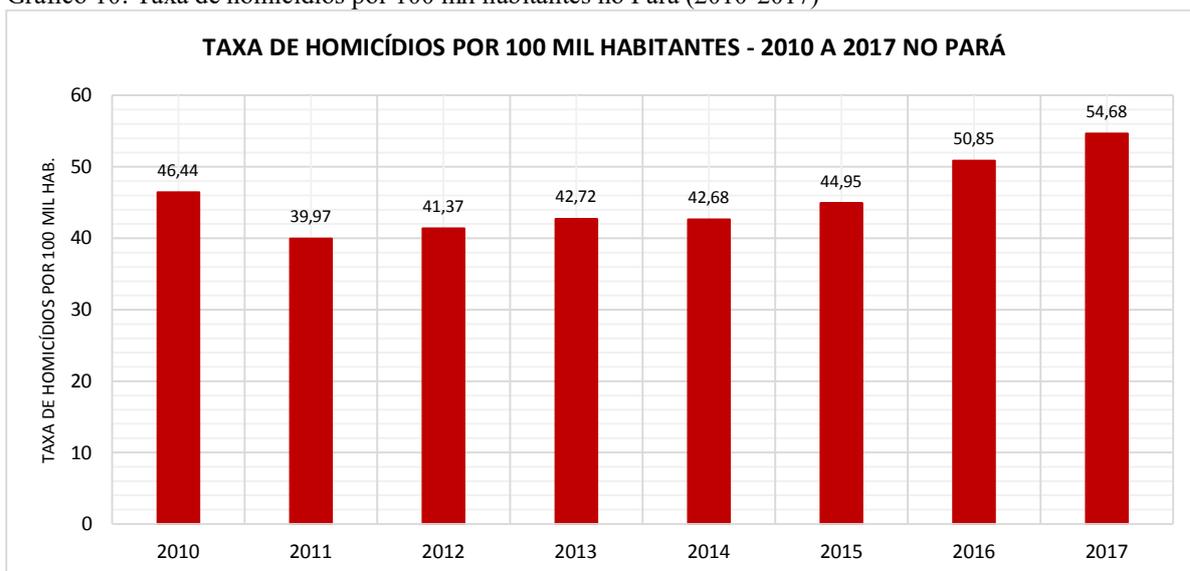
Fonte: IPEA, 2019.

Gráfico 9: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes por Unidade Federativa (2010-2017)



Fonte: IPEA

Gráfico 10: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Pará (2010-2017)



Fonte: IPEA

No Estado do Pará, os registros fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará – SEGUP/PA através do Sistema Integrado de Segurança Pública – SISPP, fornecem informações de interesse público referentes às estatísticas dos principais crimes ocorridos no estado do Pará, a partir do ano de 2010.

Neste referido ano de 2010, os maiores registros de homicídios cometidos eram dos municípios que compunham a região metropolitana de Belém, um dos principais fatores para a incidência desse crime na região metropolitana de Belém, está relacionada sobretudo ao tráfico de drogas e ao acerto de contas em territórios dominados pela criminalidade, onde as

estruturas e serviços são precários (CHAGAS, 2014; ENGEL, 2015). Contudo, observando os dados gerais para o estado, nota-se que quase todos os municípios do estado apresentavam ao menos 1 homicídio em seus registros para esse ano.

Outro ponto a se observar nos registros para o ano de 2010, é a participação dos municípios que compõem a região sudeste do estado, ao menos 8 municípios dessa região fazem parte dos 20 municípios que mais cometeram o crime de homicídio no Pará em 2010. Diferentemente das causas da região metropolitana, estes homicídios relacionam-se na sua maioria, pela violência no campo vivenciada por esta região do Pará, somando-se aos homicídios ocasionado pelo tráfico de drogas e acerto de contas (IPEA, 2019).

Tabela 14: Total de homicídios ocorridos em 2010 no Pará

TOTAL DE HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM 2010 NO PARÁ			
RANKING	MUNICÍPIO	REGIÃO PARAENSE	TOTAL
1º	Belém	Metropolitana	842
2º	Ananindeua	Metropolitana	473
3º	Marabá	Sudeste	179
4º	Marituba	Metropolitana	133
5º	Castanhal	Metropolitana	89
6º	Paragominas	Sudeste	84
7º	Tailândia	Nordeste	56
8º	Barcarena	Metropolitana	52
9º	Tucuruí	Sudeste	52
10º	Novo Repartimento	Sudeste	49
11º	Parauapebas	Sudeste	48
12º	Redenção	Sudeste	45
13º	Altamira	Sudoeste	44
14º	Tucumã	Sudeste	40
15º	Abaetetuba	Nordeste	36
16º	Itaituba	Sudoeste	35
17º	Moju	Nordeste	35
18º	Rondon do Pará	Sudeste	33
19º	Benevides	Metropolitana	32
20º	Bragança	Nordeste	31

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Outro dado notável, para 2010, é a participação dos municípios da região sudeste nas taxas de homicídios do estado, dos 20 municípios que encabeçam a lista, 14 municípios fazem parte dessa região, liderado pelo município de Tucumã com 124,67, superando a taxa do estado que foi de 47,22 homicídios por 100 mil habitantes.

Tabela 15: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2010 no Pará

TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES EM 2010 NO PARÁ			
RANKING	MUNICÍPIO	REGIÃO PARAENSE	TOTAL
1º	Tucumã	Sudeste	124,67
2º	Marituba	Metropolitana	122,87
3º	Novo Progresso	Sudoeste	115,43
4º	Ananindeua	Metropolitana	100,22
5º	Paragominas	Sudeste	92,01
6º	Ourilândia do Norte	Sudeste	87,72
7º	Bannach	Sudeste	87,44
8º	Marabá	Sudeste	83,88
9º	Tailândia	Nordeste	83,23
10º	Novo Repartimento	Sudeste	82,19
11º	Nova Ipixuna	Sudeste	81,94
12º	Senador José Porfírio	Sudoeste	76,66
13º	Rondon do Pará	Sudeste	76,65
14º	Goianésia do Pará	Sudeste	75,57
15º	São Domingos do Araguaia	Sudeste	73,50
16º	Eldorado dos Carajás	Sudeste	72,36
17º	Xinguara	Sudeste	71,48
18º	Dom Eliseu	Sudeste	68,20
19º	Redenção	Sudeste	66,18
20º	Benevides	Metropolitana	61,95

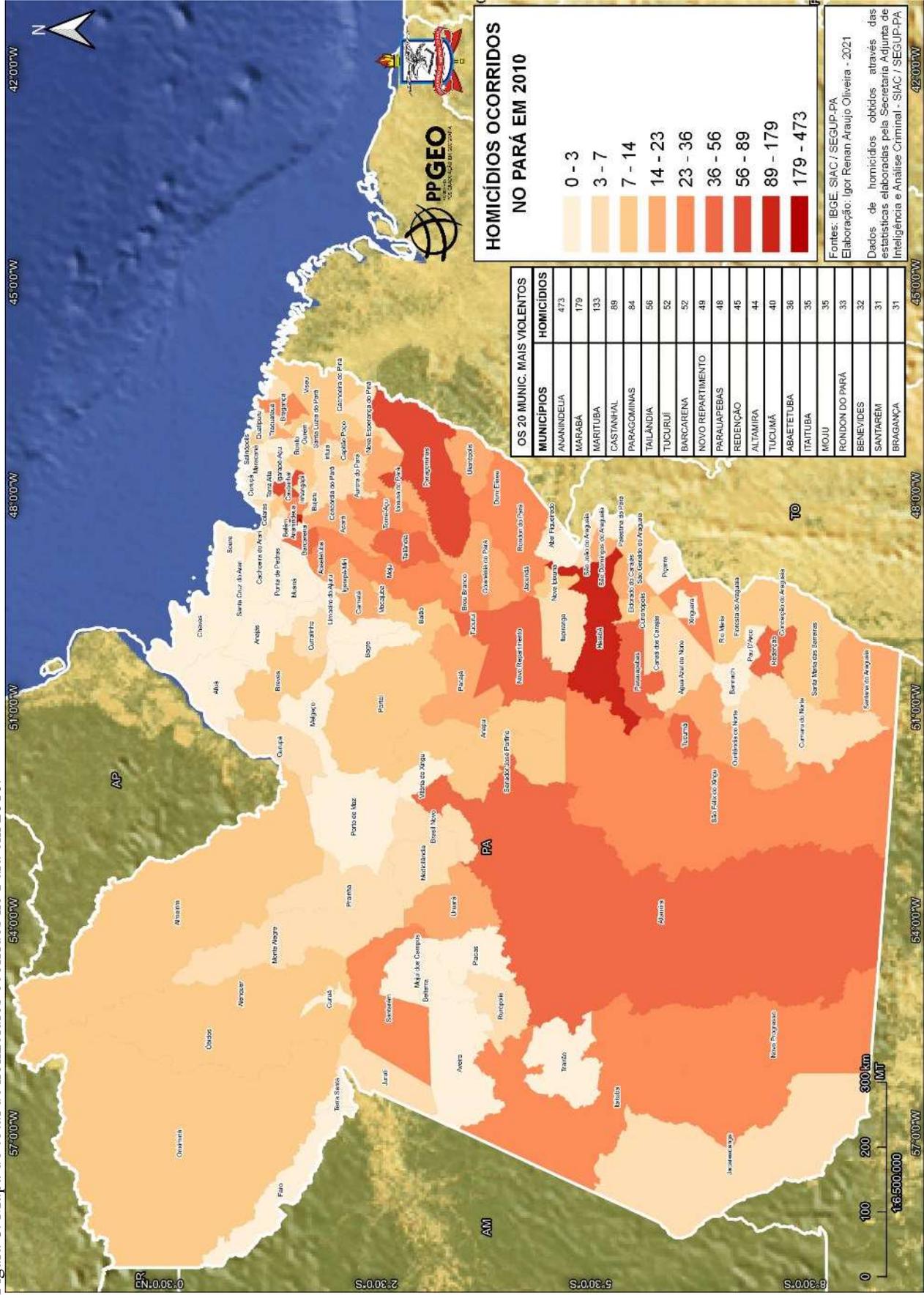
Fonte: SEGUP/SISP.

Estes dados ainda comprovam a tendência de interiorização dos homicídios, observa-se na tabela acima para os 20 primeiros municípios, que os municípios que compõem a região Metropolitana de Belém participam com apenas 3 municípios nas taxas de homicídios do estado para o ano de 2010. O restante é composto por 14 municípios da região Sudeste, 2 municípios da região Sudoeste e 1 município da região Nordeste.

Nota-se também que este cenário de violência para a região sudoeste do estado, ainda não se sobressai nesse ano, há a participação de apenas dois municípios dessa região do estado, o município de Senador José Porfírio e Novo Progresso respectivamente, contudo, frisamos que este cenário para a região oeste ao longo da década de 2010, apresentam um crescimento das taxas de homicídios para os municípios dessa região, sobretudo para o município de Altamira, nosso lócus da pesquisa.

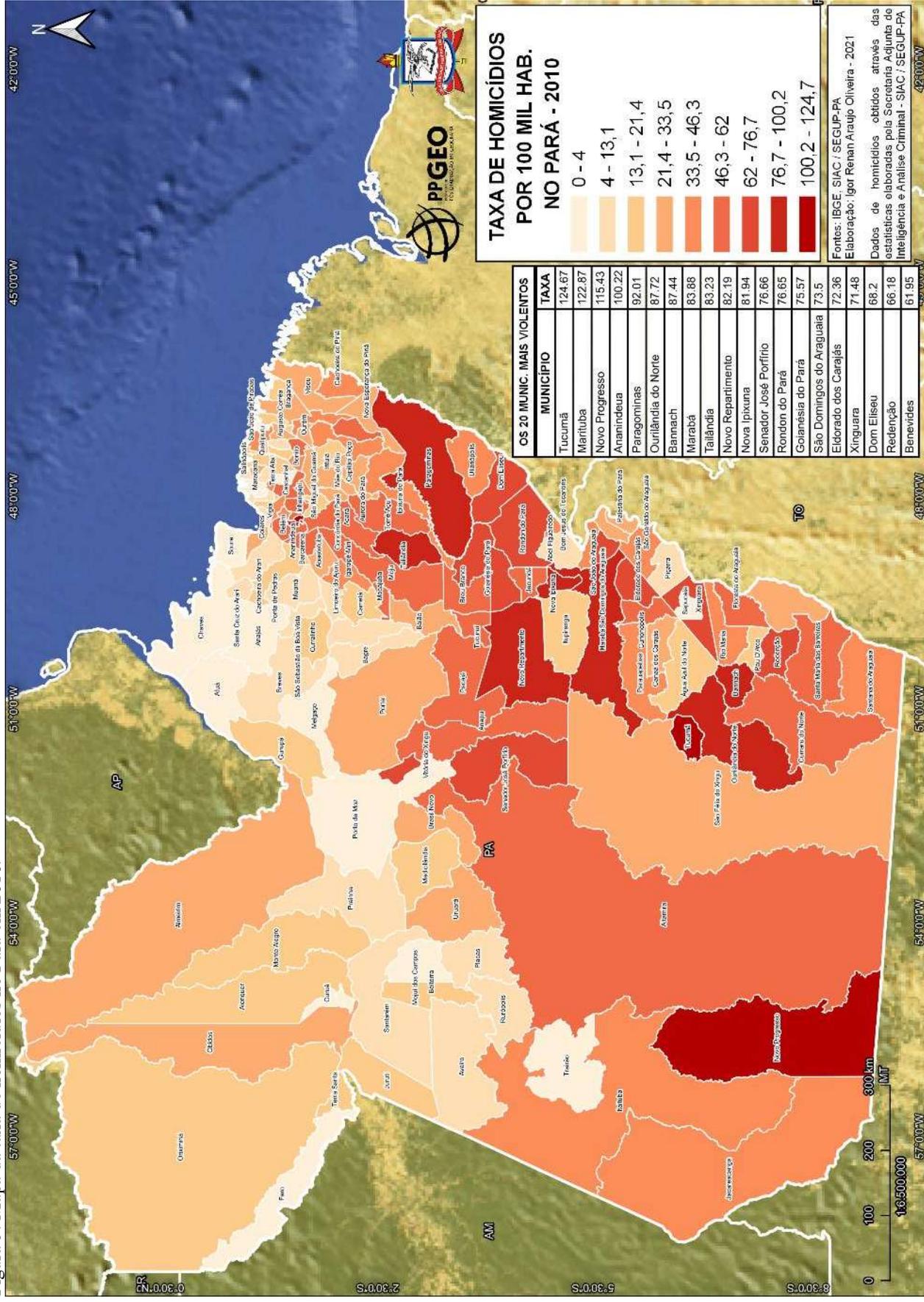
Os mapas abaixo, para o ano de 2010, ilustram a participação da região sudeste como uma das regiões expoentes da violência letal no estado do Pará no ano de 2010:

Figura 8: Mapa do total de homicídios ocorridos no Pará em 2010.



Elaboração: Autor

Figura 9: Mapa da taxa de homicídios no Pará em 2010.



Elaboração:

Entretanto, para o ano de 2017, ocorre uma variação nas regiões dominantes do crime de homicídio no Estado, além das regiões Metropolitana e Sudeste dominaram o cenário, há ascensão dos municípios que fazem parte da região Sudoeste do estado, entre eles os municípios de Santarém, Itaituba e em especial o município de Altamira, foco do nosso estudo. Nota-se que neste ano há um espraiamento das taxas de homicídios das regiões para os 20 primeiros municípios que mais cometeram o crime de homicídios no Pará em 2017.

Diferentemente do ano de 2010, em que os registros foram dominados pelos municípios da região Sudeste, em 2017, observa-se houve uma redução de homicídios para a região sudeste do estado. De 14 municípios entre os 20 primeiros em 2010, a região passou a contar com 8 municípios que mais cometeram o crime de homicídio em 2017. A região Sudoeste do estado, entre todas as regiões, foi a que mais apresentou um crescimento nestes números de representantes entre os municípios que mais registraram a violência letal em 2017.

Tabela 16: Total de homicídios ocorridos em 2010 no Pará

TOTAL DE HOMICÍDIOS OCORRIDOS EM 2017 NO PARÁ			
RANKING	MUNICÍPIO	REGIÃO PARAENSE	TOTAL
1º	Belém	Metropolitana	877
2º	Ananindeua	Metropolitana	389
3º	Marabá	Sudeste	177
4º	Castanhal	Metropolitana	114
5º	Marituba	Metropolitana	107
6º	Altamira	Sudoeste	96
7º	Parauapebas	Sudeste	76
8º	Abaetetuba	Nordeste	75
9º	Benevides	Metropolitana	70
10º	Itaituba	Sudoeste	66
11º	Paragominas	Sudeste	65
12º	Santarém	Sudoeste	60
13º	Tailândia	Nordeste	56
14º	Moju	Nordeste	54
15º	São Félix do Xingu	Sudeste	54
16º	Redenção	Sudeste	52
17º	Barcarena	Metropolitana	47
18º	Tucuruí	Sudeste	46
19º	Tomé-Açu	Sudeste	44
20º	Novo Repartimento	Sudeste	41

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As taxas de homicídios por 100 mil habitantes, nos mostram que para esse ano, algumas regiões apresentaram um decréscimo das taxas de homicídios, e, outras regiões que em 2010, figuravam com poucos representantes entre os 20 primeiros, passaram a dominar as estatísticas voltadas a taxas de homicídios dos municípios do estado.

O destaque fica por conta da representação e ascensão dos municípios que fazem parte da região Sudoeste do estado, entre eles os municípios que outrora ocupavam uma posição entres os municípios menos violento do estado, passaram a figurar entres os municípios mais violentos do Pará, o destaque para a região Sudoeste, fica por conta da ascensão destes municípios que apresentavam uma taxa abaixo dos 25 homicídios por 100 mil habitantes (SEGUP; SISP, 2020) como o caso de Uruará, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapú, Uruará e Altamira.

Estes municípios fazem parte da região dos municípios que estão às margens da rodovia BR-230 conhecida como Transamazônica, que durante os anos de 2010 a 2017 recebeu em sua região, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esta grande obra está localizada no centro de uma região que carece de infraestrutura e serviços, e que atraiu um grande contingente de pessoas, bens e serviços em um curto espaço de tempo, exemplifica bem o que Waiselfisz (2012) indica como um dos fatores atrativos para a criminalidade migrar dos grandes centros urbanos para o interior, e assim intensificar o processo de interiorização da violência e dos homicídios no país.

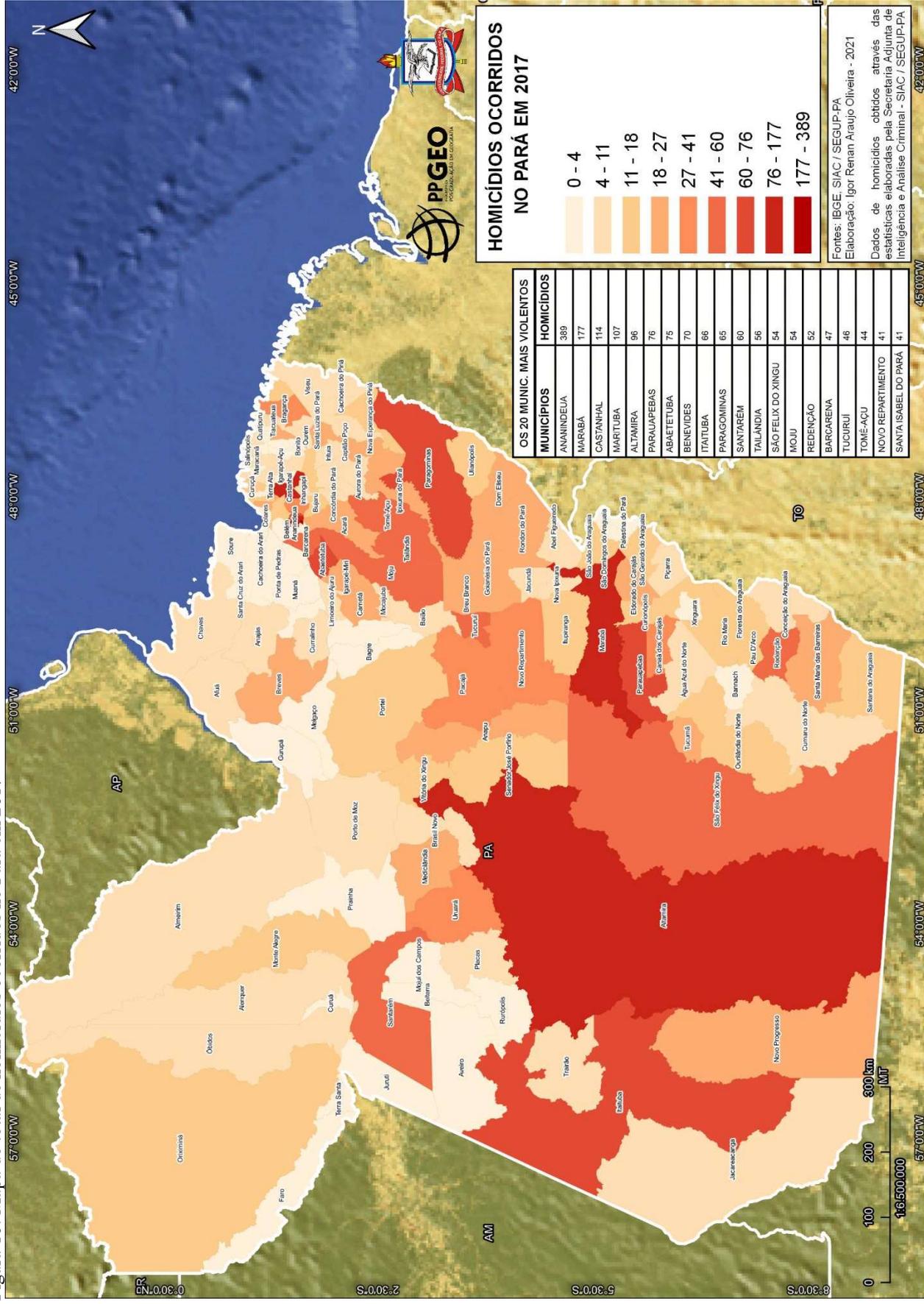
Tabela 17: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes em 2017 no Pará

TAXA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES EM 2017 NO PARÁ			
RANKING	MUNICÍPIO	REGIÃO PARAENSE	TOTAL
1º	Pau D'arco	Sudeste	280,85
2º	Senador José Porfírio	Sudoeste	123,27
3º	Benevides	Metropolitana	114,77
4º	Novo Progresso	Sudoeste	103,71
5º	Curionópolis	Sudeste	103,13
6º	São João do Araguaia	Sudeste	102,82
7º	Santa Maria das Barreiras	Sudeste	100,72
8º	Rio Maria	Nordeste	96,02
9º	Vitória do Xingu	Sudoeste	95,12
10º	Altamira	Sudoeste	86,15
11º	Marituba	Metropolitana	83,69
12º	Canaã dos Carajás	Sudeste	83,27
13º	Nova Esperança do Piriá	Nordeste	76,96
14º	Pacajá	Sudoeste	75,46
15º	Ananindeua	Metropolitana	75,19
16º	Uruará	Sudoeste	74,56
17º	São Caetano de Odivelas	Nordeste	74,02
18º	Anapú	Sudoeste	73,81
19º	Santa Barbára do Pará	Metropolitana	73,2
20º	Tomé-Açu	Sudeste	71,3

Fonte: SEGUP/SISP.

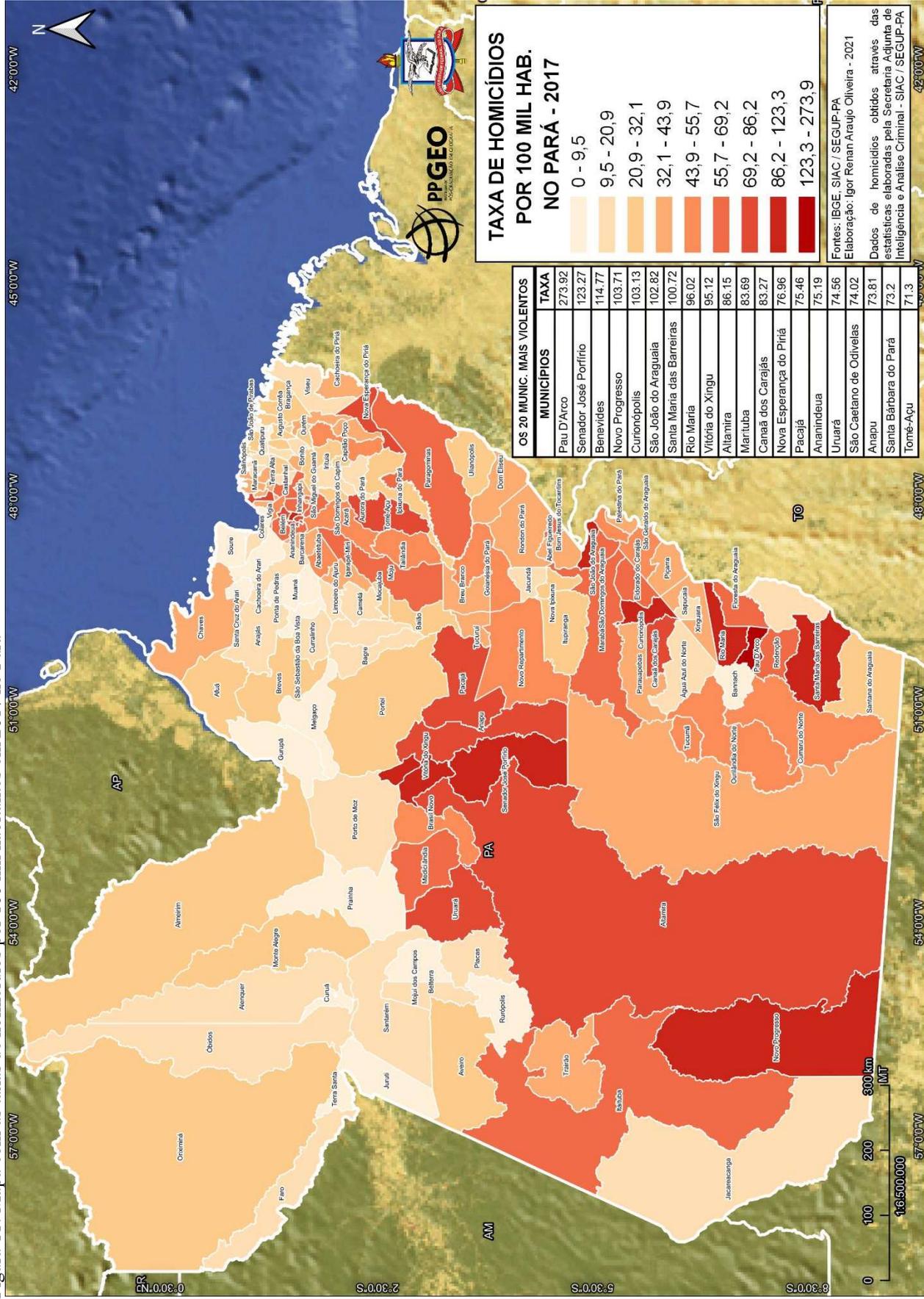
Os mapas a seguir, representam o espraiamento dos números totais de homicídios e das taxas de homicídios para 100 mil habitantes. Uma dinâmica bem diferente, do que a vista no ano de 2010, onde os municípios da região Sudeste do estado, dominavam as estatísticas

Figura 10: Mapa do total de homicídios ocorridos no Pará em 2017



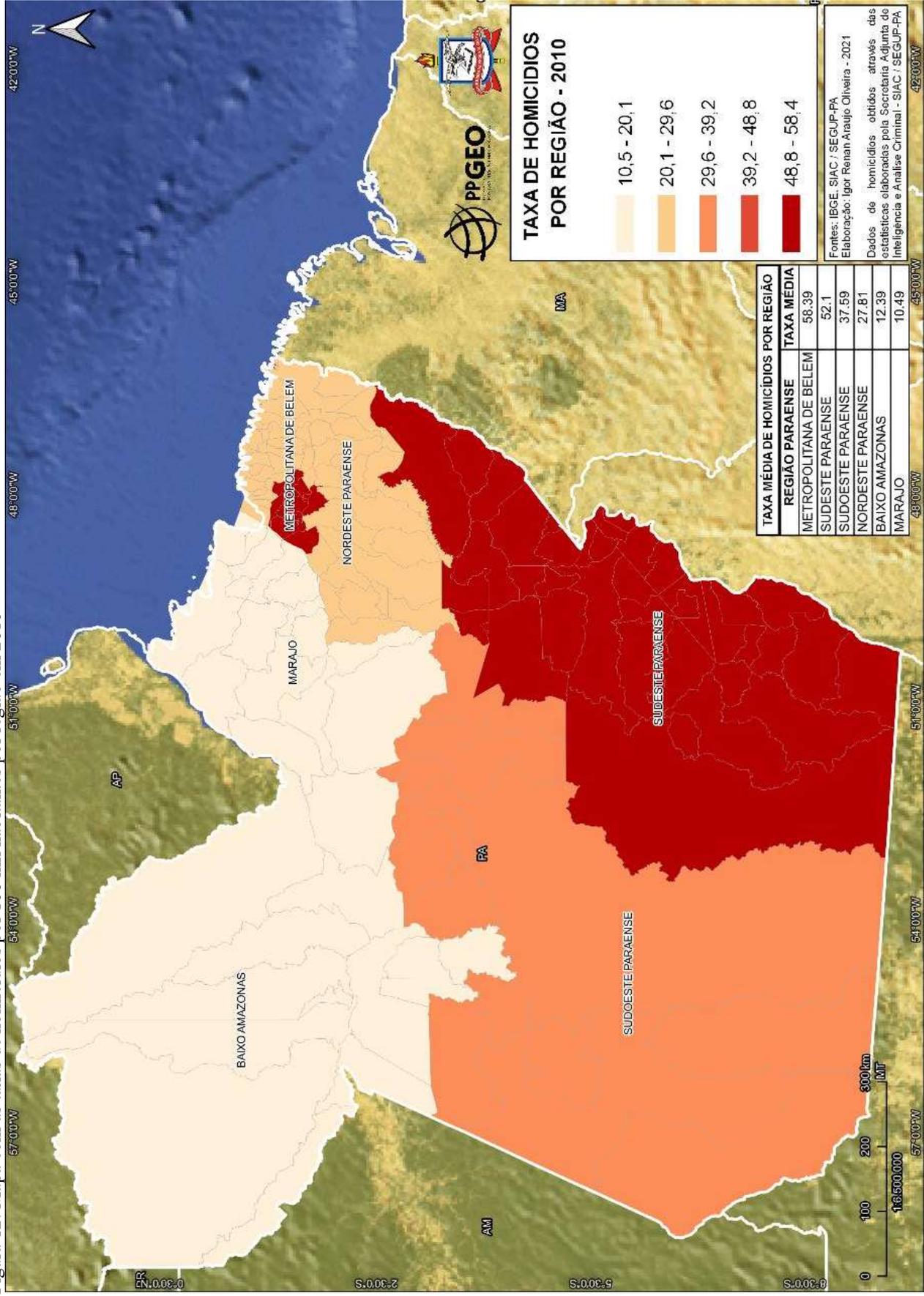
Elaboração: Autor

Figura 11: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes em 2017 no Pará



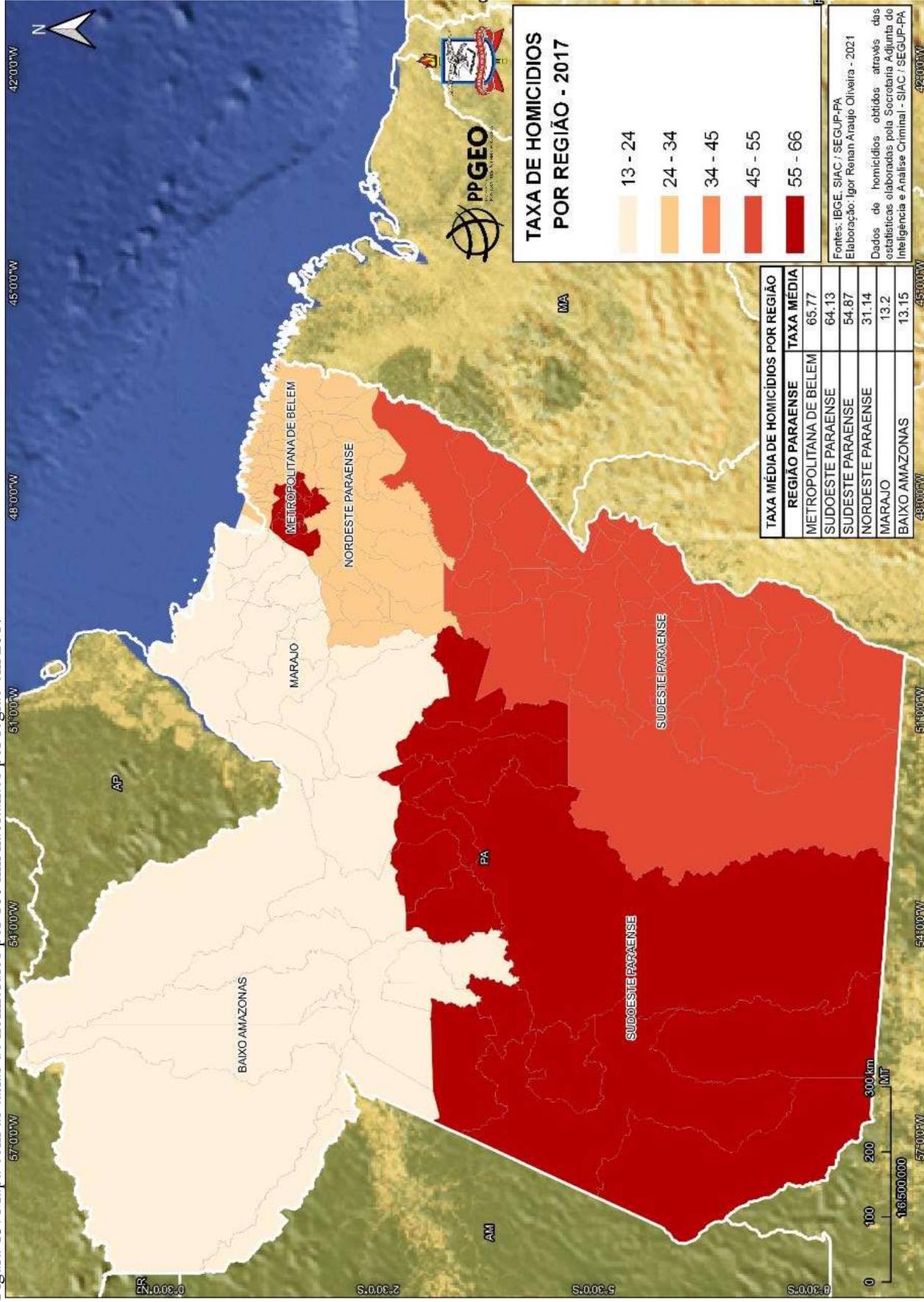
Elaboração: Autor

Figura 12: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes por região em 2010



Elaboração: Autor

Figura 13: Mapa com as taxas de homicídios por 100 mil habitantes por região em 2017



Elaboração:

Os mapas acima também nos mostram a representatividade da região Sudoeste nas taxas de homicídios do Pará em 2017, esta região do estado, já apresentava uma taxa significativa nas médias de homicídios nos anos anteriores a 2010, contudo, neste período de 2010 a 2017, a região vivencia um crescimento vertiginoso nos números de ocorrências de homicídios.

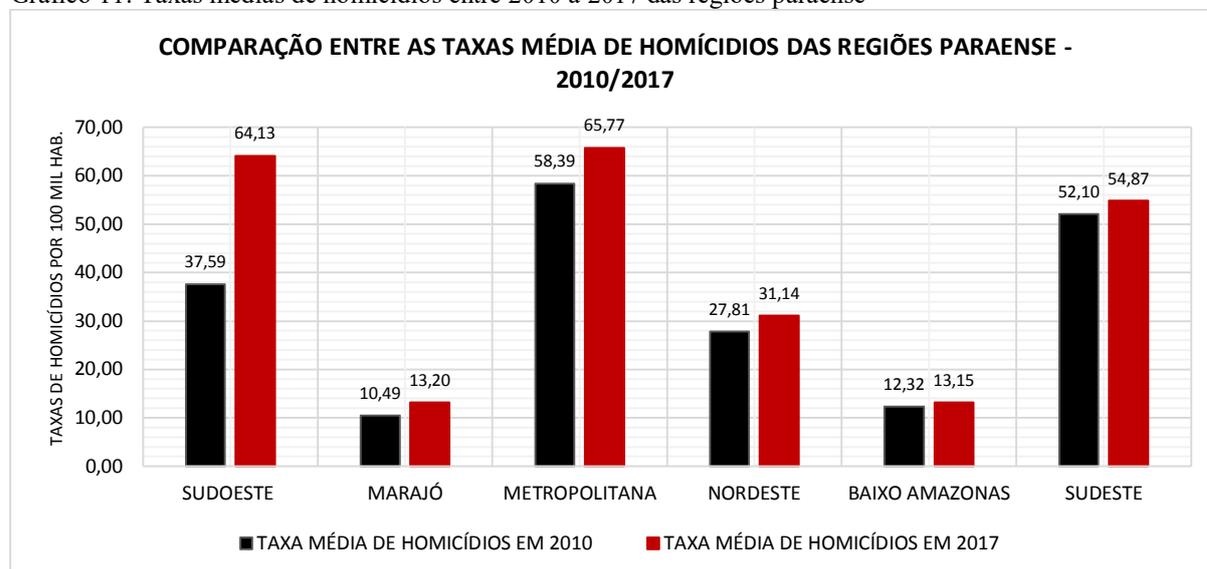
A tabelas abaixo, nos mostram o percentual de crescimento das taxas de homicídios entre 2010 e 2017 das regiões paraenses, o destaque fica para a região sudoeste do estado que apresenta um crescimento significativo das taxas.

Tabela 18: Taxa média de homicídios por região e percentual de crescimento das taxas de homicídios

TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POR REGIÃO E PERCENTUAL DE CRESCIMENTO - 2010/2017			
REGIÃO PARAENSE	TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS EM 2010	TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS EM 2017	% DE CRESCIMENTO
SUDOESTE	37,59	64,13	71%
MARAJÓ	10,49	13,20	26%
METROPOLITANA	58,39	65,77	13%
NORDESTE	27,81	31,14	12%
BAIXO AMAZONAS	12,32	13,15	7%
SUDESTE	52,10	54,87	5%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 11: Taxas médias de homicídios entre 2010 a 2017 das regiões paraense



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Assim, entre os anos de 2010 a 2017, a região Sudoeste do Pará, foi a região que apresentou o maior percentual de crescimento nas taxas de homicídios, chegando a 71%, a região Sudeste que era destaque no ano de 2010, apresentou um crescimento de 5%, entretanto há de se notar, que as taxas médias para essa região ainda continuam altas. A região

Sudoeste ganha destaque, pois os dados evidenciam que a taxa média em 2010 foi de 37,59 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, e salta para 64,13% em 2017, o mais acentuado crescimento dentre as regiões paraense.

Neste capítulo, abordamos o contexto histórico da violência e da criminalidade em duas escalas, a primeira na escala nacional, apresentando os dados, e as estatísticas para o Brasil, a segunda em uma escala regional, apresentando os dados para o Estado do Pará. Demonstrou-se aqui, segundo as estatísticas levantadas a partir dos dados dos registros de homicídios e do levantamento bibliográfico do tema, que o homicídio brasileiro está relacionado nas muitas vezes ao tráfico de drogas, o Brasil, vivencia desde os anos 90, o crescimento de facções criminosas em seu território, que impõe lógicas perversas para se manter e que encontraram no comércio e varejo das drogas um modo de conseguirem dinheiro, para isso, tem recorrido a medidas cada vez mais ousadas, o que tem ocasionado inúmeros conflitos com o Estado, e com as organizações criminosas entre si.

Misse (2019, p.25) coloca que “a violência, conflito e poder estão emaranhados numa disputa de sentido na qual cada sujeito buscará legitimação para sua soberania, a qualquer custo, contra a soberania do outro”. E isso incorpora necessariamente a linguagem e a comunicação na violência, ou seja, é necessário reproduzir a violência seja lá qual for, o intuito dessas organizações é se perpetuarem e manterem a sua soberania no território.

Frisamos que a discussão desse capítulo não é definitivamente apontar as causas em si dos fenômenos violentos e da criminalidade, sobretudo o crime de homicídio no país, mas, de demonstrar um panorama da incidência desses fenômenos, e de como elas se espraiam pelo território nacional, até chegar no local de nossa pesquisa. Como mostrado, ao longo dos anos, as regiões brasileiras assumem papéis diferentes na incidência da violência, algumas regiões extremamente violentas, e outras regiões mais pacificadas, contudo, a depender do contexto histórico da região, ou de o advento de determinado evento, essas dinâmicas são mutáveis, e os estados que outrora apresentavam taxas baixas de violência, assumem a dianteira entre os mais violentos.

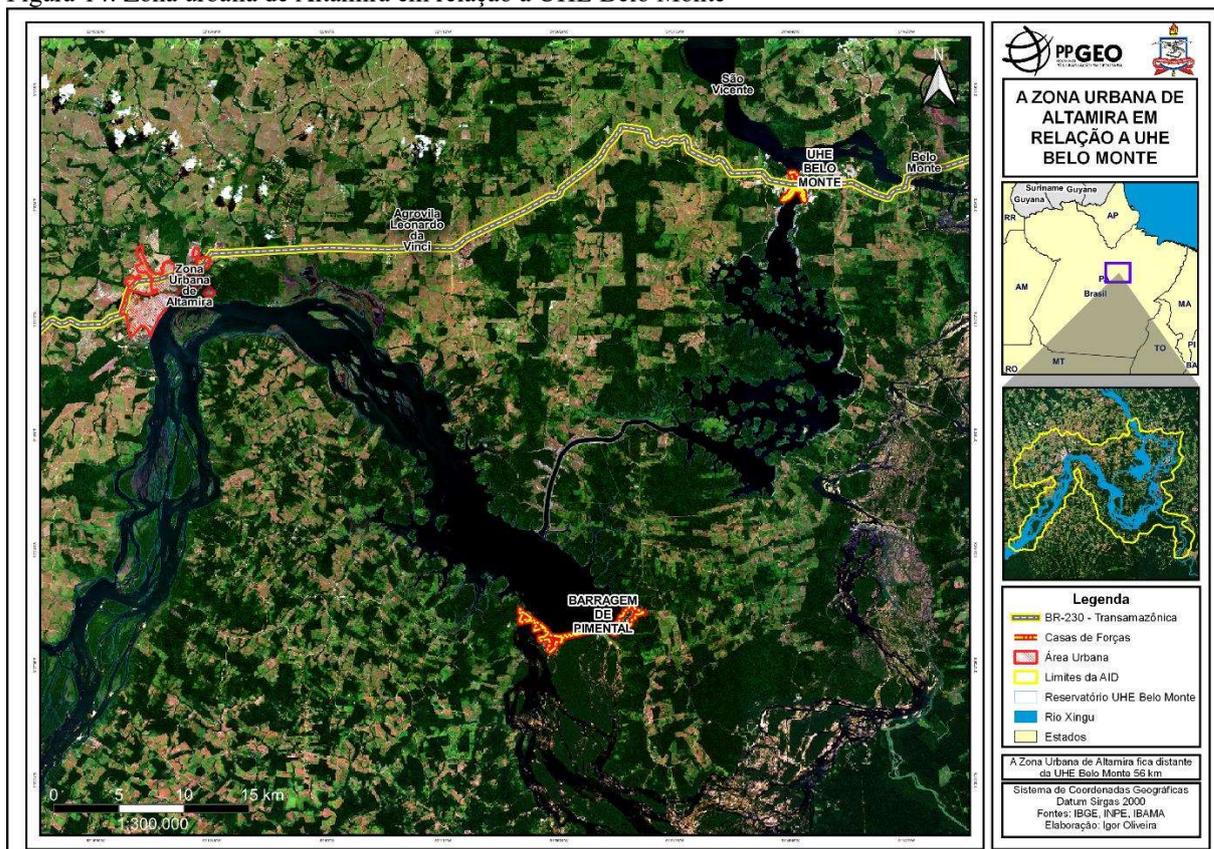
Desse modo, o próximo capítulo apresentará as estatísticas de criminalidade para os municípios da transamazônica que compõem a região do Xingu no sudoeste paraense, em especial para o município de Altamira, tendo como evento catalisador da acentuação das taxas de violência o fator Belo Monte.

CAPÍTULO 3 – O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA VIOLÊNCIA EM ALTAMIRA NOS ANOS DE CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE

3.1. Altamira antes da construção da UHE Belo Monte e o contexto dos registros de violência na cidade

Para iniciar nossa discussão neste capítulo, é necessário observarmos alguns indicadores de violência dos anos anteriores a construção da Hidrelétrica de Belo Monte e entender o contexto do município de Altamira antes e durante a construção da obra, que vai desde a emissão da licença de instalação da obra em 2011, até a sua conclusão e pleno funcionamento em 2019. O mapa 00 abaixo, nos mostra a localização da zona urbana de Altamira, e a sua proximidade com a hidrelétrica, apesar de ela estar localizada no território vizinho de Vitória do Xingu, é no território de Altamira, precisamente na zona urbana que os problemas ocasionados pelo empreendimento são mais agudos.

Figura 14: Zona urbana de Altamira em relação a UHE Belo Monte



Elaboração: Autor

A distância da zona urbana de Altamira em relação a casa de força principal conhecida com Belo Monte, fica distante cerca de 57 km, uma distância relativamente pequena se comparado a magnitude da extensão dos impactos ocasionados pela hidrelétrica nesta região do Xingu. A obra impactou direta e indiretamente 11 municípios que compõem esta região.

Destaca-se que dentre estes, Altamira vivenciou de forma mais acentuada os problemas sociais ocasionados pela construção dessa grande obra, entretanto, há algo interessante a se notar. Quando olhamos para os registros de violência do município de Altamira (fornecidos pela SIAC-SEGUP/PA e também pelo IPEA) anteriores a construção da obra (neste caso aqui, anterior a 2011), observa-se que a cidade já convivía com as taxas de homicídios superiores a taxa nacional, e com uma quantidade de homicídios relativamente altas.

Segundo os registros da SEGUP-PA, somente para o ano de 2010 a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes em Altamira, já superava 40 homicídios por 100 mil habitantes, algo bem próximo da taxa estadual que no ano de 2010 foram de 46,44 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. A taxa de homicídios para o Brasil neste ano, foi de 27,80 homicídios segundo o IPEA (2010). Frisamos que tanto as taxas nacionais e estaduais, como a taxa de Altamira para o ano de 2010, superam e muito, a taxa recomendada pela Organização Mundial da Saúde – OMS de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes. Os registros da tabela abaixo apresentam estes dados para o ano de 2010:

TOTAL E TAXA DE HOMICÍDIOS EM 2010 - BRASIL, PARÁ, ALTAMIRA - SEGUP/PA			
	TOTAL DE HOMICÍDIOS	POPULAÇÃO	TAXA POR 100 MIL HABITANTES
BRASIL	53.016	195.700.000	27,8
PARÁ	3412	7.500.000	45,9
ALTAMIRA	44	99.075	44,4

Fonte: IPEA, SIAC-SEGUP/PA

Ainda segundo os registros da SEGUP/PA, em 2010, Altamira ocupava a 40ª posição entre os municípios mais violentos do estado do Pará, com uma população a época de 99.075 mil habitantes (IBGE, 2010), dos quais, 77.193 mil habitantes viviam na sede urbana do município. Considerando estes números, a taxa apresentada para Altamira neste ano, é considerada alta, para um município que estava na iminência de receber uma grande obra hidrelétrica no seu entorno, haja vista que estas grandes obras trazem consigo impactos consideráveis no setor da segurança pública, antes, apenas com as especulações, durante e após a construção dessas grandes obras. Assim, por parte dos responsáveis pela obra, não pensar nestes números antes a construção de uma hidrelétrica, é condicionar o espaço que receberá esta grande obra a conviver com taxas altas de violência.

Em comparação, os registros fornecidos pelo IPEA (2012) obtidos através do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM-MS, apontam Altamira como o 16º município mais violento do estado do Pará no ano de 2010, foram registrados neste período 64 homicídios, a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes foi de 64,5

homicídios, estes registros diferentemente dos registros fornecidos pela SEGUP/PA, apontam Altamira acima da taxa estadual e da taxa nacional. A tabela 19 abaixo apontam estes registros:

Tabela 19: Total e Taxa de homicídios em 2010 - Brasil, Pará, Altamira - IPEA

TOTAL E TAXA DE HOMICÍDIOS EM 2010 - BRASIL, PARÁ, ALTAMIRA - IPEA			
	TOTAL DE HOMICÍDIOS	POPULAÇÃO	TAXA POR 100 MIL HABITANTES
BRASIL	53.016	195.700.000	27,8
PARÁ	3521	7.500.000	46,9
ALTAMIRA	64	99.075	64,5

Fonte: IPEA

Apesar das diferenças, nos números e taxas, há de se notar que tanto os registros da SIAC-SEGUP/PA, quanto os registros do IPEA, apontam a cidade de Altamira, com taxas bem acima do que se considera tornar uma cidade livre ou com baixa violência. De certo, que os dados acima, não apresentam a totalidade do contexto nos anos anteriores a obra, mas implicam em nos mostrar que Altamira já convivia com a iminência de problemas relacionados à segurança pública para o município, haja a vista que neste ano de 2010, os processos licitatórios de construção da UHE Belo Monte já estavam bem adiantados.

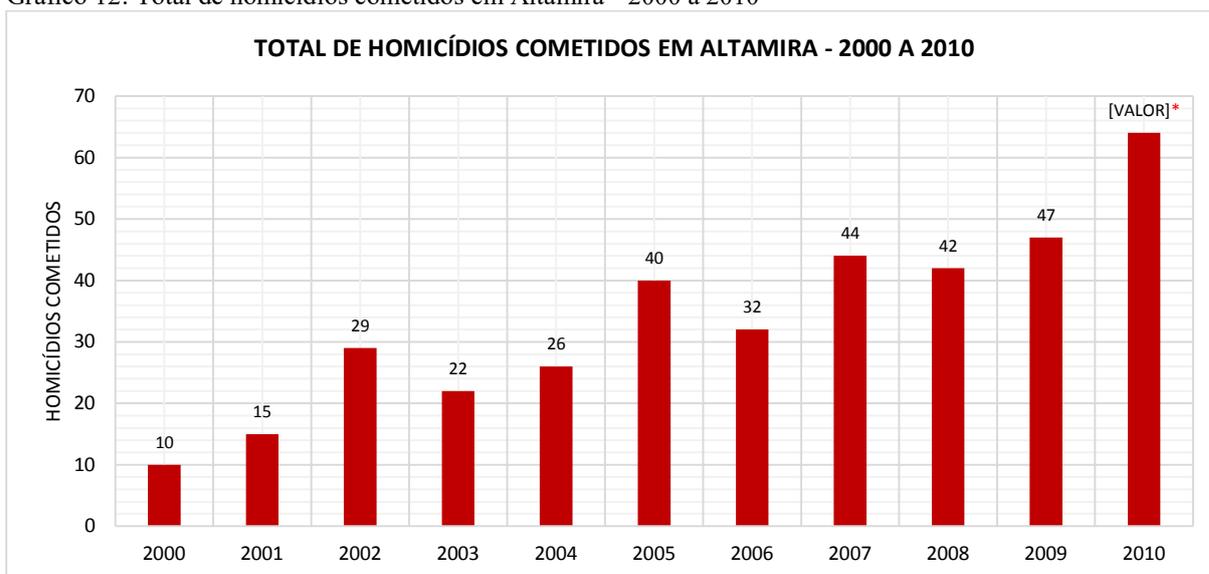
Desse modo, a tabela 20 abaixo nos mostram um panorama dos registros de homicídios e as taxas de homicídios de Altamira, em relação aos registros estadual e nacional, anteriores ao ano de 2010, período em que as discussões sobre construção da UHE Belo Monte começam a ganhar muito mais força na região do que na década anterior, haja a visto, os programas do Governo Federal que visavam a aceleração do crescimento do país, conhecidos como PAC, e que em seus projetos haviam a construção de algumas hidrelétricas na bacia amazônica com o “intuito” de fortalecer a matriz energética brasileira.

Tabela 20: Taxas de Homicídios anteriores a construção da UHE Belo Monte em Altamira – 2005 a 2010

TOTAL E TAXA DE HOMICÍDIOS PARA ALTAMIRA 2005 A 2010				
ANO	TOTAL HOMICÍDIOS	TAXA DE HOMICÍDIOS	TAXA ESTADUAL - PARÁ	TAXA NACIONAL - BRASIL
2000	10	11,3	13,4	27,4
2001	15	19,0	15,2	27,9
2002	29	36,4	18,5	28,5
2003	22	27,2	21,4	29,1
2004	26	31,2	22,7	26,9
2005	40	47,3	27,6	26,1
2006	32	37,3	29,1	26,6
2007	44	46,1	30,2	26,2
2008	42	43,1	39,0	26,7
2009	47	47,2	40,2	27,1
2010	64	63,0	46,4	27,8

Fonte: IPEA

Gráfico 12: Total de homicídios cometidos em Altamira - 2000 a 2010

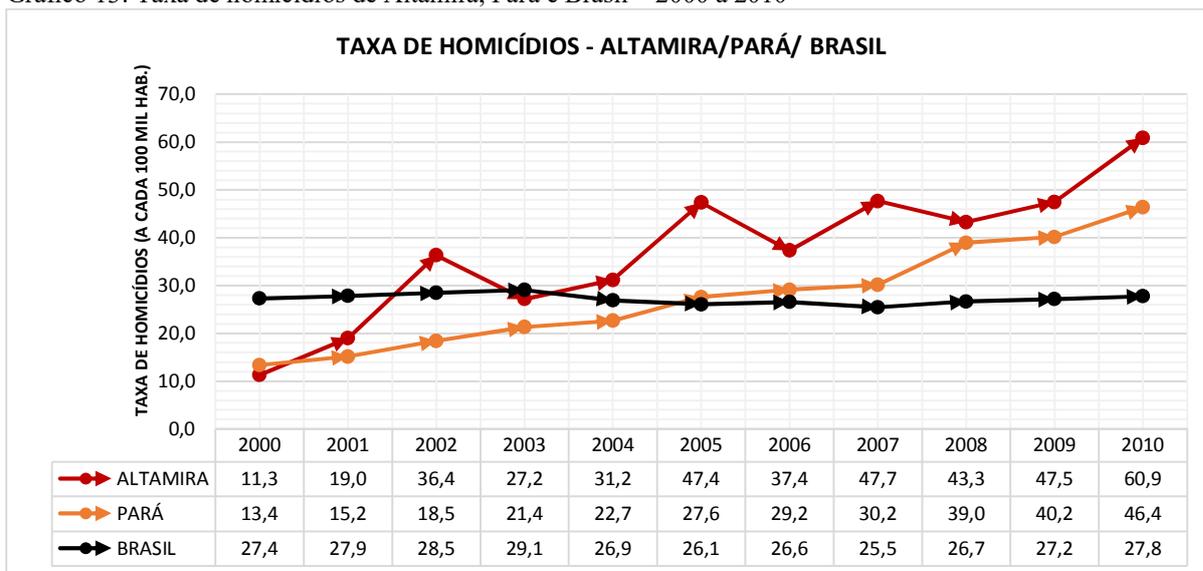


Fonte: IPEA

*Ano de Emissão da Licença Prévia

Nota-se que estes registros apontam para o crescimento do crime de homicídio em Altamira nos anos anteriores a construção da UHE Belo Monte, de 2000 a 2010, no total, foram cometidos na área urbana de Altamira, 371 homicídios. A taxa média de homicídios entre 2000 a 2010 foram de 37,2 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Ainda, de 2000 a 2010, o crescimento do total de homicídios cometidos foi de 540%, e o crescimento das taxas de homicídios foi de 457,5%. Abaixo o gráfico 13 apresenta o crescimento linear das taxas de homicídios em Altamira de 2000 a 2010.

Gráfico 13: Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2010



Fonte: IPEA

A tabela ainda nos mostra que enquanto as taxas de homicídios do Brasil se mantêm estabilizadas neste período de 2000 a 2010, as taxas de homicídios tanto do estado do Pará, quanto de Altamira, seguiram em tendência de crescimento, para Altamira o crescimento é mais acentuado.

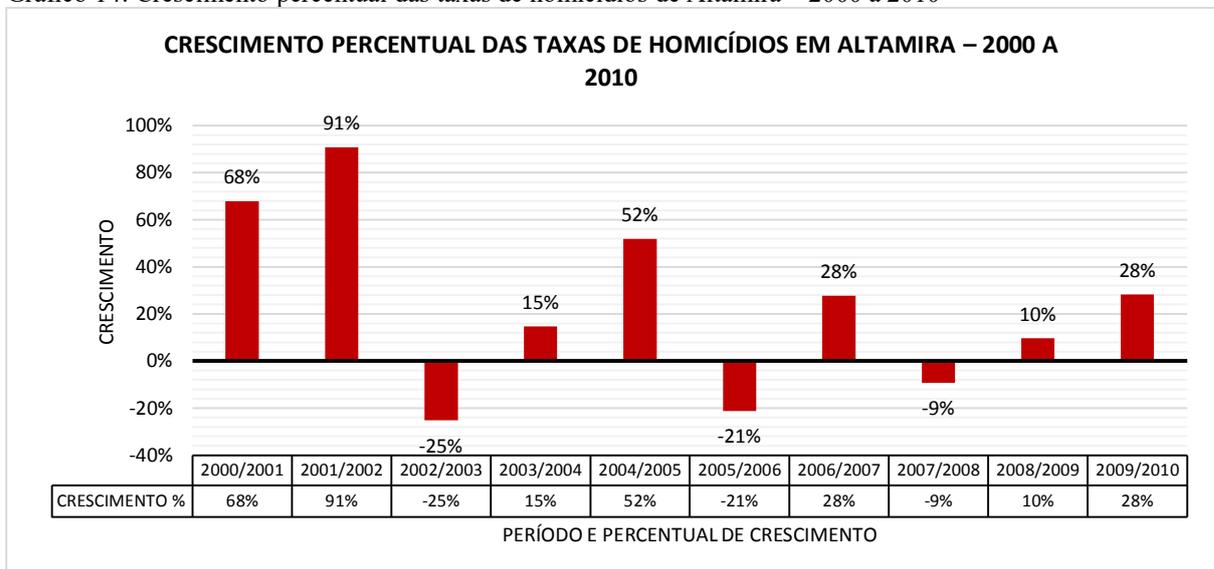
As taxas para Altamira nesse período, apresentam ser superiores as taxas estaduais e nacionais. A tabela 21 e o gráfico 14 abaixo, nos mostram o percentual de crescimento das taxas de homicídios para o período de 2000 a 2010.

Tabela 21: Crescimento da Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2010

CRESCIMENTO PERCENTUAL DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2000 A 2010	
ANOS	CRESCIMENTO %
2000/2001	68%
2001/2002	91%
2002/2003	-25%
2003/2004	15%
2004/2005	52%
2005/2006	-21%
2006/2007	28%
2007/2008	-9%
2008/2009	10%
2009/2010	28%

Fonte: IPEA

Gráfico 14: Crescimento percentual das taxas de homicídios de Altamira – 2000 a 2010



Fonte: IPEA

Tanto a tabela 21 como o gráfico 14, representam o crescimento percentual de um ano para outro das taxas de homicídios no período que compreende os anos de 2000 a 2010 em Altamira, nota-se que neste período há acréscimos percentuais de forma mais aguda, exemplo dos anos de 2001 a 2002, neste intervalo, houvera 14 homicídios a mais que no ano anterior

(15 homicídios em 2001 contra 29 homicídios em 2002), um aumento de praticamente quase 100% de um ano para outro, porém, há períodos de quedas nas taxas de homicídios, como exemplo o período de 2002 a 2003 representado por uma queda de 31% do total de homicídios cometidos (29 homicídios em 2002, contra 22 homicídios em 2003) e de 25% da taxa de homicídios do ano de 2002 para 2003. As causas dos homicídios nesse período são influenciadas sobretudo por rixas entre gangues locais, acertos de contas, desavenças, e/ou crimes passionais.

As análises destes números neste período de 2000 a 2010, implicam em momentos de crescimento e momentos de decréscimo tanto do total de homicídios como das taxas de homicídios, no caso, representados por uma oscilação entre os anos, porém, destacamos que os anos que se aproximam da construção da UHE Belo Monte a partir de 2008, as taxas seguem um crescente, não havendo decréscimos tanto no total de homicídios como nas taxas de homicídios.

Neste contexto, consideramos que o fator Belo Monte mesmo antes da construção da hidrelétrica, já começa a atuar na região, influenciando em alguns setores e serviços como o da infraestrutura urbana, moradia, saúde e segurança pública. Os estudos para a construção de um complexo hidrelétrico nesta região do Xingu conhecido como Kararaô, remontam décadas atrás, concebido ainda nos anos de 1970 sob os governos militares da ditadura. A UHE Belo Monte é um remodelamento desse projeto, sob a égide de ser menos impactante que o projeto inicial de Kararaô.

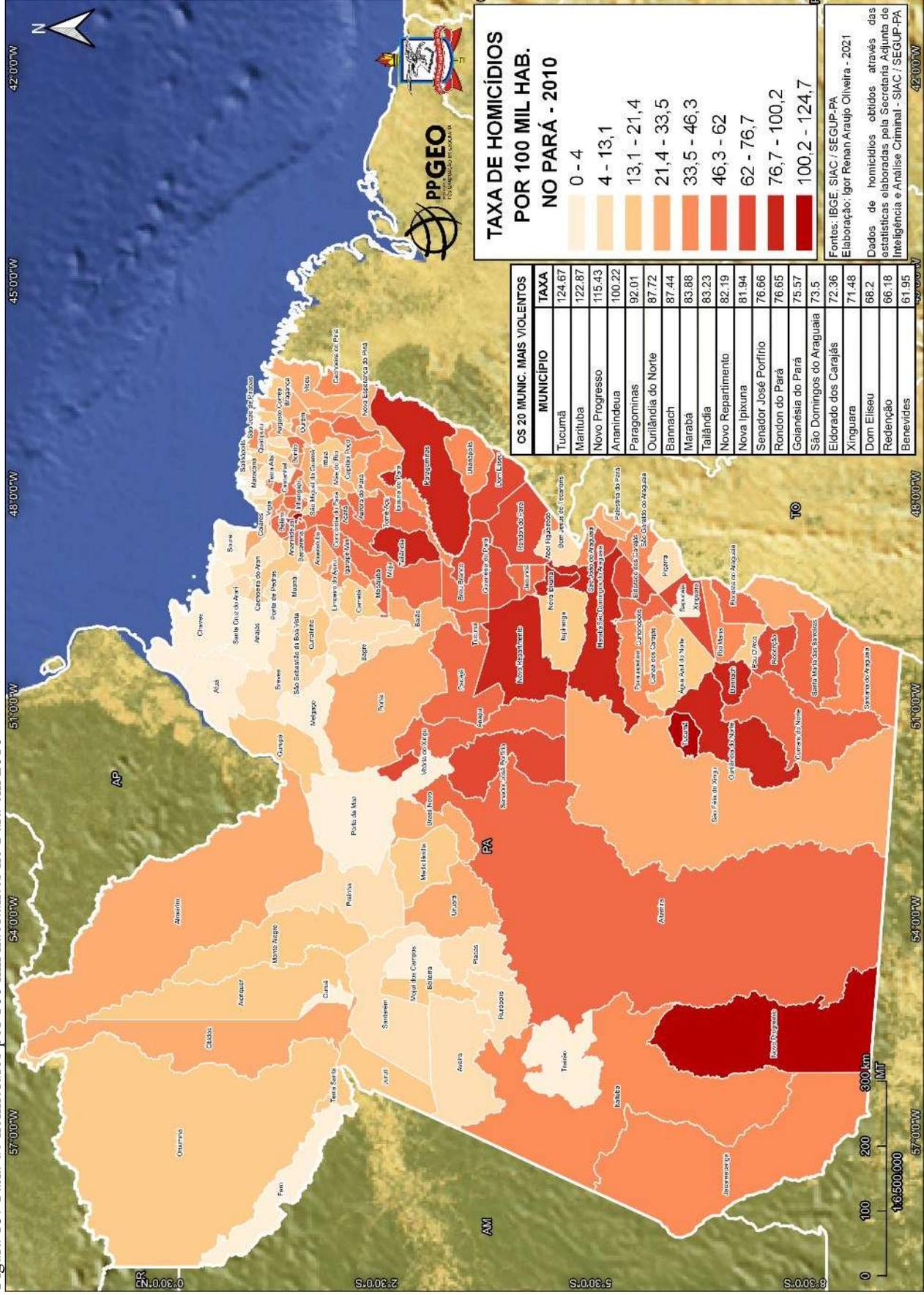
Em obras dessa magnitude, Leturcq (2016, p. 278) reflete que “a construção de usinas hidrelétricas modifica a geografia dos lugares”, nesse sentido, refletimos que a construção da Hidrelétrica de Belo Monte em si, não é o marco inicial das mudanças ou das transformações que Altamira passou, a construção é só um marco físico feito de concreto e ferragens, o que vem antes disso que é o gênese dos problemas, posto isso, já pode ser considerado o marco inicial das transformações e dos problemas que estas grandes obras trazem consigo, os estudos prospectivos, as propagandas e discursos pró Belo Monte, os burburinhos sobre os postos de trabalhos, e principalmente o discurso de desenvolvimento da região, estes, são fatores que atuaram antes da construção da hidrelétrica e que consideramos ser, os fatores iniciais para as modificações que já aconteciam e que estavam por vir.

Ainda sobre a força atuante do fator Belo Monte sobre o crescimento dos índices de violência em Altamira anos antes das obras iniciais da hidrelétrica, destacamos que um projeto dessa magnitude, antes do seu concebimento propriamente dito, passa por fases de

prospecção, são nestas fases que o projeto final avança, e ganha forças para sair do papel, desse modo, Leturcq (2016, p. 278) reflete que “a partir do momento em que um projeto começa a se tornar realidade, com as marcas iniciais da construção (por exemplo, a abertura de escritório da empresa responsável da obra), surgem os primeiros movimentos populacionais”, em busca dos possíveis postos de trabalho gerados pela obra. Veremos mais adiante, que estes movimentos populacionais aliados a falta de políticas públicas, terão um papel importante no crescimento das taxas de violência em Altamira.

Nesse sentido, de crescimento do total de homicídios cometidos, e do aumento das taxas de homicídios do município, o mapa 00 abaixo, nos mostra os municípios mais violentos do Pará em 2010, Altamira nesse contexto ocupava a 40^a posição entre os municípios mais violentos do estado segundo dados da SEGUP-PA.

Figura 15: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Pará em 2010



Elaboração:

O crescimento dos homicídios e a conseqüente elevação das taxas, tornam-se exponenciais a partir de 2008, seguindo em um crescente até o ano de 2015 (considerado o pico da obra na região) temos então um período de 7 anos de crescimento elevado nos números de homicídios em Altamira.

Contudo o ano de 2010 representa o ano onde, de fato, a construção da UHE Belo Monte tornou-se iminente. Neste ano, a Licença Prévia da UHE Belo Monte foi emitida envolta de muitas polêmicas e protestos por parte das populações que seriam atingidas pela obra, e dos movimentos sociais e ambientalistas que asseguravam a inviabilidade do projeto, o município então, passou a conviver com a iminência da construção de Belo Monte, que de fato, aconteceria efetivamente a partir do ano seguinte em 2011.

Diante dessa perspectiva, já a partir de 2010, a dinâmica da cidade se transforma, marcada sobretudo por um forte processo migratório para esta região do Xingu, como testifica Miranda Neto e Herrera (2016). Apenas com os processos licitatórios da obra em trâmites, e a especulação sobre os postos de trabalhos gerados pela a hidrelétrica, já foi capaz de alterar a dinâmica espacial e econômica da cidade.

Até aqui, destacamos que as taxas de violência para Altamira antes do início das obras da UHE Belo Monte, já apresentavam sinais de crescimento, passando por picos de acréscimos acentuados, e decréscimos das taxas de homicídios. Frisamos, que não pensar nestes números anteriores a construção de uma hidrelétrica, é condicionar o espaço que receberá esta grande obra a conviver com o aumento da violência, tendo em vista os problemas que estas obras ao serem implementadas, trazem consigo.

Desse modo, consideramos que o fator Belo Monte nesse período analisado de 2000 a 2010 começa a ser atuante sobre os índices de violência, a partir dos anos mais próximos do início da construção da obra entre 2007 a 2010, nesse período, Altamira começa a sofrer as primeiras transformações no seu espaço urbano, porém é a partir dos anos posteriores a 2010, que a cidade começa a sofrer com os impactos da UHE Belo Monte.

3.1.2. A construção da UHE Belo Monte e os seus impactos na zona urbana de Altamira

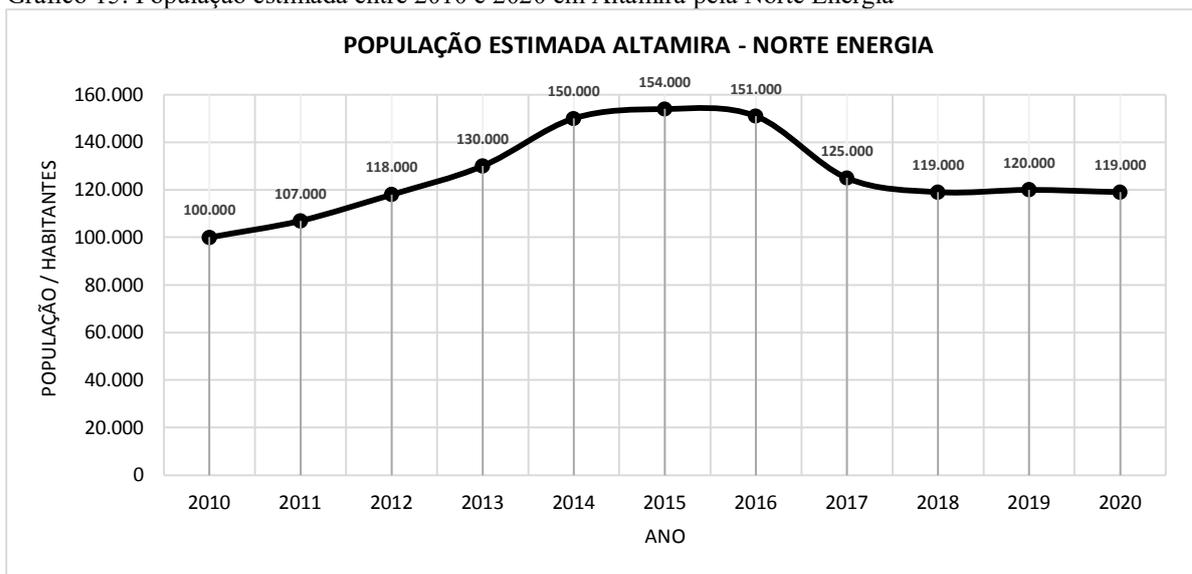
Com a emissão da Licença de Instalação da UHE Belo Monte pelo Ibama, a hidrelétrica ganha a oportunidade de ser construída nesta região, assim, a partir de 2011, inicia-se as obras de construção da 3ª maior hidrelétrica do mundo. Dos 11 municípios afetados pela construção da usina, a cidade de Altamira por ser o centro dessa região do Xingu e da Transamazônica, e concentrar os maiores números de serviços, foi a cidade mais

impactada por Belo Monte. Desde a emissão da licença prévia da UHE Belo Monte pelo IBAMA no ano de 2010, a cidade de Altamira presenciou os seus índices de violência dispararem de forma vertiginosa, principalmente no crime que Beato (2012) discursa ser, aquele que representa a face mais dramática da violência urbana, o homicídio.

Desse modo, em Altamira no decorrer dos anos iniciais da obra, verifica-se que tal mudança ocorrida em curto período, modificou de forma profunda as relações sociais cultivadas pelos moradores de Altamira, e condicionou o espaço urbano a enfrentar problemas de várias ordens, além de acentuar aqueles que já eram problemas urbanos, como a falta de moradia, saúde, saneamento básico e segurança pública, confirmando assim como Reis e Souza (2015) explanam, que estes grandes projetos preconizam uma costumeira falta de preocupação com a população local, sobretudo, com suas consequências sociais.

Um dos primeiros problemas tragos por Belo Monte, foi o adensamento populacional da cidade de Altamira em um curto espaço de tempo, Altamira recebeu um contingente superior a 40 mil pessoas nos 4 primeiros anos iniciais da obra (de 2011 a 2015), que aportaram na cidade, em busca dos postos de trabalhos ofertados pela obra. Importante destacar também, que apenas a especulação desses postos de trabalho nos anos anteriores ao do início da construção, já foi capaz de mobilizar atividades migratórias para a região, sobretudo para Altamira, onde sua população passou dos 99.075 habitantes em 2010 para 150 mil habitantes já em 2014, como destaca o gráfico 15 abaixo, com a população estimada pela Norte Energia.

Gráfico 15: População estimada entre 2010 e 2020 em Altamira pela Norte Energia



Fonte: Norte Energia

Esse adensamento populacional é fruto do recrutamento de trabalhadores feito pela Norte Energia em várias partes do país. Assim, destacamos que uma parte desse contingente populacional migra para Altamira recrutados pela Norte Energia, já com empregos garantidos, e a outra parte migra para a cidade na aventura de conseguir trabalhar na obra atraídas pela busca de melhores condições de vida. Outro ponto a destacar, é que partes desses migrantes que não conseguiram emprego de imediato na obra, passaram a incrementar o mercado informal, fato este que dificulta o acesso aos direitos trabalhistas e coloca os trabalhadores em situações de risco, como evidencia Oliveira (2017).

Sobre isso, Giralдин (2015) diz que, enquanto os trabalhadores “fichados”, termo usado para os trabalhadores que conseguiram emprego com a carteira de trabalho assinada na obra, tem a oportunidade de morar nos alojamentos nos canteiros de obra, ou de morar em residências na cidade, os migrantes que não conseguem emprego de imediato, encontram oportunidades de moradias longe do centro urbano, ocupando as áreas periféricas da cidade.

De fato, o argumento do autor, é constatado pelo o que aconteceu em Altamira, com a criação das vilas de trabalhadores dentro da obra de Belo Monte, pela a alta ocupação das habitações na zona urbana de Altamira, e, pela a crescente ocupação das áreas periféricas da cidade, contudo, ainda destacamos que, aqueles migrantes que aportaram em Altamira sem a garantia do emprego na obra, ou seja sem a oportunidade de morar no canteiro de obras, e sem renda para alugar uma moradia, passaram a utilizar os espaços públicos da cidade como moradia, haja a vista o espaço em frente a Rodoviária Municipal, que nos anos de construção da hidrelétrica, ficou conhecido como “Hotel Calango”, e as áreas do Cais de Altamira em frente ao Rio Xingu.

O inchaço populacional provocado por Belo Monte em Altamira e o aumento da busca por moradias na zona urbana, provocaram também o aquecimento do mercado imobiliário, que mesmo antes da construção da obra, já dava sinais de surgimento de novas áreas habitacionais provocados pela valorização do solo urbano, o que segundo Miranda Neto (2016), é bastante comum em locais onde se tem uma previsão de ampliação dos fatores que elevam os preços do terreno, nesse caso, o fator aqui, seria a perspectiva de instalação das obras do PAC para a região, sobretudo o asfaltamento da Transamazônica e da construção de Belo Monte. Assim, surgem no entorno da área central da cidade, precisamente nas áreas que eram consideradas periféricas, a construção de loteamentos e/ou bairros planejados, contribuindo para a expansão do perímetro urbano da cidade.

A maioria dos loteamentos foram criados além do limite urbano da cidade, desse modo, para incorporar esses novos espaços habitacionais a zona urbana de Altamira, a Prefeitura Municipal de Altamira, junto ao IBGE, necessitou expandir o perímetro urbano da cidade duas vezes em um espaço de tempo de 5 anos, algo considerável, o que deu margem para inúmeros outros empreendimentos se instalarem, alguns de forma clandestina, sem aval da prefeitura e sem o mínimo de infraestrutura, precarizando ainda mais os espaços periféricos da cidade, e contribuindo para a estigmatização popular desses espaços, como redutos da violência na cidade. Os mapas 00 e 00 abaixo, nos mostra a expansão do perímetro urbano de Altamira, e a disposição dos empreendimentos imobiliários que surgiram em decorrência da construção de Belo Monte:

Figura 16: Mapa da Evolução do perímetro urbano de Altamira.

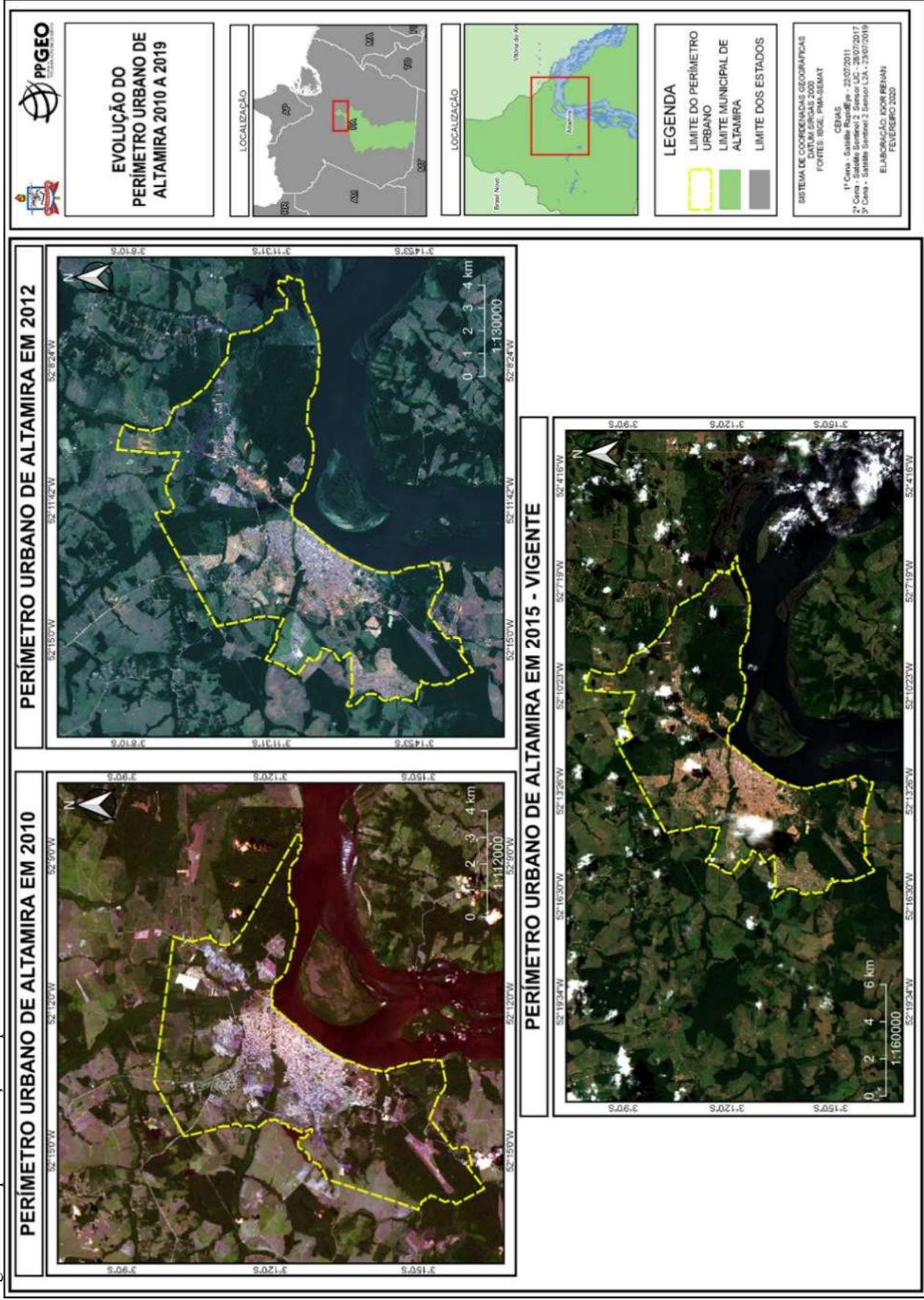
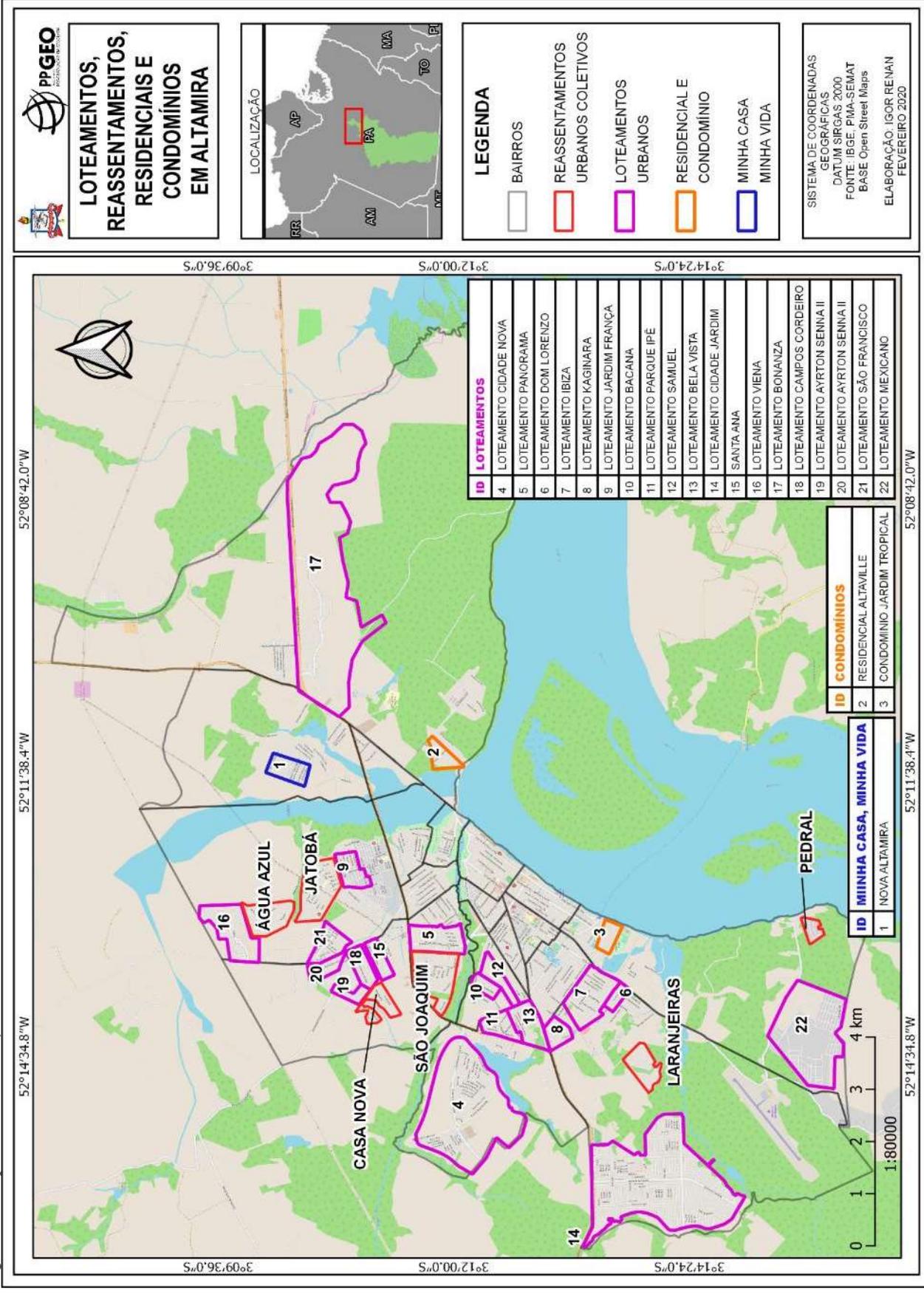


Figura 17: Mapa com a localização dos loteamentos, reassentamentos urbanos e residenciais em Altamira



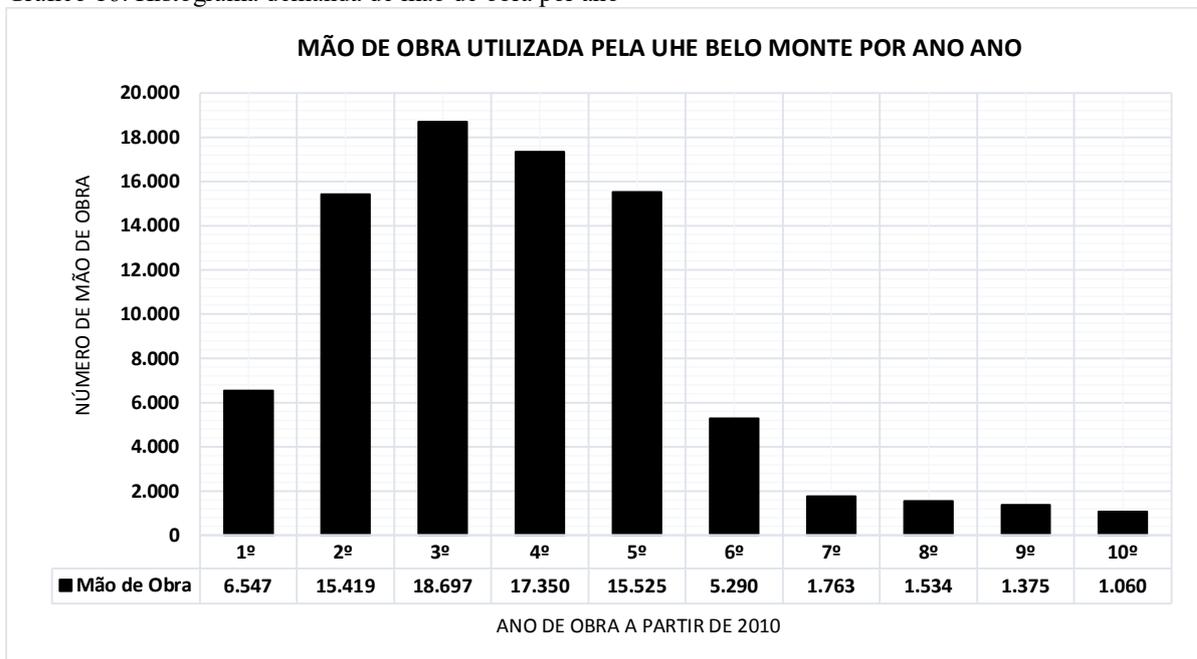
Elaboração:

De modo geral, a UHE Belo Monte foi programada para ser implantada em 10 anos, dados do Projeto Básico Ambiental (NORTE ENERGIA, 2011) atestam que nos primeiros 5 anos de obras (2012 a 2016), se deu a fase de uso mais intensivo de mão de obra, sempre com mais de 15 mil trabalhadores por ano.

A partir do 6º ano (em 2017) deu início ao processo de desmobilização dessa mão de obra, caindo para 5,3 mil empregados.

A partir do 7º ano (em 2018) o número de empregados decresce de 1,7 mil para até 1 mil no 10º ano (em 2021). O gráfico 00 abaixo, apresenta estes números:

Gráfico 16: Histograma demanda de mão de obra por ano



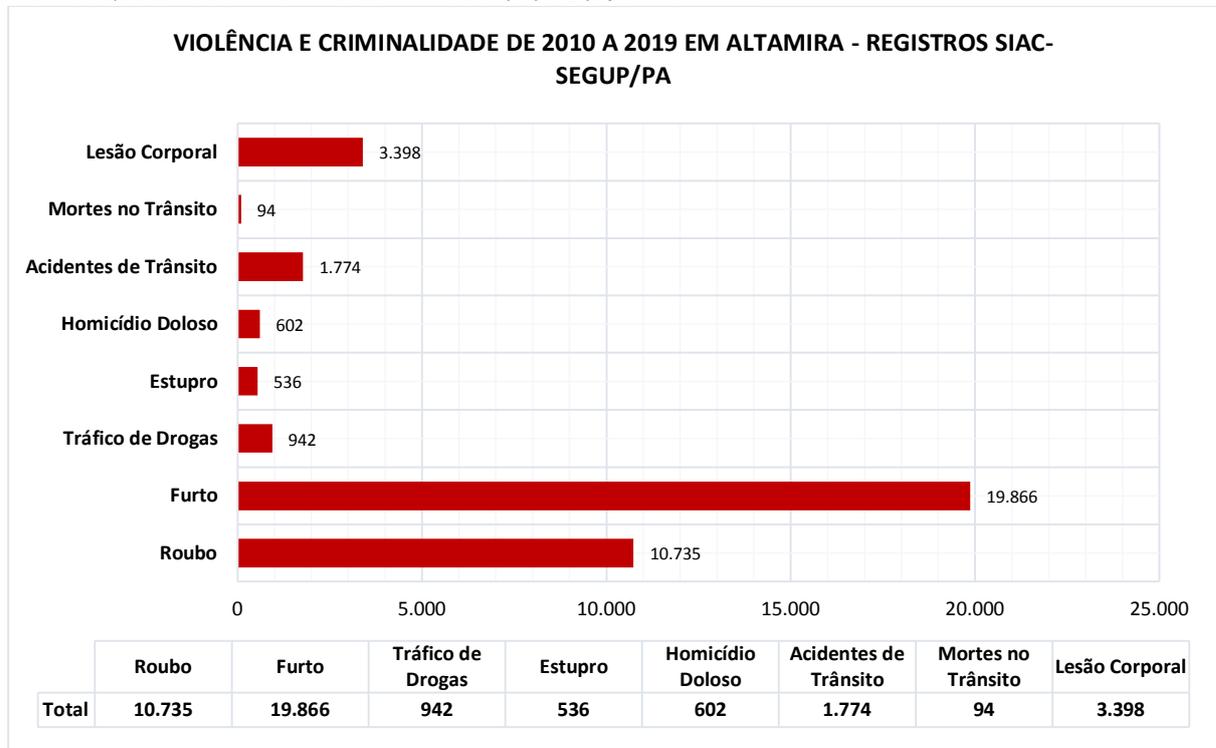
Fonte: Projeto Básico Ambiental – PBA Norte Energia. 2011

Desse modo, o aumento demasiado do fluxo populacional de forma acelerada, aliado ao fato de que a cidade de Altamira não estava preparada para receber esse contingente de pessoas, torna evidente que problemas de várias ordens surgiriam, e principalmente os problemas relacionados à segurança pública. O que estamos colocando aqui, não é o problema do aumento populacional em si, pensamos que o aumento acelerado do fluxo populacional aliado a falta de políticas públicas para remediar os efeitos negativos desse tipo de evento, é o que possibilita o aumento dos problemas de segurança de forma demasiada trago por Belo Monte, desse modo, quando se pensa uma obra dessa magnitude como é Belo Monte, várias variáveis devem ser consideradas, e não descartadas como aconteceu no caso do Projeto Básico Ambiental da obra.

Moreira e Herrera (2012) contribuem neste ponto, nos dizendo que, o aumento populacional, conseqüentemente gera problemas sociais, principalmente se este não estiver sendo monitorado e acompanhado de políticas públicas adequadas as crescentes necessidades da sociedade. Assim, a construção da UHE Belo Monte, condiciona a precarização da cidade de Altamira em diversos setores, uma vez que as compensações da obra que viriam amenizar os impactos da hidrelétrica não foram cumpridas. Batella (2008) também contribui dizendo que o crescimento demográfico traz consigo outros problemas de ordem sócio-econômica e ambiental que impactam também na incidência criminal.

Com a construção da UHE Belo Monte no seu entorno, os índices de criminalidade e violência dispararam, frutos do rápido crescimento urbano da cidade e da nova perspectiva econômica trazidos por Belo Monte. Tal conjuntura econômica em Altamira, atrelada ao grande contingente populacional, aliado a defasagem dos serviços públicos, propiciou um aumento considerado de diversos tipos de crimes em Altamira. O gráfico 17 abaixo nos mostra um panorama total dos principais crimes cometidos em Altamira nos anos de construção da UHE Belo Monte, e o crescimento dos registros de ocorrências nos anos de construção da obra:

Gráfico 17: Total de incidência de crimes de 2010 a 2019 em Altamira



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 18: Total de ocorrências registradas em Altamira de 2010 a 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

De todas as facetas dos crimes que se apresentaram em Altamira desde o início da construção da obra, o Crime Violento Letal Intencional (CVLI), caracterizado sobretudo pelo homicídio doloso, teve um aumento considerado. Contudo, cabe aqui lembrar, ao olharmos para os registros de ocorrência da SEGUP, constata-se que esse aumento vertiginoso da violência, não fica restrito apenas aos crimes contra vida, verifica-se o crescimento das ocorrências de delitos contra o patrimônio (roubos e furtos), contra a integridade física (lesão corporal), violência no trânsito (acidentes), violência doméstica e familiar (feminicídios e exploração sexual de adolescentes), ameaças de morte, entre outros tipos de ocorrências. O homicídio apesar de não ser o crime mais cometido em Altamira, é o crime que escancara a face mais dramática da violência na cidade.

No Projeto Básico Ambiental de Belo Monte, previa-se o aumento demasiado da violência na região, entretanto o consórcio construtor de Belo Monte, sequer adicionou a questão da segurança pública como condicionante do empreendimento. Oliveira (2015) reporta que o PBA foi estabelecido sem nenhuma medida condicionante voltada à área de segurança pública, e que o termo técnico-financeiro não ganhou o status de condicionante, portanto não seria possível a fiscalização e cobrança por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Nesse ponto, Reis e Souza (2016, p.218-219) sobre as políticas voltados a segurança pública evidenciam que:

No EIA da UHE Belo Monte, não existe a indicação de preocupações relacionadas à possibilidade de agravamento da violência e da criminalidade, consequências óbvias da desorganização social inevitavelmente produzida pela implantação de projetos dessa magnitude devido ao grande fluxo de pessoas que se deslocarão de outras regiões para trabalhar na obra. [...] as estratégias para dar conta dessa demanda não foram devidamente equacionadas no caso da UHE Belo Monte, pois a estrutura de

serviços públicos municipais e estaduais, principalmente o aparato de segurança pública, permaneceram subdimensionados e incapazes de fazer frente aos novos pleitos decorrentes da implantação do projeto.

Desse modo, as políticas voltadas para o controle da criminalidade, como as ações de segurança para mitigar os impactos do empreendimento não constavam no EIA e nem no PBA, assim, o Governo do Estado do Pará e a Norte Energia firmaram um termo de cooperação técnico financeiro em maio de 2011, este documento determinava que a empresa concessionária, neste caso, a Norte Energia, viabilizasse a implementação de ações de fortalecimento dos órgãos de combate ao crime e prevenção da violência.

Quando o consórcio responsável pelo projeto negociou com o Governo do Estado do Pará as compensações para fazer frente aos problemas sociais decorrentes da implantação da UHE Belo Monte, a demanda de recursos proposta pelo governo do Pará foi orçada em cerca de 1,2 bilhão de reais, segundo Reis e Souza (2016). Para o sistema de segurança pública, no entanto, a contraproposta feita pela Norte Energia encarregada da construção da usina foi de menos de 10% do valor, ou seja, cerca de R\$ 25 milhões anuais durante cinco anos, totalizando R\$ 125 milhões de reais.

Estes R\$125 milhões foram destinados aos 11 municípios impactados por Belo Monte, com este montante repassado a Secretaria de Segurança Pública do Pará – SEGUP, foram adquiridas novas viaturas policiais, reforma do alojamento do 16º Batalhão da Polícia Militar em Altamira, doação de 34 motocicletas, 2 ônibus e 1 caminhão de abastecimento de aeronaves, a construção do Centro de Recuperação Masculino de Vitória do Xingu. Houve também o investimento em sistema de monitoramento via câmeras de segurança em Altamira, e a compra do contestado Helicóptero que custou R\$40 milhões e que se quer se encontrava em Altamira nos últimos anos.

Contudo, todos estes aparatos adquiridos com o dinheiro do termo de cooperação entre Governo do Pará, e Norte Energia, não conseguiram contornar o problema da segurança de forma efetiva, uma vez que os dados nos mostram um crescente nos índices de violência na cidade, como evidencia Oliveira (2015). Na elaboração do EIA e do PBA de Belo Monte pela Norte Energia, não se considerou a possibilidade do aumento da violência e da criminalidade, desse modo, o dimensionamento dos problemas relacionados à segurança pública por parte do Estado e da Norte Energia foi negligenciado, houve um subdimensionamento das estruturas públicas de segurança que não foram capazes de conter ou amenizar os problemas de segurança pública trago pela obra de Belo Monte.

Desse modo, segundo o Atlas da Violência 2017, elaborado pelo IPEA e FBSP, a escalada da violência em Altamira colocou o município entre os mais violentos do país já a partir dos 5 anos iniciais de construção de Belo Monte, passando a encabeçar a lista dos dez municípios mais violentos do Brasil, e logo em seguida, passou a liderar o ranking, como o município mais violento do Brasil. As divulgações dos resultados repercutiram nacionalmente, ajudando a estigmatizar a cidade de Altamira, sobretudo os espaços criados pela Norte Energia para abrigar a população atingida por Belo Monte, e as novas áreas periféricas da cidade, que foram ocupadas principalmente por famílias de baixa renda.

O sentimento de insegurança instalado na cidade e vivenciado por grande parte da população nos anos de construção da obra, já era sentido mesmo antes dos estudos do IPEA e FBSP, a divulgação dos resultados só corroborou para esse sentimento ser maximizado a ponto de mudar ainda mais as relações sociais, esse sentimento de insegurança e medo se refletiu nos modos de concepção e percepção da violência e na estigmatização de espaços violentos, sobretudo nos novos bairros que foram criados em Altamira para abrigar a população atingida pela barragem. Nesse sentido, Herrera e Moreira (2015, p.50) refletem que a “cidade de Altamira, majoritariamente, agrupa as consequências da construção da UHE Belo Monte. Dentre essas consequências destacam-se o medo, a insegurança pública e as múltiplas rupturas sócio-espaciais”.

No próximo tópico, apresentaremos as taxas de violência para Altamira, a partir dos anos de construção da UHE Belo Monte, diferentemente da década anterior a construção da obra, as taxas de homicídios, por exemplo, saltam abruptamente de um ano para outro. Na década passada anterior a Belo Monte o contexto da violência se justifica por crimes mais passionais, como desavenças ou brigas entre gangues de bairros. Já na década de construção veremos que surgem novos fatores que alavancam o crescimento da violência em Altamira, sobretudo um decréscimo das taxas de empregos, os crimes ocasionados pelo crime organizado que surge em Altamira, atraído pelo o grande consumo de drogas nos anos de construção de Belo Monte.

3.2. A construção da UHE Belo Monte, e a escalada da violência em Altamira.

A construção da UHE Belo Monte na região, de fato começou a ser erguida através dos maquinários, no ano de 2011, com a licença de instalação da obra sendo emitida pelo IBAMA. A partir desse ano, sucessivas transformações começaram a fazer parte do cotidiano da população de Altamira, toda uma estrutura política, econômica, social e ambiental que

antes existia na região, começou a ser alterada em diferentes escalas. Com a chegada da obra, e com ela um grande contingente populacional, Altamira adentra em um caos em diversos setores, entre eles, o da segurança pública ganha destaque. Os índices de violência do município crescem de forma exponencial, há um aumento dos crimes de furtos, roubos, acidentes no trânsito, violências domésticas e, sobretudo um crescimento preocupante das taxas de homicídios, este último escancara um sentimento de insegurança sentido por grande parte da população de Altamira nos últimos anos.

Na década passada, anterior a construção de Belo Monte, os homicídios ocorridos apresentam taxas que oscilam de um ano para outro, e que seguem uma tendência que ora crescem, ora apresentam quedas nas taxas. Já na década de construção de Belo Monte, a partir da emissão da licença prévia em 2010, as taxas de homicídios seguem uma tendência de crescimento que somente recuam brevemente 5 anos depois do início das obras de Belo Monte, são 5 anos em que as taxas de homicídios se elevam e colocam Altamira como a cidade mais violenta do país, segundo o Atlas da Violência do IPEA (2017). A tabela 22 abaixo apresenta os números totais de homicídios ocorridos em Altamira, no Pará e no Brasil, a partir dos anos 2000.

Tabela 22: Total de homicídios cometidos em Altamira, no Pará e no Brasil

TOTAL DE HOMICÍDIOS COMETIDOS EM ALTAMIRA - PARÁ - BRASIL			
ANO	ALTAMIRA	PARÁ	BRASIL
2000	10	806	45.433
2001	15	966	48.032
2002	29	1.192	49.816
2003	22	1.405	51.534
2004	26	1.519	48.909
2005	40	1.926	48.136
2006	32	2.073	49.704
2007	44	2.194	48.219
2008	42	2.860	50.659
2009	47	2.989	52.043
2010*	64	3.521	53.016
2011**	75	3.073	52.807
2012	78	3.236	57.045
2013	92	3.405	57.396

2014	103	3.446	60.474
2015	114	3.675	59.080
2016	98	4.223	62.517
2017	149	4.575	65.602
2018	92	4.528	57.956
2019	119	3.405	45.503

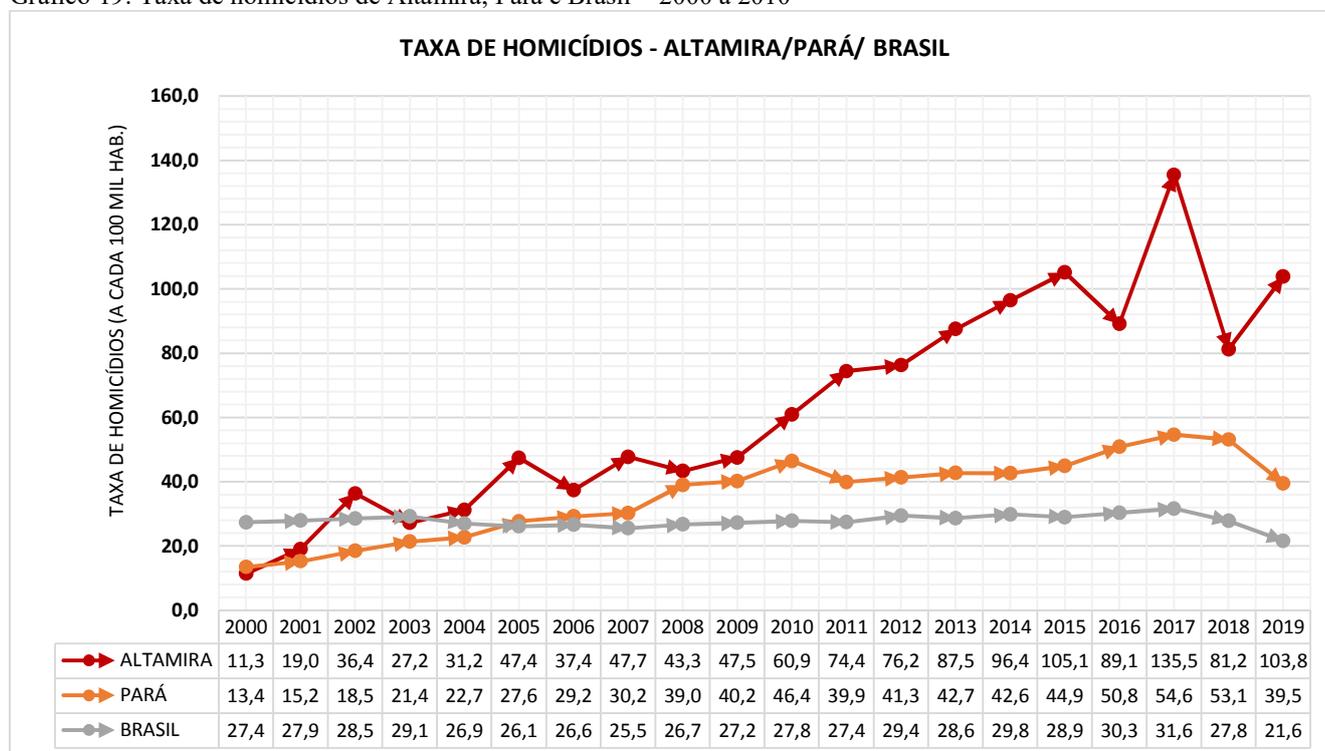
Fonte: IPEA

*Emissão da Licença Prévia

**Início das Obras da UHE Belo Monte

Outro fato a destacar, está relacionado as taxas de homicídios para Altamira, de 2000 a 2019, as taxas de homicídios oscilaram nos primeiros 10 anos a partir de 2000, a partir de 2010 as taxas de homicídios seguem mostrando uma tendência de crescimento ano após ano, em comparação, a taxa estadual do Pará e a nacional mantiveram uma sequência de crescimento menor, porém, mostrando uma tendência de estabilização e até redução das taxas, Altamira mesmo antes da construção de Belo Monte, e já com a obra em execução e concluída, vai na contramão dessa tendência. O gráfico 19 abaixo, revela esta tendência:

Gráfico 19: Taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil – 2000 a 2019

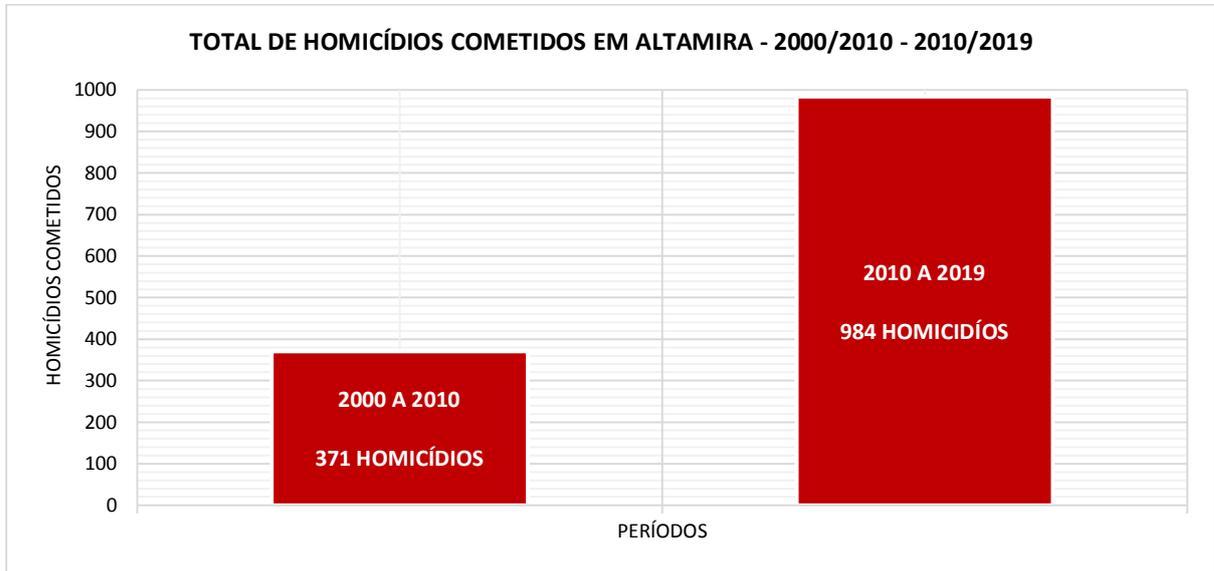


Fonte: SIM-MS / IPEA

Os registros nos mostram que o total de homicídios ocorridos de 2000 a 2010 em Altamira foram de 371 homicídios, já para a década em que a UHE Belo Monte é construída,

de 2010 a 2019, o total de homicídios é de 984 homicídios, um crescimento de 165% de uma década para outra. O gráfico 20 abaixo apresenta esse crescimento de uma década para outra:

Gráfico 20: Total de homicídios cometidos entre 2000 a 2010 e 2010 a 2019 em Altamira



Fonte: IPEA

Estes números representam uma face dramática da violência em Altamira, na década em que Belo Monte é construída, o número de homicídios cometidos é duas vezes maior que o número de homicídios cometidos antes de Belo Monte. O gráfico 21 abaixo representa o crescimento do total de homicídios cometidos em Altamira de 2010 a 2019.

Gráfico 21: Total de homicídios cometidos entre 2010 a 2019 em Altamira



Fonte: IPEA

A taxa média de homicídios cometidos em Altamira de 2010 a 2019, é de 98 homicídios, com uma média de crescimento de 9% ao ano das taxas de homicídios. A tabela

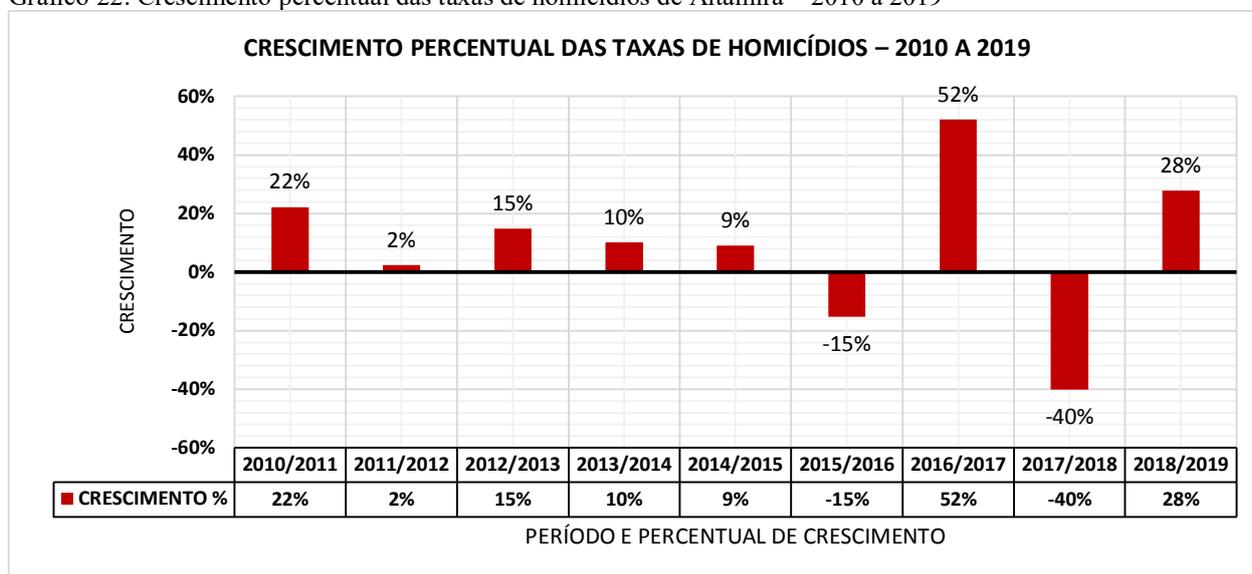
23 e o gráfico 22 abaixo, representam o crescimento percentual das taxas de homicídios em Altamira, de 2010 a 2019:

Tabela 23: Crescimento da taxa de homicídios de Altamira, Pará e Brasil
CRESCIMENTO PERCENTUAL DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2010 A 2019

ANOS	CRESCIMENTO %
2010/2011	22%
2011/2012	2%
2012/2013	15%
2013/2014	10%
2014/2015	9%
2015/2016	-15%
2016/2017	52%
2017/2018	-40%
2018/2019	28%

Fonte: IPEA

Gráfico 22: Crescimento percentual das taxas de homicídios de Altamira – 2010 a 2019



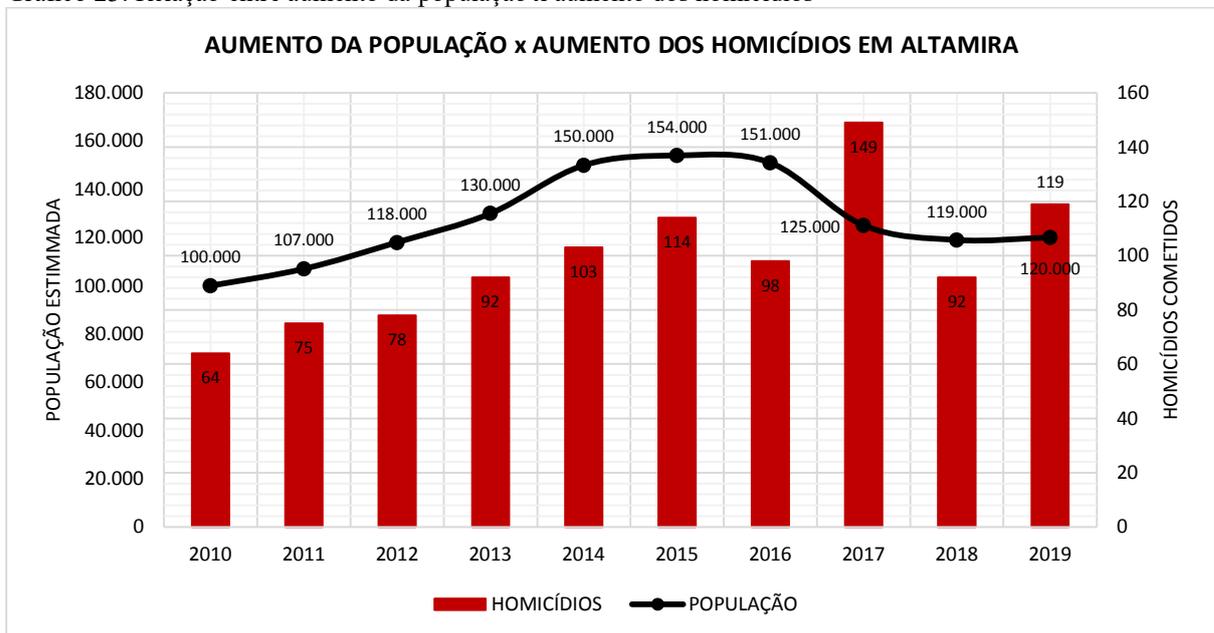
Fonte: IPEA

Do ponto de vista do crescimento das taxas de homicídios, de 2010 a 2019, os registros indicam quais anos foram menos e mais violentos, o período que compreende os anos de 2011 a 2012, mostram um crescimento percentual de 2%, a menor taxa de crescimento entre os anos analisados, entre 2017 e 2018, há uma redução de 40% dos homicídios cometidos, entretanto frisamos que nesse período, o número de homicídios

cometidos é considerado muito alto se comparado ao período de 2011 a 2012. Já para o período que compreende os anos de 2016 a 2017, o crescimento foi de 52%, representando a taxa de crescimento mais alta de um ano para outro.

De 2010 a 2015 os homicídios em Altamira seguiram uma tendência de crescimento, ainda nesse período, verifica-se também que há um significativo aumento da população. Conforme a população de Altamira se eleva, elevam-se também o número de homicídios cometidos, o gráfico abaixo cruza a informação de crescimento da população, e o crescimento dos homicídios em Altamira:

Gráfico 23: Relação entre aumento da população x aumento dos homicídios



Fonte: IPEA, Norte Energia

Ao analisarmos o gráfico 23 acima, destacamos que o número de homicídios cometidos em Altamira evolui conforme cresce a população da cidade, estes registros evidenciam os problemas de um rápido crescimento demográfico sem o acompanhamento de políticas públicas que mitiguem os impactos gerados por este evento.

Sobre isso, Lee, Martinez Jr e Rosenfeld (2001), acerca da questão da explosão demográfica e a relação com a incidência de criminalidade, contribuem dizendo que, uma rápida mudança demográfica quebra as redes sociais existentes e dificulta a atuação das instituições que promovem a socialização e a regulação comportamental.

A ideia dos autores faz sentido, quando comparamos com o contexto de Altamira, o rápido crescimento demográfico em um espaço de tempo de 5 anos, acarreta em problemas que se expandem em vários sentidos, quebra as relações sociais que garantiam o respeito e a

ordem dentro do contexto urbano entre os habitantes, e acaba por dificultar as ações das forças de segurança do município, muito por conta do subdimensionamento dos efeitos da imigração, e por conta do baixo efetivo das corporações como a Polícia Militar e Polícia Civil.

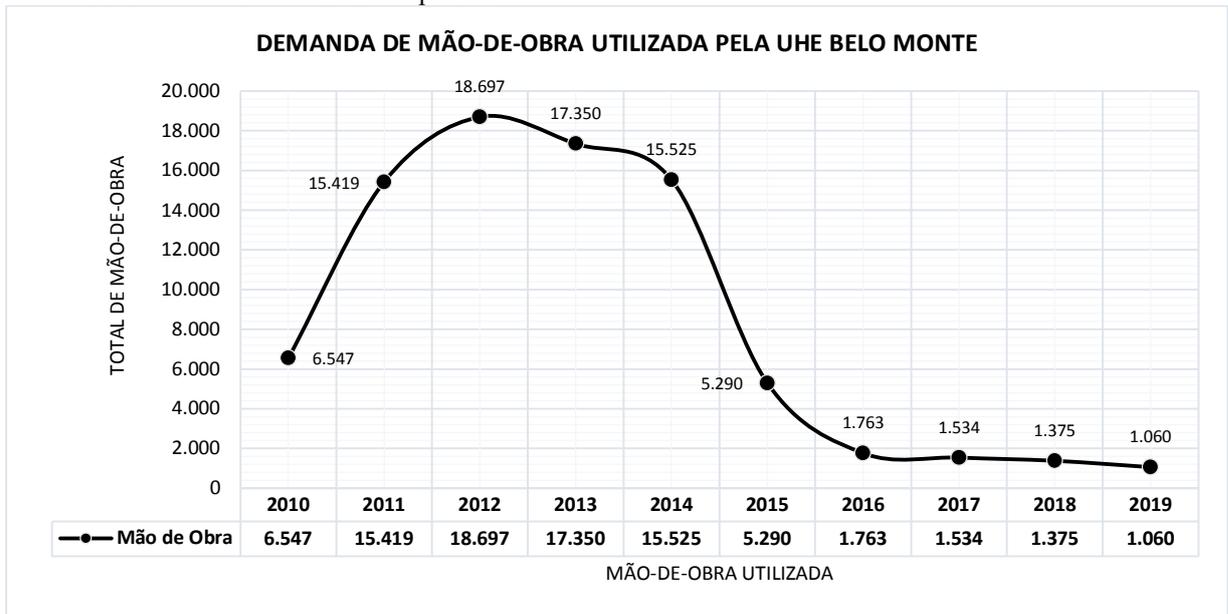
Outro fator que se relaciona com o crescimento das taxas de homicídios de Altamira, além do adensamento populacional, está relacionado ao processo de desmobilização da mão-de-obra empregada na construção da UHE Belo Monte e o forte desemprego que se segue nos anos seguintes, soma-se a isto, a instalação do crime organizado na cidade. De 2010 a 2015, o número médio de homicídios para esse período é de 88 homicídios cometidos, de 2016 a 2019 este número é superado, a média de homicídios passa então a ser de 114 homicídios.

Destacamos então, que a partir de 2015, conforme a obra vai avançando para a sua conclusão, a Norte Energia começa a reduzir o quadro de trabalhadores da obra, em um processo chamado de desmobilização da mão-de-obra, este processo veio acompanhado de uma consequência grave, um forte desemprego que fez com que grande parte dos trabalhadores ficasse sem renda e sem uma ocupação formal, tudo isso já era previsto segundo o PBA da hidrelétrica:

A desmobilização da mão-de-obra causará, potencialmente, um forte desemprego, reduzindo as fontes de renda para a maior parte dos trabalhadores, que ficarão sem ocupação formal. Uma parcela desses trabalhadores deverá deixar a região e outra deverá retornar às atividades exercidas antes das obras, devendo permanecer na região um contingente a princípio desempregado e com necessidades de apoio social. Estima-se que da população atraída pela implantação do empreendimento cerca de 32.000 pessoas aí permanecerão após o término das obras. (ELETROBRÁS, 2009)

Desse modo, a partir de 2015, o processo de desmobilização dos postos de trabalho da obra, colocam em xeque 30 mil postos de trabalhos que passaram a deixar de existir. Assim como o crescimento populacional foi acelerado por conta da demanda de mão de obra, o desmonte desses postos de trabalho também seguiu em ritmo acelerado, a consequência disso foi a geração de uma grande massa de trabalhadores desempregados e com baixa qualificação residindo no centro urbano da cidade como afirma Miranda Neto (2019). O gráfico 24 abaixo nos mostra o total da mão-de-obra utilizada por Belo Monte:

Gráfico 24: Demanda de mão-de-obra por ano



Fonte: Projeto Básico Ambiental – PBA Norte Energia. 2011

Destacamos que os 4 primeiros anos de obra, representam os maiores patamares de trabalhadores, nos anos de 2012 a 2014 a obra atingiu o seu maior pico de mão-de-obra, em paralelo, as taxas de homicídios nesse período seguem crescendo até o ano de 2015, onde ocorre um decréscimo das taxas a partir de 2016, porém, as taxas de homicídios tornam a crescer, todavia com números mais elevados que no período de 2010 a 2015. O gráfico 25 nos mostra essa relação do crescimento dos postos de trabalho e a sua desmobilização, com o progresso dos números de homicídios cometidos em Altamira:

Gráfico 25: Relação entre desmobilização x aumento dos homicídios



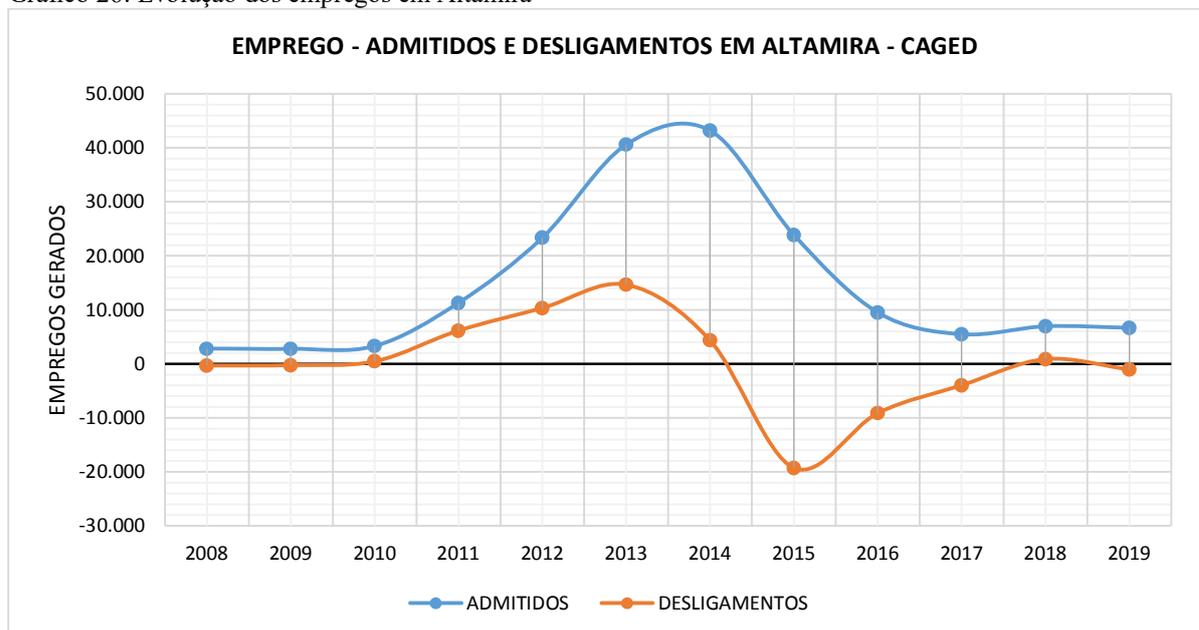
Fonte: IPEA, Projeto Básico Ambiental – PBA Norte Energia. 2011

Os gráficos nos mostram dois contextos entre 2010 a 2019. O primeiro contexto está no período entre 2010 a 2015, os números de homicídios cometidos seguem sempre uma tendência de crescimento, e se relacionam com o aumento demográfico fruto da imigração da mão-de-obra ofertada pela UHE Belo Monte. Os gráficos nos mostram ainda, que, quando a população atinge seu pico em 2015, os números de homicídios seguem em crescimento até este ano também, atingindo o número mais alto de homicídios cometidos, 114 ao todo.

Entretanto o segundo contexto, se inicia a partir de 2016, o número de homicídios cometidos decai para 15% (em 2015 foram cometidos 114 homicídios contra 98 homicídios em 2016). Estes decaimentos dos números de homicídios podem ser considerados natural, uma vez que a população de Altamira começa a decair também, fruto do processo de desmobilização da mão-de-obra de Belo Monte, entretanto, essa tendência fica restrita somente a esse ano.

Porém, este processo de desmobilização dos postos de emprego ofertados pela obra, traz à tona, o aumento do número de desempregados em Altamira, mais de 15 mil trabalhadores da obra foram demitidos. O decaimento dos postos de trabalho de Belo Monte, afeta não somente a mão-de-obra que estava trabalhando diretamente na obra, mas afeta também toda uma rede que se criou para dar suporte a construção de Belo Monte, desse modo as empresas terceirizadas que ofertavam seus serviços de forma indireta para obra, também tem seus postos de trabalhos afetados, segue então uma tendência a partir de 2016 de uma forte recessão de empregos ofertados na obra, e na cidade de Altamira. O gráfico 26 abaixo nos ajuda a entender esse cenário da demanda de empregos gerados em Altamira:

Gráfico 26: Evolução dos empregos em Altamira



Fonte: CAGED-MTP

O gráfico 26 acima, nos mostra a quantidade de empregos gerados em Altamira, nota-se que a partir do ano de 2010, há um crescimento dos postos de trabalho na cidade, seguindo sempre de um decréscimo. Entre os anos de 2012 e 2014, o crescimento é mais exponencial, atingindo o pico de empregos no ano de 2014, quando cerca de 43 mil trabalhadores foram admitidos em Altamira, entretanto, os postos de trabalho seguem uma tendência de queda a partir de 2014, se neste ano 43 mil trabalhadores foram admitidos, houve então cerca de 38 mil desligamentos, em 2015 há um decréscimo 19 mil postos de trabalho, seguindo em queda até o ano de 2017.

Assim, frisamos que o segundo contexto, se relaciona com a queda da mão-de-obra a partir de 2015, e a recessão de empregos ofertadas na cidade de Altamira, a consequência dessa desmobilização da mão-de-obra de Belo Monte e da baixa ofertas de empregos, geraram um impacto profundo e com muitos problemas nas relações de geração de renda, na circulação de capital na cidade, e alterou significativamente os processos de produção da violência.

Se antes no boom de empregos da obra víamos em Altamira, lojas cheias de domingo a domingo, espaços públicos lotados como o cais da cidade, esquinas lotadas de trabalhadores à espera dos ônibus que os levariam novamente para vila de trabalhadores dentro da obra, bares e casas de prostituição disputadas metro a metro, com a queda dos empregos e consequentemente a diminuição da população, Altamira passou a conviver com o marasmo da ressaca de Belo Monte, empresas tiveram que reduzir o quadro de funcionários, outras fecharam, o comércio local ficou desaquecido, e o setor imobiliário que ora prosperou com o aumento exorbitantes dos aluguéis dos imóveis, enfrenta problemas para alugar os mesmos imóveis.

Contudo, apesar do processo de desmobilização da obra ser acelerado, um grande contingente populacional ainda permanece em Altamira, porém, vivendo em condições de extremo contraste se comparado aos anos em que ocupavam uma vaga de trabalho na obra. Desse modo, essas massas de trabalhadores sem empregos e sem renda passam a viver em condições de vulnerabilidade social, uma vez que há uma privação econômica sofrida por estes imigrantes.

Dado que a maioria dos migrantes possui uma baixa qualificação profissional, a perspectiva de trabalho diminui. Todavia, essa perspectiva não é vivenciada somente pelos trabalhadores da obra, ela é sentida também pela população que foi remanejada de forma

compulsória para os Reassentamentos Urbano Coletivos, conhecido como RUCs, áreas que foram criadas para abrigar a população atingida pela cota 100 do empreendimento. Para a população atingida, este processo da falta de oportunidades e da baixa de empregos é sentida também, uma vez que o perfil da maioria dessas pessoas, se assemelha ao perfil da massa de trabalhadores que foi despejada por Belo Monte, sem estudo e sem qualificação profissional.

Com isso, de acordo com a teoria da estrutura de oportunidades, essa baixa realização profissional pode levar à frustração, aumentando a probabilidade de envolvimento em atividades econômicas alternativas, como o crime. Condições como essa, torna-se um terreno fértil para diversos tipos de atividades ilegais, sobretudo o tráfico de drogas. Este tipo de atividade ilegal em Altamira encontra forças no aumento do consumo de drogas nos anos de construção da obra, e pelos problemas sociais e econômicos enfrentados pela massa de trabalhadores e pela população atingida por Belo Monte que vivem sem renda e sem esperança de trabalho, associar-se ao tráfico nesse sentido, torna-se uma saída, principalmente para a população jovem que vivem as margens das oportunidades.

Todavia, o tráfico de drogas tem o poder de implicar diretamente no aumento da violência urbana. Sobre a relação drogas/violência, os homicídios decorrentes do tráfico de drogas, segundo a sistematização de Goldstein (1985), podem ocorrer em três contextos distintos: O primeiro contexto é sobre o efeito psicofarmacológico da droga, que podem levar alguns indivíduos após o uso da substância, a se tornarem irracionais ao ponto de agirem de forma agressiva e violenta.

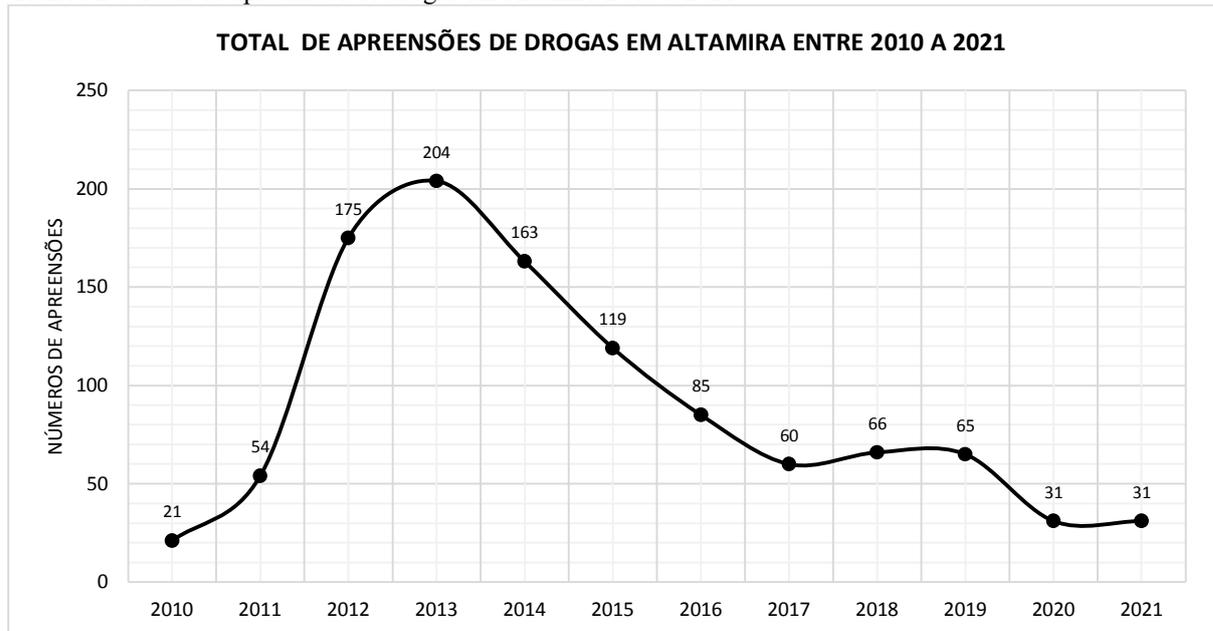
O segundo contexto, tem a ver com o potencial que a dependência da droga tem na incidência de crimes contra o patrimônio, como o furto e o roubo, alguns usuários para conseguirem o entorpecente se entregam a prática delituosa do furto e do roubo, para obterem recursos econômicos ao financiamento de sua dependência. Em situações extremas, onde pode ocorrer uma reação da vítima, ou descontrole emocional do criminoso, podem ocorrer o homicídio.

E o terceiro contexto está relacionado a violência sistêmica que o comércio de drogas produz na sua dinâmica, tais como, as disputas territoriais entre traficantes ou facções rivais, afirmações entre o código de condutas dos traficantes, eliminação de integrantes de grupos rivais, punições por corrupção dentro do próprio grupo criminoso, punições por dívidas não pagas, entre outros conflitos que surgem na comercialização dos entorpecentes.

A construção da UHE Belo Monte propicia diretamente um aumento do consumo de drogas, uma vez que um grande contingente populacional aporta na região, desse modo o

tráfico olha para esse enorme contingente populacional como eventuais consumidores de seus ilícitos, e de fato, o aumento do consumo de drogas em Altamira, elevou-se desde a chegada de Belo Monte como asseguram os registros, dados da SEGUP-PA nos mostram que as apreensões de drogas tiveram um aumento considerável desde 2010, o gráfico 27 abaixo nos mostra estes números:

Gráfico 27: Total de apreensões de drogas em Altamira 2010 a 2021



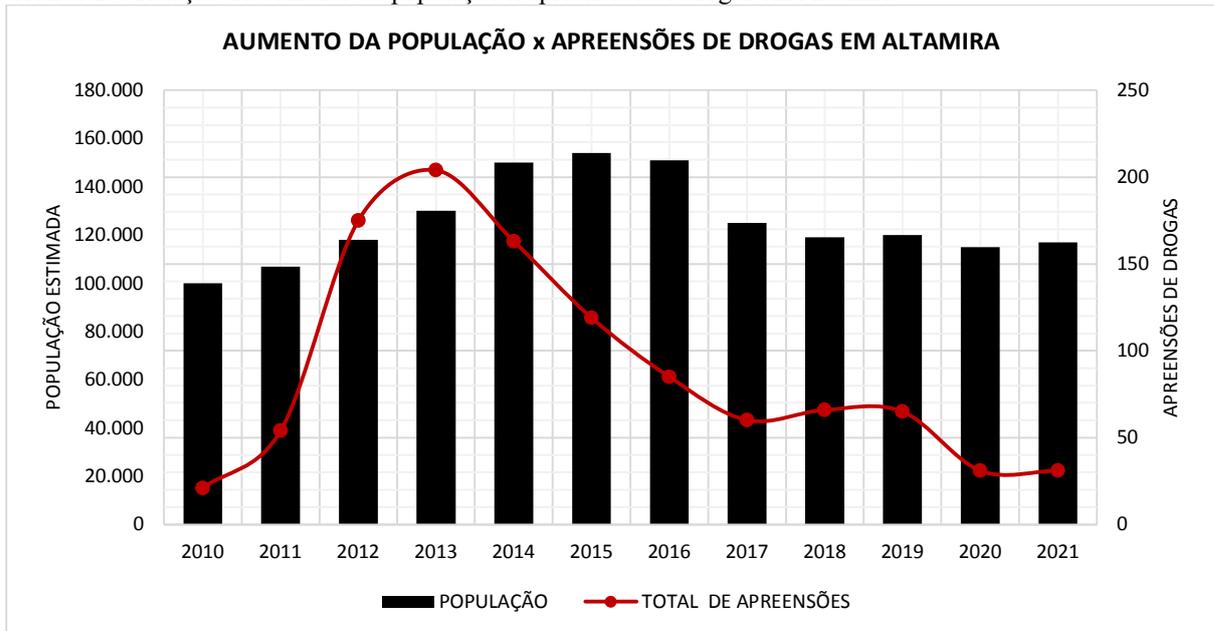
Fonte: SIAC/SEGUP-PA

Nota-se que no ano de 2010, foram realizadas 21 apreensões de drogas em Altamira, nos anos seguintes esse número torna-se quase 10 vezes maior. De 2010 a 2015, o aumento percentual foi de mais de 3000% no aumento de apreensões realizadas pelas forças de segurança. Estes números implicam em nos mostrar que de fato, houve um aumento do consumo de entorpecentes em Altamira, e este fator impacta diretamente na evolução das taxas de crimes em Altamira, principalmente o homicídio.

O fator Belo Monte nesse sentido, é o evento que catalisa e propicia esse aumento, com um acelerado aumento populacional, a demanda pelo consumo de drogas teve um crescimento expressivo nos anos de construção da obra, esse aumento do consumo de drogas traz consigo algumas consequências que implicam em problemas no espaço urbano de Altamira, entre eles, a disputa pelos pontos de vendas de drogas, provocados pelo surgimento das facções na cidade. Desse modo, destaca-se que essa disputa pelos pontos de vendas e estabelecimento hegemônico de apenas um fornecedor de entorpecentes em qualquer região, é sempre acompanhada de extrema violência.

Assim, com a obra reunindo milhares de imigrantes, os traficantes se estabeleceram também na região com o propósito de atender a demanda por drogas. Para compreendermos essa relação entre aumento da população e aumento do consumo de drogas, o gráfico 28 abaixo, cruza as informações de aumento da população com o aumento das apreensões de drogas, indicando que houve um aumento no comércio e consumo de entorpecentes:

Gráfico 28: Relação do aumento da população x apreensões de drogas em Altamira



Fonte: SIAC/SEGUP-PA, Norte Energia

O aumento da violência nos anos de construção de Belo Monte encontra forças nos inúmeros problemas que a obra trouxe consigo, o rápido aumento populacional desacompanhado de políticas públicas e de medidas mitigatórias, subdimensionamento dos impactos da obra pela Norte Energia, o forte desemprego que se concretizou após o boom de empregos, o aumento do consumo de drogas, a criação de uma massa de trabalhadores desempregados e sem perspectiva de trabalho, vivendo sob uma condição que os impõem a aceitar qualquer tipo de trabalho, entre eles os ilegais. Todos estes fatores, ajudam a compreender o nível de violência que Altamira vivenciou e que se perpetuam até hoje.

Assim, frisamos que de 2010 a 2015, o contexto do aumento das taxas de homicídios se relacionam diretamente com o aumento demográfico juntamente com o aumento do consumo de drogas, a partir de 2016 o contexto é alterado, apesar do processo de desmobilização da obra, as taxas de homicídios passam a se relacionar com o forte desemprego que agora muda todas as atividades econômicas da cidade, e, sobretudo com a instalação do crime organizado em Altamira, na sua forma faccional.

Aqui neste ponto, destacaremos um importante fator para a elevação das taxas de homicídios após 2015, a expansão das 2 principais facções do país (já em contornos de embate entre si), para a região Norte do país, Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), e suas chegadas na região das obras de Belo Monte. No período que se sucedeu após 2015, as taxas de homicídios bateram o recorde em relação ao período de 2010 a 2014. Mesmo com o processo de desmobilização da obra, e boa parte do contingente populacional indo embora da região, as taxas de homicídios não baixam, pelo contrário, atingem o seu maior patamar, frutos das dinâmicas de expansão das facções.

Assim, no período que Belo Monte despeja seus trabalhadores e os condiciona a viver em condições de pobreza e vulnerabilidade social, como previsto no EIA de Belo Monte, o Brasil vivencia em meados de 2016 e principalmente em 2017, o racha entre as duas principais organizações criminosas do país, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), como afirmam Manso e Dias (2018). Segue-se então sucessivas ondas de massacres fruto dos conflitos entre essas duas facções, começando primeiramente nos presídios, e logo após, são estendidos para as ruas em várias partes do país. Como estas duas organizações criminosas atuam em praticamente todos os estados do país, a região Norte sobretudo os estados do Amazonas e do Pará, também vivenciam de modo que se seguem uma onda de conflitos com o uso de extrema violência.

Altamira nesse contexto, vivencia esse racha, e dessa vivencia surge um quadro violento de crimes na cidade, essa disputa tem a ver com a conquista de pontos específicos de tráfico, disputa pela clientela, e pelo domínio geral desta região do Estado na comercialização e distribuição de drogas. Com o aumento do consumo de drogas na cidade propiciadas pelo intenso fluxo populacional, Altamira então vê surgir no seu âmago novas organizações criminosas como o Comando Classe A (CCA) facção regional, que segundo o SIAC-SEGUP/PA alia-se ao PCC (facção paulista), para fazerem frente ao CV (facção carioca), o reflexo disso é uma batalha sangrenta no espaço urbano e um aumento nos índices de violência a partir de 2016.

Este cenário de guerra entre essas facções não é um contexto só de Altamira, é um contexto que é vivenciado em todo o país, sobretudo nos últimos anos na região Norte e Nordeste, considerados regiões estratégicas para entrada e saída do comércio de entorpecentes no Brasil. A expansão dessas organizações criminosas para estas regiões no país tem o intuito de dominar as fronteiras brasileiras localizadas no Norte, que são porta de entrada das drogas que vêm principalmente do Peru e Colômbia na rota conhecida como Rota do Solimões, e dos

portos nacionais localizados no Nordeste, que são os principais pontos de escoamento destas drogas para outros continentes, principalmente a Europa.

A expansão dessas facções para esta região do Xingu, somados aos problemas da UHE Belo Monte, potencializam o quadro de violência em Altamira, sobretudo o aumento dos homicídios nos anos de construção da obra, e que até o momento presente ainda é considerado a principal motivação da maioria dos homicídios que são cometidos hoje em Altamira. Outro ponto a destacar é a não polarização das facções da Região Norte, há inúmeras facções já existentes aqui antes da expansão do PCC e do CV, e que buscam a hegemonia desses espaços também. Desse modo, tanto PCC como CV, encontram resistências a tentarem se instalar nas regiões aonde já existem outras siglas.

No contexto altamirense, sucedeu-se dessa forma, o CCA facção regional já estabelecia seus domínios nos territórios da região, nos anos de construção da UHE Belo Monte. Com a expansão das principais facções brasileiras PCC e CV para esta região a partir de 2016, somados com o racha nacional entre as duas, criou-se um cenário de conflitos urbanos sem precedentes em Altamira. De um lado o CCA tentando manter a hegemonia de seus territórios, se articula ao PCC, principal rival do CV, como evidencia Ferreira e Frammento (2019). Nesse sentido, estas organizações criminosas se apoderam do contexto econômico e social que se instalou em Altamira, para encorpar suas fileiras de membros. Altamira encara uma forte recessão econômica, um forte desemprego, e milhares de pessoas vivendo na linha da pobreza e com ausência de perspectivas, estes fatores propiciaram a muitas dessas pessoas serem recrutadas, passando a se associar ao tráfico, incluindo uma grande quantidade de jovens entre 15 a 29 anos.

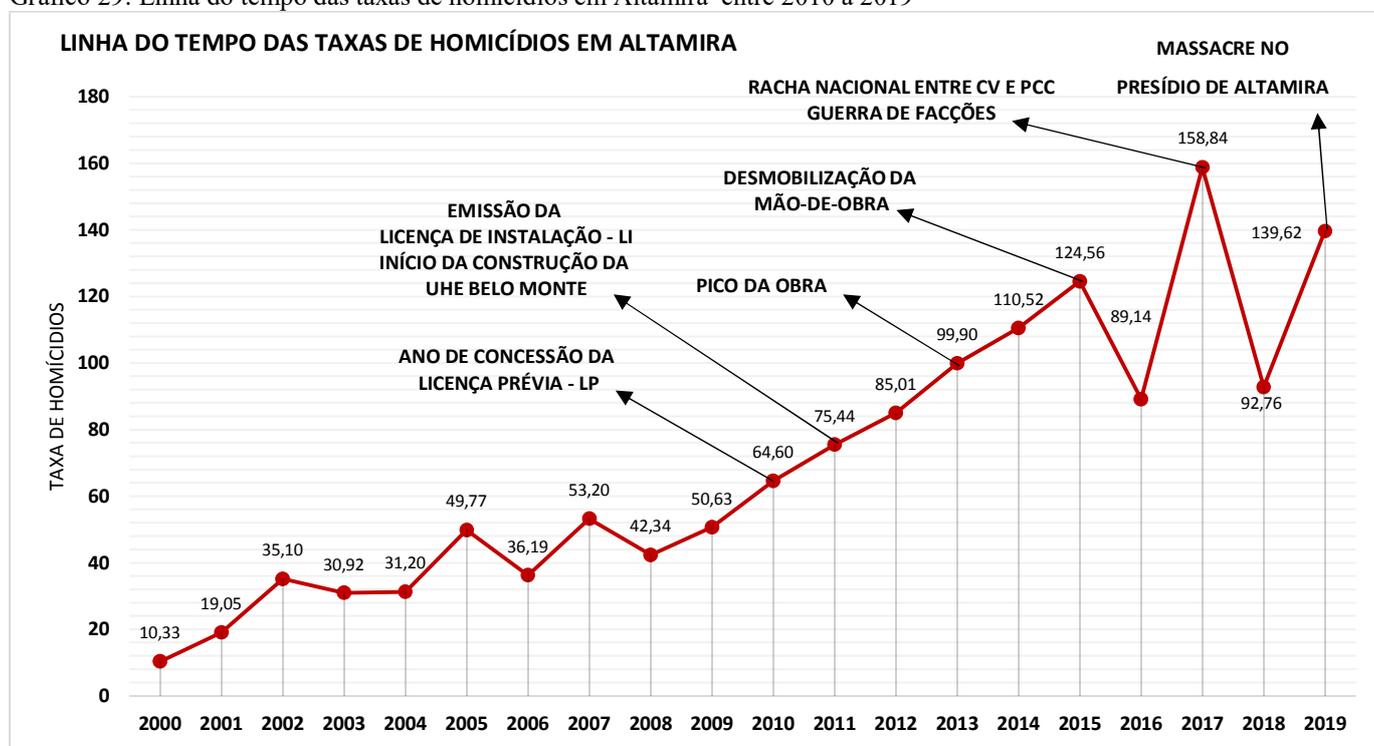
Assim, destacamos que o tráfico de drogas é um mercado pautado sobretudo por constantes disputas por território e conseqüente violência, todo conflito não pode ser resolvido pelas vias legais, senão pelo recurso da força física, desse modo o uso da arma de fogo, torna-se um meio de sobrevivência, e expansão dos negócios através da eliminação de forma letal, dos possíveis rivais no comércio de entorpecentes.

Onde há a disputa pela hegemonia da venda de entorpecentes, há conflitos, desse modo, as facções usam da força extrema para se impor diante outra facção rival. A conseqüência disso, é uma alta letalidade entre os jovens, que representam uma das faixas etárias mais impactadas diante de problemas sociais. Dados do IPEA (2017) nos mostram que somente em 2017, dos 65.602 homicídios cometidos no Brasil, 35.873 homicídios foram de

juvens com idades entre 15 a 29 anos, ou seja, mais da metade dos homicídios cometidos neste ano, foram de jovens, que representam uma juventude perdida por mortes precoces.

Diante deste cenário, as taxas de homicídios em Altamira batem seus recordes, de 2015 para 2016, há uma queda de 15% no número de homicídios cometidos (114 homicídios em 2015, contra 98 homicídios em 2016), entretanto no ano que as duas maiores facções declaram guerra entre si entre 2016 e 2017, o número de homicídios cometidos sobe 52% (98 homicídios em 2016, contra 149 homicídios em 2017). O gráfico 29 abaixo, nos dá um panorama geral através de uma linha do tempo do crescimento das taxas de homicídios em Altamira:

Gráfico 29: Linha do tempo das taxas de homicídios em Altamira entre 2010 a 2019



Fonte: IPEA, Norte Energia

O gráfico 29 acima, nos mostra uma linha do tempo das taxas de homicídios em Altamira, nota-se que alguns eventos são determinantes para o aumento dessas taxas. Em um primeiro momento o grande evento que alavanca o aumento da violência em Altamira é o aumento demográfico em um curto espaço de tempo a partir do início da construção de Belo Monte, alia-se a este fato, o aumento do consumo de drogas na região. As taxas se elevam, porém, há uma regressão a partir de 2016, muito provavelmente influenciadas pela redução da população devido ao processo de desmobilização da obra.

Contudo, como já frisado, neste mesmo ano, os processos que produzem a violência ganham outros contornos com a expansão nacional das principais facções do país, PCC e CV, para as regiões Norte e Nordeste, desse modo, com a expansão e a disputa pelas fronteiras na região Norte que são portas de entrada dos entorpecentes, e os portos do Nordeste que são os locais aonde essa droga é escoada principalmente para abastecer o mercado Europeu, acontece um racha nacional entre estas principais facções do país, a consequência disso é uma guerra aonde o homicídio é a única forma de eliminar os desafetos, assim, o homicídio é uma forma de sobrevivência, controle e respeito destas facções. Nesse contexto, Altamira também vivencia esse racha, e segue uma guerra declarada entre a facção regional, o CCA, que se alia ao PCC, contra o CV, principal inimigo do PCC.

A consequência disso, é a elevação das taxas de homicídios em Altamira, ainda, destacamos que os processos que culminaram com o aumento da violência, acabam por aumentar a massa carcerária do município, vide a atuação das forças de segurança no combate aos problemas relacionados à segurança pública. Desse modo, com a elevação da população carcerária, um fator que se destaca dentro dos presídios, é o recrutamento dessa população, para compor as fileiras de integrantes das facções.

A atuação das facções dentro dos presídios brasileiros, e a guerra declarada entre elas, acabam por escancarar a face mais brutal dessa guerra, os massacres de presos dentro dos presídios. Em 2017, segue uma horda de massacres nos presídios brasileiros, sobretudo os presídios localizados na região Norte e Nordeste.

O mais violento deles até então, aconteceu nos primeiros dias de Janeiro em Manaus, quando 56 presos foram mortos, a grande maioria foram mortos com requintes de crueldade, alguns decapitados, outros queimados vivos. Na ocasião, as mortes foram atribuídas a uma disputa de poder entre o PCC e a Família do Norte (FDN). Ainda no mesmo mês, mais um massacre, dessa vez em Roraima, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde 33 presos também foram mortos com extrema crueldade. Outro massacre ocorrido na primeira quinzena de 2017, aconteceu na Penitenciária de Alcaçuz, em Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, neste massacre, os presos dos pavilhões 4 e 5, das facções PCC e Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte, começaram uma briga que terminou com 26 mortos e deixou parte do presídio destruída.

Em Altamira, o Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT, e a Central de Triagem de Altamira – CTALT, que eram as 2 unidades prisionais de Altamira, operaram nos anos de construção da obra de Belo Monte, no limite e até além da sua capacidade. Desse

modo, as facções que aqui se instalaram seguindo a premissa nacional de dominação dos presídios pelas facções, passam a atuar também dentro das 2 unidades prisionais, em especial no Centro de Recuperação Regional de Altamira.

Este fato, tem como consequência, o episódio mais brutal da guerra entre as facções atuantes em Altamira, no dia 29 de julho de 2019, no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT, líderes do CCA, que ocupavam majoritariamente a unidade prisional, incendiaram as celas onde estavam internos do CV, minoritários no presídio. Segundo a SUSIPE, 42 presos morreram asfixiados e a grande maioria tiveram seus corpos carbonizados, outros 16 que conseguiram escapar das chamas, foram mortos decapitados. Ao todo morreram no presídio de Altamira 58 presos, todos mortos de forma brutal. Entretanto, o morticínio não acabara ali, na transferência de alguns presos para outros presídios, mais 4 presos foram encontrados mortos por enforcamento no caminhão que fazia o transporte de 30 presos. Ao todo, o massacre realizado no Centro de Recuperação de Altamira contabilizou 62 mortos, até então, o massacre mais violento realizado depois do Massacre do Carandiru quando 111 presos foram mortos.

O sentimento de insegurança que se seguiu em Altamira, deixou reclusos em casa, boa parte da população por pelo menos 3 dias. O medo era de haver alguma retaliação nas ruas por parte da facção agredida. O massacre do Centro de Recuperação Regional de Altamira, fruto da guerra entre as facções escancara o nível crítico do problema que a cidade de Altamira enfrentou e que é um problema nacional, a superlotação dos presídios brasileiros e uma grande população carcerária, cerca de 773.151 pessoas privadas de liberdade no Brasil somente em 2020. No Pará essa população no ano do massacre era de 20.446 presos, hoje em 2021, a população carcerária do Pará é de 16.061 presos.

O presídio de Altamira no dia do massacre, estava além da sua capacidade segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a capacidade era de 163 presos, o presídio estava com a lotação de 343 presos, um número 110% além da capacidade, o CNJ ainda classificou o presídio com condições “Péssimas”. O presídio que haveria de ser construído pela Norte Energia, parte integrante do acordo feito entre Norte Energia e Governo do Estado do Pará, como medida compensatória, e que poderia ter evitado esse massacre, até o momento do ocorrido não havia sido entregue. O Centro de Recuperação Masculino de Vitória do Xingu com capacidade para 500 presos, estava em obras desde 2013, porém teve suas obras paralisadas, e só foi entregue ainda em 2019, após investigações do Ministério Público

Federal, pressão de movimentos sociais, e da sociedade civil, motivadas sobretudo pelo massacre ocorrido no presídio de Altamira.

Todavia, não se pode descartar as responsabilidades da Norte Energia nessa questão, uma vez que todos os problemas surgidos em decorrências de Belo Monte, são também de sua responsabilidade. Dois dias após o massacre, a Norte Energia divulga uma nota, se isentando dos problemas que levaram ao massacre, rejeitando com veemência qualquer intenção de atribuir reponsabilidade à UHE Belo Monte. Em Altamira, toda a conjuntura de violência que se formou, desde o início da construção de Belo Monte, tem como evento catalisador de velhos e novos problemas, o fator Belo Monte, é ele que potencializa os problemas que já existiam, e que dá condições para o surgimento de novos problemas, com dinâmicas e estruturas cada vez mais difíceis de serem combatidas. O empreendimento se mostra falho em reduzir os impactos gerados por uma obra dessa grandeza, assim como toda grande obra na Amazônia, que não preconiza combater os impactos de tais obras, deixando a mercê das forças hegemônicas do capital, toda uma população atingida e refém dos problemas ocasionados pela obra.

Assim, evidenciamos no capítulo, o crescimento exponencial da violência antes, durante e após Belo Monte, considerando que há nestes cenários, três contextos que são influenciados diretamente pelo fator Belo Monte. Belo Monte é o evento que catalisa velhos problemas, e ajudar a criar e a potencializar novos problemas. Destacamos também que Altamira já sofria com diversos problemas antes da obra, entre eles, o crescimento dos níveis de violência da cidade, porém com a chegada do empreendimento esses problemas se elevam, ganhando novos contornos, de novos agentes que produzem a violência, influenciados sobretudo pelo aumento demográfico e o conseqüente aumento do consumo de drogas, falta de oportunidades geradas após o boom da obra, e a vulnerabilidade social da população atingida pela obra.

Desse modo, Belo Monte é uma obra moderada pela ideologia de desenvolvimento capitalista, que muito embora tenha ocasionado inúmeros problemas, é pautado no seu discurso, como um “mal necessário”, mesmo que isto custe o extermínio de vidas de uma parcela da população impactada pelos problemas ocasionados pela obra.

Deste modo, o capítulo seguinte desta dissertação será baseado no mapeamento dos homicídios utilizando o Geoprocessamento, cometidos em Altamira, de 2010 a 2020, com base nas informações disponibilizadas pela SIAC/SEGUP-PA.

CAPÍTULO 4 – GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE APOIO AS ANÁLISES ESPACIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE, E A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA

A evolução do homem e todas as suas atividades ao longo das eras, tem quase que na sua totalidade, sido realizadas na superfície terrestre. Toda ação, ou atividade realizada que tem um referencial, algum componente espacial, alguma relação com algum lugar, pode ser espacializado, referenciado e reconhecido. E isto não é restrito a um indivíduo, a um grupo ou a uma instituição, isto é inerente a todos sem exceção, o homem ao nascer, por exemplo, já nasce ligado a um referencial espacial, seja nascido em lugar A ou B, na maternidade ou em casa, ou em qualquer outro lugar, o componente espacial já está lá. Entretanto, esse componente espacial carece de uma contextualização necessário para se fazer reconhecido, como o ano, o mês, o dia, a hora, e o lugar, essa contextualização nos fornece informações, e se esse componente espacial nos fornece dados com informações que nos permita de tal modo referenciar no espaço, ela torna-se portanto uma informação geográfica.

Desse modo, tratar estas informações para que elas representem com precisão a realidade dos dados, é o grande desafio, assim, as Geotecnologias nos fornecem instrumentos que são capazes de processar estas informações através de uma gama variada de métodos e de aplicações. O Geoprocessamento por sua vez, consiste nos conceitos e técnicas que podem ser aplicadas através dos softwares, assim, a análise de uma informação geográfica pelo geoprocessamento destina-se a transformar dados georreferenciados em informações que nos aproximam de processos, realidades e tendências de algum evento.

No âmbito dessa pesquisa, consideramos o que Felix (2002) e Batella (2008) nos dizem ao estudar os fenômenos de violência, o componente espacial é um fator importante para as compreensões dos fenômenos, o crime possui atributos espaciais cuja representação permite analisar e explicar sua dinâmica, desse modo, a Geografia como ciência que estuda o espaço, tem a possibilidade de incorporar os estudos de violência, crime e criminalidade aos seus estudos.

Assim, este capítulo nos mostrará a cartografia dos homicídios em Altamira cometidos nos anos de construção da UHE Belo Monte, entre os anos de 2010 a 2020. As análises foram realizadas utilizando técnicas do Geoprocessamento, como geocodificações das ocorrências registrados pelo SIAC-SEGUP/PA, que nos permitiu a elaboração de mapas temáticos, planilhas, tabelas e gráficos.

4.1.1. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2010

O ano de partida deste capítulo será o ano de 2010. Este ano representa o ano da emissão da concessão da licença prévia da UHE Belo Monte, nesse contexto, Altamira já mostrava um crescimento das taxas de criminalidade comparado aos anos anteriores a construção da obra.

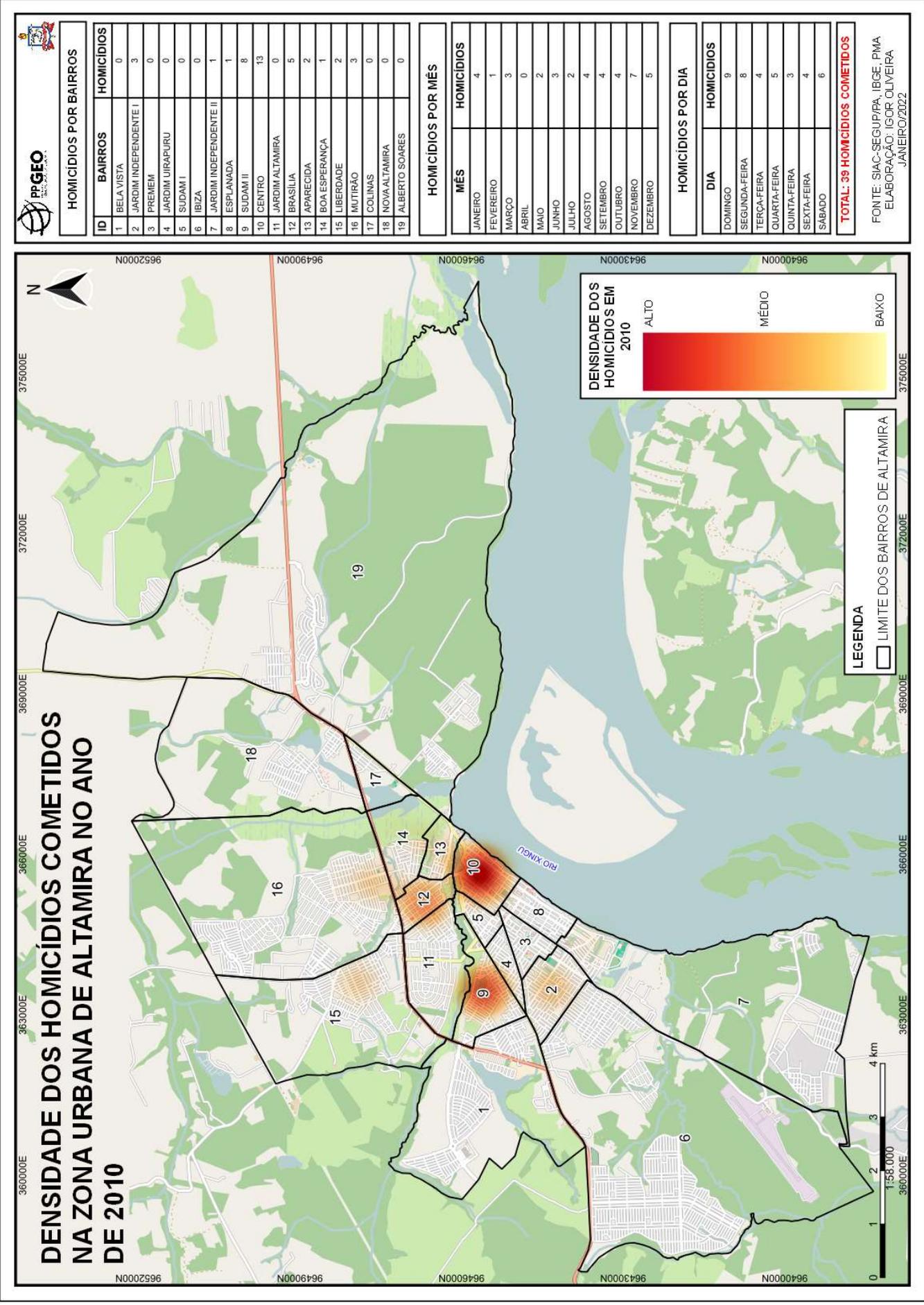
Em 2010, foram cometidos em Altamira segundo dados do SIAC-SEGUP/PA, 44 homicídios, em comparação, os dados fornecidos pelo IPEA, nos informam que foram cometidos em Altamira 64 homicídios. Reiteramos novamente aqui, que estas diferenças nos números totais de homicídios registrados, relacionam diretamente ao tipo de coleta realizados pelas instituições, no caso do IPEA, os dados são obtidos através da plataforma de mortalidade do Ministério da Saúde conhecido como DATASUS, nesta plataforma, os dados de óbitos por doenças, por exemplo, podem ser registrados como dados de mortes violentas, gerando assim uma subnotificação da informação. No caso das forças de segurança pública, os dados são registrados através dos Boletins de Ocorrências gerados nas delegacias ou nas ocorrências policiais.

Desse modo, consideraremos para os anos de 2010 a 2020, os dados fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, estes registros nos permitiram traçar um panorama dos números de homicídios cometidos na zona urbana de Altamira. Destarte, os dados fornecidos pelo IPEA nos servirão apenas de comparação entre os totais de homicídios cometidos e as taxas de homicídios para Altamira.

O total de 44 homicídios em Altamira no ano de 2010, gera uma taxa de 48,45 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, superando à taxa estadual de 46,44 homicídios por 100 mil habitantes e a taxa nacional de 27,80 homicídios.

Seguindo, o mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2010, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em que mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

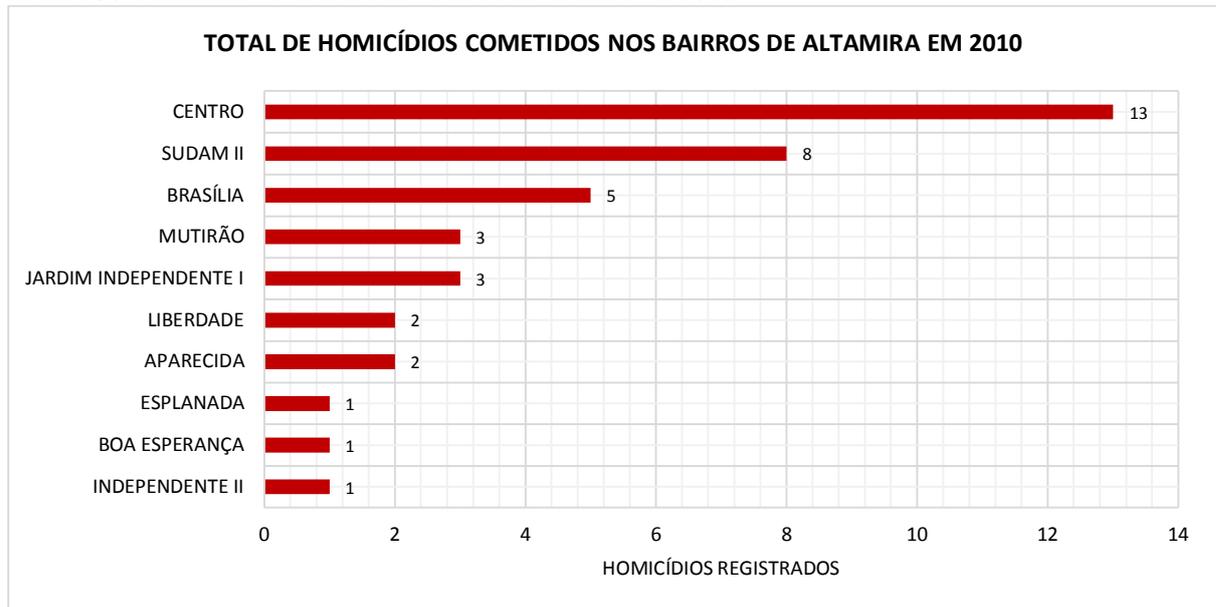
Figura 18: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2010



Elaboração: Autor

O mapa acima nos mostra que a área localizada no Centro de Altamira, é a área com a maior densidade de homicídios cometidos em 2010. Nota-se que neste ano, há também uma espacialização dos homicídios para os bairros localizados fora da área central de Altamira, como os bairros Mutirão e Jardim Independente II. Os registros nos mostram que neste ano, foram cometidos 44 homicídios em Altamira, desses, 39 homicídios foram cometidos na zona urbana de Altamira, e 5 homicídios foram cometidos na zona rural do município. O gráfico 30 abaixo nos mostra a quantidade de homicídios cometidos por bairros:

Gráfico 30: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2010



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O bairro Centro é a área com a maior densidade de homicídios em 2010, segundo os registros do SIAC-SEGUP/PA, com 13 homicídios, seguidos pelo bairro Sudam II com 8 homicídios registrados, e, bairro Brasília com 5 homicídios. A maioria dos homicídios registrados ocorreram em via pública. Os registros também nos mostram que neste ano, a média de horário das ocorrências de homicídios cometidos na cidade, estavam entre as 11 horas da manhã e ao meio dia. Os registros nos mostram que a média de idade das vítimas era de 32 anos, uma média parecida com a idade das vítimas que o IPEA (2019) apresenta como um padrão nacional das vítimas de homicídios, vítimas com idades entre 15 a 29 anos, caracterizando um acometimento maior entra a população jovem. O gráfico 31 abaixo, nos apresenta o sexo das vítimas:

Gráfico 31: Sexo das vítimas de homicídios em 2010



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

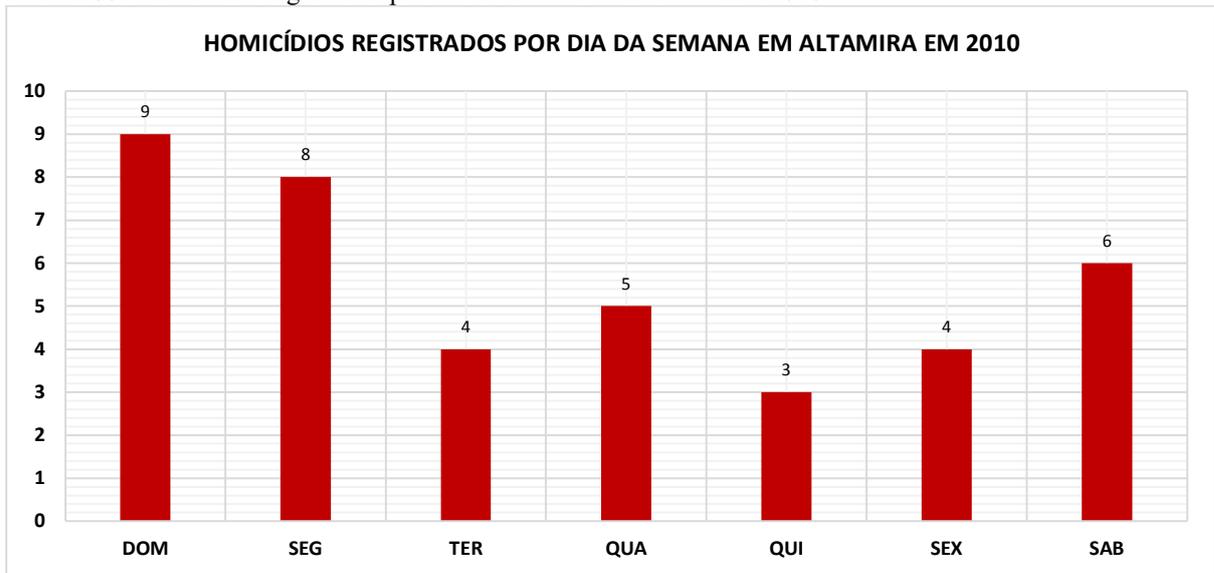
O gráfico apresenta o sexo das vítimas de homicídios em Altamira, nota-se que a maioria das vítimas é do sexo masculino com idade média de 32 anos, as vítimas do sexo feminino representam uma pequena parcela nas estatísticas. Outro ponto que se destaca nos registros é relacionado ao dia e ao mês de maior frequência do crime de homicídio. Observamos que em 2010, todos os meses do ano tiveram registros deste tipo de crime. Os gráficos 32 e 33, abaixo, nos mostram os meses e os dias de maiores ocorrências em Altamira:

Gráfico 32: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2010



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

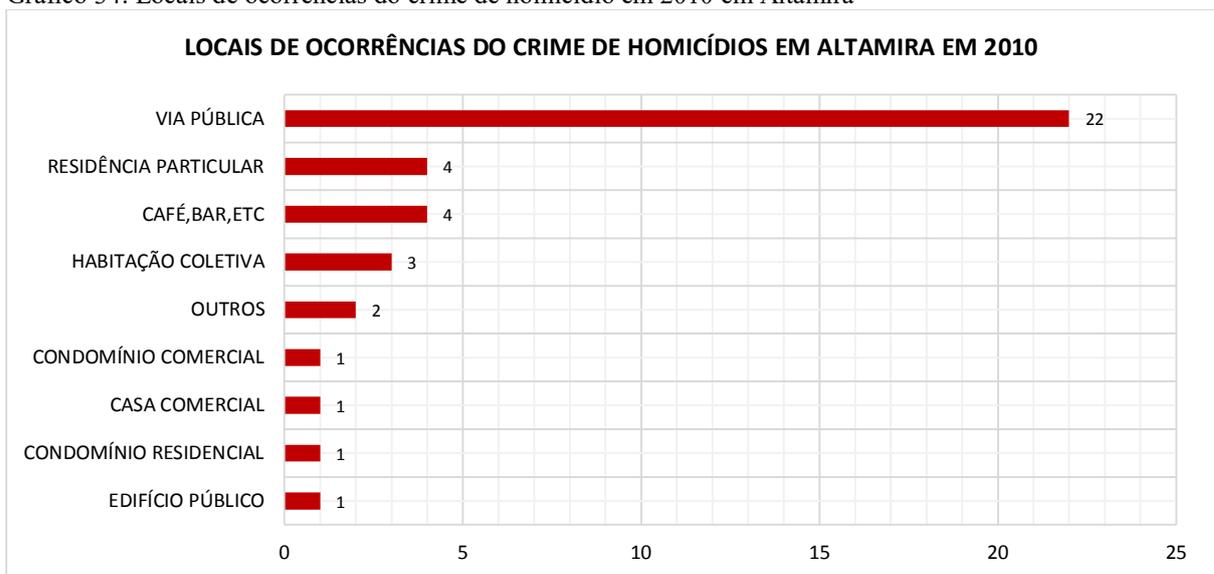
Gráfico 33: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2010



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os meses de novembro e dezembro representam os meses de maiores ocorrências do crime de homicídio em Altamira, nota-se também que os homicídios cometidos em 2010, na sua maioria foram cometidos aos fins de semana e início da semana. O IPEA (2019) afirma que a maioria dos homicídios cometidos no país, tendem a acontecer aos finais de semana, em Altamira essa tendência também é verificada ao olharmos para os registros, nota-se que aos fins de semana, as interações sociais acontecem em locais mais propensos a ter alguma manifestação violenta, como discussões e agressões. O gráfico 34 abaixo nos mostram os lugares que mais aconteceram o crime de homicídio:

Gráfico 34: Locais de ocorrências do crime de homicídio em 2010 em Altamira



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2010 em Altamira, marcou a fase em que a UHE Belo Monte deixou de ser uma mera especulação, para se tornar realidade na região, isto devido a emissão da licença de prévia de instalação da obra. Os anos que se seguiram em Altamira, apresentam taxas de violência maiores em relação ao ano de 2010.

O panorama de 2010 nos mostram que os homicídios cometidos neste ano em Altamira, apresentam as mesmas características dos padrões nacionais definidos pelo IPEA e FBSP, os homens são os mais atingidos, e são os que mais cometem o crime, as mulheres por sua vez representam uma menor taxa entre vítimas e autores, a maioria das vítimas são consideradas jovens e em plena idade produtiva, com faixa etária entre os 15 a 32 anos. Isto é um problema do qual já comentamos nesta dissertação, a vulnerabilidade social pelo qual passam os jovens brasileiros.

No caso de Altamira, o fator Belo Monte, acentua alguns problemas já existentes, e acentua também a vulnerabilidade dos jovens, alguns desses problemas relacionam-se diretamente com o crescimento do crime de exploração sexual infantil, violência contra a mulher, o aumento do consumo de drogas, a falta de políticas que gerem a oportunidade qualificação dos jovens, aliado as faltas de perspectivas de um futuro melhor, acabam por atrair uma parcela desses jovens para atividades ilícitas.

Ainda sobre o panorama da violência em 2010 em Altamira, nota-se que a violência pode ser sentida em todos os meses do ano, de Janeiro a Dezembro, este fato tende a contribuir com o sentimento de insegurança e medo que tende a ser sentido pela população, fato este evidenciado por Herrera e Moreira (2015), que nos dizem que Altamira agrupa várias consequências de Belo Monte, como o medo e a insegurança pública. Estes sentimentos também são acentuados ao longo dos anos de construção da obra

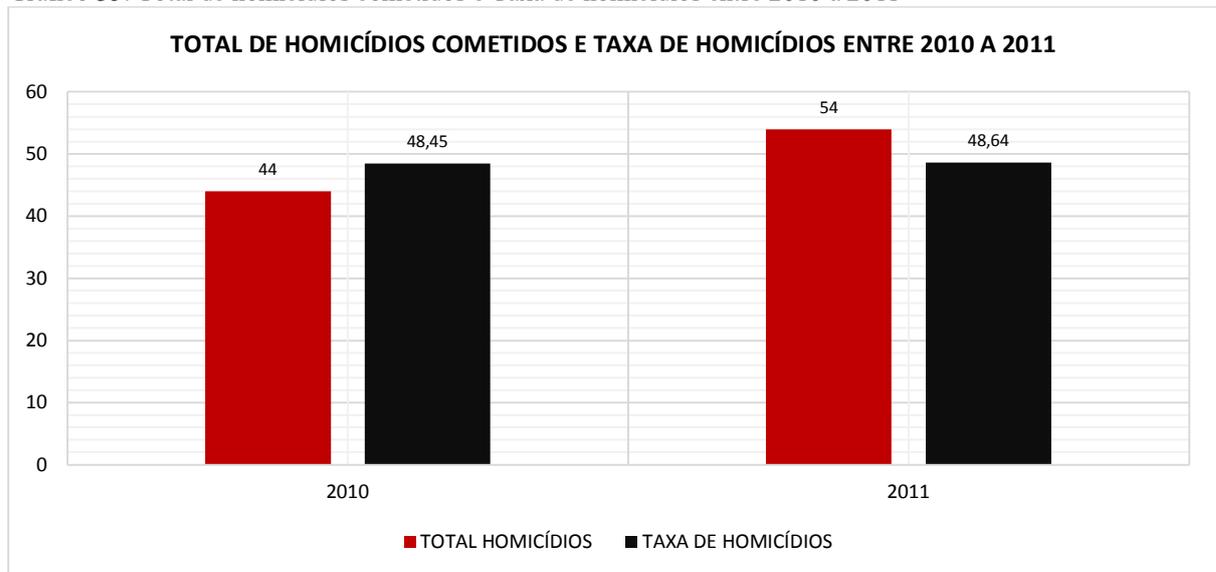
4.1.2. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2011

O ano de 2011 é marcado pelo início das obras da UHE Belo Monte, o IBAMA emite a Licença de Instalação nº 795/2011, que permite o início das obras da UHE Belo Monte. Nesta mesma data, as obras são iniciadas. Altamira neste ano passa a conviver com uma nova dinâmica urbana provocada pela chegada de um massivo contingente populacional na região que altera drasticamente alguns serviços e setores da cidade. Em 2011 o número de homicídios salta de 44 em 2010, para 54 homicídios, um crescimento de 23% em comparação a 2010. Contudo, reiteramos que os registros fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA nos mostram

que foram registrados 47 homicídios, dos quais 38 foram cometidos na zona urbana, e 9 homicídios foram cometidos na zona rural do município.

A taxa de homicídios de 48,64 para Altamira em 2011, supera a taxa estadual que foi 39,97 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, e supera também a taxa nacional que foi de 27,45 homicídios em 2010. O gráfico 35 abaixo, apresenta uma comparação entre o total de homicídios cometidos e as taxas de homicídios entre 2010 e 2011.

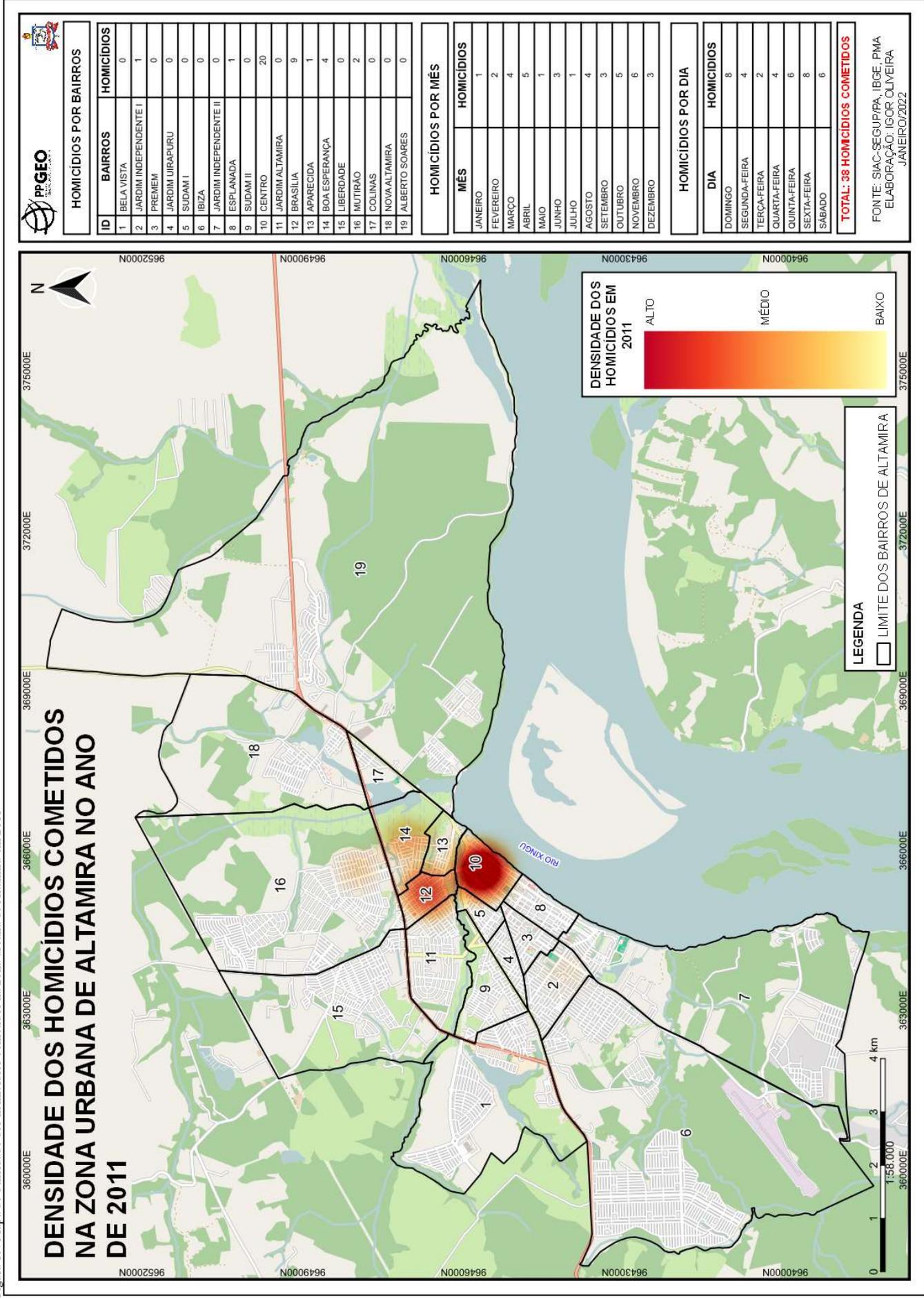
Gráfico 35: Total de homicídios cometidos e Taxa de homicídios entre 2010 a 2011



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2011, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em que mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira.

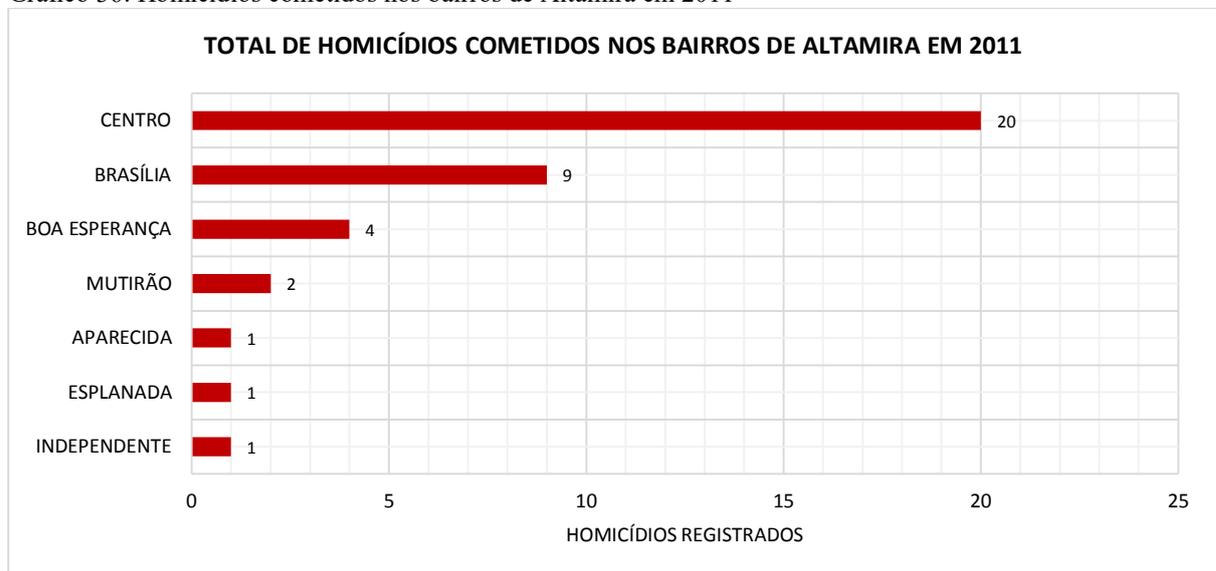
Figura 19: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2011



Elaboração:

O mapa acima, nos mostra que a área do bairro Centro de Altamira, concentra a maior densidade de homicídios com 20 registros, seguidos pelo bairro Brasília com 9 homicídios, Boa Esperança com 4 homicídios e Mutirão com 2 registros. Diferentemente de 2010, onde a espacialização se deu em diferentes direções, a espacialização dos homicídios em Altamira em 2011, acontece do Centro para o sentido norte da zona urbana, atingindo a periferia da cidade, ao olharmos, observa-se que os bairros líderes, fazem divisa um com o outro, contudo a tendência ainda segue a mesma em comparação com 2010, há ocorrências tanto na área central da cidade, como também há ocorrências nas áreas periféricas da cidade, como os bairros Boa Esperança e Mutirão. O gráfico 36 abaixo, apresenta o quantitativo de homicídios por bairros:

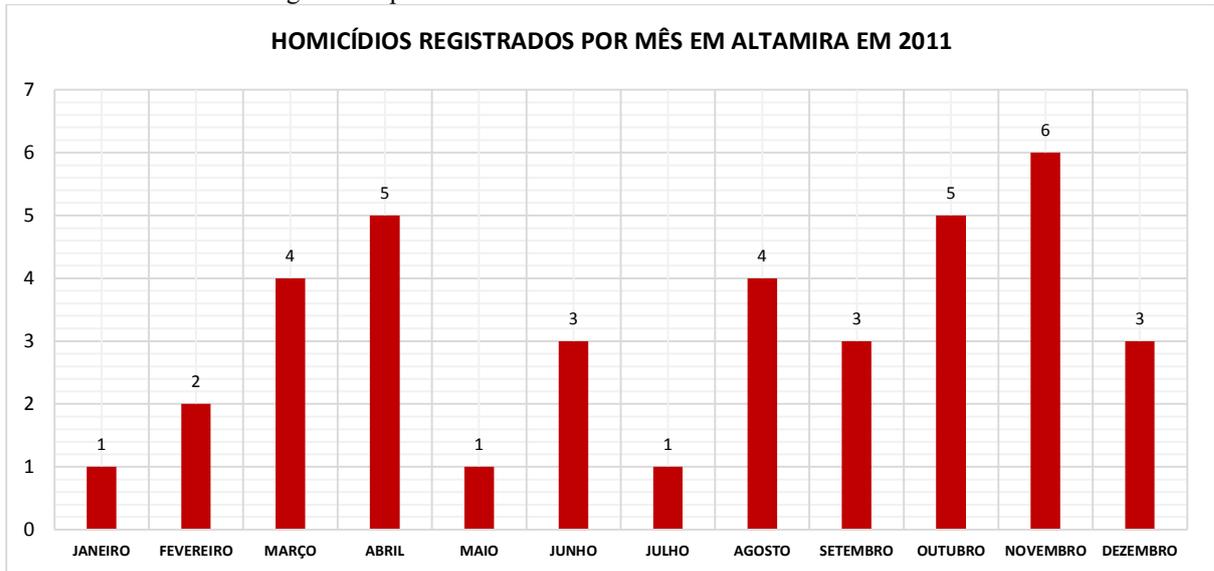
Gráfico 36: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2011



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os horários médios das ocorrências nos indicam que as maiorias dos crimes aconteceram entre as 18 horas e as 5 horas da madrugada, indicando o período da noite como o turno de maior ocorrência. Nota-se que a tendência segue a mesma de 2010, os registros nos mostram que em todos os meses do ano de Janeiro a Dezembro, registrou-se ao menos 1 homicídio por mês, o período mais violento em 2011, compreende os meses de Outubro e Novembro. Os dias de maior ocorrência do crime de homicídio em 2011, aconteceram aos finais de semana, entre a Sexta-feira e o Domingo, este fato, segue a tendência de 2010, onde a maioria dos crimes de homicídios acontecem aos finais de semana. Os gráficos 37 e 38 nos mostram estes valores:

Gráfico 37: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2011



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 38: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2011



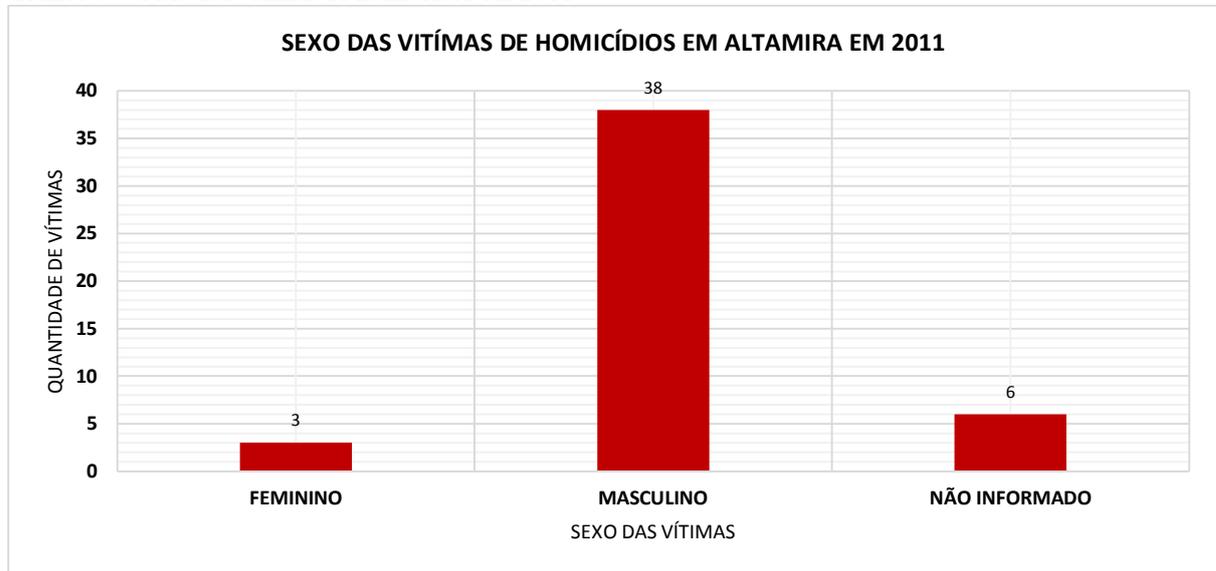
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os registros também nos mostram que a idade média das vítimas em 2011, era de 27 anos, uma idade mais baixa, em comparação a 2010, este fato como em 2010, segue a tendência nacional, onde a população jovem é a mais atingida, porém o indicativo para 2011, é que uma população cada vez mais jovem foi atingida por este crime, evidenciando assim, a vulnerabilidade dessa população.

O gráfico 39 abaixo nos apresenta o sexo das vítimas atingidas pelo o crime de homicídio, nota-se que a grande maioria das vítimas são homens, considerando isto, o perfil

das vítimas são homens com idade média de 27 anos, as mulheres representam uma pequena parcela dessas vítimas, que, contudo, não deixam de serem atingidas também, vide o aumento dos casos de violência contra a mulher nos anos de construção da UHE Belo Monte.

Gráfico 39: Sexo das vítimas de homicídios em 2011



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Com o início das obras de Belo Monte, exacerbam-se os casos de violência na região, e principalmente em Altamira, o impacto da obra é direto, ocasionando em uma rápida desorganização espacial, e da vida social da cidade. Os registros nos mostram que o crescimento da violência a partir do início das obras é exponencial, algo já previsto pelo consórcio construtor da obra, mas, que embora seja um evento que tenha suas proporções medidas, por meio dos estudos sobre os impactos da obra na região, tornou-se irrelevante diante das medidas compensatórias que foram definidas para a região de impacto da obra, entretanto, ainda em 2011, foi assinado um termo de cooperação técnico-financeira entre a Norte Energia e o Governo do Estado do Pará, no valor de 125 milhões, que visava o investimento em equipamentos e tecnologias para mitigar ou reduzir o impacto da obra na questão da segurança pública.

Contudo, a violência avançara nos anos iniciais de obra, na medida em que os problemas de várias ordens surgiam, sobretudo os relacionados à segurança pública. O rápido crescimento demográfico, aliado a falta de políticas públicas relacionados as questões sociais, o aumento do consumo de drogas e a vulnerabilidade social enfrentadas sobretudo pelo jovem morador da periferia e das áreas atingidas pela obra, são problemas criados e potencializados

por Belo Monte, e podem explicar o fenômeno do aumento das taxas de homicídios em Altamira.

Os registros de homicídios para o ano de 2011, e a taxa elevada de homicídios se comparados a taxa estadual e nacional, se inserem no fenômeno nacional que apontam um crescimento das taxas de homicídios para a região Norte, e sobretudo, um espraiamento dos homicídios das regiões metropolitanas para as regiões interioranas dos estados, Altamira nesse contexto vivencia este fenômeno, chegando a se tornar um dos expoentes de tal acontecimento.

Desse modo, o ano de 2011 é marcado pelo início da construção da obra, e início de inúmeros problemas ambientais e sociais que se seguiriam nos anos seguintes em Altamira, refletindo diretamente no aumento das taxas de violência da cidade.

4.1.3. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2012

O ano de 2012 em Altamira, é marcado pelo segundo ano de construção da obra, em 3 anos desde a emissão da licença prévia em 2010, Altamira teve um crescimento demográfico que seguiu em ritmo acelerado, vide a mão-de-obra necessária para a construção da obra de Belo Monte. A população passa de 99.075 habitantes (IBGE, 2010), para 118.000 habitantes segundo os registros da Norte Energia, um crescimento de 19%. A estrutura urbana nesse período também sofre transformações com a construção de novas áreas de moradias pelas incorporadoras imobiliárias, construção dos reassentamentos urbano coletivos pela Norte Energia, e pelas obras de infraestrutura fruto das condicionantes da obra.

Entretanto, seguiu-se em crescimento também, o total de homicídios e as taxas de homicídios cometidos em Altamira. Em 2012 foram cometidos em Altamira segundo os registros do SIAC-SEGUP/PA, 67 homicídios, um crescimento percentual de 24% em relação a 2011, reiteramos novamente, nos registros que nos foram fornecidos, constam 45 homicídios, dos quais 37 foram cometidos na zona urbana, e 8 homicídios cometidos na zona rural do município. A tabela 24 abaixo, nos mostra o percentual de crescimento de um período para outro:

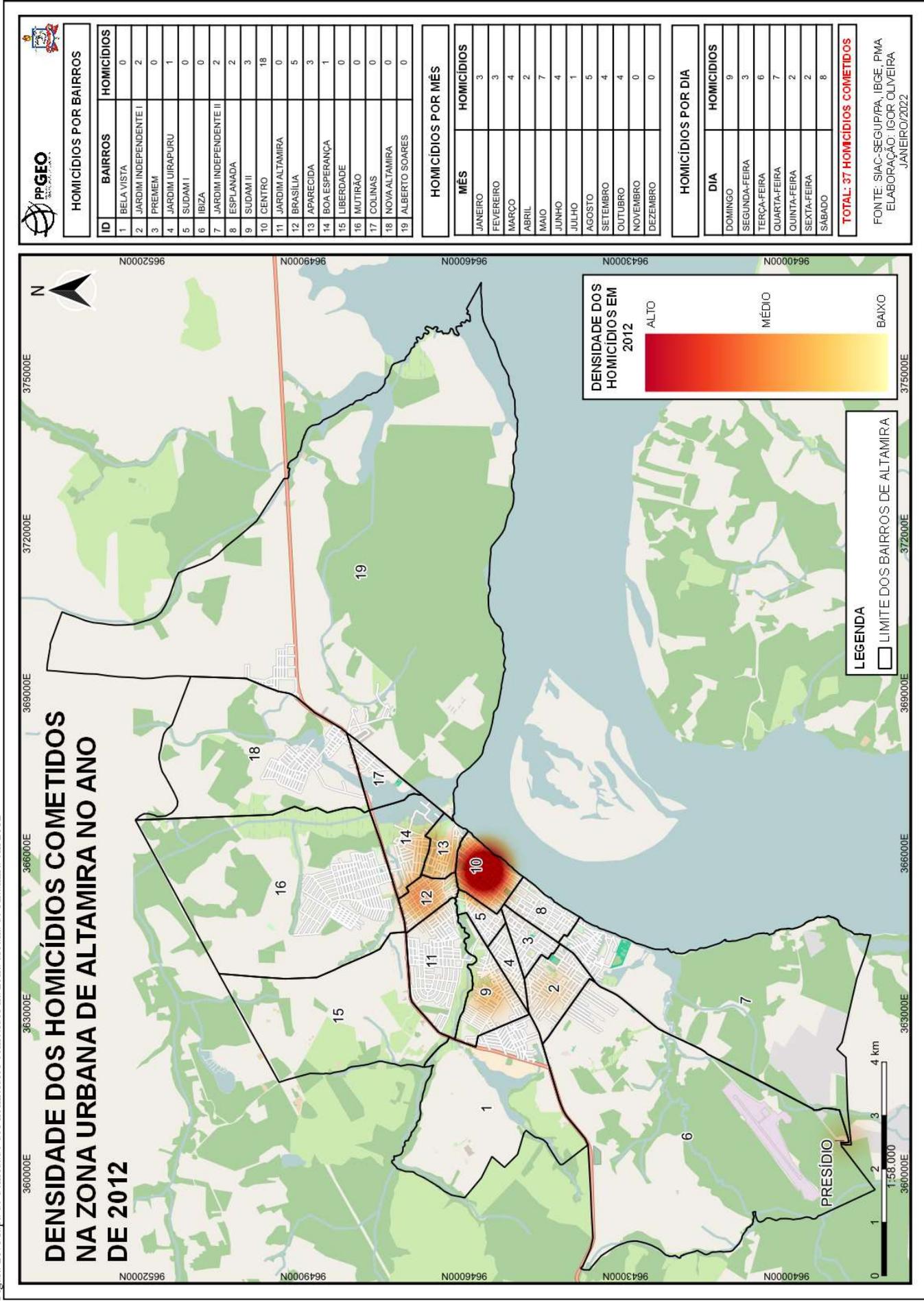
Tabela 24: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2012

CRESCIMENTO		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2012, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 20: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2012.



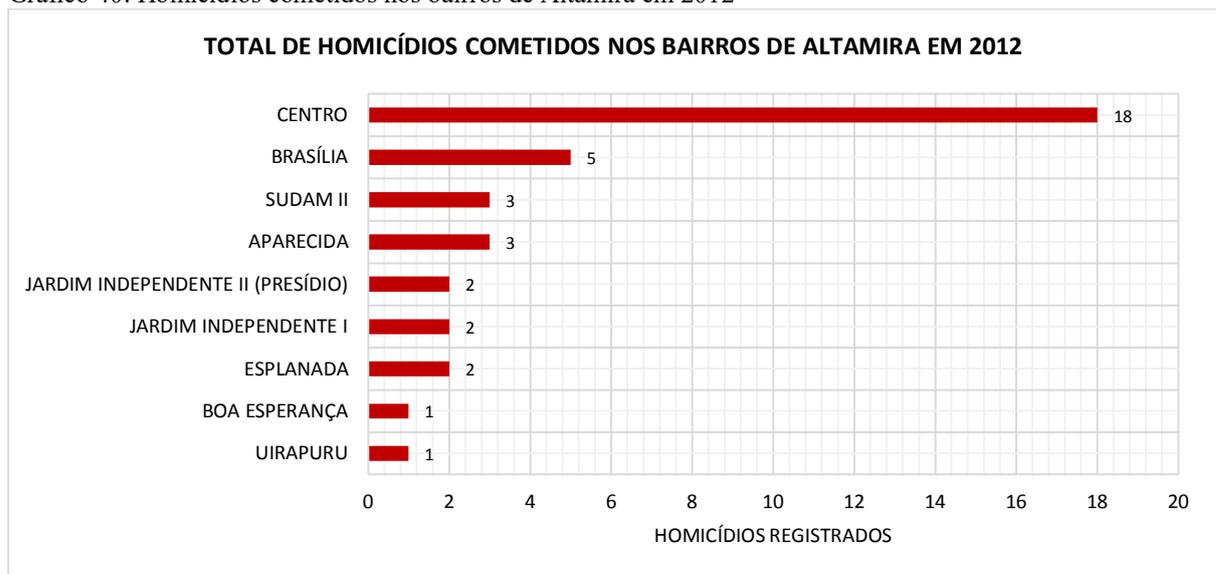
Elaboração:

O mapa acima nos mostram que os homicídios cometidos em Altamira no ano de 2012, concentram-se na área do Centro de Altamira com 18 homicídios registrados, seguidos pelo bairro Brasília com 5 registros, e pelo Sudam II com 3 registros.

O ano de 2012 difere-se do ano de 2011 na espacialização dos homicídios, nota-se que a área do Centro de Altamira ainda concentra a maior densidade, porém, verifica-se que a espacialização dos registros, abrangem outras direções na zona urbana, se em 2011 os homicídios foram cometidos na sua maioria em bairros que fazem divisa (Centro, Brasília, Boa Esperança e Mutirão), em 2012, o padrão é mantido, porém há a adição de novas áreas que não, como o caso dos bairros Sudam II, Independente I e Uirapuru.

Outro registro verificado, indica que houve 2 homicídios localizados na área do bairro Independente II, mais precisamente no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT. O gráfico 40 abaixo apresenta o quantitativo de registros por Bairros:

Gráfico 40: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2012

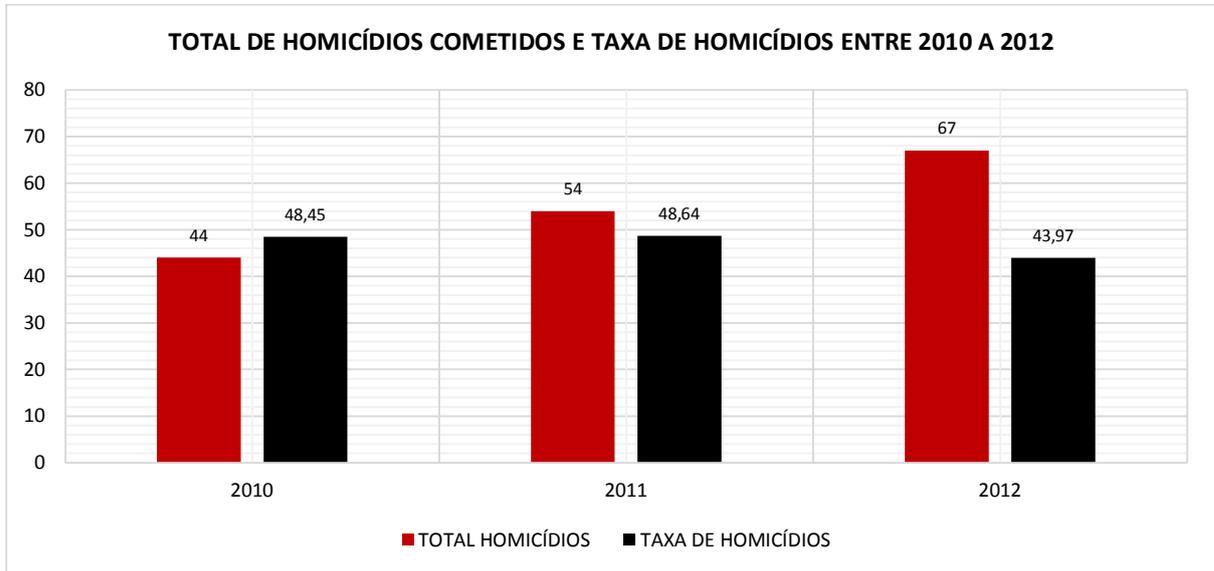


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

De 2010 a 2012, os homicídios cometidos em Altamira obtiveram um aumento de 52%, saltando de 44 para 67 homicídios, porém, neste mesmo período registra-se uma queda de 10% nas taxas de homicídios por 100 mil habitantes, esta queda nas taxas, apesar do aumento de 24% do total de homicídios entre 2011 e 2012, é explicada pelo o aumento exponencial da população, que salta de 99.075 habitantes para 118.000 mil. Se estes números fossem mantidos para no ano seguinte, e a população aumentasse ainda mais, a taxa de homicídios seria mais baixa, entretanto, o que veremos nos anos seguintes, é um crescimento

acima do que se presenciou em 2012. O gráfico 41 abaixo nos mostra o crescimento do total de homicídios e das taxas de homicídios de 2010 a 2012:

Gráfico 41: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2012



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O horário médio das ocorrências no ano de 2012 aconteceu entre as 19 horas e as 5 horas da madrugada, de janeiro a outubro alguns homicídios foram cometidos no período diurno, porém, grande parte dos homicídios foram cometidos no período noturno, nota-se que o período noturno oferece vantagens ao agente causador do homicídio, principalmente nos bairros que carecem de infraestrutura pública, assim, ruas sem iluminação, casas e construções abandonadas e grandes áreas vazias nas cidades podem corroborar com a violência. Em 2012, os homicídios foram cometidos apenas em 10 meses do ano, diferentemente dos anos anteriores, de Janeiro a Outubro, tendo o mês de Maio, como o mês mais violento com 7 homicídios registrados, como nos mostra o gráfico 42 abaixo:

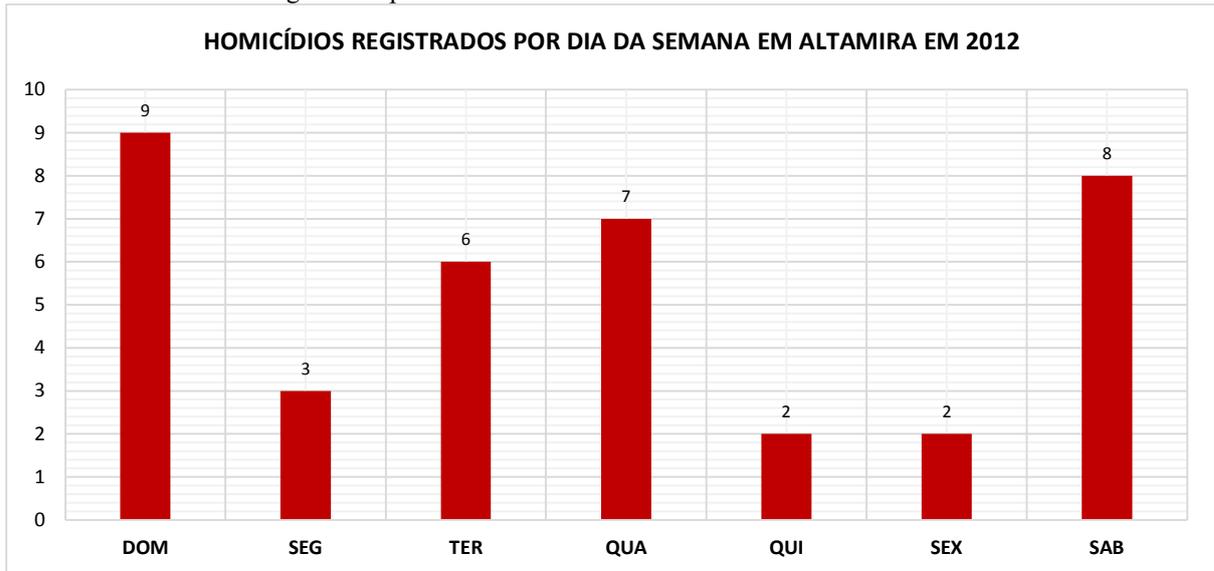
Gráfico 42: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2012



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2012, a maioria dos homicídios registrados, foram cometidos aos finais de semana, entre sábado e domingo, tendo o domingo como o dia de maior ocorrência no ano, com 9 ocorrências registradas, entretanto, verifica-se também que os dias do meio da semana, apresentaram um índice alto de violência, como a terça-feira e quarta-feira. O gráfico 43 abaixo apresenta estes números:

Gráfico 43: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2012



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os registros nos mostram que a média de idade das vítimas foi de 31 anos, uma média de idade parecida com os anos anteriores, evidenciando que a população jovem no período de 2010 a 2012, foi a população mais atingida pelo crime de homicídio, seguindo o padrão dos anos anteriores. E, como nos anteriores, as vítimas do sexo masculino foram as mais atingidas. O gráfico 44 abaixo apresenta os dados dos sexos das vítimas:

Gráfico 44: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2012



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Desse modo, o gráfico 44 acima, nos traz uma reflexão, onde, embora as mulheres também sofram com este tipo de crime, há uma distinção quanto ao espaço aonde acontece o crime, que pode influenciar nestes dados, os homicídios cometidos em locais públicos, como vias públicas, por exemplo, são na sua maioria, cometidos por homens contra homens, já no âmbito doméstico, as mulheres são as maiores vítimas de homicídios, seja por seus parceiros, ex-parceiros, amigos ou familiares, assim, o homem se mostra mais vulnerável em locais públicos, e a mulher se mostra mais vulnerável em casa.

O ano de 2012 em Altamira, é marcado sobretudo pelo adensamento demográfico da cidade, e pelo o início das transformações urbanas que a obra de Belo Monte produziu em Altamira. No caso dos homicídios cometidos neste ano, os dados nos revelam que os padrões são parecidos de 2010 a 2012, entretanto, evidencia-se que o total de homicídios cometidos neste período seguiu em evolução, desse modo, não podemos deixar de relacionar o crescimento dos homicídios com a construção da obra, uma vez que Belo Monte modifica as estruturas sociais, econômicas e ambientais de Altamira, estas estruturas sofreram profundas alterações que influenciaram nas taxas de violência do município.

Uma vez que estas estruturas são quebradas, ou modificadas, o resultado tende a impactar os agentes que estão inseridos nestas estruturas, no caso de Belo Monte, o impacto é muito mais negativo do que positivo, e isto tende a gerar conflitos em várias esferas, principalmente os conflitos que acabam na face mais dramática do crime, o homicídio, e em Altamira, ele se mostra exponencial, conforme a obra avança.

4.1.4. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2013

O ano de 2013 em Altamira é marcado por uma alta do total de homicídios cometidos, e pelo aumento da taxa de homicídio do município, atingindo um patamar inédito nas estatísticas. Em 2013 segundo dados do SIAC-SEGUP/PA, foram cometidos em Altamira 72 homicídios, um crescimento de 7% em relação a 2012, nota-se que desde 2010, o total de homicídios segue em um crescente, este fato demonstra que a questão da segurança pública nos anos iniciais da obra, foi subdimensionado tanto pelo o construtor da obra, quanto pelo o estado.

As taxas de homicídios de Altamira seguiram de 2010 a 2012 sem apresentar grandes diferenças, entretanto, em 2013, a taxa de homicídio do município salta de 43,97 para 78,97 homicídios para cada grupo de 100 ml habitantes, se comparado a 2012, o crescimento foi de 80%, uma taxa muito acima da taxa estadual e da taxa nacional. Estes valores acima da média,

já expressavam o caos que Altamira enfrentava em vários setores, principalmente na segurança pública, o que colocou Altamira entre as cidades mais violentas do país segundo o IPEA (2015). A tabela 25 abaixo nos mostra o crescimento do total de homicídios e das taxas de homicídios de 2010 a 2013:

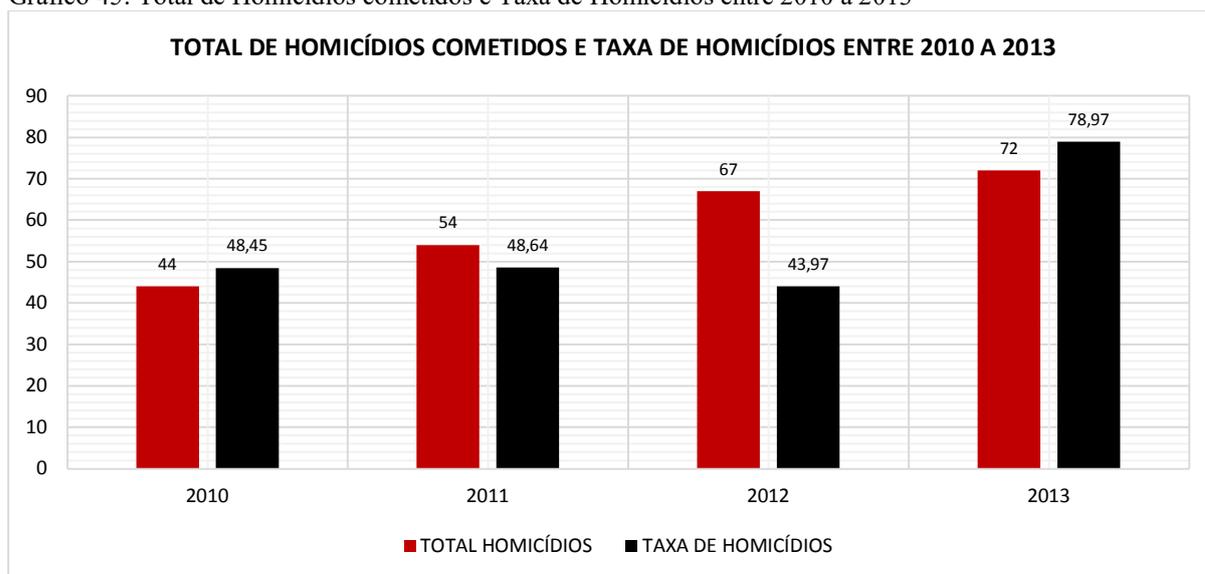
Tabela 25: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2013

CRESCIMENTO		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O gráfico 00 apresenta os números de homicídios cometidos em Altamira e as taxas de homicídios de 2010 a 2013:

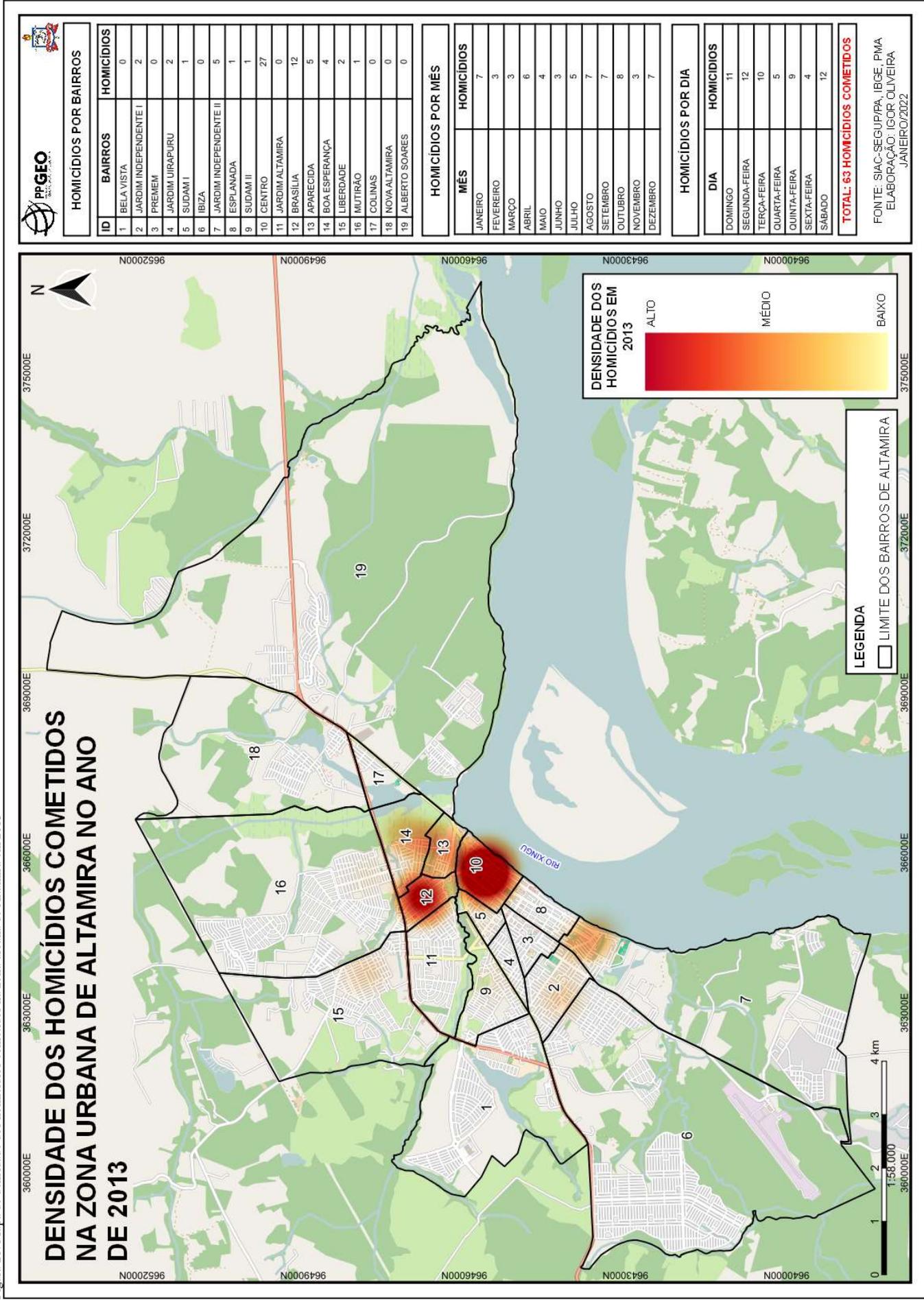
Gráfico 45: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2013



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Abaixo, o mapa 00 abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2013, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 21: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2013

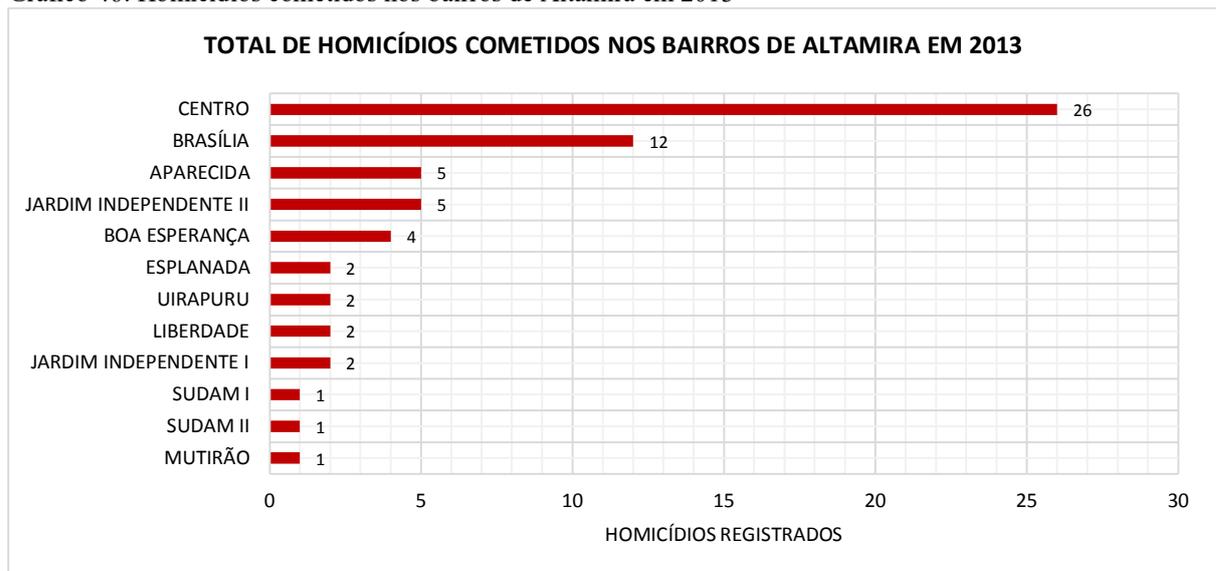


Elaboração:

O mapa 00 acima, nos mostram a espacialização das ocorrências de homicídios em 2013, dos 72 homicídios cometidos em Altamira neste ano, 63 foram cometidos na zona urbana, e 9 homicídios foram cometidos na zona rural do município segundos os dados que nos foram fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA.

O mapa nos mostra que os homicídios foram concentrados na área do Centro de Altamira com 26 homicídios, seguido pelo bairro Brasília com 12 homicídios registrados, bairro Aparecida e Jardim Independente II com 5 homicídios cada. Dos 19 bairros oficiais de Altamira, 12 bairros apresentaram registros de homicídios, ou seja, mais de 69% dos bairros de Altamira, apresentaram o registro deste crime em 2013. Nota-se também que a densidade dos homicídios segue um padrão parecido com os anos anteriores, a densidade é mais alta no Centro e se expande com um pouco mais de força para os bairros periféricos da cidade, entre eles os bairros Liberdade, Mutirão e Boa Esperança. O gráfico 46 abaixo, apresenta os números de homicídios cometidos por bairro em 2013:

Gráfico 46: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2013

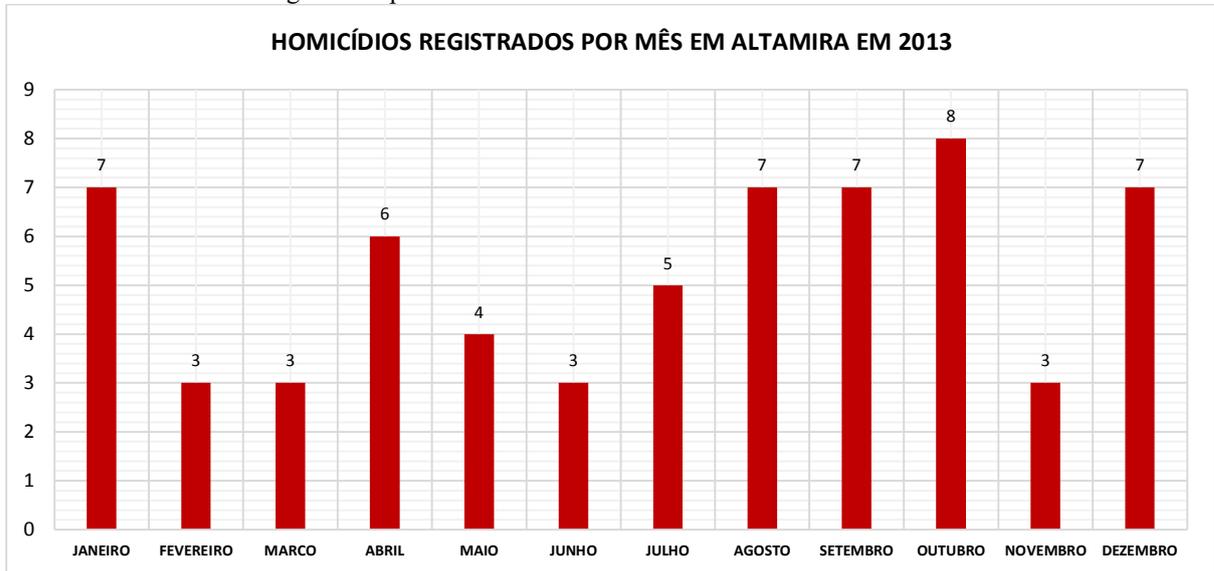


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O horário médio dos homicídios cometidos em 2013 em Altamira segue o padrão do ano anterior, a maioria das ocorrências aconteceram entre as 19 horas e as 6 horas da manhã, porém há registros de ocorrências no período diurno. Neste ano, todos os meses do ano apresentaram registros de homicídios, tendo o mês de outubro como o mês mais violento do ano com 8 homicídios registrados, entretanto, nota-se que o início do ano e o fim do ano, mostraram ser períodos violentos também. Entretanto, diferentemente dos anos anteriores, em 2013, verifica-se uma tendência diferente em relação aos dias em que os homicídios foram cometidos, é possível notar que os homicídios foram mais cometidos tantos aos fins de

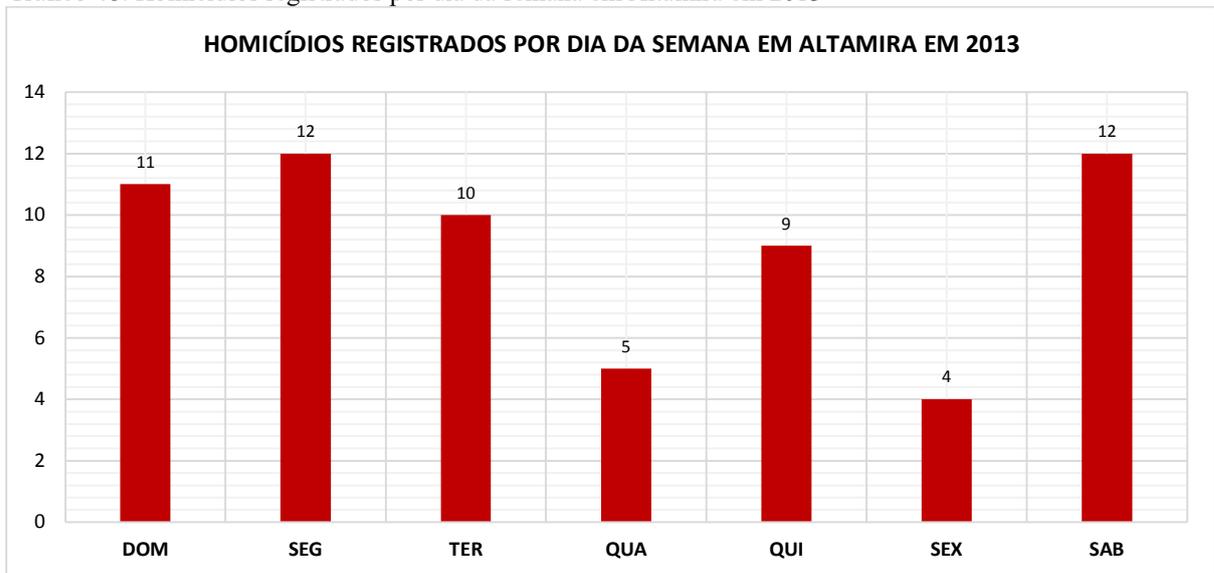
semana, como no meio da semana. Os gráficos 47 e 48 abaixo, apresentam estes valores por mês e dia:

Gráfico 47: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2013



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 48: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2013

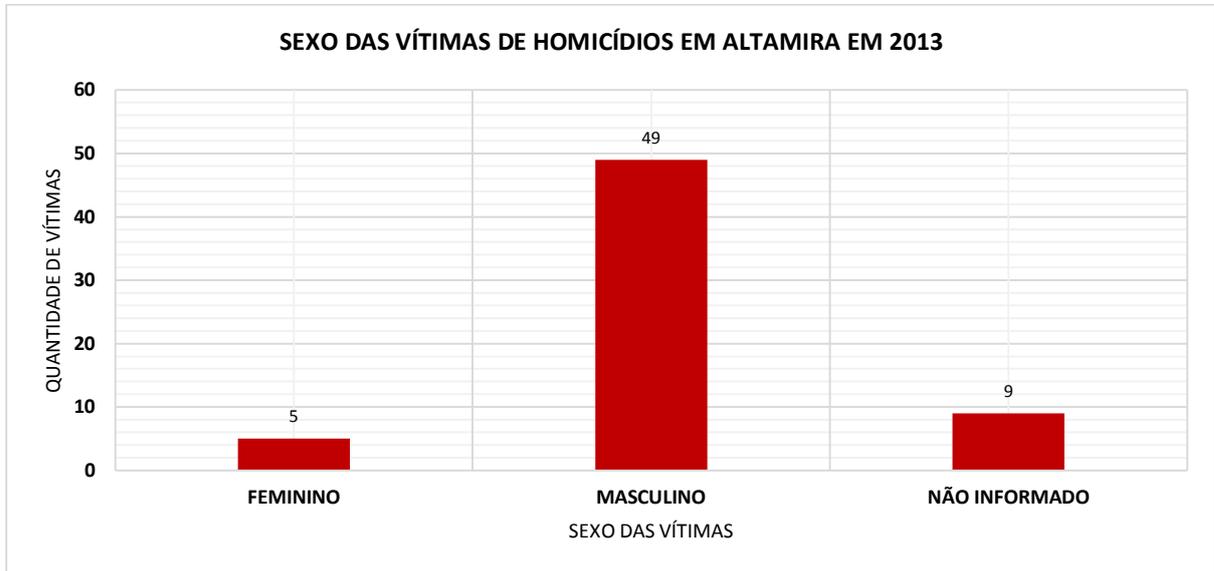


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

A idade média das vítimas de homicídios em 2013 em Altamira, foi de 26 anos, novamente evidenciando que a população jovem seguiu sendo a mais atingida por este tipo de crime, esta é a idade média mais jovem dos anos analisados aqui, dos 63 homicídios cometidos na zona urbana de Altamira, 49 homicídios foram de homens, e 5 homicídios de mulheres, novamente, o padrão dos mais acometidos por este tipo de crime segue sendo de jovens do sexo masculino, os registros também nos informam, que a maioria dos homicídios

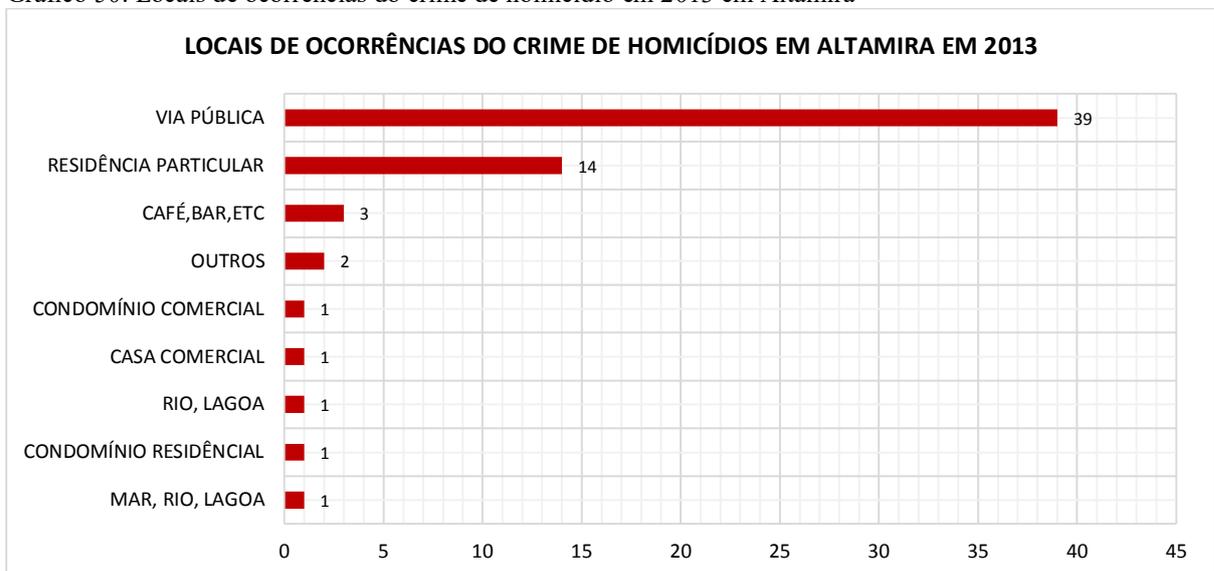
cometidos foram em via pública, tendo como motivação presumível na sua maioria, cometidos por ódio ou vingança. Os gráficos 49 e 50, apresentam estes resultados:

Gráfico 49: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2013



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 50: Locais de ocorrências do crime de homicídio em 2013 em Altamira



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2013 é marcado pelo 3º ano de construção da obra de Belo Monte, nota-se que nesse período, o total de homicídios cometidos colocaram Altamira entre os 10 municípios mais violentos do estado, ocupando o 7º lugar, em 2010, o município ocupava o 13º lugar. Em apenas 3 anos, o município escalou o ranking, subindo de posição, entretanto, esta escalada não fica restrita apenas aos homicídios cometidos, a cidade de Altamira também subiu no ranking dos municípios com as maiores ocorrências registradas no estado, em 2010 o

total de ocorrências registradas neste ano foram de 4.592 mil ocorrências ocupando o 12º lugar dentre os municípios paraenses, em 2013 esse número duplica, passando para 8.000 mil ocorrências registradas, passando a ocupar o 8º lugar, um crescimento de 74% de 2010 a 2013, um total de 22 ocorrências registradas. O quantitativo de ocorrências registradas e o aumento dos homicídios evidenciam o crescimento da violência nos anos de construção da obra, deste modo, sua configuração diante dos dados até aqui apresentados, colocam em evidência também, a sua relação direta com a implementação da UHA Belo Monte, e os efeitos sociais oriundos de uma obra de grande magnitude como foi a construção da hidrelétrica na região.

4.1.5. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2014

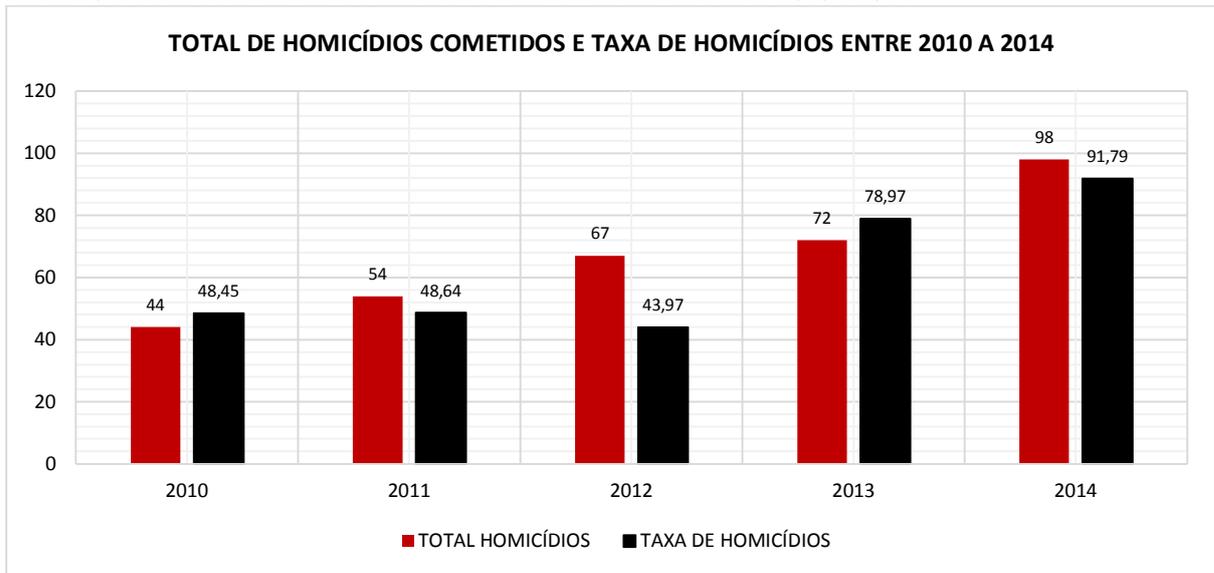
O ano de 2014 em Altamira, é considerado um dos anos mais violentos dentre os anos de construção da obra de Belo Monte, os dados aqui apresentados, nos mostram que o crescimento da violência foi exponencial nos 3 primeiros anos da obra, em 2014, estes números atingem um patamar inédito no total de ocorrências registradas pelo SIAC-SEGUP/PA, mais de 11.000 mil ocorrências foram registradas no ano de 2014 em Altamira, caso de 30 ocorrências registradas por dia na cidade. E um patamar inédito no total e taxa de homicídios cometidos, segundo os dados, foram cometidos 98 homicídios, e a taxa de homicídios foi de 92,79 para cada grupo de 100 mil habitantes. De 2013 para 2014 o crescimento do total de homicídios cometidos foi de 36%, a taxa de homicídio teve um aumento de 16%. A tabela 26 e o gráfico 51 abaixo nos apresentam estes dados:

Tabela 26: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2014

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 51: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2014



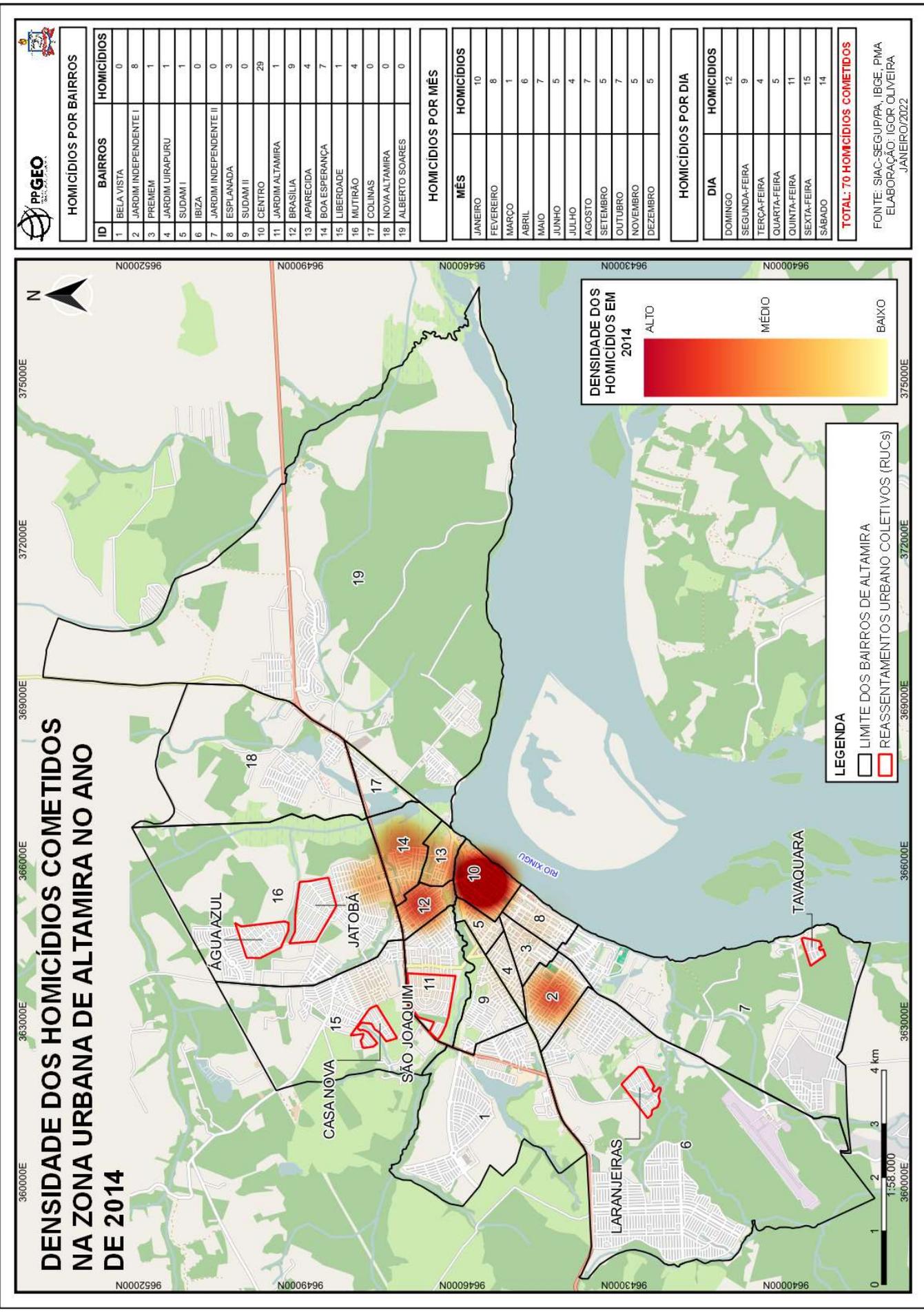
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Ainda sobre o gráfico 51 acima, visualizamos que conforme a obra avançou na região até atingir o pico de mão-de-obra, concomitantemente, os homicídios aumentaram também, diante disso, é possível relacionar o aumento da violência com a explosão demográfica vivenciada por Altamira nos anos de construção da obra de Belo Monte, entretanto, podemos avaliar também, que o aumento da população não é, e, não deve ser a única variável considerada para explicar o aumento da violência em Altamira, o aumento exponencial da população sozinho não é capaz de alavancar o aumento explícito da violência, entretanto, é importante considerar que o aumento demográfico aliado a falta de políticas públicas, e aos problemas sociais da obra, influenciam diretamente nas taxas de violências.

Dos 98 homicídios cometidos em Altamira em 2014, foram registrados através dos dados fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, 82 homicídios, dos quais, 70 homicídios foram cometidos na zona urbana, e 12 homicídios cometidos na zona rural do município.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2014, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 22: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2014



HOMICÍDIOS POR BAIRROS		
ID	BAIRROS	HOMICÍDIOS
1	BELA VISTA	0
2	JARDIM INDEPENDENTE I	8
3	PREMEM	1
4	JARDIM UIRAPURU	1
5	SUDAM I	1
6	IBIZA	0
7	JARDIM INDEPENDENTE II	0
8	ESPLANADA	3
9	SUDAM II	0
10	CENTRO	29
11	JARDIM ALTAMIRA	1
12	BRASILIA	9
13	APARECIDA	4
14	BOA ESPERANÇA	7
15	LIBERDADE	1
16	MUTIRÃO	4
17	COLINAS	0
18	NOVA ALTAMIRA	0
19	ALBERTO SOARES	0

HOMICÍDIOS POR MÊS

MÊS	HOMICÍDIOS
JANEIRO	10
FEBREIRO	8
MARÇO	1
ABRIL	6
MAIO	7
JUNHO	5
JULHO	4
AGOSTO	7
SETEMBRO	5
OUTUBRO	7
NOVEMBRO	5
DEZEMBRO	5

HOMICÍDIOS POR DIA

DIA	HOMICÍDIOS
DOMINGO	12
SEGUNDA-FEIRA	9
TERÇA-FEIRA	4
QUARTA-FEIRA	5
QUINTA-FEIRA	11
SEXTA-FEIRA	15
SABADO	14

TOTAL: 70 HOMICÍDIOS COMETIDOS

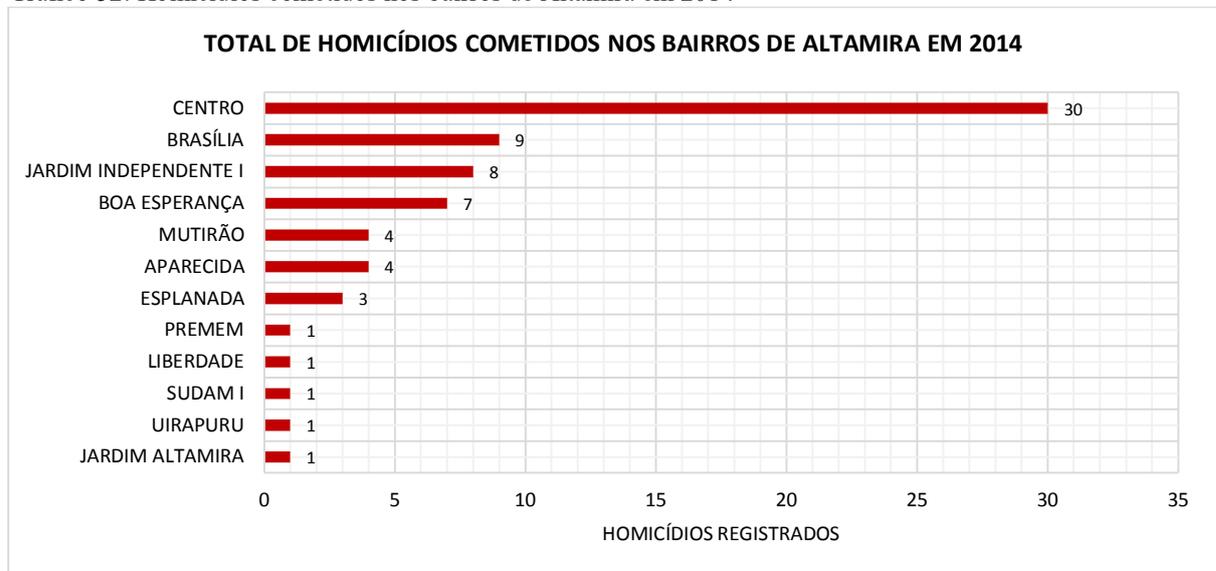
FONTE: SIAC-SEGUPA, IBGE, PMA
ELABORAÇÃO: IGOR OLIVEIRA
JANEIRO/2022

Elaboração:

O mapa acima, nos mostra a densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira, nota-se que o bairro Centro continua sendo a área com a maior concentração de homicídios com 30 homicídios registrados, seguidos dos bairros Brasília com 9 registros, Jardim Independente I com 8 registros, Boa Esperança com 7 registros, Mutirão e Aparecida com 4 homicídios registrados.

O padrão da distribuição espacial dos homicídios segue parecidos com o padrão dos anos anteriores, observa-se que, além da área central da zona urbana, há uma alta incidência de homicídios nas áreas periféricas da cidade. A espacialização das ocorrências ainda evidencia, que a distribuição dos registros ocorreu em 12 bairros, isso implica em dizer que pare este ano, Altamira teve mais de 70% da sua zona urbana atingida pelo crime de homicídio. O gráfico 52 abaixo, nos mostra os registros de homicídios por bairros:

Gráfico 52: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2014



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O horário médio dos homicídios cometidos em 2014 em Altamira segue o padrão do ano anterior, a maioria das ocorrências aconteceram entre as 19 horas e as 6 horas da manhã, esta característica pode estar ligada a maior facilidade de fuga neste período, uma vez que o policiamento tende a ser menor do que o realizado pelo período diurno, contudo, se isto ocorre em uma área aonde a infraestrutura pública é precária, como ruas mal iluminadas, e com terrenos baldios, a facilidade de fuga é ainda maior.

Porém, nota-se também que há registros (menores) de ocorrências no período diurno das 6 horas da manhã até as 18 horas. O horário das ocorrências dos anos analisados até aqui, nos mostram que a maioria dos homicídios são cometidos no período noturno, porém, o agente que comete o homicídio agira em todos os horários do dia, do ponto de vista de

vigilância e repressão, deste tipo de crime por parte das forças de segurança, estes dados podem auxiliar na elaboração das estratégias de combate a este delito, o que implica numa vigilância maior em praticamente toda a zona urbana, mas que pode encontrar problemas se a infraestrutura ou efetivos das forças de segurança, for precário. No caso de Altamira, o efetivo policial, e os aparatos de segurança como veículos, motos e equipamentos que auxiliam na segurança, encontrava-se em defasagem, se considerarmos o crescimento vertiginoso da cidade.

Os meses de maiores ocorrências do crime de homicídio, destoam dos padrões dos anos anteriores, em 2014, os meses mais violentos foram os meses de janeiro com 10 homicídios registrados, e o mês de fevereiro com 8 registros, a soma desses 2 meses, corresponde a 1 homicídio cometido a cada 3 dias, mostrando que o nível de violência no início do ano foi alto. Contudo, todos os meses do ano tiveram registros de homicídios. O gráfico 00 abaixo nos mostra os registros de homicídios por mês:

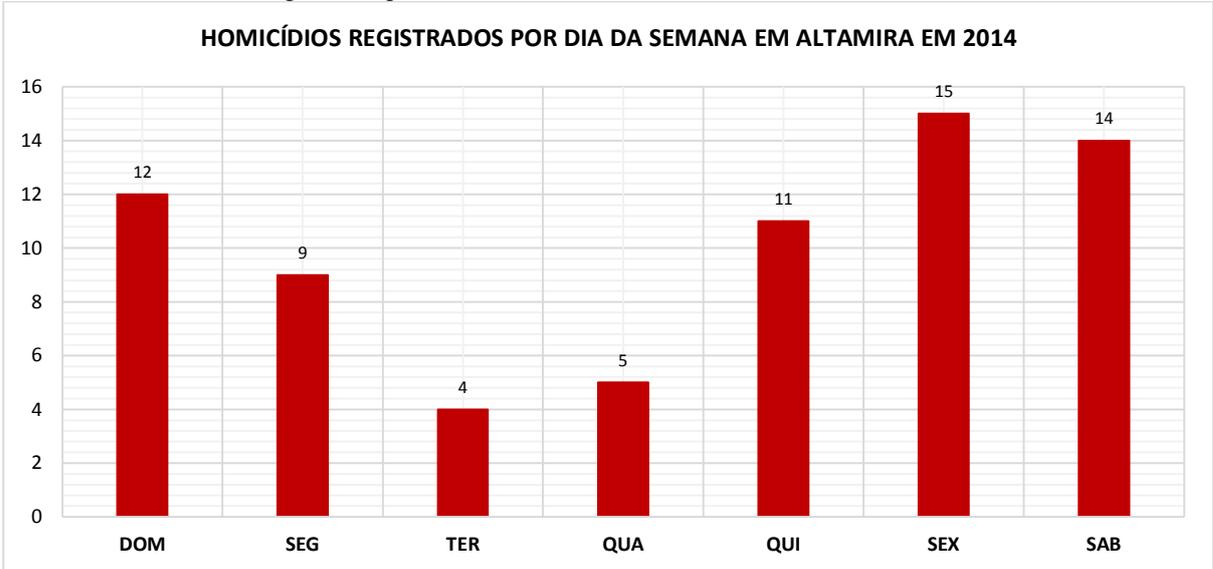
Gráfico 53: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2014



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

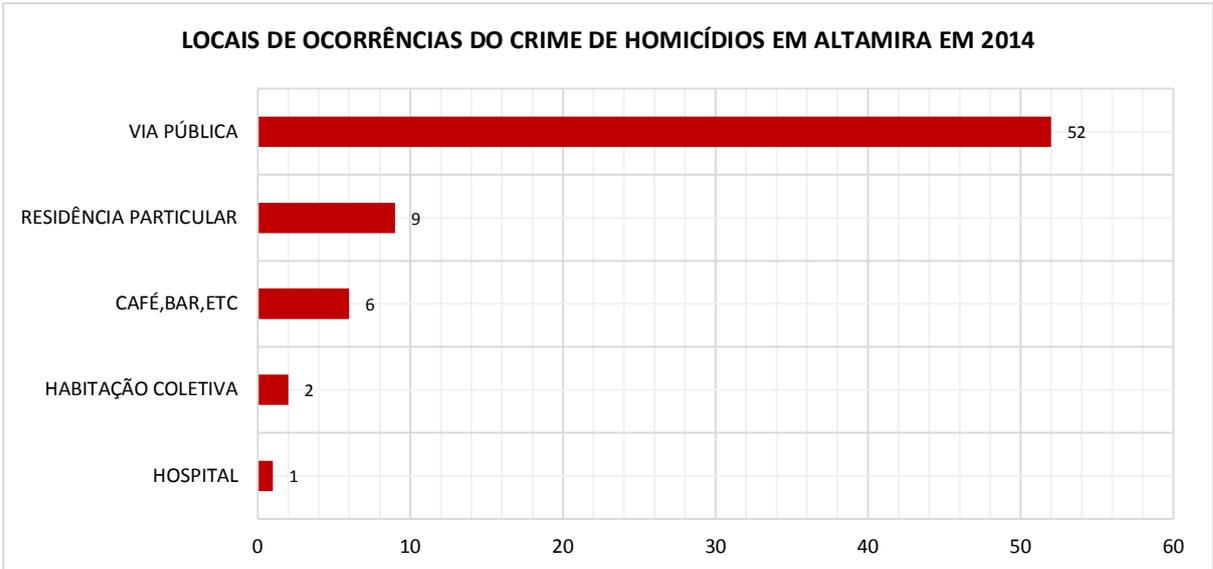
Assim como o agente que comete o homicídio agira em todos os períodos do dia, este mesmo agente agira em todos os dias da semana, os registros nos mostram que os homicídios cometidos aconteceram em todos os dias, principalmente aos finais de semana, período em que as pessoas mais tendem a se colocarem em situações de riscos, como alto consumo de álcool que provoca a embriaguez, e o consumo de entorpecentes. Outra característica para o ano de 2014, nos mostra que a maioria dos homicídios foram cometidos em via pública, com o grande uso de arma de fogo, tendo como causa presumível, “ódio ou vingança”. Os gráficos 54, 55 e 56 abaixo nos mostram estes registros:

Gráfico 54: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2014



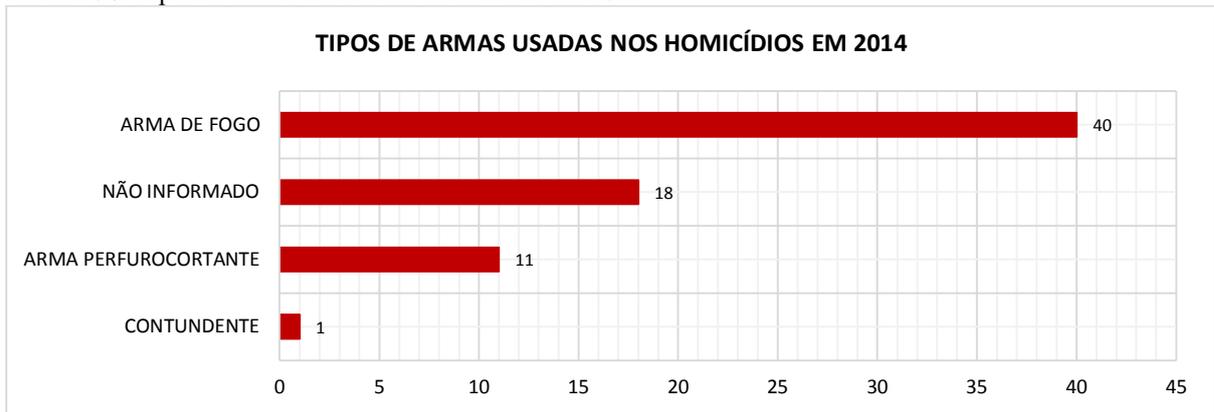
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 55: Locais de ocorrências do crime de homicídios em Altamira em 2014



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 56: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2014



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

A idade média das vítimas de homicídios no ano de 2014, foi de 31 anos, dos 70 homicídios registrados nos dados do SIAC-SEGUP/PA, 66 homicídios foram de pessoas do sexo masculino, e 4 homicídios de pessoas do sexo feminino. O gráfico 57 abaixo nos apresenta estes registros:

Gráfico 57: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2014



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dados evidenciam que esta é uma característica se mantém padrão até aqui, de 2010 a 2014 os registros nos mostram que a população do sexo masculino é a mais atingida por este tipo de crime, os dados nos revelam ainda, que uma parcela dessa população tem o grau de instrução incompleto, muitos pararam no ensino fundamental.

Todas estas informações, nos revelam que os homicídios cometidos até o ano de 2014 em Altamira, atingiu uma grande parcela da população que convivia com inúmeros problemas sociais, a obra de Belo Monte maximiza muitos dos problemas existentes, diante disso, o homicídio além de ser a expressão máxima da violência, ele assume uma característica que

revela os problemas existentes na sociedade, variáveis como, inchaço populacional, desigualdade social, desemprego, saúde pública e segurança precária, falta de acesso à educação e lazer, tendem a propiciar uma perspectiva violenta para a população atingida por estes problemas.

A espacialização dos homicídios através da cartografia, nos revelam ainda, que de 2010 a 2014, os homicídios atingiram áreas do centro urbano, mas atingiram também áreas periféricas da cidade com a mesma intensidade.

Há um padrão identificável que mais ocorre, e atinge bairros vizinhos, Centro, Brasília, Boa Esperança, Aparecida e Mutirão, estes bairros detém os maiores registros de ocorrências, apresentando um padrão espacial de correlação, se conectando entre si pelos limites dos *hotspots*. Outro ponto a se destacar, nos mostra que as espacializações dos homicídios não seguem um padrão totalmente homogêneo, a cartografia nos mostra que em alguns anos, os homicídios se mostram espacializados de forma aleatória também, indicando que não há a presença de uma correlação espacial.

4.1.6. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2015

O ano de 2015 é marcado por uma redução nas ocorrências registradas na delegacia, em comparação com o ano anterior, a redução foi de 13%, houve também uma redução nos totais e taxas de homicídios cometidos, segundos os dados do SIAC-SEGUP/PA, ao todo foram cometidos neste ano 84 homicídios, uma redução de 14% comparada ao ano de 2014, a taxa de homicídios em 2015, foi de 77,5 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, a redução foi de 16% em comparação ao ano anterior. A tabela 27 abaixo apresenta estes valores:

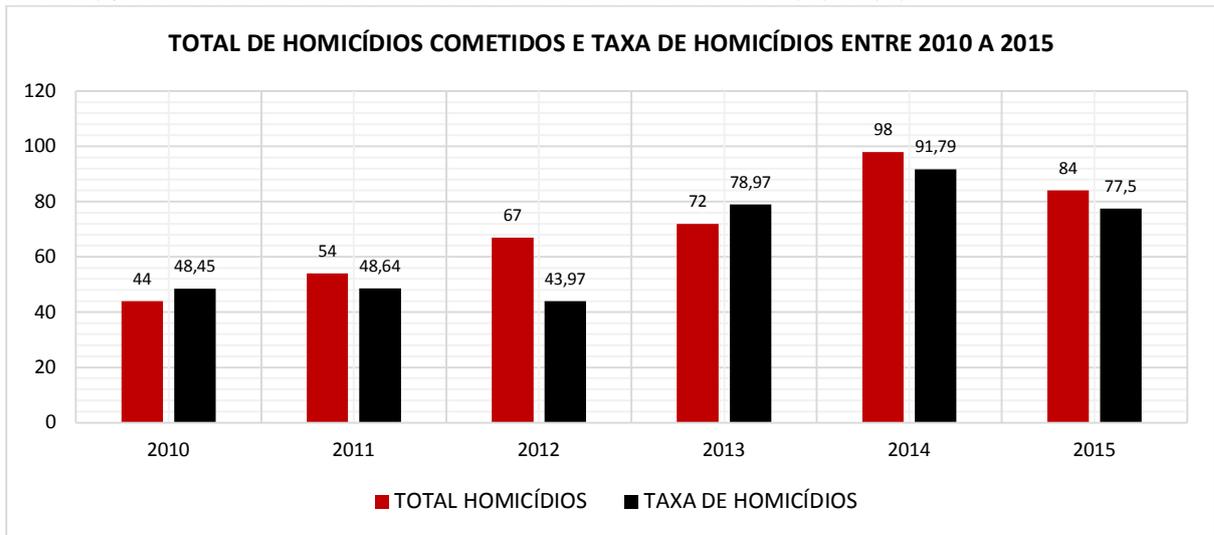
Tabela 27: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2015

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O gráfico 58 abaixo apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2015:

Gráfico 58: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

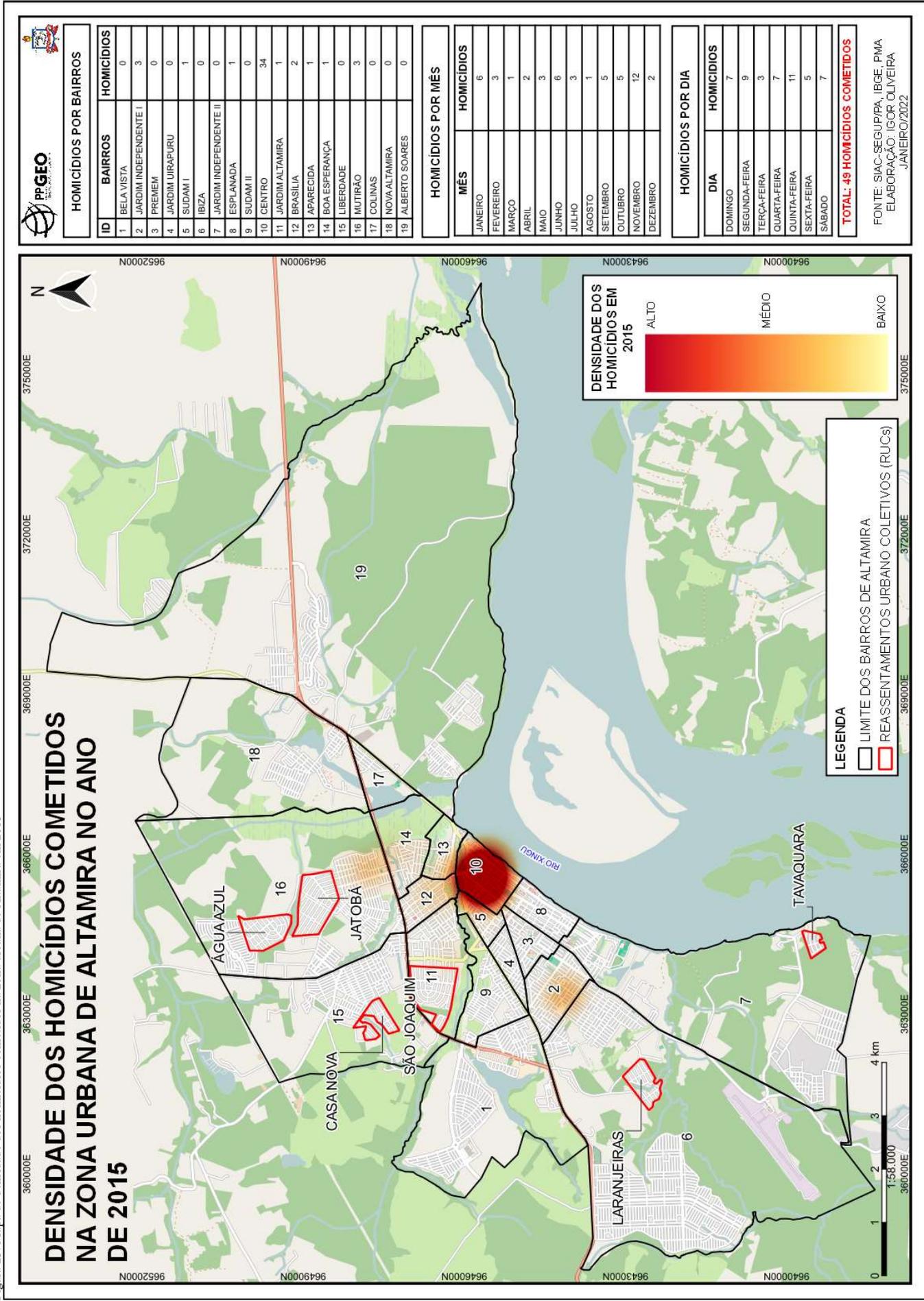
Estes valores que nos mostram uma redução dos homicídios podem ser explicados pela maior efetividade das forças de segurança no combate e prevenção da violência, o aporte financeiro do termo de cooperação técnico-financeiro firmado entre Norte Energia e o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, possibilitou a compra de nova viaturas e motocicletas para patrulhamento, permitindo o aumento da presença da polícia e guarda municipal nas ruas de Altamira.

Além disso, há o início ainda que baixo, do processo de desmobilização de alguns postos de trabalho, que provoca ainda que em menor número, uma redução da população, uma vez que o trabalhador que é desligado da obra, tende a retornar para o seu local de origem, assim, uma redução do inchaço populacional, aliado a maior vigilância, prevenção e combate, por parte das forças de segurança, explicam essa redução dos casos.

Dos 84 homicídios cometidos em Altamira, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, constam 63 registros de homicídios, dos quais, 49 foram cometidos na zona urbana e 14 homicídios cometidos na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2015.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2015, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 23: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2015



Elaboração:

O mapa acima, nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em 2015 na zona urbana de Altamira, a espacialização dos registros nos permite observar que a área do bairro Centro apresenta a maior densidade de homicídios cometidos, ao todo foram registrados neste bairro 34 homicídios, seguidos dos bairros Mutirão e Jardim Independente I ambos com 3 homicídios registrados. O gráfico 59 abaixo apresenta os dados por bairro:

Gráfico 59: Homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Como o ano de 2015 apresenta uma redução dos casos de homicídios, há de se destacar uma redução deste tipo de crime nos bairros periféricos da cidade, entretanto, o expoente dos registros ainda encontra-se no bairro Centro, que ainda permanece com uma alta taxa de ocorrências. A maioria dos homicídios cometidos neste ano, ainda seguem o padrão de anos anteriores, de serem cometidos em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade, permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato. O gráfico 60 abaixo, apresenta estes valores:

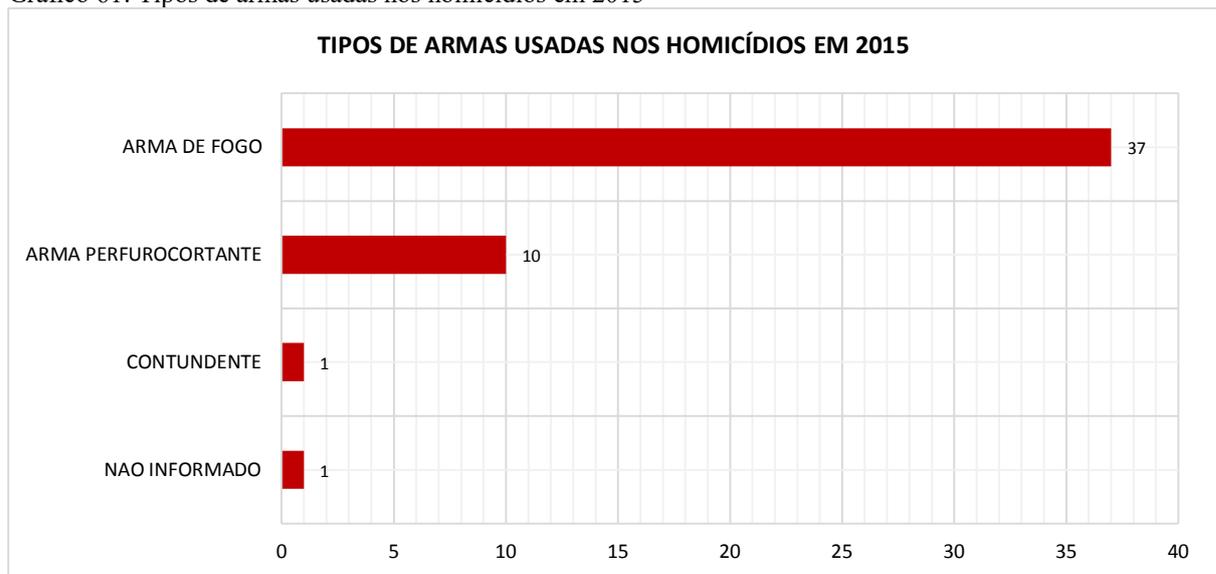
Gráfico 60: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Além disso, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, o que representa um total de 70% em relação ao total de homicídios cometidos, estes números refletem os problemas que as Políticas de Desarmamento do Brasil enfrentam, quanto mais armas de fogo circulando, maiores são as chances de aumento dos homicídios por este tipo de armamento. Os homicídios por arma perfurocortantes representam apenas 20%. O gráfico 61 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 61: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

A idade média das vítimas em 2015 foi de 28 anos, seguindo o padrão dos anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime de homicídio.

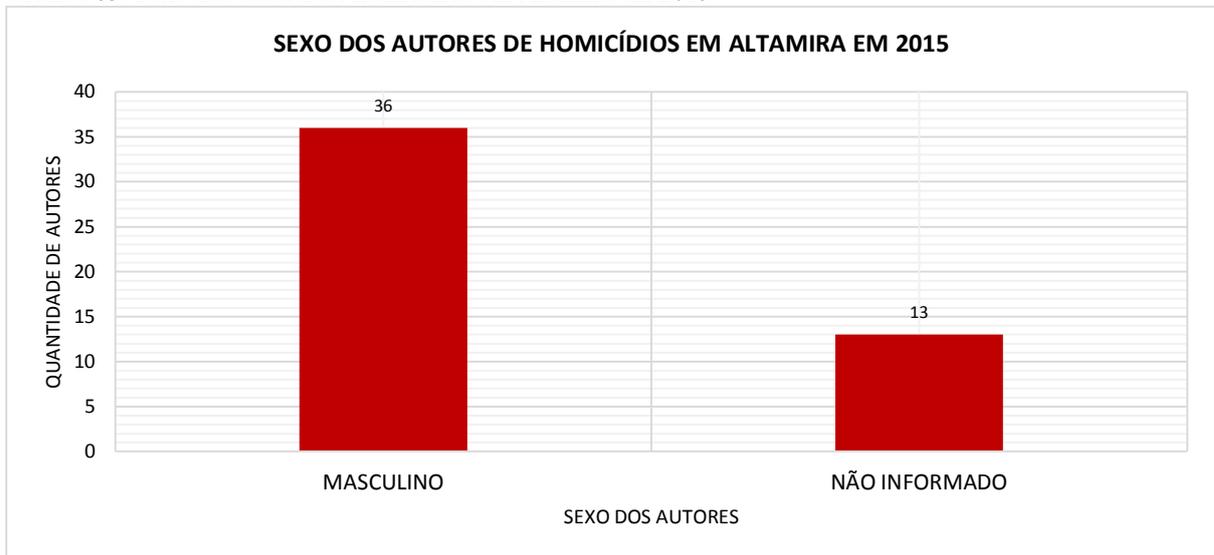
Há um dado importante a se considerar também, os homicídios cometidos em Altamira neste ano têm como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 18 anos e 34 anos em média. Em relação as vítimas, dos 49 homicídios cometidos na zona urbana de Altamira, 45 homicídios foram de pessoas do sexo masculino, e 4 homicídios foram de pessoas do sexo feminino. Estes dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens em atos violentos como o homicídio. Os gráficos 62 e 63 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 62: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 63: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2015, foram registrados homicídios em todos os meses do ano. Os meses mais violentos foram os meses de Novembro com 12 homicídios registrados, Janeiro e Junho com 6 homicídios registrados cada. Até aqui, os registros nos apontam que os meses do fim de ano, e o mês de Janeiro no início do ano, são os meses mais violentos em Altamira. A média de homicídios ao ano em 2015, foi de 4 homicídios por mês. Os registros ainda nos informam que as causas presumíveis desses homicídios relacionam na sua maioria com o “ódio ou vingança”. O gráfico 64 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

Gráfico 64: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dias de maiores ocorrências em 2015 estão relacionados ao fim de semana e ao início da semana, mata-se mais entre a sexta-feira e segunda-feira. O dia mais violento foi a quinta-feira com 11 homicídios registrados, entretanto os dados nos revelam que a taxa de ocorrência por dia da semana é alta, média de 7 homicídios. O gráfico 65 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 65: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2015



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2015 apresenta uma queda nos indicadores de violência, há uma queda no quantitativo de ocorrências registradas na delegacia da cidade, assim como há uma queda nos registros de homicídios e taxas de homicídios cometidos. Os motivos dessa queda estão relacionados com o aumento do efetivo policial nas ruas de Altamira, motivados sobretudo pelo o aditivo financeiro do termo de cooperação técnico-financeiro firmado entre Norte

Energia e o Governo do Estado, que permitiu a compra de novos equipamentos de segurança, sobretudo veículos que auxiliam na vigilância e patrulhamento, principalmente das áreas mais afetadas em Altamira.

Entretanto, outro fator que pode estar relacionado a essa redução dos casos de homicídios, é a diminuição do inchaço populacional da cidade, motivado pelo o início do processo de desmobilização dos postos de trabalho da obra. Em um primeiro momento, esse processo de desmobilização pode ser favorável, uma vez que os problemas urbanos e sociais de Altamira são acentuados pelo inchaço populacional, contudo esse processo tornar-se-á um dos motivos para o aumento da violência da cidade nos anos seguintes da obra.

4.1.7. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2016

O ano de 2016 também apresenta uma redução baixa das ocorrências registradas, algo em torno do 1%, e uma redução mais significativa do total e das taxas de homicídios cometidos em Altamira. Em 2016, foram cometidos em Altamira 73 homicídios, em comparação com o ano anterior a redução foi de 13%, a taxa de homicídios também apresentou uma redução, ficando com 63,67 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, um valor menor de 18% em comparação ao ano de 2015. A tabela 28 abaixo apresenta estes valores:

Tabela 28: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2016

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%
2015 / 2016	-13%	-18%

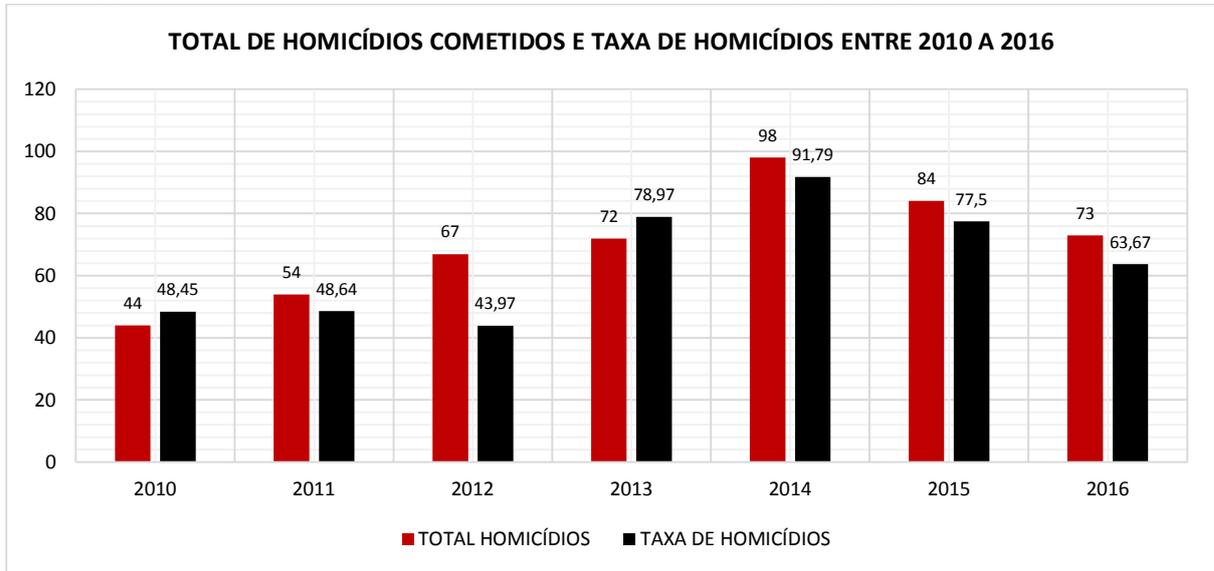
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Essa redução das taxas de violência pode ser explicada pela melhoria no efetivo das forças de segurança, advindo do termo de cooperação técnico-financeiro firmado entre Norte Energia e o Governo do Estado. Entretanto, outro ponto a destacar, o ano de 2016 é marcado também pelo processo de desmobilização da mão-de-obra da hidrelétrica, este ponto caracteriza-se por uma diminuição da população, e do processo migratório para a Altamira.

O próprio Relatório de Impacto Ambiental-RIMA de Belo Monte, destaca esse ponto, com a diminuição da população, alguns serviços sociais podem ter baixa utilização, desse

modo, serviços como postos de saúde, delegacia, escolas, entre outros, tendem a ter uma baixa de público usuários destes serviços, desse modo, estes fatores, refletem na diminuição das taxas de violência em 2016. O gráfico 66 abaixo apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2016:

Gráfico 66: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2016



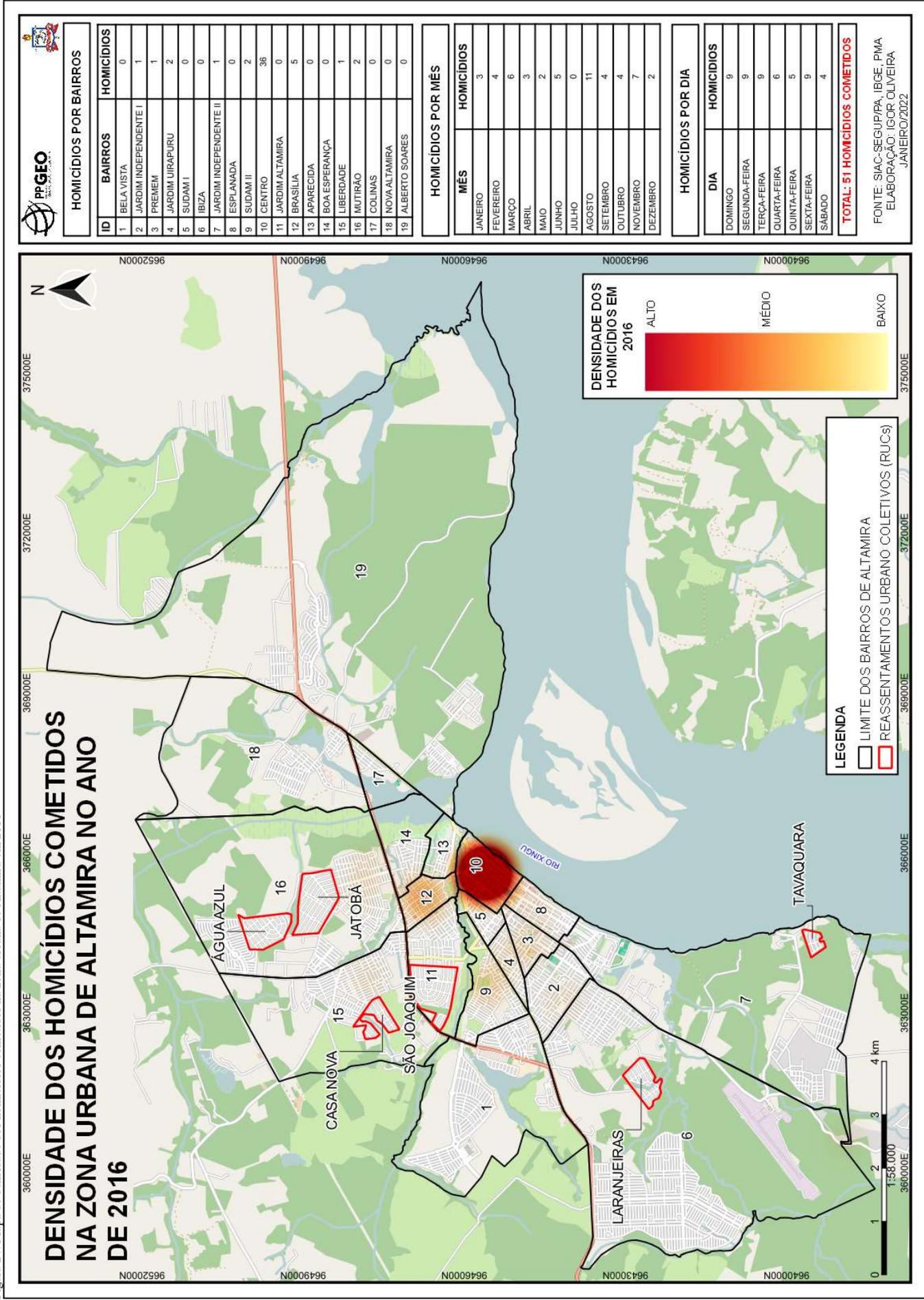
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Nota-se que o gráfico acima, apresenta 2 anos seguidos de queda nos totais e nas taxas de homicídios cometidos em Altamira, uma queda relativamente significativa, entretanto há de se observar as fases em que cada barra do gráfico se insere. De 2010 a 2014 o contexto é de crescimento da violência fruto dos problemas sociais caracterizados pela chegada do empreendimento na região, de 2014 a 2016, o contexto é de melhoria do efetivo das forças de segurança no combate e prevenção dos casos de homicídios e pela diminuição da população advindo do processo de desmobilização da mão-de-obra.

Dos 73 homicídios cometidos em Altamira em 2016, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, constam 63 registros de homicídios, dos quais, 50 foram cometidos na zona urbana, e 13 foram cometidos na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2016.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2016, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

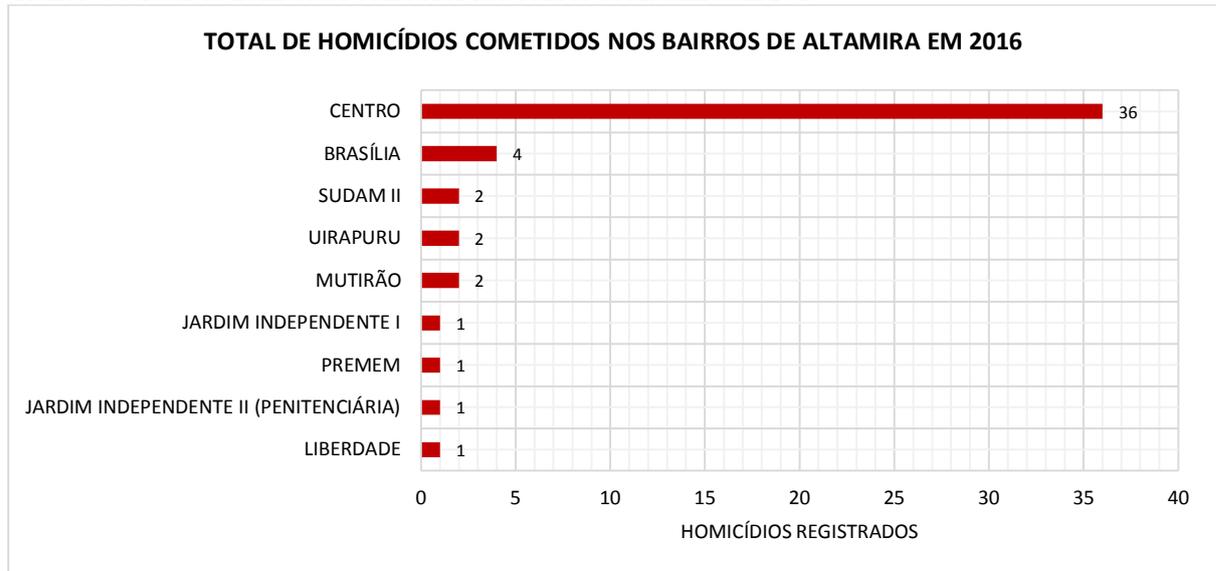
Figura 24. Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2016



Elaborado:

O mapa acima nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2016, a espacialização dos registros nos mostra que a área do bairro Centro concentra a maior densidade de casos, foram registrados 36 homicídios, seguidos pelo bairro Brasília com 4 registros de homicídios, e do bairro Sudam II com 2 registros. O gráfico 67 abaixo nos apresenta os registros de homicídios por bairro

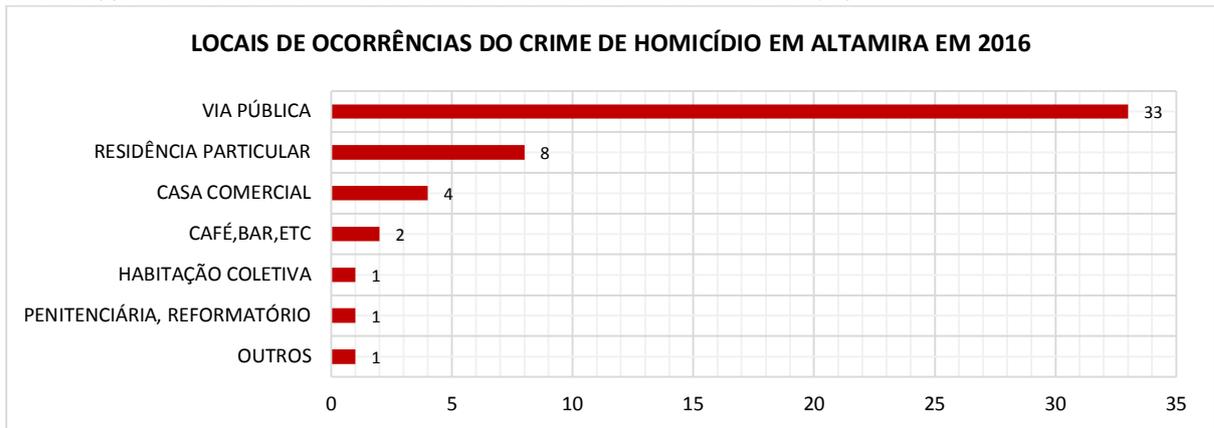
Gráfico 67: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2016 assim como o ano anterior, apresenta uma redução dos casos de homicídios, o mapa 00 acima, destaca-se o bairro Centro como expoente dos registros, e apresenta uma redução dos casos nos bairros periféricos da cidade. Os homicídios para este ano, ainda seguem o padrão de serem cometidos na sua maioria em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade, permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato. Há de se destacar também, o homicídio cometido na penitenciária de Altamira. O gráfico 68 abaixo nos mostra estes valores:

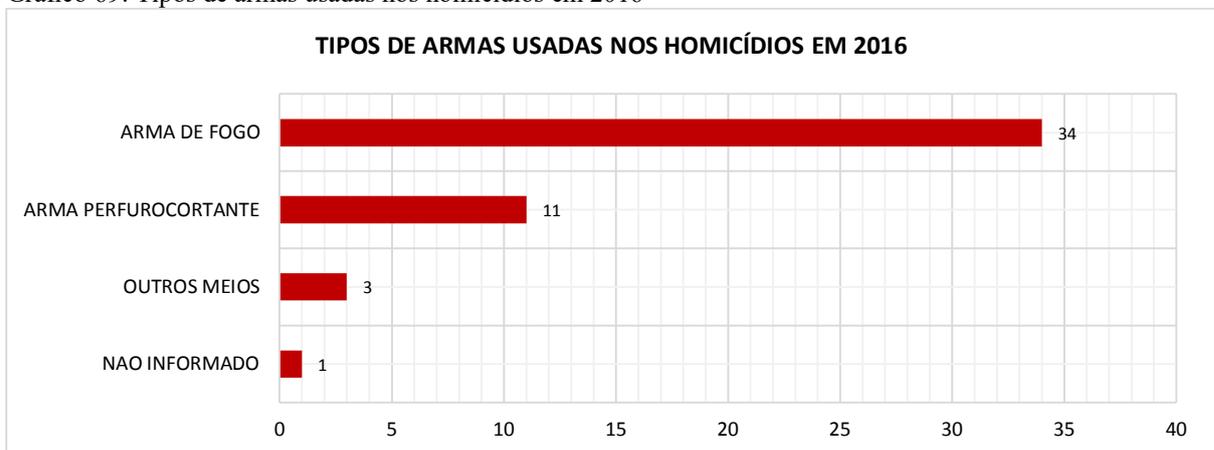
Gráfico 68: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Além disso, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, o que representa um total de 68% em relação ao total de homicídios cometidos, estes números refletem os problemas que as Políticas de Desarmamento do Brasil enfrentam, quanto mais armas de fogo circulando, maiores são as chances de aumento dos homicídios por este tipo de armamento. Os homicídios por arma perfurocortantes que é o segundo tipo de arma mais usada nos homicídios, representam apenas 22%. O gráfico 69 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 69: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As vítimas são na sua maioria homens com idades entre 15 a 64 anos, a média de idade das vítimas em 2016 foi de 30 anos, seguindo o padrão dos anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime de homicídio. As mulheres representam uma pequena parcela dessas vítimas, sendo a maioria casos de feminicídios provocados por “ciúmes”. O gráfico 70 abaixo nos mostra estes dados:

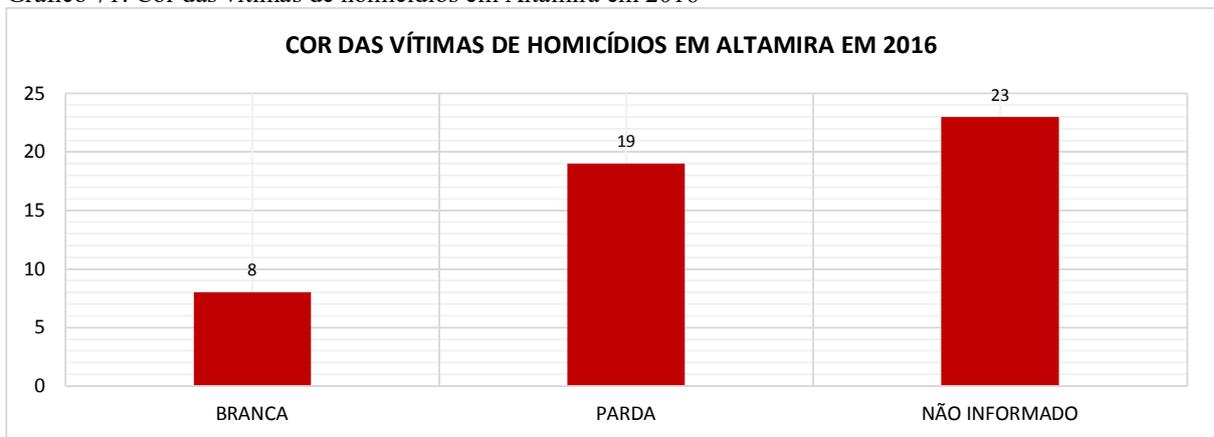
Gráfico 70: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Ainda sobre as vítimas, a planilha com os registros do SIAC-SEGUP/PA, nos apresenta um dado relevante sobre a cor das vítimas atingidas por este tipo de crime, os registros nos mostram que a maioria das vítimas são de pessoas de cor parda, representando 38% das pessoas atingidos, os brancos representam 16%. O gráfico 71 abaixo nos mostra estas informações:

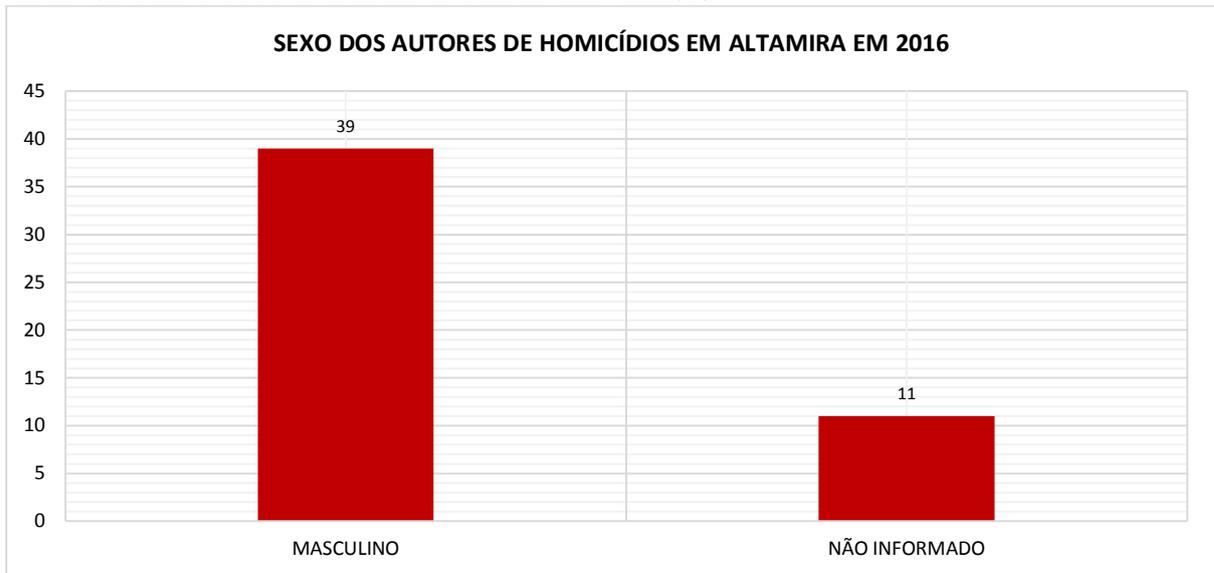
Gráfico 71: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Outro dado relevante, diz respeito aos autores dos crimes, os homicídios cometidos em Altamira neste ano, tem como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 18 anos e 34 anos em média. Estes dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens em atos violentos como o homicídio. O gráfico 72 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 72: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2016, foram registrados homicídios em quase todos os meses do ano, o mês menos violento foi o mês de Julho que não apresentou nenhum registro. Entretanto, os meses mais violentos foram os meses de Agosto com 11 homicídios registrados, Novembro com 7 registros, e Março com 6 homicídios registrados. A média de homicídios por mês no ano de 2016, foi de 4 homicídios, contudo, há de se notar que além do fim do ano ser um período violento, o meio do ano em 2016 apresentou uma elevada taxa deste tipo de crime. Os registros ainda nos informam que as causas presumíveis desses homicídios relacionam na sua maioria com o “ódio ou vingança”. O gráfico 73 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

Gráfico 73: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dias de maiores ocorrências em 2016 estão relacionados ao fim de semana e ao início da semana, matou-se mais entre a sexta-feira e terça-feira. Os dias mais violentos foram a sexta-feira, domingo, segunda-feira e terça-feira, ambos com 9 homicídios registrados, os dados nos revelam ainda, que a taxa de ocorrência por dia da semana é alta, média de 7 homicídios. O gráfico 74 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 74: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2016



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Nos anos iniciais das obras, verificamos um crescimento exponencial da violência, de 2010 a 2014, o crescimento foi de 122%, de 2014 a 2016 houve uma redução de 25% no total e nas taxas de homicídios cometidos. Ambos os períodos apesar de estarem dentro do cronograma de construção da obra, são distintos devido ao contexto histórico de cada, de 2010 a 2014 temos o período de início da construção da obra, e o período de pico da obra, onde Altamira recebe quase 40 mil pessoas em busca dos postos de trabalho e atraídos pelo contexto econômico da cidade.

O período de 2014 a 2016 caracteriza pelo processo de desmobilização da mão-de-obra, e conseqüentemente a diminuição da população, refletindo em uma diminuição dos usos dos serviços públicos ofertados, e conseqüente amenização dos problemas sociais. Entretanto, há de se observar que esta redução seria passageira se não fosse acompanhada de políticas públicas voltadas ao problema do emprego e da renda, geradas pelo processo de desmobilização. Segundo os estudos que constam no EIA-RIMA de Belo Monte, parte da população que veio atraída pelas obras, acabaram ficando na região, estima-se que cerca de 30 mil pessoas ficaram em Altamira nesse processo.

É um quantitativo grande de pessoas, vivendo uma perspectiva social e econômica que não é mais a mesma de outrora, a conseqüência disso tende a ser catastrófica se não tiver o

acompanhamento de políticas voltadas a formação social, educacional e profissionalizante dessas pessoas. Assim, o ano de 2016 é o prelúdio da ressaca de Belo Monte. Em 2017 a quantidade de desempregados em Altamira é significativa, o número de postos de trabalhos caíra para 3.400, sendo 700 diretos e 2.700 indiretos, é um número de empregos extremamente baixo, se considerarmos a quantidade de pessoas desempregadas que ficaram na cidade.

Assim, Altamira passa a enfrentar uma estagnação econômica que abre precedentes para o surgimento de inúmeros problemas sociais, além de maximizar aqueles já existentes. Notaremos que após o processo de desmobilização da mão-de-obra de Belo Monte, e, uma consequente criação de uma massa de pessoas sem trabalho e sem renda, o cenário de violência em Altamira ganhara outros contornos, muito mais expressivo e problemático do que os anos iniciais da obra.

4.1.8. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2017

O ano de 2017 é marcado pelo aumento dos totais e das taxas de homicídios cometidos, foram cometidos neste ano em Altamira, 96 homicídios, a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes foi de 86,15 homicídios. Em comparação com o ano de 2016, o aumento foi de 32% no total de homicídios cometidos, e 35% de aumento das taxas de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, um crescimento bastante expressivo se considerarmos a redução das taxas nos dois últimos anos (2015 e 2016). A tabela 29 abaixo, apresenta os valores de crescimento do total e das taxas de homicídios cometidos:

Tabela 29: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2017

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%
2015 / 2016	-13%	-18%
2016 / 2017	32%	35%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

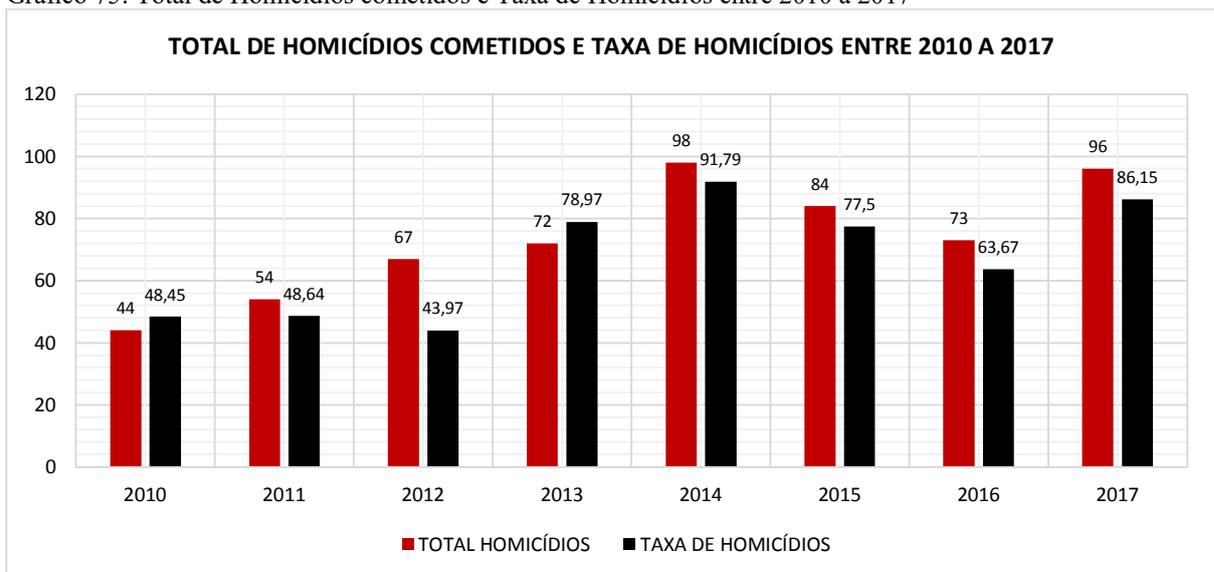
Apesar dos esforços das forças de segurança em combater e prevenir este tipo de crime, as taxas de homicídios retornaram a crescer, muito por conta do novo contexto social e econômico vivenciado por Altamira. Com a redução dos postos de trabalho, e com obra quase concluída, Altamira vivencia um recesso econômico e um nível alto de desemprego, sobra

gente para algumas poucas vagas, a tendência era de que até o fim da obra, os postos de trabalho de Belo Monte seriam reduzidos para menos de mil, tanto direto como indireto.

Assim em Altamira, cria-se uma condição de privação econômica principalmente para a população atingida pela obra e pela massa de pessoas que foram dispensadas dos seus empregos, além disso, em 2017 explode uma guerra nacional entre as principais facções do país, o Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho deflagram uma guerra pelo domínio das fronteiras e das rotas do tráfico, principalmente na região Norte do país, a consequência disso é uma batalha sangrenta por estes domínios, que resulta em um aumento elevado da violência. Em Altamira, a deflagração desta guerra é sentida, vide o aumento do tráfico de drogas na região e a atuação de facções regionais que já vinham atuando na região nos anos de construção de Belo Monte, favorecidas pelo aumento da circulação de capital e do consumo de drogas na região.

Desse modo, o contexto que se criou em Altamira após o “boom” de Belo Monte, favoreceu exponencialmente o aumento da violência neste período, uma vez que a privação econômica experimentada principalmente pela população jovem atingida pela obra, a falta de políticas públicas para combater essa carência social e econômica, aliados a uma situação em que o tráfico de drogas surge como uma alternativa de trabalho, favoreceram o aumento dos homicídios em 2017. O gráfico 75 abaixo, apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2017:

Gráfico 75: Total de Homicídios cometidos e Taxa de Homicídios entre 2010 a 2017

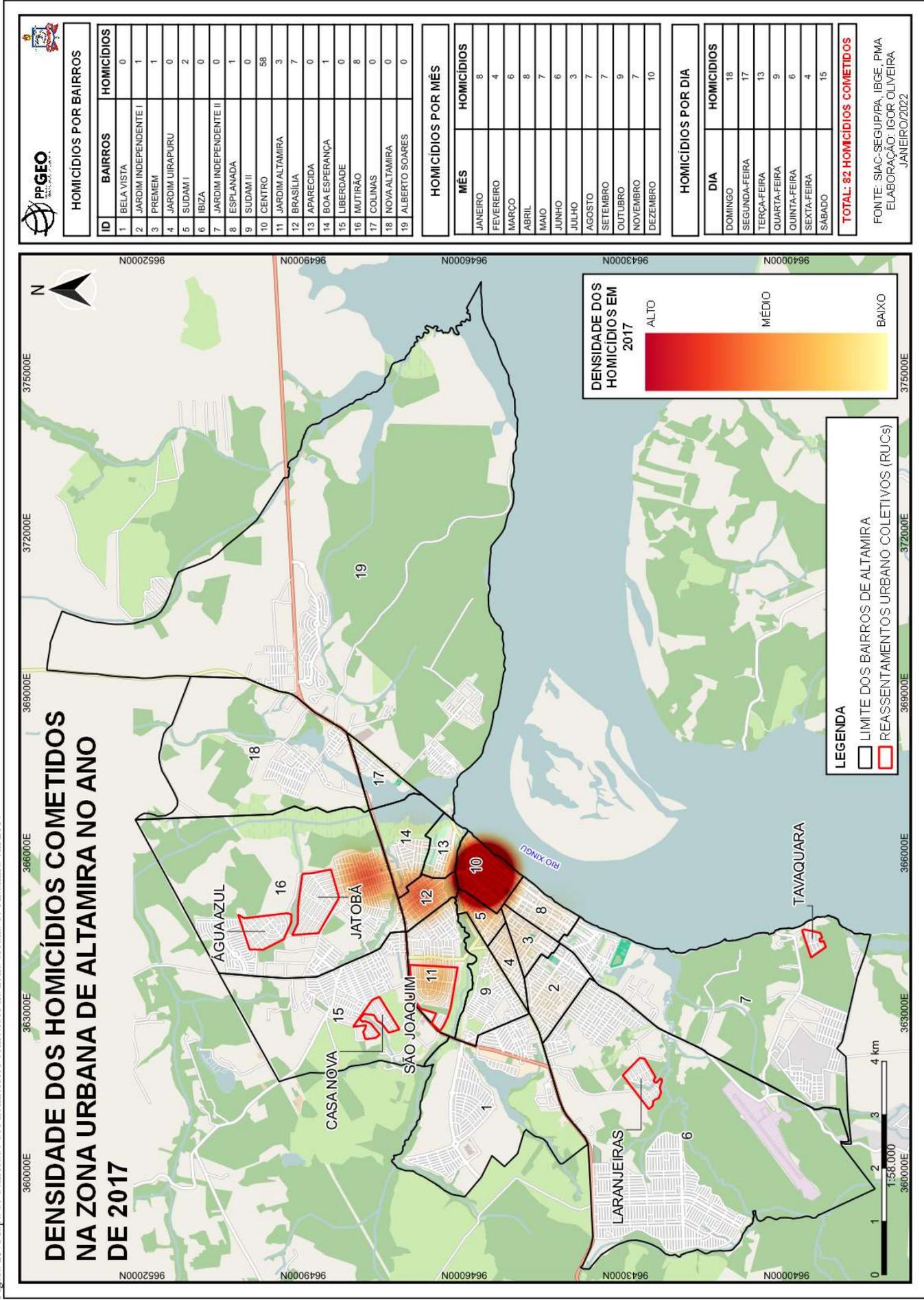


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Dos 96 homicídios cometidos em Altamira em 2017, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, constam 92 registros de homicídios, dos quais, 82 foram cometidos na zona urbana, e 10 foram cometidos na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2017.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2017, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

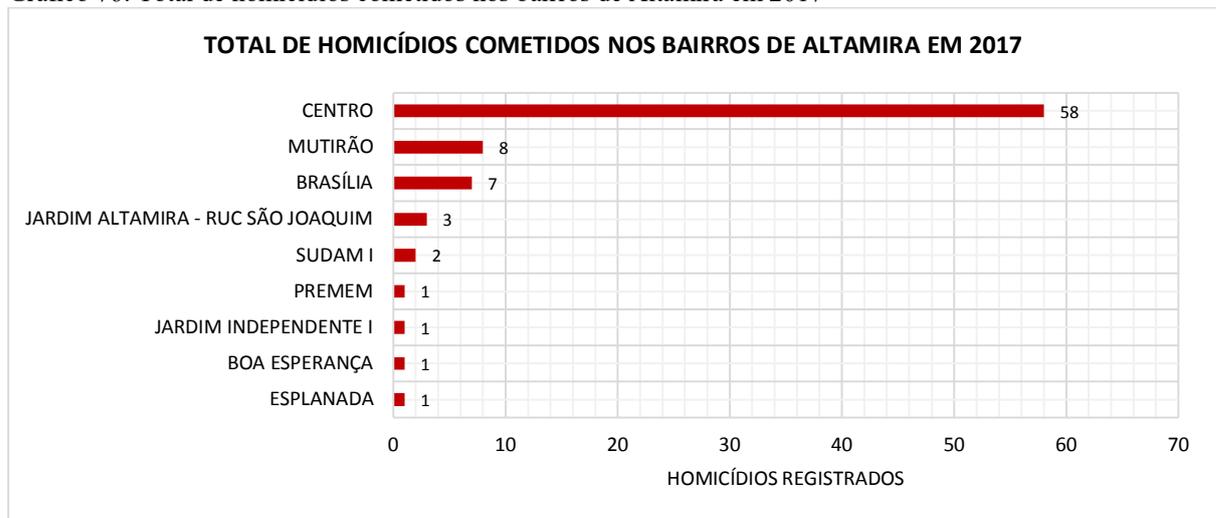
Figura 25: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2017



Elaboração:

O mapa acima nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2017, a espacialização dos registros nos mostra ainda que a área do bairro Centro concentra a maior densidade de casos de homicídios, foram registrados 58 homicídios, seguidos pelo bairro Mutirão com 8 registros de homicídios, e do bairro Brasília com 7 registros, há ainda 3 casos de homicídios cometidos no RUC São Joaquim que fica na área do bairro Jardim Altamira. O gráfico 76 abaixo nos apresenta os registros de homicídios por bairro:

Gráfico 76: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O padrão espacial dos registros, ainda apresenta o bairro Centro com uma alta concentração de homicídios ao longo do ano, seguindo o mesmo padrão dos anos anteriores, é possível observar também que nos dois últimos anos, houve uma redução dos homicídios nas áreas periféricas da cidade, contudo, o ano de 2017, volta a apresentar uma concentração alta de casos nestas áreas, importante notar também que neste ano, os registros nos mostram que há três casos de homicídios registrados no RUC São Joaquim. Os Reassentamentos Urbano Coletivos, nesse contexto, acabam por serem vistos por parte da população, como reduto de toda a sorte de crimes, uma vez que abrigam a população de baixa renda atingida pela obra, neste caso, os registros do SIAC-SEGUP/PA, nos mostram que há poucos casos de homicídios nestas áreas.

Os homicídios para este ano, ainda seguem o padrão de serem cometidos na sua maioria em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade, permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato. O gráfico 77 abaixo nos mostra estes valores:

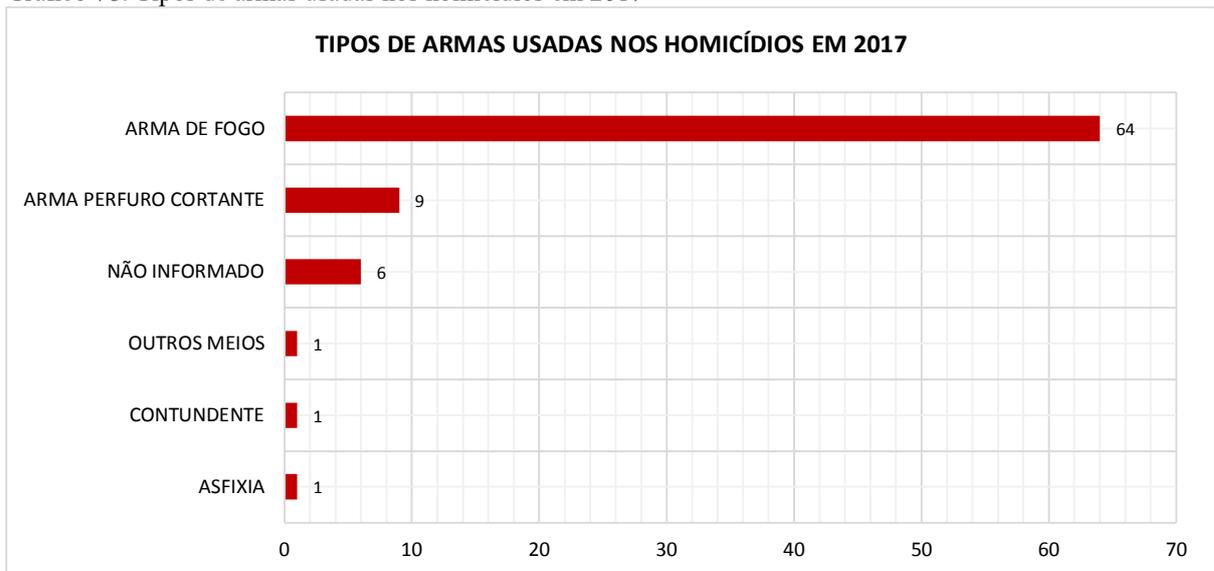
Gráfico 77: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Segundo os dados, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, o que representa um total de 78% em relação ao total de homicídios cometidos, quanto mais armas de fogo circulando, maiores são as chances de aumento dos homicídios por este tipo de armamento. Os homicídios por arma perfuro cortantes que é o segundo tipo de arma mais usada nos homicídios, representam apenas 10%. O gráfico 78 abaixo nos apresenta estes valores:

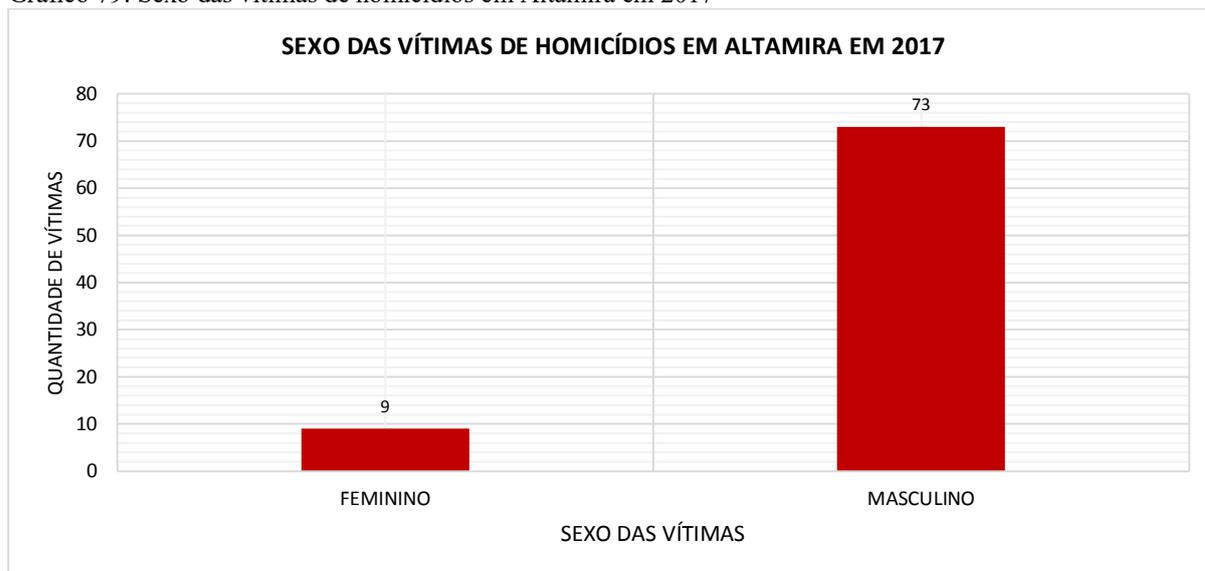
Gráfico 78: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As vítimas são na sua maioria homens com idades entre 18 a 64 anos, a média de idade das vítimas em 2017 foi de 27 anos, seguindo o padrão dos anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime de homicídio, os homens representam 80% das vítimas. As mulheres representam uma parcela dessas vítimas, as mulheres foram 10% das vítimas de homicídios em Altamira. O gráfico 79 abaixo nos mostra estes dados:

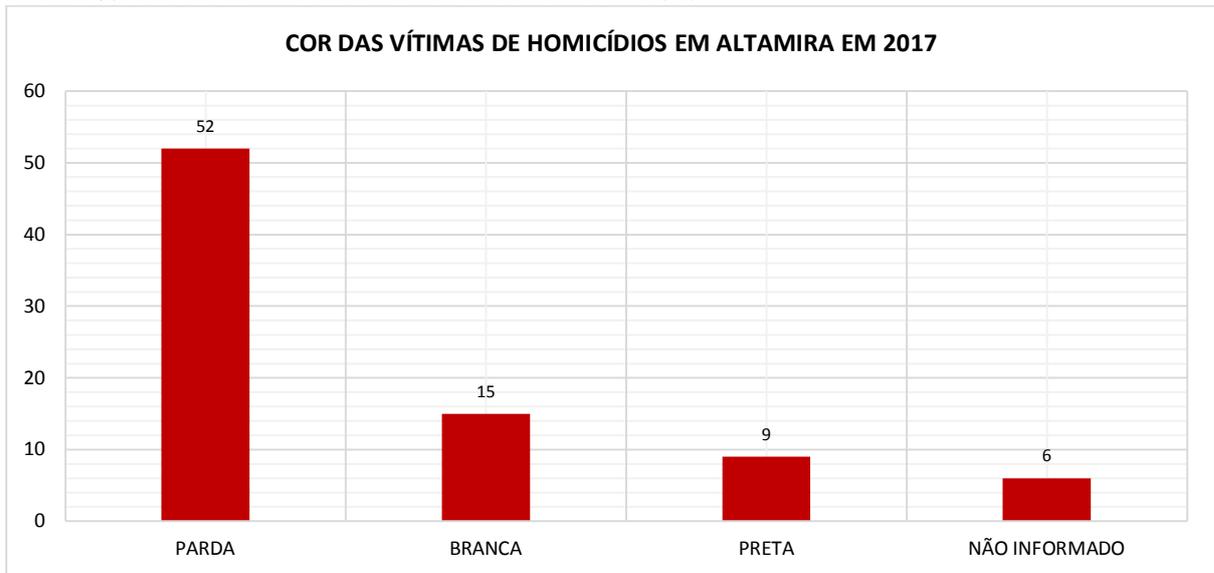
Gráfico 79: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os registros nos mostram que a maioria das vítimas são pessoas de cor parda, seguidos por pessoas de cor branca e preta. Os pardos representam 63% das vítimas, os brancos representam 18% das vítimas, e os pretos representam 10% das vítimas de homicídios em 2017. O gráfico 80 abaixo nos mostra estas informações dos números de vítimas pela cor:

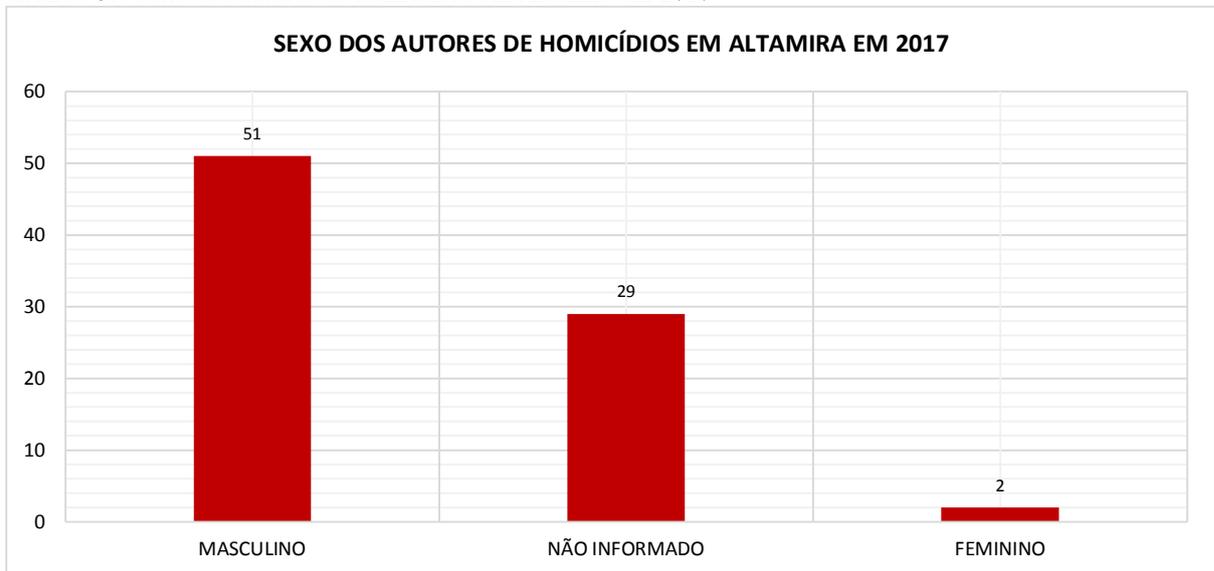
Gráfico 80: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Sobre os autores, os homicídios cometidos em 2017 têm como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 18 anos e 34 anos em média, os homens autores de homicídios representam 62%, mulheres autoras de homicídios representam 2% segundo os dados. Estes dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens jovens em crimes de homicídio. O gráfico 81 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 81: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2017, foram registrados homicídios em todos os meses do ano, o mês menos violento foi o mês de Julho (este mês também foi o menos violento no ano anterior), foram registrados 3 homicídios. Contudo, os meses mais violentos foram os meses de Dezembro com 10 homicídios registrados, Outubro com 9 registros, Janeiro e Abril com 8 homicídios

registrados. A média de homicídios cometidos, foi de 7 homicídios por mês, uma taxa de homicídios alta, 1 homicídio cometido a cada 4 dias. Os registros ainda nos informam que as causas presumíveis desses homicídios relacionam na sua maioria com o “ódio ou vingança”. O gráfico 82 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

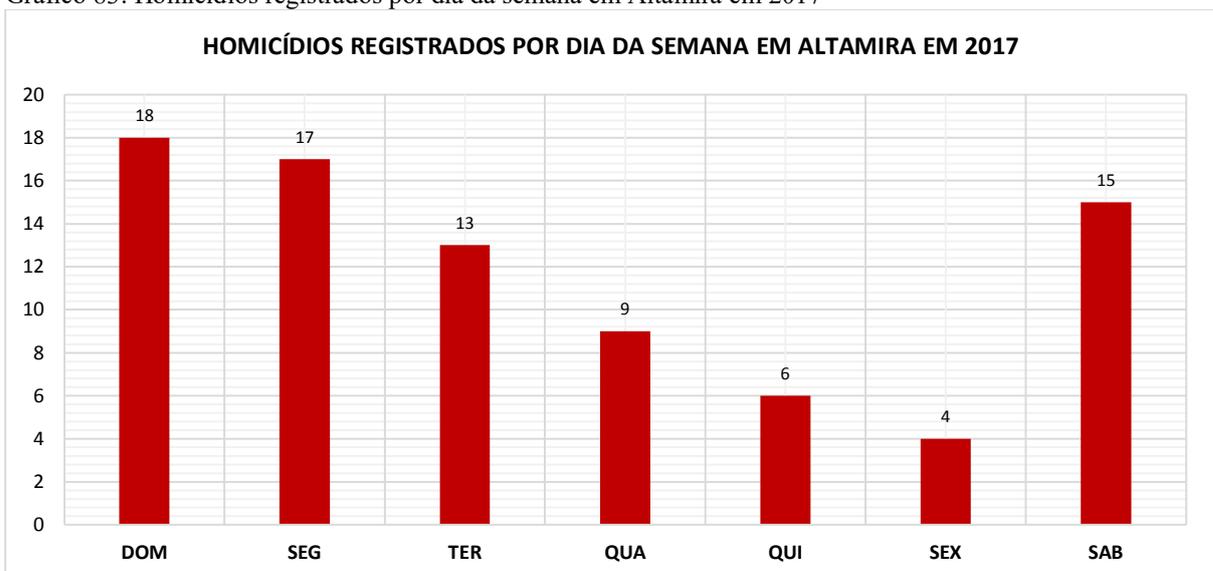
Gráfico 82: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dias de maiores ocorrências em 2017 estão relacionados ao fim de semana, principalmente aos sábados e domingos, e ao início da semana, precisamente a segunda-feira e a terça-feira. O dia mais violento foi o domingo com 18 homicídios registrados, o dia menos violento ao longo do ano foi a sexta-feira com 4 homicídios registrados, os dados nos revelam ainda, que a taxa de ocorrência por dia da semana é alta, média de 11 homicídios registrados por dia, ao longo do ano de 2017. O gráfico 83 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 83: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2017



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O contexto da cidade de Altamira neste ano agrega todas as mazelas tragas pela obra de Belo Monte em um cenário de caos social. Se nos anos iniciais a cidade sofria com o inchaço populacional, mas a economia local mostrava-se aquecida e com a taxa de emprego alta, o contexto desse ano é o avesso do que se vivenciou nos quatro primeiros anos de obra, sobra gente para um número efêmero de empregos, a cidade vivencia a ressaca de Belo Monte.

Nesse cenário de recesso econômico e uma alta taxa de desemprego, aliado a um contexto de exclusão social da população atingida pela obra, a cidade vivencia uma explosão de violência relacionados a uma guerra de facções criminosas que dominam o tráfico de drogas no país, guerra essa que se expande para a região da obra de Belo Monte, e que se apodera do contexto vivenciado pela cidade, o resultado disso é uma competição e um conflito voraz que atinge sobretudo a população menos favorecida, e, que traz contornos ainda não vivenciados para a região da obra. O contexto social e econômico de Altamira, favorece o ingresso de pessoas, a maioria homens jovens, com idade média de 15 a 31 anos, que enxergam no tráfico uma opção de trabalho, mesmo em meio a uma guerra declarada entre facções rivais. O resultado disso culminara no massacre no presídio que veremos nos próximos anos

4.1.9. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2018

O ano de 2018 é marcado por uma redução no total e nas taxas de homicídios cometidos, foram cometidos em Altamira neste ano, 78 homicídios, em comparação com o ano anterior, a redução foi de 19%, a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes foi de 68,91 homicídios, uma redução de 20% na taxa de homicídio. A tabela 30 abaixo apresenta os valores de crescimento do total e das taxas de homicídios cometidos:

Tabela 30: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2018

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%
2015 / 2016	-13%	-18%
2016 / 2017	32%	35%
2017 / 2018	-19%	-20%

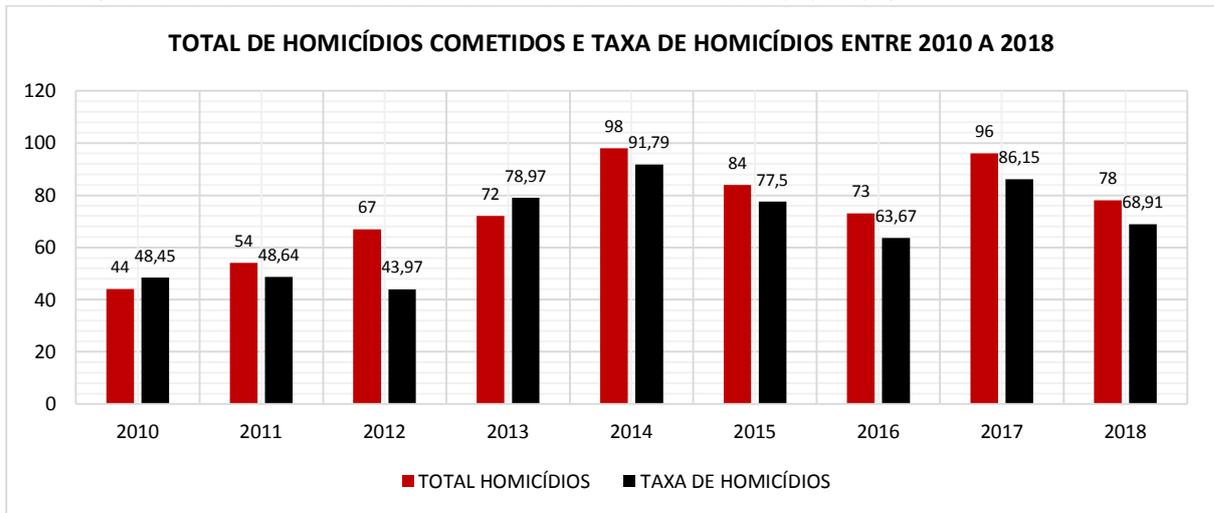
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Esta redução após um ano violento, pode ser explicado pelo trabalho realizado pelas forças de segurança, no combate e prevenção dos casos de homicídios através de um conjunto de medidas, um policiamento preventivo mais estratégico, e prevenção nos pontos mais críticos da zona urbana, entretanto, frisamos que, a grande maioria dos homicídios neste ano, relacionam-se com a guerra de facções pelo controle do tráfico de drogas na região.

Desse modo, apesar dos esforços das forças de segurança em garantir a redução dos casos de homicídios, segundo os dados, os homicídios ainda têm como causas presumíveis, o “ódio e a vingança”. Sobre isso, podemos refletir que os confrontos entre as facções em Altamira acabam por utilizar dessas duas causas para cometer o homicídio, uma vez que a violência praticada entre esses grupos criminosos tende a se tornar em ciclos de ódio ou vinganças, o que motiva a maioria dos homicídios relacionados ao tráfico na cidade.

O gráfico 84 abaixo, apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2018:

Gráfico 84: Total de homicídios cometidos e Taxa de homicídios entre 2010 a 2018

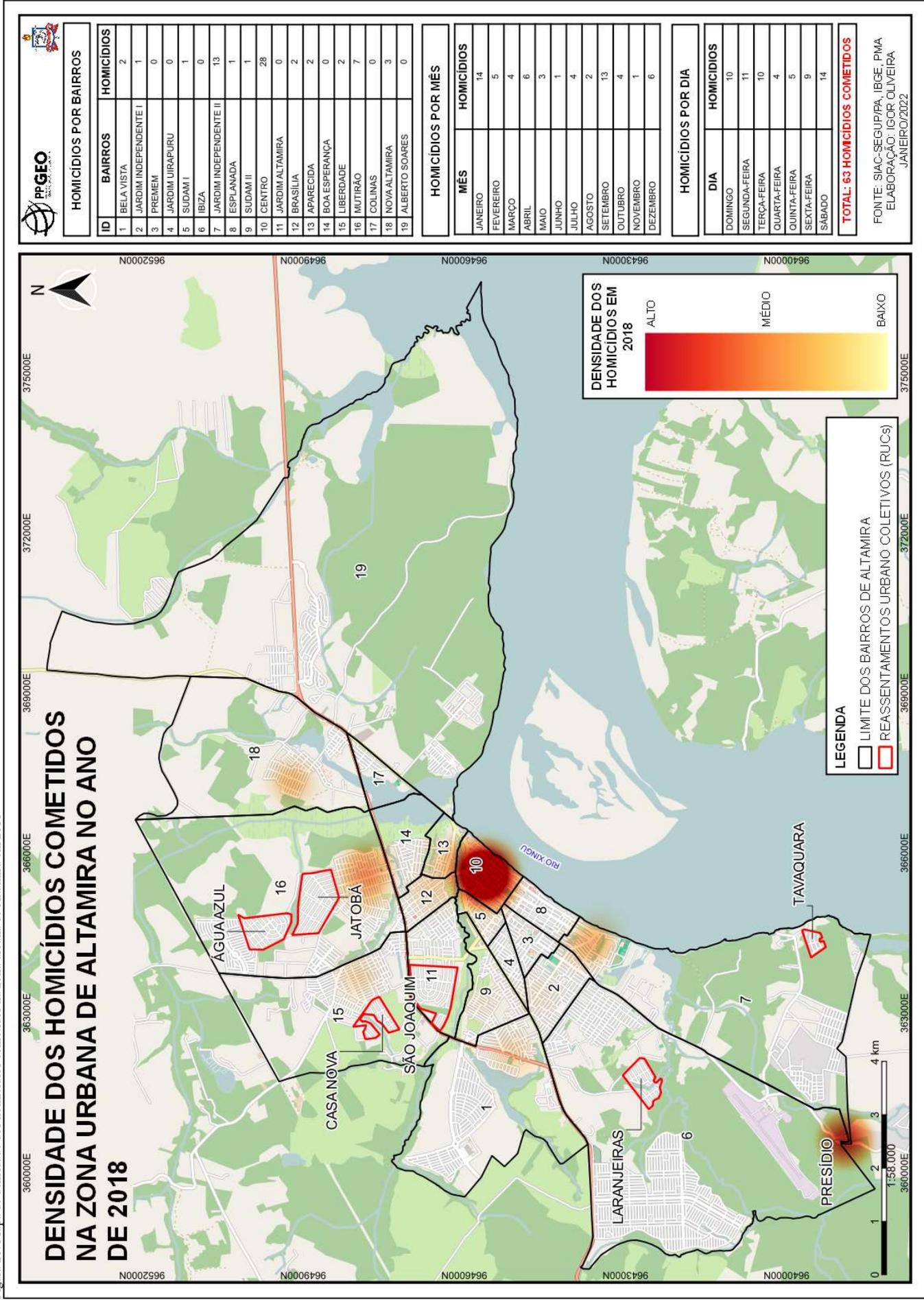


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Dos 78 homicídios cometidos em Altamira em 2018, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, constam 64 registros de homicídios, dos quais, 63 homicídios foram cometidos na zona urbana, e 1 homicídio foi cometido na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2018.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2018, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 26: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2018



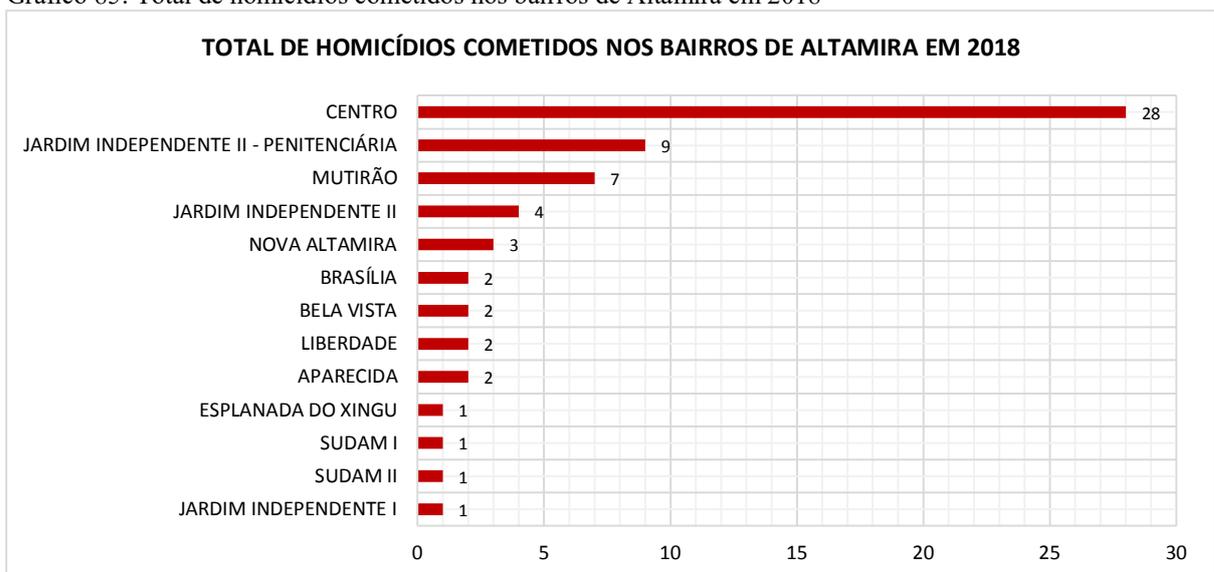
Elaboração:

O mapa acima nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2018, a espacialização dos registros nos mostra que o padrão espacial dos registros para este ano, segue a tendência dos anos anteriores tendo o bairro Centro com a maior densidade, entretanto a distribuição espacial é heterogênea, nota-se que há homicídios distribuídos em todos os sentidos da zona urbana, inclusive em áreas que ainda não apareciam nos registros até então, como o caso do bairro Nova Altamira, conhecido também como Santa Benedita e do bairro Liberdade.

Foram registrados no bairro Centro, 28 homicídios, uma redução expressiva se comparado com o ano anterior, contudo segue sendo o bairro com os maiores registros segundo os dados. O bairro Jardim Independente II foi o segundo com mais ocorrência em de homicídios, com 13 homicídios registrados, entretanto, frisamos que dessas 13 ocorrências, 10 foram cometidas no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT, conhecido como o presídio de Altamira.

Estes 9 homicídios cometidos no presídio, foram frutos de rebeliões que aconteceram ao longo do ano de 2018. Ao todo foram 3 rebeliões registradas, sendo a mais violenta cometida em Setembro de 2018 com 6 homicídios registrados. Seguindo, o bairro Mutirão apresentou 7 registros de homicídios. O gráfico 85 abaixo nos apresenta os registros de homicídios por bairro:

Gráfico 85: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2018

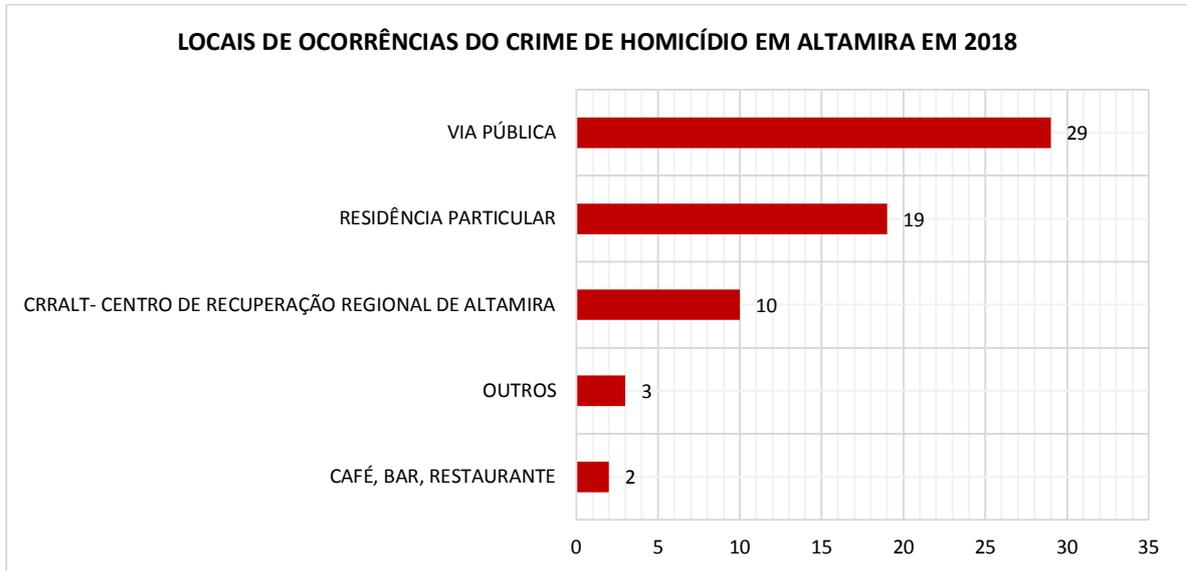


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os homicídios para este ano, ainda seguem o padrão de serem cometidos na sua maioria em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade,

permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato, como para se evadir do local. O gráfico 86 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 86: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Segundo os dados, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, o que representa um total de 57% em relação ao total de homicídios cometidos, sabe-se que quanto mais armas de fogo circulando, maiores são as chances de aumento dos homicídios por este tipo de armamento, o IPEA (2017) em seus estudos, evidenciam que a cada aumento de 1% a mais de armas circulando, aumenta-se em 2% o número de homicídios. Outros meios de execução representam 23%, e as armas perfuro cortantes representam 15% dos tipos de armas usados nos homicídios. O gráfico 87 abaixo nos apresenta estes valores:

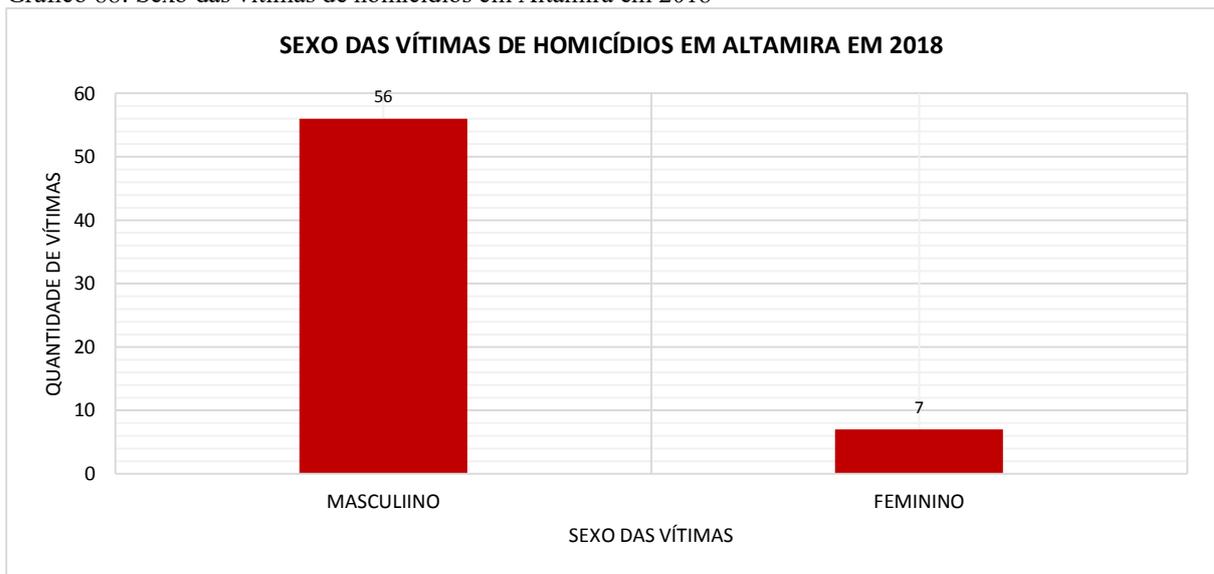
Gráfico 87: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As vítimas de homicídios em Altamira, são na sua maioria homens com idades entre 18 a 64 anos, a média de idade das vítimas em 2018 foi de 28 anos, seguindo o padrão dos anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime de homicídio, os homens representam 88% das vítimas. As mulheres representam uma parcela dessas vítimas, mulheres representam 10% das vítimas de homicídios em Altamira. O gráfico 88 abaixo nos mostra estes dados:

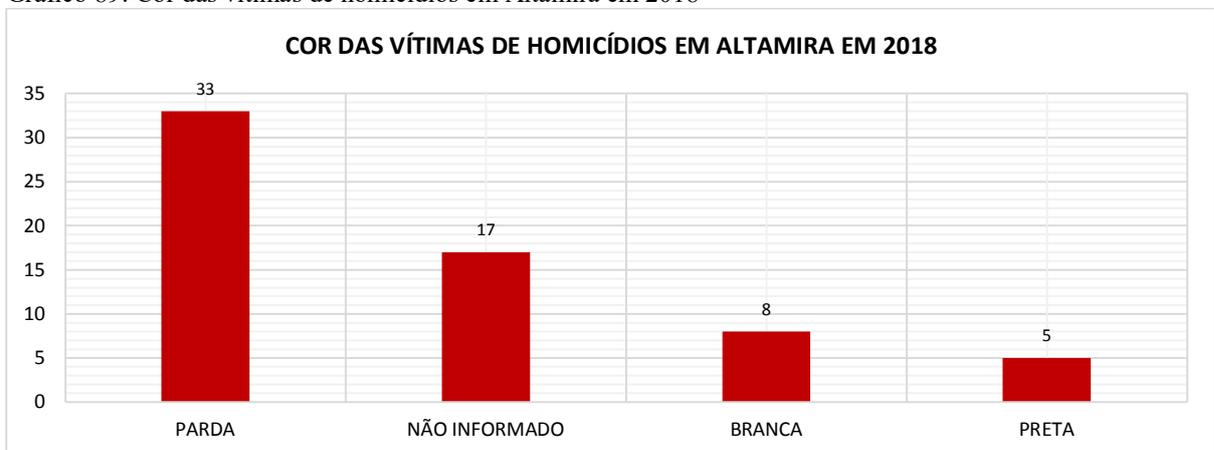
Gráfico 88: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os registros nos mostram que a maioria das vítimas são pessoas de cor parda, seguidos por pessoas de cor branca e preta. Os pardos representam 52% das vítimas, os brancos representam 12% das vítimas, e os pretos representam 7% das vítimas de homicídios em 2018. O gráfico 89 abaixo nos mostra estas informações dos números de vítimas pela cor:

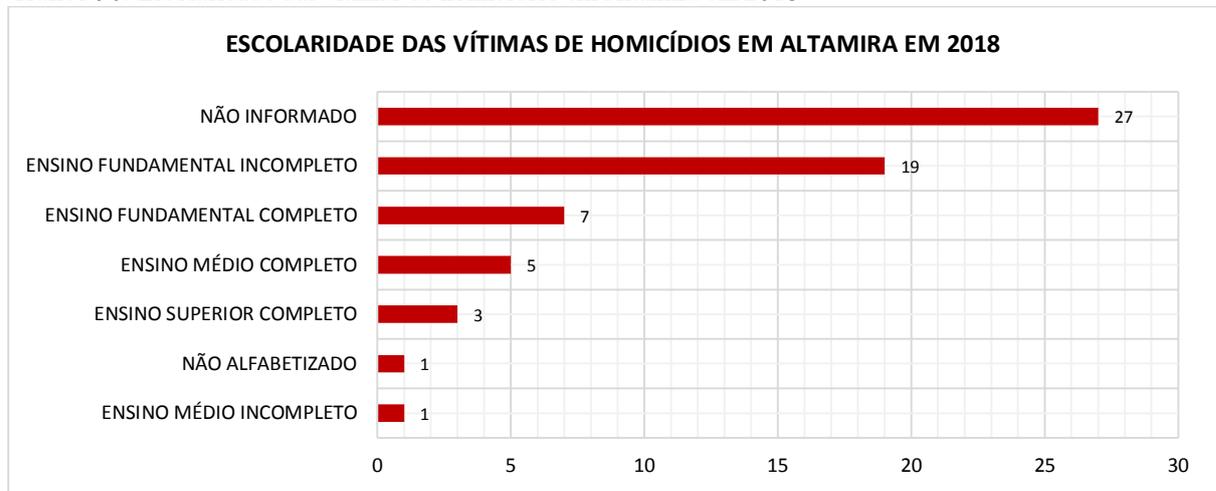
Gráfico 89: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

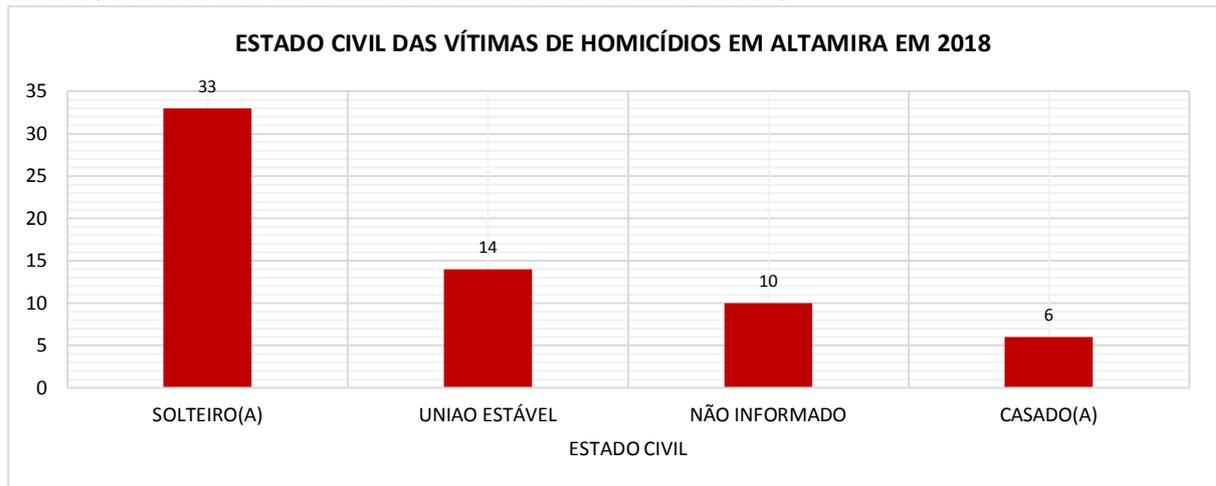
Há um dado relevante nos registros do ano 2018, sobre o grau de instrução das vítimas, nota-se que a maioria das vítimas não chegaram a completar o ensino fundamental, vítimas que possuíam até o ensino fundamental incompleto, representam 30% das vítimas. Vítimas que com o ensino fundamental completo, representam 11%. Vítimas com o ensino médio completo representam apenas 7%, e com ensino médio incompleto representam 1%. Vítimas com ensino superior são representadas por 4% das vítimas, vítimas analfabetas representam 1%. Além disso, os registros nos mostram o estado civil das vítimas, a grande maioria delas são pessoas solteiras. Os gráficos 90 e 91, nos mostram estes dados:

Gráfico 90: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 91: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2018

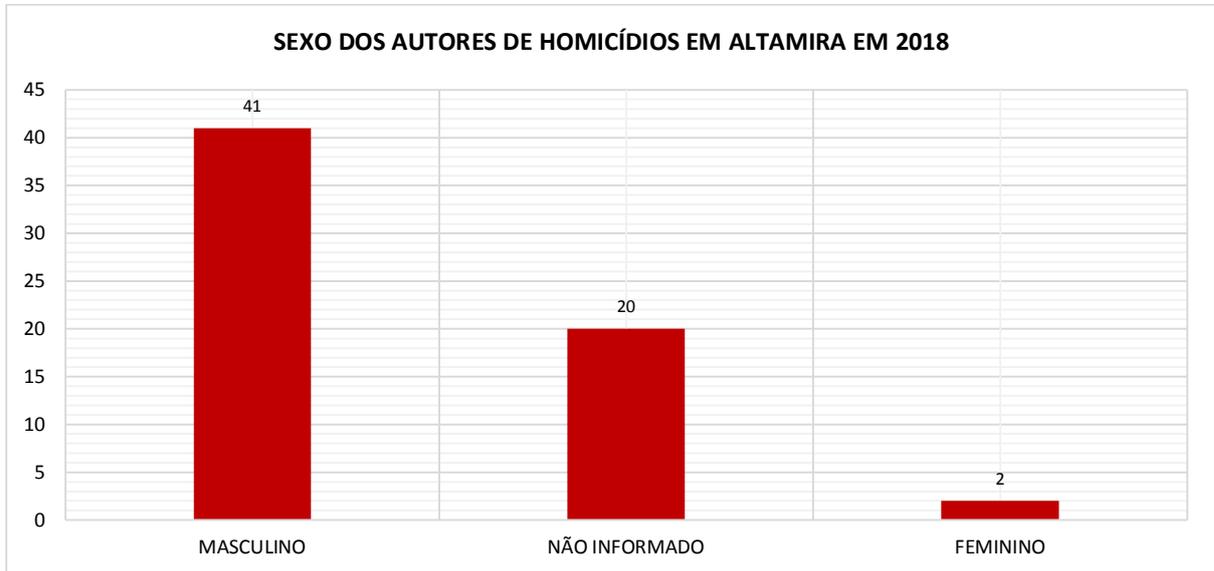


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Sobre os autores, os homicídios cometidos em 2018 têm como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 18 anos e 34 anos em média, os homens autores de homicídios representam 65%, mulheres autoras de homicídios representam 3% segundo os dados. Estes

dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens em crimes de homicídio, sobretudo homens jovens. O gráfico 92 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 92: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2018, foram registrados homicídios em todos os meses do ano, o mês menos violento foi o mês de Junho, foi registrado 1 homicídio. Contudo, os meses mais violentos foram os meses de Janeiro com 14 homicídios registrados e Outubro com 13 registros. A média de homicídios cometidos, foi de 5 homicídios por mês, uma taxa de homicídios alta, 1 homicídio cometido a cada 6 dias. Os registros ainda nos informam que as causas presumíveis desses homicídios relacionam na sua maioria com o “ódio ou vingança”. O gráfico 93 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

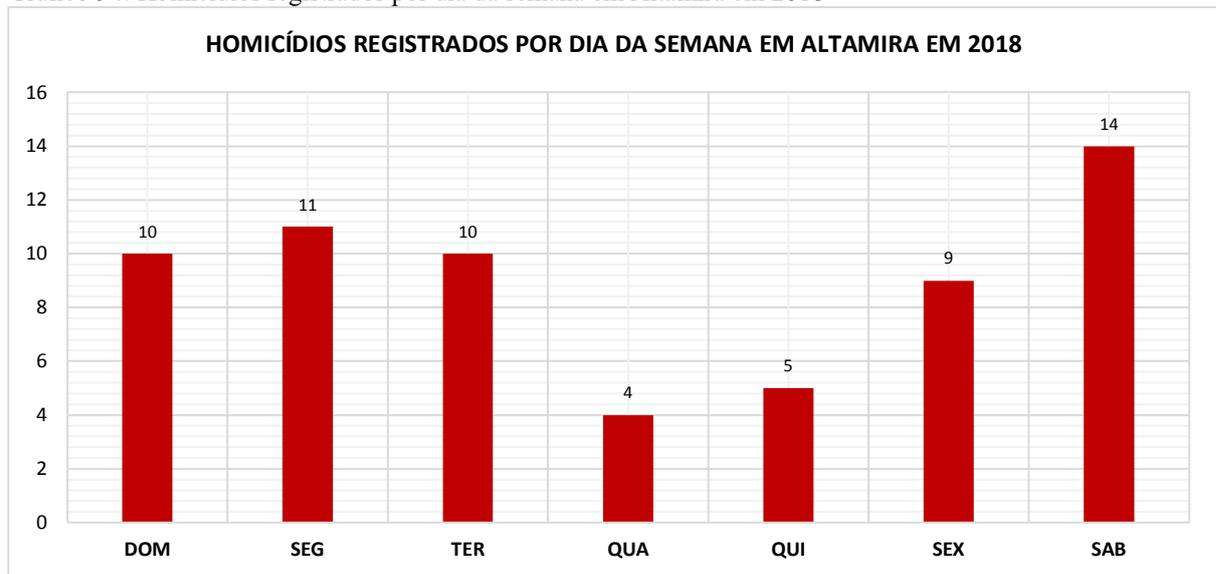
Gráfico 93: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dias de maiores ocorrências em 2018 também estão relacionados ao fim de semana, principalmente aos sábados e domingos, e ao início da semana, precisamente a segunda-feira e a terça-feira. Os dias mais violentos foram aos sábados com 14 homicídios registrados, os dias menos violento ao longo do ano foram as quartas-feiras com 4 homicídios registrados, os dados nos revelam ainda, que a taxa de ocorrência por dia da semana é alta, média de 9 homicídios registrados por dia, ao longo do ano de 2018. O gráfico 94 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 94: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2018



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2017 é considerado um marco na rixa entre os principais grupos criminosos do país, o estopim começa pelo controle total dos presídios brasileiros, o cenário do sistema carcerário brasileiro é precário, o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Controlar os presídios mostra poder, permite a conquista de novos adeptos, e garantem um processo de retroalimentação que engrossa as fileiras de membros de cada grupo criminoso, tanto dentro, como fora dos presídios. Além disso, a expansão desses grupos criminosos para outras áreas que não sejam as suas de origem, acabam por gerar conflitos com outros grupos considerados locais. Em Altamira, com o inchaço populacional por conta das obras de Belo Monte, a demanda por droga também manteve um crescimento, vide os registros do SIAC-SEGUP/PA sobre as apreensões de drogas no período de pico da obra.

A criação de uma facção local conhecido como Comando Classe A neste período de construção de Belo Monte, garantiu o abastecimento de ilícitos na região, entretanto a hegemonia do grupo se abalou com a expansão das maiores facções brasileiras para regiões de

fronteiras e rotas do tráfico, a guerra declarada entre PCC e CV, expande-se desse modo também para a região da obra de Belo Monte. Assim, com a chegada das facções maiores, quebra-se uma rede de domínio do controle do tráfico, que necessita ou “bater de frente” ou se articular com um grupo criminoso maior, o embate bélico entre estes grupos criminosos nesse sentido passa a ser iminente, tende de ser uma ação para recuperar ou não perder o controle, e que também mostra poder.

Com o cenário de Altamira de recessão econômica e uma alta taxa de desemprego após o boom de Belo Monte, estes grupos criminosos encontram forças para recrutar novos adeptos, principalmente na população atingida pela obra que enxerga no tráfico uma oportunidade de trabalho e garantia de uma renda, mesmo que seja ilícito. Os dados aqui levantados, nos mostram que o contexto social tanto das vítimas como dos autores, é de vulnerabilidade social, atingindo sobretudo uma população jovem com baixa escolaridade e com poucas oportunidades.

Desse modo, estes conflitos ganharam contornos de extrema violência, contudo, mesmo que em 2018 tenha tido uma queda no total e nas taxas de homicídios, a grande maioria dos homicídios relaciona-se com os embates entre estes grupos criminosos. Sobre a população carcerária, e o domínio dos presídios, a cidade de Altamira também sente o reflexo dessa política de domínio dos presídios pelos grupos criminosos, fato este, que culminara em 2019, com o maior massacre de presos dentro dos presídios brasileiros depois do massacre do Carandiru.

4.1.10. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2019

O ano de 2019 em Altamira é marcado como o ano do Massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT, no dia 29 de julho, segundo a SUSIPE, pela manhã, internos membros do CCA invadiram as celas onde ficavam internos membros do CV, e atearam fogo provocando um incêndio, 42 presos morreram asfixiados pela fumaça e outros 16 foram decapitados. Horas depois, mais 4 presos foram mortos com sinais de estrangulamento em um caminhão-cela que fazia o transporte de transferência de 30 presos para Belém-PA. Ao todo 62 internos do CRRALT foram mortos no massacre, que ficou marcado com o 2º maior massacre do Brasil, perdendo apenas para o massacre do Carandiru em São Paulo no ano de 1992.

Anteriormente a 2019, é importante frisar que em 2018, como os dados da SIAC-SEGUP/PA nos mostram, houve uma outra rebelião de internos no CRRALT que culminou

com o homicídio de 10 internos. Os dois confrontos, nos mostram a precariedade do sistema carcerário brasileiro e como ele forja estes conflitos dentro dos presídios, o país tem umas das maiores populações carcerárias do mundo, algo muito perto dos 800 mil presos. Em 2019, segundos dados da SUSIPE, havia nos presídios paraenses 20.446 custodiados, um número bem maior que o dobro de vagas disponíveis no sistema paraense, em Altamira os dados do relatório da CNJ (2019) explanam que havia uma superlotação no presídio, haviam 311 custodiados para uma capacidade de 163 vagas vivendo em condições insalubres de custódia e convivência, um número quase duas vezes maior de pessoas encarceradas no sistema.

De certo, que o massacre do presídio de Altamira é fruto das guerras entre facções que se instalaram na região, mas também é fruto de políticas públicas que insistem reproduzir meios que até o momento nunca deram certo, como a política de encarceramento do país, nunca se encarcerou tanto como nos últimos anos no país, como evidenciam Manso e Dias (2018). Entretanto, é importante refletir sobre, o encarceramento em massa não implica em uma redução da criminalidade, vide as taxas de homicídios que o país alcançou nos últimos anos, onde, pelo contrário, o encarceramento em massa brasileiro, produz a criação de um vínculo muito mais fortificado entre os membros do mundo do crime dentro das prisões, e, também fora delas, visto as condições insalubres que estas estruturas fornecem aos seus ocupantes.

Entre 2007 a 2017 os números de homicídios no país foram os mais altos desde que passou a serem contabilizadas as ocorrências no país, tanto que em 2017, foram cometidos no Brasil, 65.602 homicídios, um número parecido e até superior aos de confrontos mais bélicos, como os confrontos que acontecem nas guerras mundo a fora. Em outras palavras, os presídios brasileiros fortalecem os grupos criminosos, uma vez que a cada ingresso de um novo interno no sistema penal, há um potencial grande desse interno engrossar as fileiras de combatentes dos grupos criminosos, assim, dominar estas estruturas do estado, é de grande importância para a manutenção desses grupos.

Além disso, há outro potencial fora do muro dos presídios, que também exercem um papel de influência importante na formação e reprodução desses grupos criminosos, a vulnerabilidade social e econômica da população, principalmente a população de áreas que são esquecidas ou abandonadas pelo Estado, que carecem de oportunidades e direitos, lugares onde o estado não se faz presente com as suas políticas públicas voltadas a uma qualidade de vida melhor para a população, são palcos de recrutamento destes agentes paralelos, que tendem a exercer muitas das vezes o poder de estado, legislar, judiciar e executar, torna-se

então parte dos poderes destes grupos criminosos. Diante dessa realidade de vulnerabilidade social e econômica da população, se associar a estes grupos criminosos muitas das vezes, é a única opção para ter uma vida com mais dignidade, ou ter uma renda, mesmo sabendo dos riscos a correr.

Em Altamira, com a chegada do empreendimento de Belo Monte, criou-se um cenário promissor para a chegada destes grupos criminosos organizados, se antes em Altamira muitas das relações de conflitos no espaço urbano era motivado por brigas entre gangues de bairros, com a chegada de um grande contingente populacional e uma alta demanda por drogas, as gangues de bairros foram deixadas de lado, e o que se estabeleceu foram grupos muito mais organizados, articulados e complexos, o objetivo, prover ilícitos para o comércio de drogas, tão aquecido e “promissor” com a chegada de Belo Monte na região.

Desse modo temos dois cenários em Altamira, um antes do rompimento e a declaração de guerra nacional entre PCC e CV em 2017, e um após o rompimento de relações dessas duas organizações criminosas, com consequências muito mais latentes.

No primeiro cenário temos uma alta demanda de drogas e uma circulação de capital favorável, o que favorece o comércio de entorpecentes na cidade, propiciadas sobretudo pelo intenso fluxo populacional em Altamira, elencamos que o alto fluxo de pessoas, a circulação de capital e de materiais ilícitos nesse cenário, necessitam de uma atenção especial por parte das políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade, visto que tais variáveis tem o potencial de aumentar a criminalidade, no caso de Altamira, estas proposições foram subdimensionadas pelo consórcio construtor e governo do estado. De 2010 a 2015, segundo os dados do SIAC-SEGUP/PA, o crescimento no total de apreensões de drogas em Altamira pela polícia foi de 351%, um número considerável que registra o aumento desse comércio na região.

Assim, para abastecer e suprir a demanda do comércio de drogas na região, fez-se necessário existir uma organização que propiciasse uma articulação com fornecedores primários, desse modo, em Altamira, surge uma facção local para suprir essa demanda, o Comando Classe A. Frisamos que a existência do CCA data desde o ano de 2008, porém, a facção local ganhou forças na região nos anos de construção da UHE Belo Monte.

Os registros do SIAC-SEGUP, até o ano de 2015, nos mostram que não há menções sobre as motivações dos homicídios estarem relacionados a guerra do tráfico na região, não se tinha relatos de uma guerra deflagrada entre organizações criminosas, o que nos leva a crer que o grupo criminoso local não apresentava conflitos com possíveis grupos rivais em

território altamirense até esta data. Entretanto, este cenário se altera nos anos seguintes, os conflitos entre facções criminosas relacionam-se com o segundo cenário em Altamira, e ganha contextos mais belicosos a partir de 2017, com a chegada das facções do sudeste do país para a região de Altamira em busca de expandir seus negócios e domínio destas novas áreas.

Com a quebra dos acordos de paz entre PCC e CV, a partir de 2017, inicia-se um confronto sangrento entre esses grupos, que se expande para outras regiões do país, sobretudo o Norte e o Nordeste brasileiro, regiões que são porta de entrada (fronteiras) e porta de saída (rodovias, aeroportos e portos) para as drogas comercializadas no país, dominar estas duas regiões é um importante passo para a política de expansão e hegemonização desses grupos criminosos, entretanto, é uma empreitada que atesta ser difícil, vide a formação de grupos locais que atuam no mesmo molde, e que tendem a rivalizar com a chegada desses grupos estrangeiros.

Todavia, esse movimento expansionista em direção as regiões Norte e Nordeste não ficaram livres de conflitos com organizações criminosas locais que já atuavam nestas regiões, e que foram formadas praticamente nos mesmos moldes das facções de São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS et al., 2020). Assim, Manso e Dias (2018) e Santos et al. (2020) explicam que estes grupos no intuito de expandir suas áreas de atuação, podem encontrar outros grupos de criminosos que poderão fazer frente a esse movimento expansionista, desse modo, estes confrontos serão de maneira inevitável, violentos e armados.

Como apresentado nos dados do capítulo 2 deste trabalho, alguns estados dessas duas regiões não figuravam entre os estados mais violentos do país em anos anteriores, contudo este cenário muda, a partir do momento em que há início o movimento expansionista do crime organizado para estas regiões, desse modo, verifica-se que o crescimento da violência é exponencial, e as taxas de homicídios explodem em ambas as regiões.

O que se segue como consequência dessa disputa, pode ser avaliado como uma busca ou disputa pelo poder primeiramente, e secundamente, pelo controle do território em busca de hegemonia no comércio de drogas, nesse sentido, dominar locais que servem de porta de entrada, comércio e rota da droga, é essencial para o sucesso da política de expansão, e da manutenção econômica desses grupos criminosos, assim, o uso da violência letal para alcançar esses objetivos é o principal meio para desbancar os rivais no mundo do crime.

Assim sendo, no cenário da região de obras de Belo Monte, o confronto em Altamira foi inevitável, de um lado temos uma facção local atuante, e do outro uma facção estrangeira que tenta ingressar e dominar o comércio da região. Como o comércio de drogas trata-se de

um comércio ilícito, qualquer disputa mais grave não é mediado pela justiça legal, desse modo, a violência, sobretudo armada, se faz presente como mediador e regulador dos problemas. Dessa maneira, os conflitos reproduzidos no espaço urbano ganharam outras nuances, muito mais beligerantes e sangrentas. O embate entre CCA e CV alavancaram os números de homicídios cometidos na cidade, pelas esquinas e muros da cidade, é fácil encontrar as siglas de ambas organizações “pichadas”, principalmente nos bairros periféricos, como se demarcassem os territórios de controle ou com o objetivo de demonstrar poder para os rivais para mostrar “quem manda” e que permanece atuante no local.

Segundo os dados do SIAC-SEGUP/PA, de 2010 a 2014 foram cometidos em Altamira 355 homicídios, de 2015 a 2019, foram cometidos 471 homicídios, um crescimento de 32% em relação aos primeiros 5 anos. Assim, o período de 2015 a 2019 foi muito mais violento na cidade, com uma taxa média de 89 homicídios ao ano. Ainda que o massacre de Altamira não acontecesse e não fosse o responsável por 62 homicídios em 2019, tal período seria ainda o mais violento com 409 homicídios cometidos entre 2015 a 2019. Estes números nos ajudam a entender os dois cenários que aqui mencionamos, assim, o crescimento dos homicídios exaltam-se muito mais, no período de guerra deflagrada entre as facções atuantes em Altamira. A tabela 31 abaixo, nos mostra o crescimento percentual dos homicídios e das taxas de homicídios cometidos no período de 2010 a 2019:

Tabela 31: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2019

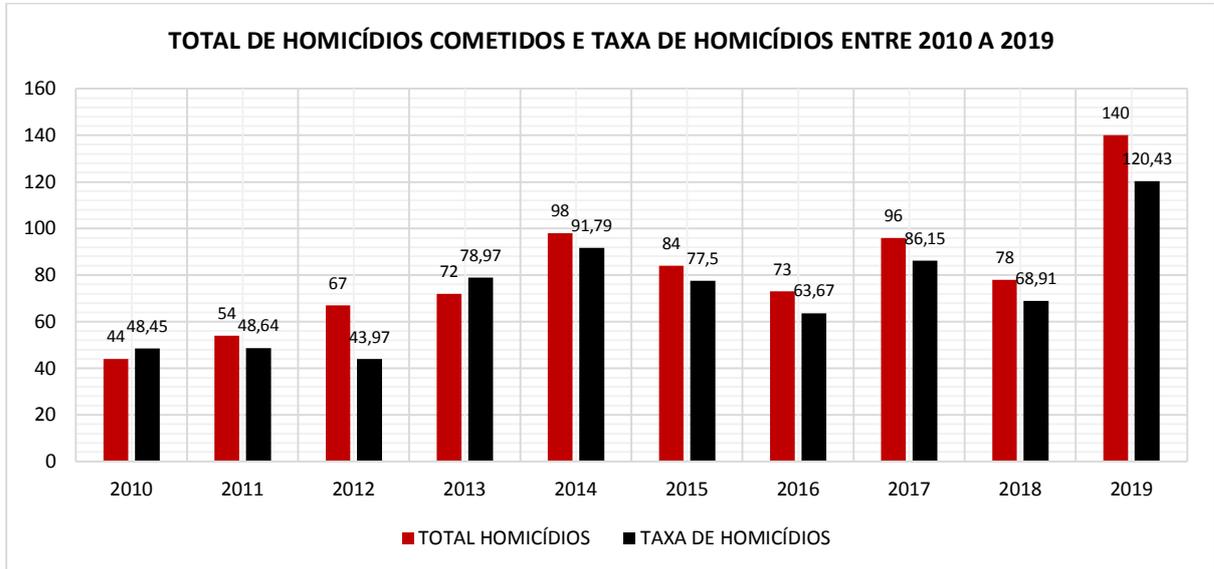
CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%
2015 / 2016	-13%	-18%
2016 / 2017	32%	35%
2017 / 2018	-19%	-20%
2018 / 2019	79%	75%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Nota-se que em comparação com o período de 2017 a 2018, o crescimento dos homicídios foi de 79%, e a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, teve um crescimento de 75%. De 2010 a 2019, nota-se também que houveram 4 períodos em que os totais de homicídios e taxas de homicídios tiveram redução, contudo, os números de homicídios cometidos são relativamente altos, uma média de 80 homicídios cometidos por

ano, o que dá algo em torno de 7 homicídios cometidos por mês em Altamira. O gráfico 95 abaixo, apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2019:

Gráfico 95: Total de homicídios cometidos e taxa de homicídios entre 2010 a 2019



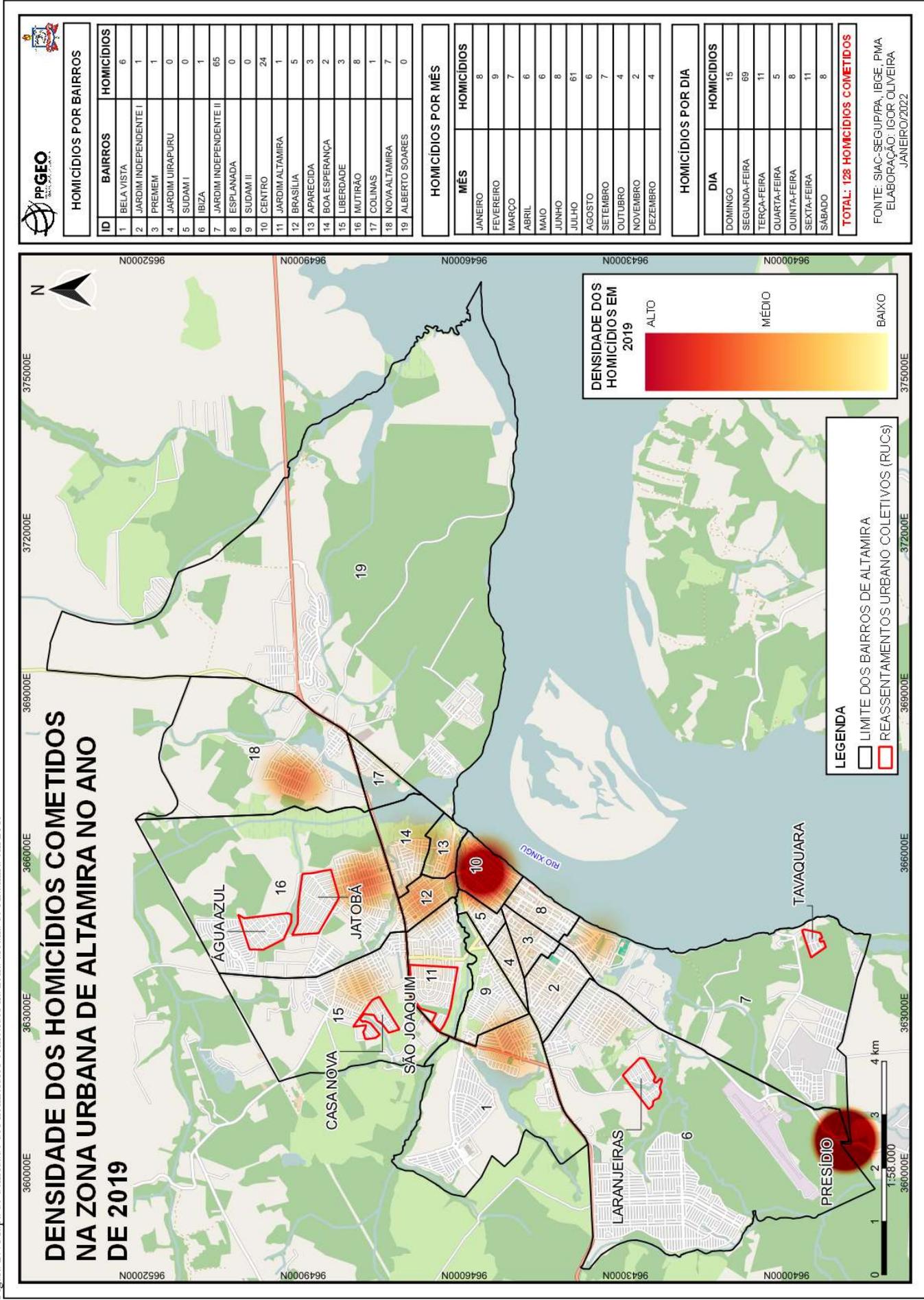
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2019, foram cometidos em Altamira 140 homicídios, um número inédito nas estatísticas altamirenses e muito superior a qualquer registro. Contudo, este número pode ser considerado um número excepcional, marcado sobretudo pelo massacre no presídio de Altamira, todavia, apesar de ser excepcional, os conflitos precedentes entre as facções nos anos anteriores ao massacre em Altamira, o histórico de conflitos entre facções nos últimos anos no Brasil e seus contornos, o contexto e as consequências desses confrontos, explicitam que os números de homicídios provocados por estes conflitos na zona urbana de Altamira, poderiam alcançar um número bem maior, como de fato ocorreu.

Dos 140 homicídios cometidos em Altamira em 2019, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA constam 130 registros de homicídios, dos quais, 128 homicídios foram cometidos na zona urbana, e 2 homicídios foram cometidos na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2019.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2019, o mapa nos mostra os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 27: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2019

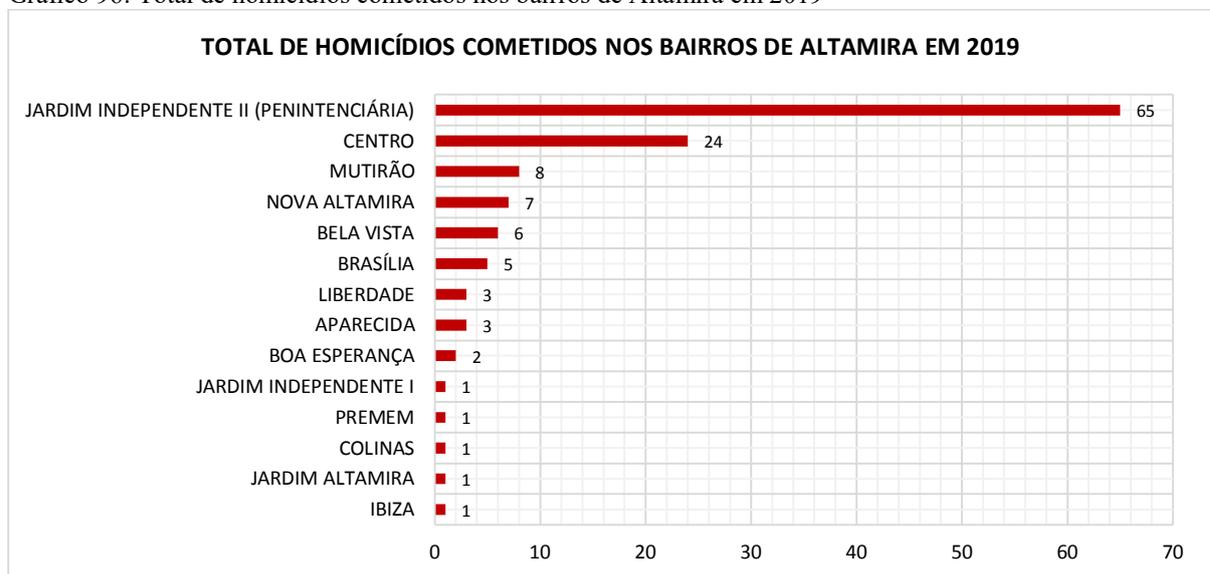


Elaboração:

O mapa acima nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2019, a espacialização dos registros nos mostra que o padrão espacial dos registros para este ano é diferente dos anos anteriores, nota-se que a o espraiamento dos homicídios se dá em todas as direções da zona urbana. Além da área do centro de Altamira, há incidência de homicídios em bairros bem afastados da zona central da cidade. Dos 19 bairros oficiais de Altamira, 14 bairros apresentaram registros de homicídios, nota-se ainda que a área do bairro Centro ainda apresenta uma grande concentração com 24 homicídios registrados, entretanto, é possível observar que os bairros que estão distantes do centro urbano apresentam também um quantitativo elevado de registros, sobretudo alguns bairros considerados periféricos, como Mutirão, Bela Vista e Nova Altamira.

Além do bairro Centro, podemos notar também que o mapa apresenta os homicídios registrados no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT, assim, em 2019, temos dois locais com uma concentração de homicídios, contudo, como posto, esta espacialização apresenta uma condição de excepcionalidade quando consideramos que o massacre no presídio é um evento excepcional. Assim, o gráfico 96 abaixo nos apresenta os registros de homicídios por bairro:

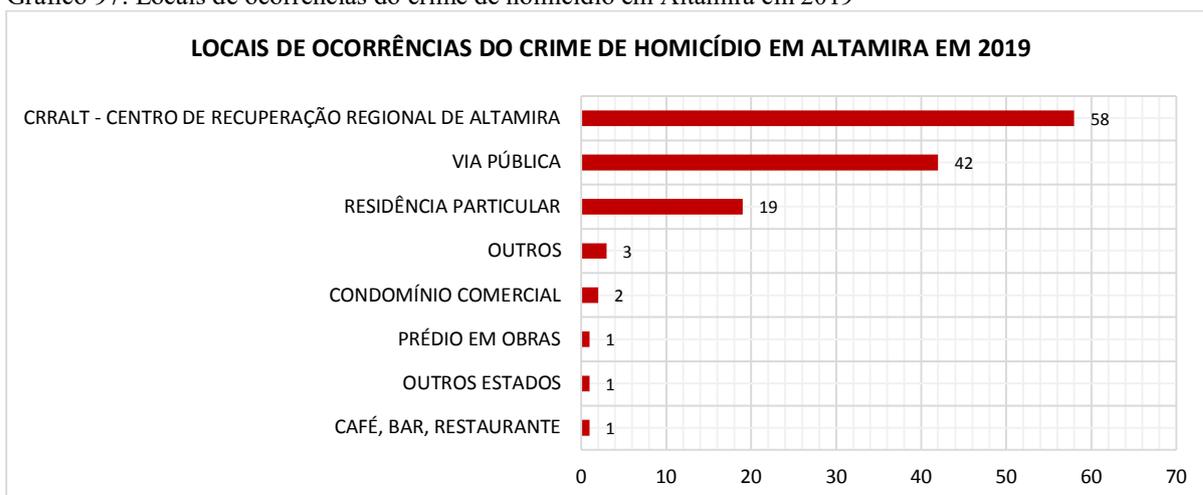
Gráfico 96: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os homicídios cometidos em 2019, ainda seguem o padrão de serem cometidos na sua maioria em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade, permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato, como para se evadir do local, principalmente em locais aonde a infraestrutura urbana é precária. O gráfico 97 abaixo nos mostra estes valores:

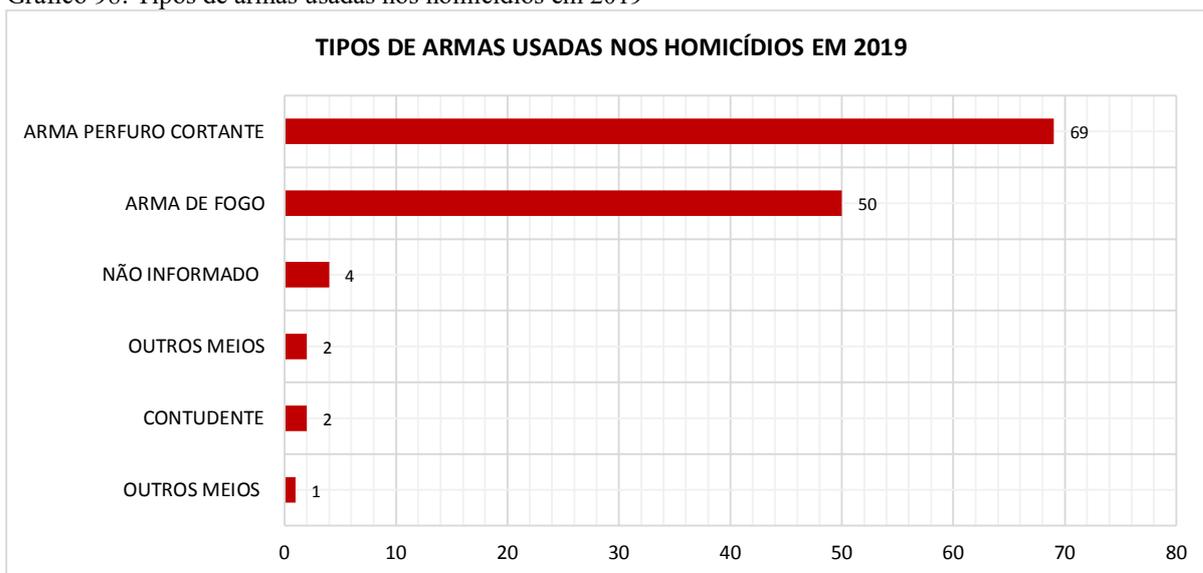
Gráfico 97: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Segundo os dados, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, cerca de 50 homicídios foram cometidos através deste meio em Altamira em 2019. Contudo, os homicídios cometidos no presídio, revelam que a maioria das mortes foram realizadas através de armas perfuro cortantes, como “estoques”, que são armas fabricadas de modo grosseiro e improvisado, com qualquer material que possa ser afiado ou ter uma ponta aguda. Assim, os homicídios cometidos por arma de fogo compreendem cerca de 39% dos casos registrados, as armas perfuro cortantes corresponderam a 53% dos meios empregados nos casos de homicídios em Altamira no ano de 2019. O gráfico 98 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 98: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2019

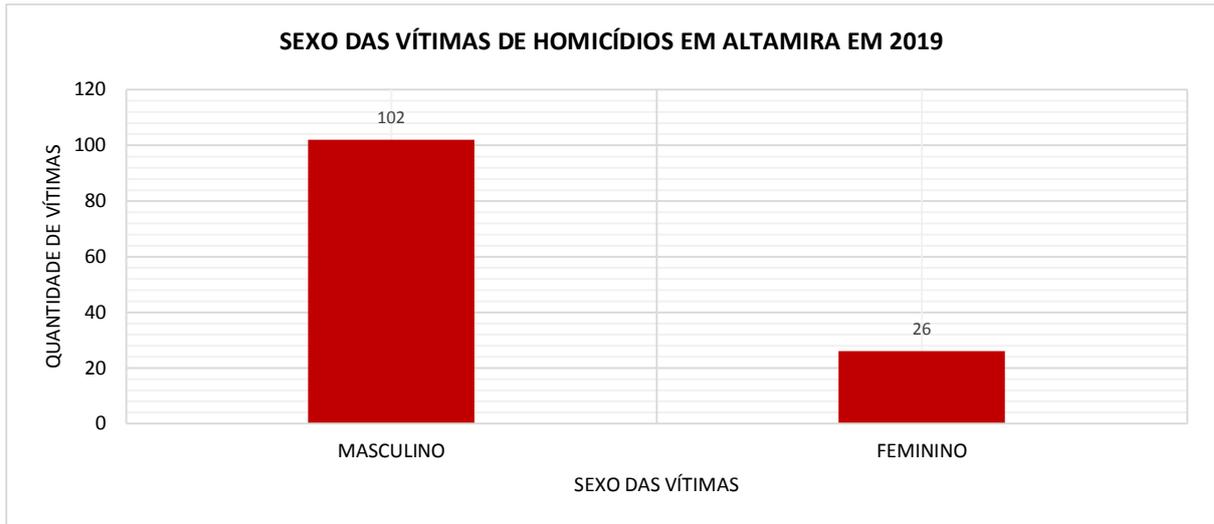


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As vítimas de homicídios em Altamira, são na sua maioria homens com idades entre 13 a 39 anos, a média de idade das vítimas em 2019 foi de 27 anos, seguindo o padrão dos

anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime de homicídio, os homens representam 80% das vítimas. As mulheres representam 20% das vítimas de homicídios em Altamira, observamos que em 2019, o número de mulheres vítimas de homicídio foi o mais alto desde 2010, ao todo, 26 mulheres foram vítimas. O gráfico 00 abaixo nos mostra estes dados:

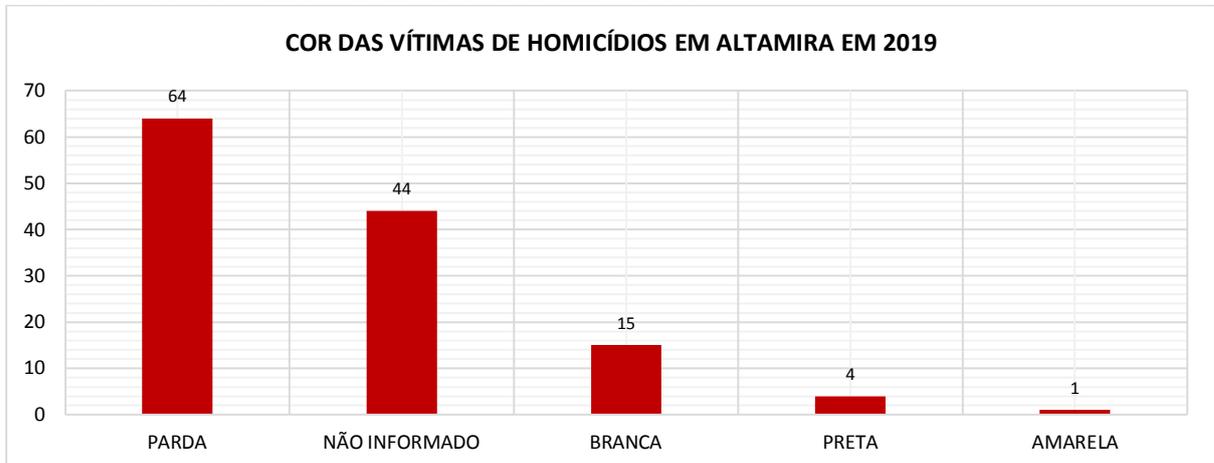
Gráfico 99: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

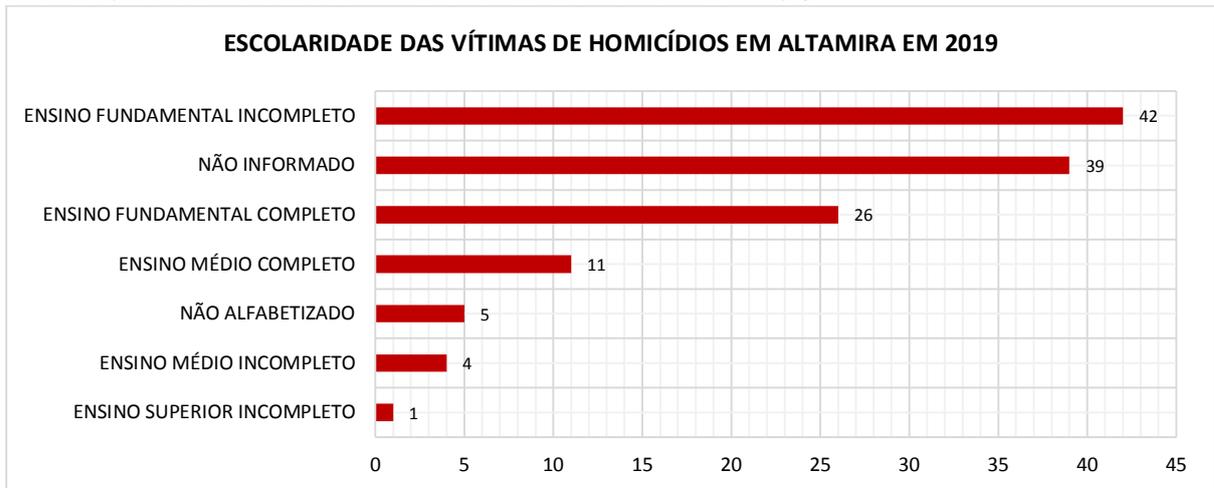
Além de a população jovem ser atingida, a maioria das vítimas são pessoas de cor parda, com o grau de instrução baixo, a maioria das vítimas não chegaram a concluir o ensino fundamental, representando 42% de vítimas com baixa escolaridade, o que evidencia que jovens com baixa escolaridade ou menor grau de instrução, estão mais propensos a serem atingidos por esta violência. Tanto vítimas como autores, estão nessa faixa de idade e de vulnerabilidade social. Os gráficos 100 e 101 abaixo nos mostram estes dados:

Gráfico 100: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

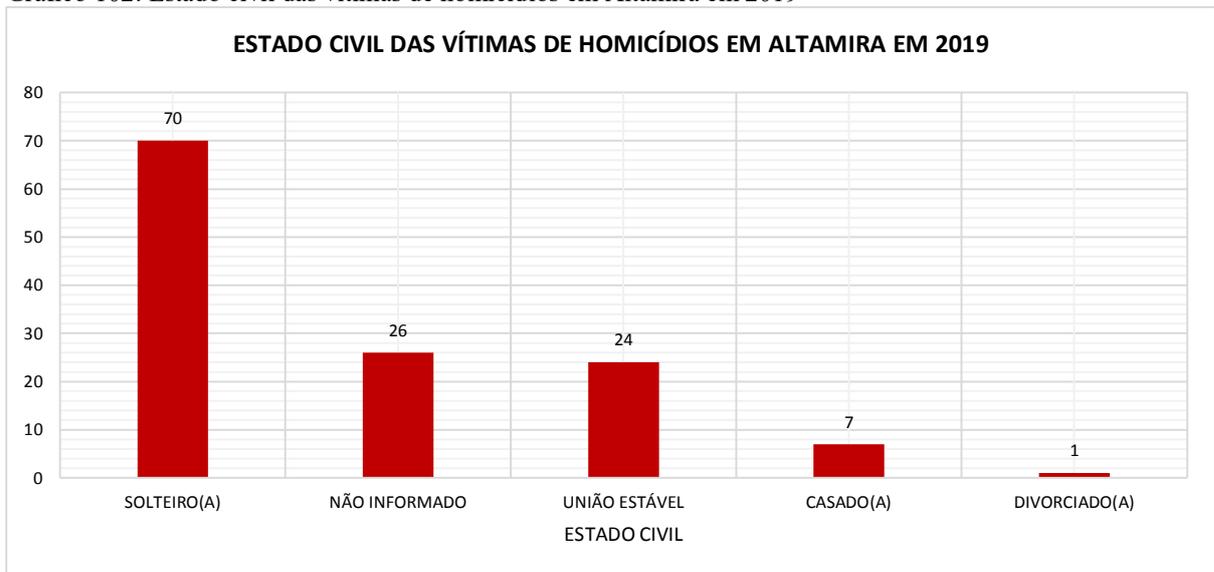
Gráfico 101: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Outro dado importante a destacar, é sobre o estado civil das vítimas, a maioria é composta por pessoas solteiras, correspondendo a 54% do total de vítimas. O gráfico 102 abaixo nos mostra estes dados:

Gráfico 102: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Sobre os autores, os homicídios cometidos em 2019 têm como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 19 anos e 32 anos em média, os homens autores de homicídios representam 89%, mulheres autoras de homicídios representam 1% segundo os dados, além disso, os dados nos mostram que a baixa escolaridade também é presente na vida dos autores, a maioria também não chegara a completar o ensino fundamental. Estes dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens em crimes de homicídio, sobretudo homens jovens. O gráfico 103 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 103: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2019, foram registrados homicídios em todos os meses do ano, o mês menos violento foi o mês de Novembro quando foram registrados 2 homicídios, observa-se que os 3 últimos meses do ano, foram os meses como a menor incidência de homicídios na cidade, diferente dos anos anteriores que apresentam fins de ano mais violentos. Além disso, o ano de 2019 apresenta um primeiro semestre extremamente violento, média de 7 homicídios por mês, de Janeiro a Junho foram cometidos 44 homicídios, o que poderia ser um prelúdio para o que estava por vir no mês de Julho (sendo este o mês do massacre no presídio, e, conseqüentemente o mês mais violento em 2019), visto que a maioria desses homicídios segundo os registro do SIAC-SEGUP/PA tem relação com o tráfico de drogas na cidade.

Após Julho, nota-se que seguem 2 meses (Agosto e Setembro) com taxas de homicídios acima dos 6 homicídios, estes 2 meses após o massacre apresentam uma ressaca do que aconteceu no presídio, uma vez que a maioria dos homicídios, segundo os dados, apresentam como características, de execução por arma de fogo e de relação com o tráfico de drogas. Já os 3 últimos meses do ano (Outubro, Novembro e Dezembro), diferentemente dos anos anteriores, foram os meses menos violentos, isto pode ser reflexo do reforço na segurança pública em Altamira após o massacre no presídio, e reflexo de um possível esfriamento dos conflitos entre as facções. O gráfico 104 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

Gráfico 104: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dias de maiores ocorrências em 2019 também estão relacionados ao fim de semana, principalmente ao sábados e domingos, e ao início da semana, entretanto, a segunda-feira destoa, por ser o dia do massacre no presídio de Altamira. O dia menos violento ao longo do ano, foi a quarta-feira com 5 homicídios registrado neste dia. Os dados nos revelam ainda sem contar a segunda-feira (dia do massacre), que a taxa de ocorrência por dia da semana é alta, média de 10 homicídios registrados por dia ao longo do ano de 2019. O gráfico 105 abaixo nos mostra estes valores:

Gráfico 105: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2019



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Há uma máxima existente dita pela população de Altamira, “quando a cidade aparece nos grandes veículos de comunicação do país, é sempre para mostrar **as desgraças**”. Desse modo, o ano de 2019 em Altamira marcado pelo massacre no presídio, colocou mais uma vez

a cidade em evidência na mídia nacional e internacional. De fato, Altamira tem um longo histórico de manifestações violentas, entre elas alguns casos famosos nacionalmente e mundialmente, como o caso das crianças emasculadas em rituais macabros na década de 1990, e mais recentemente, as manifestações de violências simbólicas, sociais, físicas, e psicológicas que foram tragas com a implementação da obra de Belo Monte na região.

O contexto histórico da violência ao longo da construção de Belo Monte na região, colocam Altamira em evidência, porém em um patamar negativo, em 2017 a cidade ganha o título de cidade mais violenta do país após a divulgação do Atlas da Violência elaborado pelo IPEA e o FBSP. Os dados divulgados pelo atlas fortalecem no processo de estigmatização da cidade de Altamira, que já passava a ser vista regionalmente como uma cidade perigosa, porém após a divulgação do atlas, passa a ser visto no cenário nacional também, como reduto e local de extrema violência urbana.

É certo afirmarmos que os dados do IPEA e do SIAC-SEGUP/PA são divergentes entre si, porém, tais dados convergem quando nos mostram um crescimento acentuado da violência urbana, principalmente nos casos de homicídios, em especial, os homicídios com relação ao tráfico de drogas. Os dados apresentados aqui, nos mostram um panorama dos casos de homicídios de Altamira, sobre as vítimas e autores, os cenários sociais também se conectam, uma vez que tanto agressores como as vítimas, possuem o mesmo perfil socioeconômico, que atingem sobretudo, a população jovem com baixa escolaridade, evidenciando que estes panoramas colocam esta população em extrema vulnerabilidade em relação ao aumento da violência na cidade.

Assim, mesmo com o fenômeno de migração da criminalidade dos grandes centros urbanos para o interior dos estados sendo algo real antes mesmo da construção da obra a partir de 2011, não podemos negar o fato de Belo Monte maximizar este fenômeno, a construção da obra atrai e acelera esse processo na região de Altamira, é certo afirmarmos também que Altamira já sofria com problemas relacionados à segurança pública, entretanto tais fatores e problemas ganham outros contornos com a chegada da obra de Belo Monte, tornando-se muito mais intenso à medida que a obra avança.

Desse modo, a consequência do aumento da violência com a chegada da obra e suas faces no cenário altamirense, contribuíram para o que ocorreu no presídio de Altamira em 2019, os dados nos revelam que de Janeiro até o Junho, a média de homicídios já era considerada alta, média de 7 homicídios por mês, evidenciando assim um dos 1º semestres mais violentos desde o ano de 2010, após Julho o mês do massacre, é evidente uma queda nos

homicídios, muito devido a atuação das forças de segurança que tiveram uma adição no efetivo nos processos de investigação do caso e de prevenção dos crimes, mas também por conta de que um embate entre as organizações criminosas nessas proporções, não se sustenta por muito tempo, o nível de baixas é exacerbado e arrefecem os grupos agredidos.

Todavia, tal evento pode ser visto como a expressão máxima da brutalidade dos problemas relacionados à segurança pública em Altamira vide a magnitude da violência empregada nas mortes dentro do presídio. O massacre sela uma catástrofe que de certa maneira estava anunciada há algum tempo, tendo em vista a precariedade do sistema penal, e a alta tensão entre facções rivais em Altamira, em outras palavras, o cenário de violências (sociais, estruturais, físicas e psicológicas) que se reproduziram em Altamira desde a emissão da licença de instalação de Belo Monte, forja esse massacre. A UHE Belo Monte é, portanto, um dos componentes principais que propiciam fatores, que forjam toda essa horda de violências e que culminam no episódio do presídio.

Tais fatores ainda contribuem para o aumento da sensação de insegurança, por mais que o estado atue, e que políticas públicas possam ser desenvolvidas, com o objetivo de arrefecer estes problemas, o massacre do presídio de Altamira ainda ronda a mente da população de Altamira devido a extrema violência concebida no massacre, e isto afeta o modo como a população usufrui a cidade, a sensação de sentir a violência tão próxima, altera as estruturas da cidade, e atinge grande parte da população, seja de forma física ou na forma psicológica.

Sobre a sensação de insegurança, o medo de viver a cidade neste cenário, tende a ser um sentimento que é sentido por grande parte da população, entretanto, essa sensação é ainda mais pesada para os familiares das pessoas que foram atingidas pela violência letal, e isto provoca aquilo que mencionamos no capítulo 1 deste trabalho, quando Souza (2008) explana sobre a “fobópole” ou o medo de viver a cidade, embora Souza tenha cunhado este termo em face dos problemas das grandes metrópoles, o termo também se encaixa as pequenas e médias cidades, aonde a violência é latente. O impacto gerado pela violência, influenciam no modo como as pessoas irão usufruir a cidade, passando a ser um desafio, em outras palavras, a violência urbana permite que as pessoas pertençam a cidade, porém a cidade não pertence a elas, de tal modo que o sentimento de insegurança provoca inquietações até mesmo dentro dos muros e grades de casa.

Assim, a violência letal como os homicídios, além de serem a expressão máxima da violência, este crime não finda com a morte da vítima, ele tem o poder de reproduzir outras

violências, sobretudo psicológicas como o medo de viver a cidade, e sociais, como a fragmentação da cidade em espaços do medo, ou redutos da criminalidade, a violência, portanto, também gera áreas de exclusões e áreas de discriminações. Em Altamira, estas sensações atingem especialmente as populações das áreas periféricas da cidade, em especial a população moradora dos Reassentamentos Urbano Coletivos que foram construídos para abrigar a população atingida pela obra de Belo Monte, espaços estes que como mencionado acima, embora pertençam a cidade, figuram como enclaves urbanos, pois são vistos como espaços do medo, e espaços da criminalidade.

De fato, o ano de 2019 ficará marcado para sempre na história de Altamira, todo o contexto histórico acumulado da violência nos anos de construção de Belo Monte e o massacre no presídio de Altamira, não pode ser considerado como mero evento do acaso, na verdade, o massacre até pode ser um evento excepcional, contudo ele é o reflexo do acúmulo de violências que se reproduziram em Altamira e que foram negligenciadas pelo consórcio construtor da obra, o massacre do presídio não é o ponto final do embate entre grupos criminosos, porém, ele é a face mais dramática e brutal das violências propiciadas pela UHE Belo Monte em Altamira.

4.1.11. Cenário e condicionantes dos homicídios cometidos em Altamira no ano 2020

O Ano de 2020 é marcado pelo arrefecimento da violência em Altamira, em especial os casos de homicídios. O total de homicídios e a taxa de homicídios tiveram uma redução expressiva de 2019 para 2020, essa redução é fruto das estratégias de redução da violência e da criminalidade do Governo do Estado do Pará que foram realizadas por todo estado, que foram intensificadas pelo episódio do massacre em Altamira. Dados da SEGUP/PA apontam que de 2019 a 2020 a redução dos homicídios no estado foi de 19%, a secretaria ainda aponta o quantitativo de vidas poupadas em 2020, ao todos as políticas de segurança pública conseguiram poupar 1702 vidas no estado. Estes números colocaram o estado do Pará, como o estado brasileiro que mais reduziu os casos de homicídios segundo o IPEA (2020).

Entretanto, apontamos que além das políticas públicas serem responsáveis pela diminuição da violência e arrefecimento dos casos de homicídios, elencamos outro fator que deve ser considerado, a pandemia de SARS-Cov-2 (Covid-19). O início da pandemia de Covid-19 em março de 2020, reduziu os casos de violências urbanas em todo o país, com menos pessoas circulando nas ruas por conta das políticas de isolamentos, crimes contra o patrimônio como o roubo e o furto tiveram uma redução expressiva também, contudo, estudos de

Cerqueira et. al (2021) apontam que a os crimes de violência domésticas tiveram um aumento dos casos a partir do início das políticas de isolamento social.

No caso de Altamira, podemos refletir também que o caso do massacre do presídio de Altamira, pode ter resultado em um abrandamento dos confrontos entre os grupos criminosos na cidade em 2020, diminuindo assim o número de homicídios relacionados a disputa pelo tráfico, embora o conflito ainda continue nesse período como os dados do SIAC-SEGUP/PA revelam.

Assim, em Altamira em 2020, foram registrados ao todo, 50 homicídios, um patamar de homicídios bem próximos do total de homicídios cometidos em 2010, quando o município registrou 44 casos. Estes números nos ajudam a entender o cenário após o pico de construção da hidrelétrica de Belo Monte, em 2010 era início de construção da obra, embora o número de registros de homicídios não colocava a cidade entre as cidades mais violentas do estado, mas já exigiam certa atenção das políticas de segurança pública vide a iminência do início da construção de Belo Monte e os problemas vindouros com a obra. Em 2019 a UHE Belo Monte inaugura a última turbina de um total de 18, inaugurando assim a conclusão da obra e o seu pleno funcionamento.

Ao longo dos anos de construção da obra de Belo Monte, podemos verificar vários cenários que foram condicionantes para a escalada da violência em Altamira, chegando até o ano de 2019, quando Altamira vivenciou a brutalidade do massacre no presídio. Refletimos na relação entre os dois eventos, que marcam a história da cidade, e que deixam profundas marcas em várias camadas, estruturas e aspectos da nossa sociedade. Em 2019 temos o ano mais brutal das estatísticas de violências e a conclusão da obra, como se o massacre fosse a “tampa do caixão” de uma obra que foi marcada por inúmeros problemas ambientais e sobretudo sociais, e que embora esteja concluída, deixara problemas que parecem serem perpétuos.

Assim em 2020, passado tudo isso, podemos refletir que seja realmente o ano do “marasmo” de Belo Monte, no que tange os problemas relacionados à segurança pública em Altamira, a queda dos números de homicídios pode ser explicada então por três fatores, maior investimento nas políticas de segurança pública, pandemia de covid-19, e o abrandamento dos confrontos entre os grupos criminosos. Posto isso, os dados nos revelam a redução dos homicídios foi de 64%, a taxa de homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes também teve uma redução de 64%. Desse modo, a tabela 32 abaixo, nos mostra o crescimento percentual dos homicídios e das taxas de homicídios cometidos no período de 2010 a 2020:

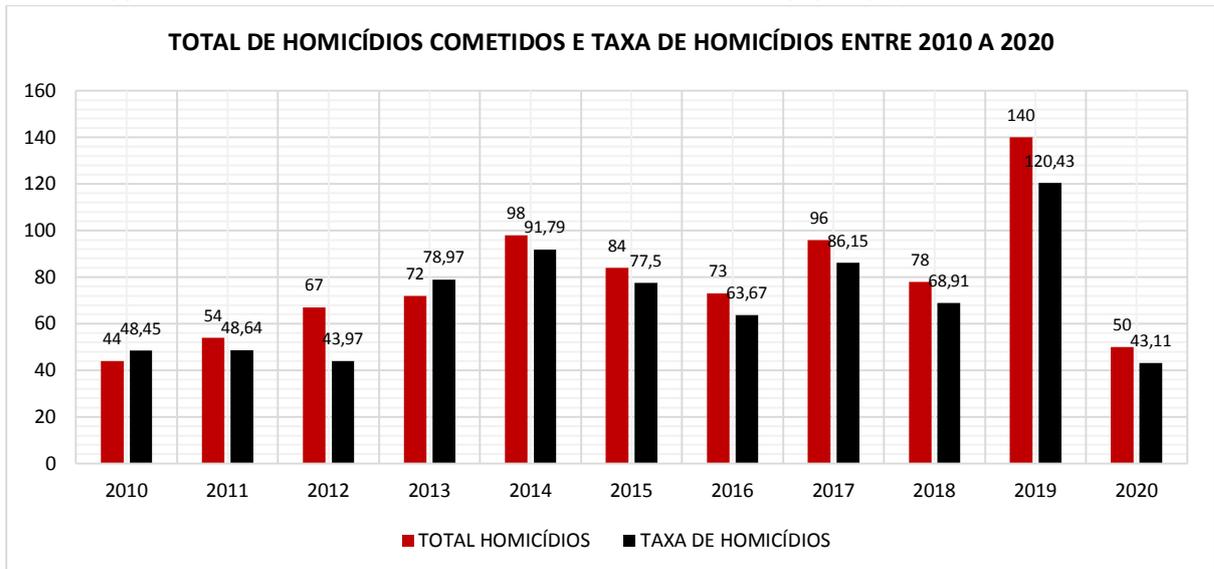
Tabela 32: Crescimento do total e das taxas de homicídios em Altamira 2010 a 2020

CRESCIMENTO DO TOTAL E DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA		
PERÍODO	CRESCIMENTO HOMICÍDIOS	CRESCIMENTO TAXA DE HOMICÍDIOS
2010 / 2011	23%	0%
2011 / 2012	24%	-10%
2012 / 2013	7%	80%
2013 / 2014	36%	16%
2014 / 2015	-14%	-16%
2015 / 2016	-13%	-18%
2016 / 2017	32%	35%
2017 / 2018	-19%	-20%
2018 / 2019	79%	75%
2019 / 2020	-64%	-64%

Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Estes números representam um patamar de registros que só foram vistos nos anos iniciais de construção de Belo Monte, com a conclusão da obra, os números retornam aos patamares dos anos de 2010 e 2011. O gráfico 106 abaixo, apresenta o número total de homicídios cometidos e a taxa de homicídios de 2010 a 2020:

Gráfico 106: Total de homicídios cometidos e taxa de homicídios entre 2010 a 2020

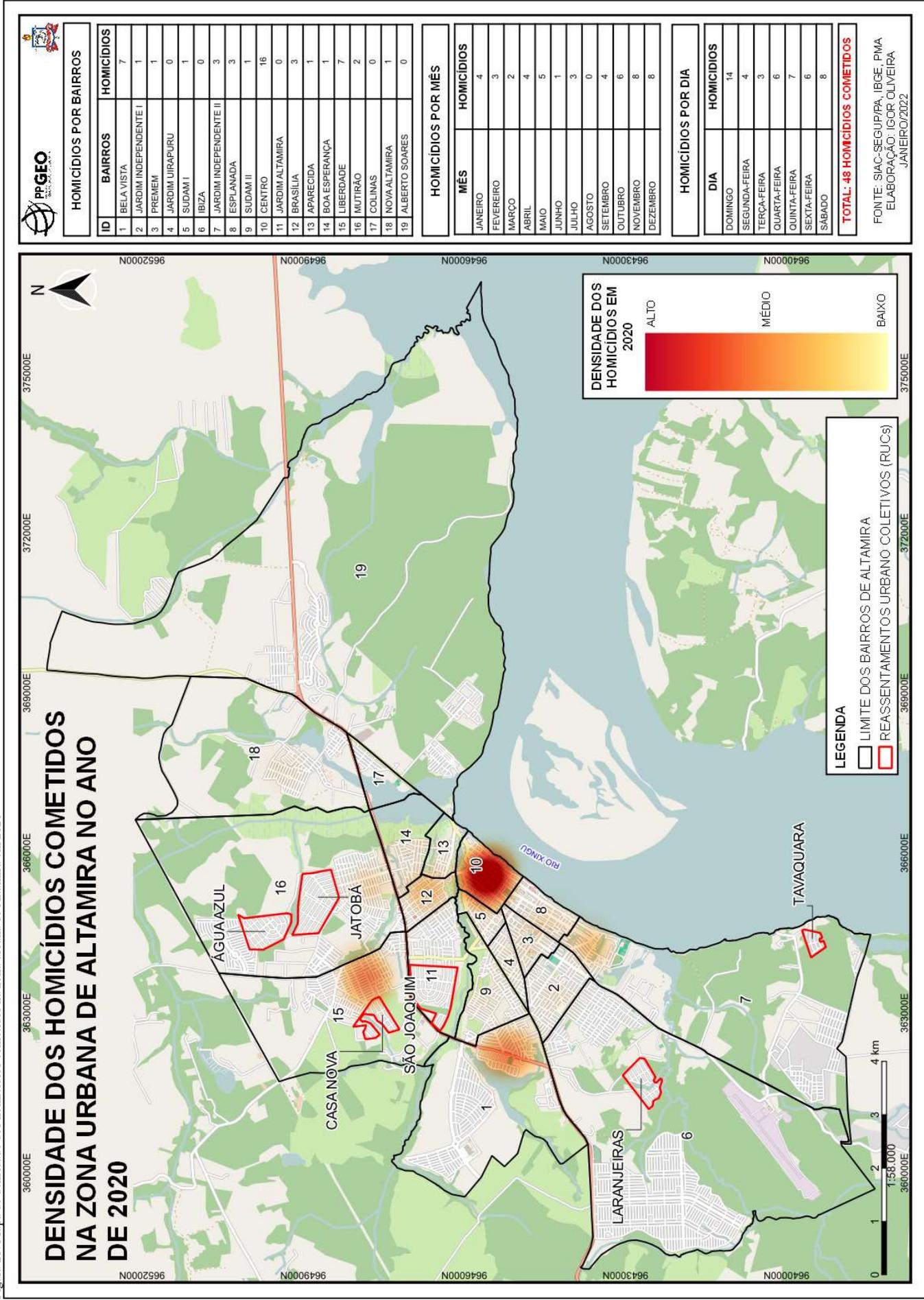


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Dos 50 homicídios cometidos em Altamira em 2020, os registros nos fornecidos pelo SIAC-SEGUP/PA, constam 48 registros de homicídios, dos quais, todos cometidos na zona urbana de Altamira, nota-se que não há nos registros, homicídios cometidos na zona rural do município. Estes registros nos permitiram especializar as informações e elaborar a cartografia dos homicídios para 2020.

O mapa abaixo representa a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2016, o mapa nos mostram os *hotspots* das áreas em quem mais aconteceram o crime de homicídio em Altamira:

Figura 28: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira em 2020



Elaboração:

O mapa acima nos mostra a densidade dos homicídios cometidos em Altamira no ano de 2020, a espacialização dos registros nos mostra que o padrão espacial dos registros para este segue a tendência dos anos anteriores a 2019, nota-se que há um espraiamento dos registros para os bairros que estão localizados distantes do centro de Altamira, dos 19 bairros oficiais, há casos de homicídios em 14 bairros, isto evidencia que este crime atinge uma grande parte da zona urbana de Altamira.

O bairro Centro ainda segue o padrão dos anos anteriores, sendo a área com a maior incidência de registros, ao todo foram cometidos 16 homicídios nesta área, notamos também que os bairros Bela Vista e Liberdade aparecem pela primeira vez, como um dos expoentes com a maior ocorrência de homicídios, cada um com 7 homicídios registrados ao longo de 2020.

Assim, verificamos que além de atingir áreas padrões vide os anos anteriores, os homicídios espraiam-se para novas áreas que antes não apareciam nos registros com tanta força, pensamos que isto acontece, devido a uma saturação de registros nos bairros que foram identificados como padrões, caso dos bairros Brasília, Aparecida, Boa Esperança e Mutirão, estes bairros nos anos anteriores formam um corredor em potencial (ligados pelos seus limites fronteiros) de casos de homicídios. A população mais vulnerável destas áreas, ou as vítimas em potencial destas áreas podem utilizar desta informação espacial, para se abrigar em outras áreas da zona urbana, explicando assim o espraiamento dos casos para novas áreas. Assim, o gráfico 107 abaixo nos apresenta os registros de homicídios por bairro:

Gráfico 107: Total de homicídios cometidos nos bairros de Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os homicídios cometidos em 2020, ainda seguem o padrão de serem cometidos na sua maioria em via pública, caracterizando um local que coloca a vítima em vulnerabilidade, permitindo assim ao agente causador do delito, uma maior facilidade para cometer o ato, como para se evadir do local, principalmente em locais aonde a infraestrutura urbana é precária. O gráfico 108 abaixo nos mostra estes valores:

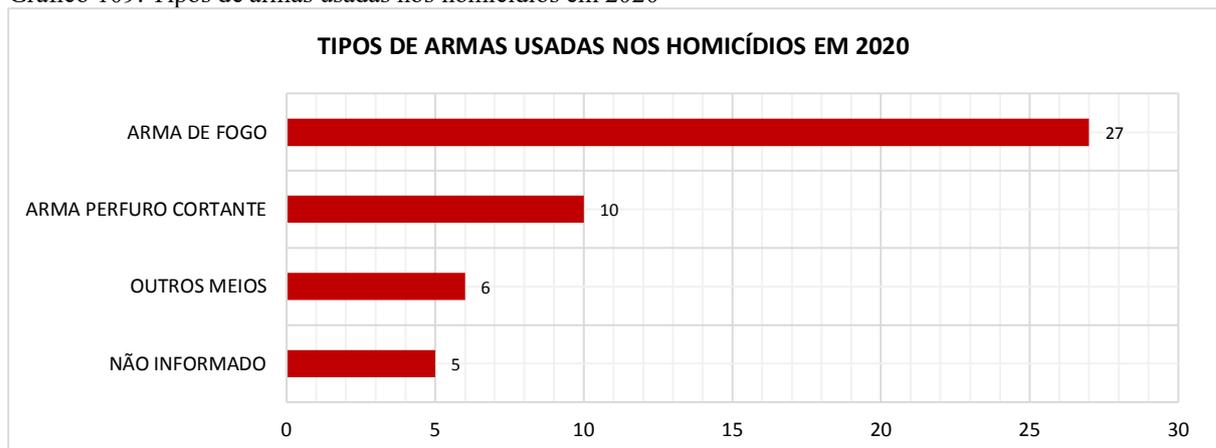
Gráfico 108: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Segundo os registros, a maioria dos homicídios foram cometidos por arma de fogo, cerca de 27 homicídios foram cometidos através deste meio em Altamira em 2020. Assim, os homicídios cometidos por arma de fogo compreendem cerca de 56% dos casos registrados, as armas perfuro cortantes corresponderam a 20% dos meios empregados nos casos de homicídios em Altamira no ano de 2020. O gráfico 109 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 109: Tipos de armas usadas nos homicídios em 2020

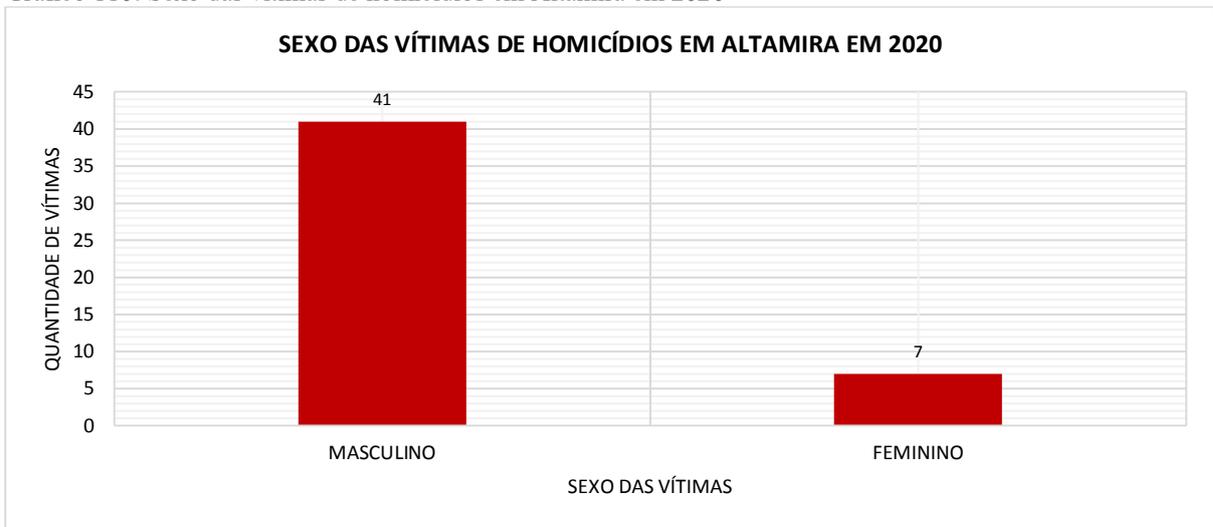


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

As vítimas de homicídios em Altamira, são na sua maioria homens com idades entre 17 a 45 anos, a média de idade das vítimas em 2020 foi de 28 anos, seguindo o padrão dos anos anteriores, onde a população jovem entre 15 a 29 anos são as mais atingidas pelo crime

de homicídio, os homens representam 85% das vítimas. As mulheres representam 14% das vítimas de homicídios em Altamira, observamos que em 2020, houve uma redução dos homicídios onde as vítimas são mulheres, apesar das estatísticas nacionais apresentarem uma tendência de aumento dos casos de violência contra as mulheres por conta do isolamento social causado pela pandemia, em Altamira observa-se uma redução de 26% destes casos. O gráfico 110 abaixo nos mostra estes dados:

Gráfico 110: Sexo das vítimas de homicídios em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

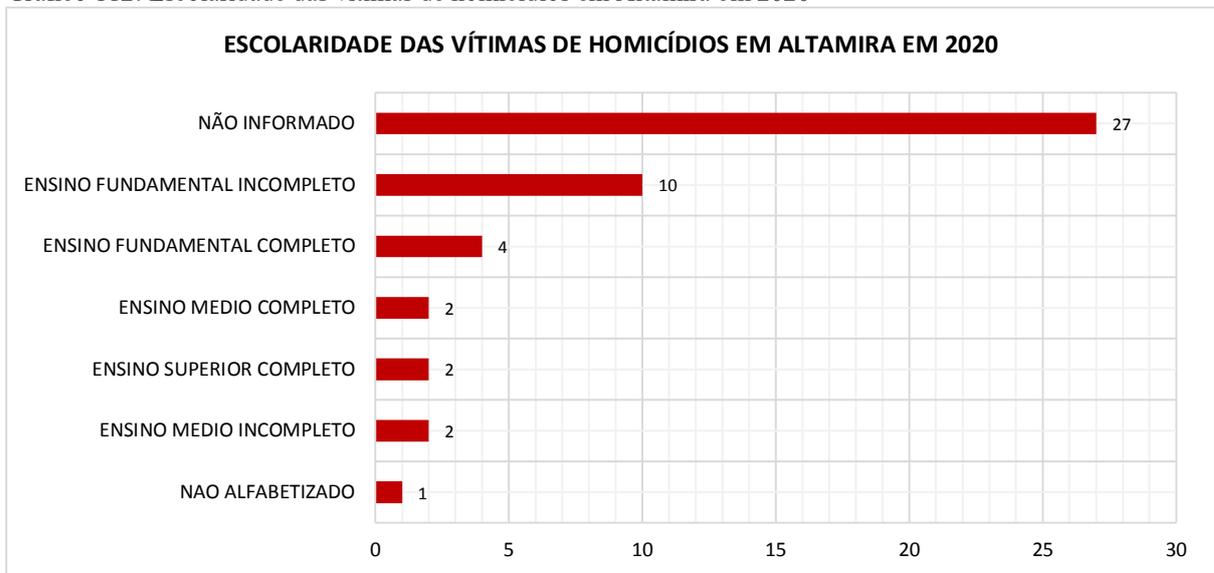
Além da população jovem ser atingida, a maioria das vítimas são pessoas de cor parda, com o grau de instrução baixo, a maioria das vítimas não chegaram a concluir o ensino fundamental, representando 21% de vítimas com baixa escolaridade, o que evidencia que jovens com baixa escolaridade ou menor grau de instrução, estão mais propensos a serem atingidos por esta violência. Tanto vítimas como autores, estão nessa faixa de idade e de vulnerabilidade social. Os gráficos 111 e 112 abaixo nos mostram estes dados:

Gráfico 111: Cor das vítimas de homicídios em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

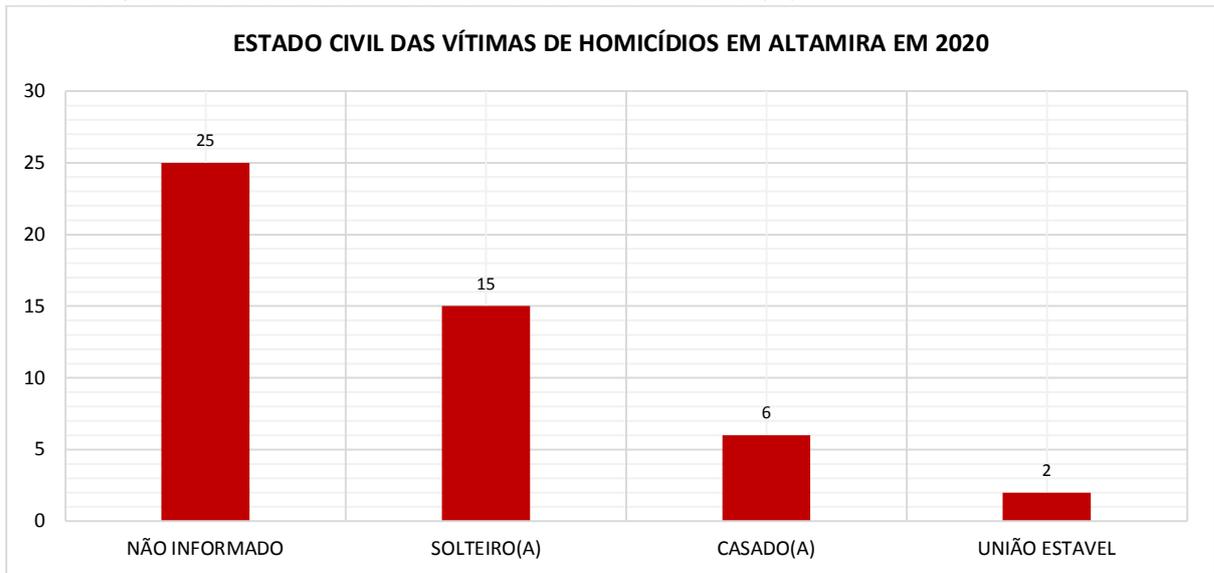
Gráfico 112: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Outro dado importante a destacar, é sobre o estado civil das vítimas, a maioria é composta por pessoas solteiras, correspondendo a 54% do total de vítimas. O gráfico 113 abaixo nos mostra estes dados:

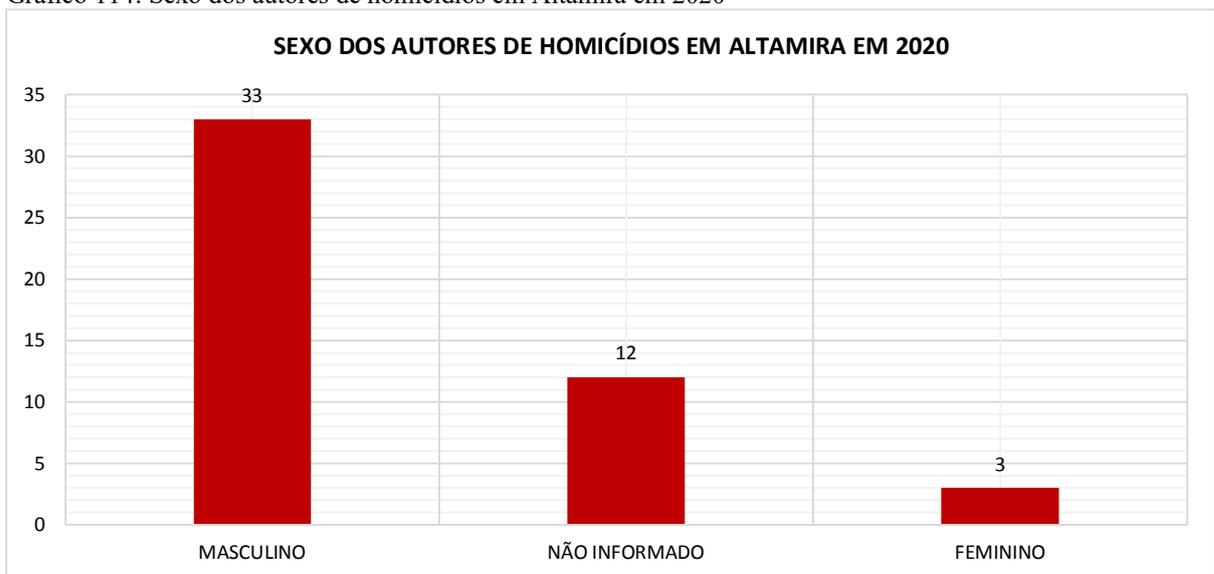
Gráfico 113: Estado civil das vítimas de homicídios em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Sobre os autores, os homicídios cometidos em 2020, tem como autoria na sua maioria, homens com idades entre os 19 anos e 45, a média de idade é de 25 anos, os homens autores de homicídios representam 69%, mulheres autoras de homicídios representam 6% segundo os dados, além disso, os dados nos mostram que a baixa escolaridade também é presente na vida dos autores, a maioria também não chegara a completar o ensino fundamental, representado por 33%, os que chegaram a concluir o ensino fundamental representam apenas 12%. Estes dados explicitam o envolvimento majoritariamente de homens em crimes de homicídio, sobretudo homens jovens. O gráfico 114 abaixo apresentam estes dados:

Gráfico 114: Sexo dos autores de homicídios em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Em 2020, foram registrados homicídios em todos os meses do ano, o mês menos violento foi o mês de Março quando foram registrados 2 homicídios, contudo, frisamos que este é o mês em que se declara o início das políticas de isolamento social por conta da pandemia de Covid-19 em Altamira, o *lockdown* imposto, arrefeceu uma série de delitos na cidade, inclusive o crime de homicídio. O gráfico 114 abaixo nos mostram os homicídios cometidos por mês em Altamira:

Gráfico 115: Homicídios registrados por mês em Altamira em 2020



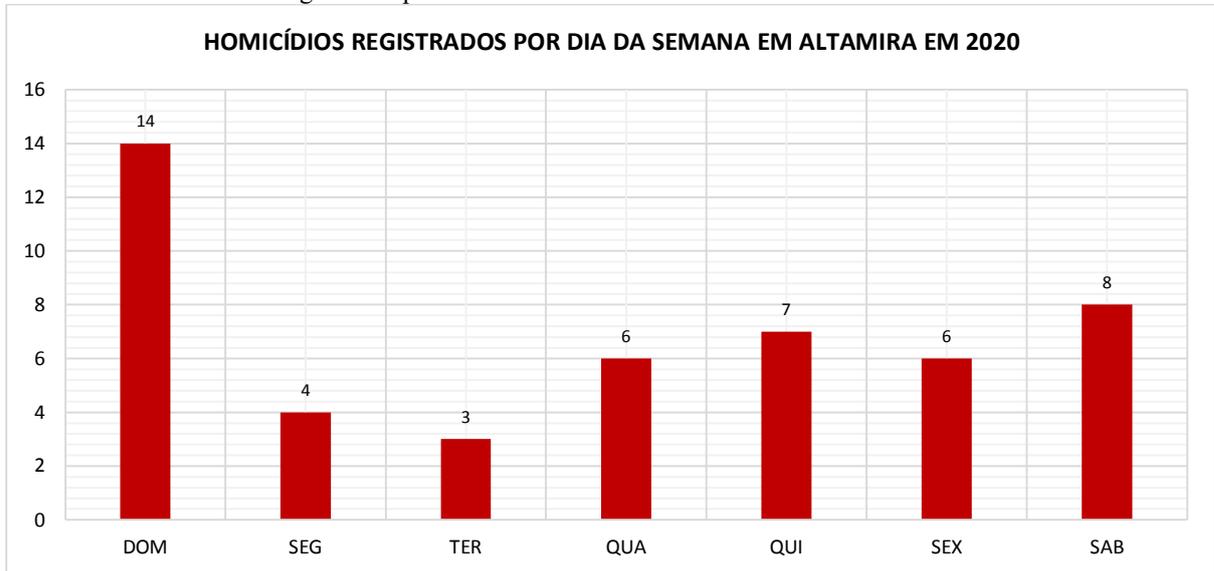
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Observa-se também que após o mês de declaração do isolamento social imposto pelo governo do estado e pela prefeitura de Altamira em Março, o número de homicídios obteve um aumento nos casos, e uma queda brusca no mês de Junho com apenas 1 homicídio registrado, quando as políticas de isolamento social ficaram mais severas com o *lockdown* total na cidade. Após Junho, os registros voltam novamente a crescer, chegando a atingir os patamares dos anos anteriores. Desse modo, a alta dos homicídios torna a colocar o fim de ano, como o período mais violento da cidade, os meses de Novembro e Dezembro registram 8 casos de homicídios, a média de homicídios ao longo do ano de 2020, foi de 4 homicídios por mês.

Os dias de maiores ocorrências em 2020 também estão relacionados ao fim de semana, principalmente ao sábados e domingos, contudo, verifica-se que há uma alta de homicídios registrados no meio da semana também, os dias de quarta-feira e quinta-feira apresentam um número elevado de casos. Entretanto, o fim de semana se sobressai, este período é marcado sobretudo por conflitos motivados pelo consumo excessivo de álcool e pelo consumo de drogas, além disso, a maioria das ocorrências de homicídios ao longo do ano aconteceram no

período noturno entre as 18 horas e 23:30 horas. O gráfico 116 abaixo nos mostra os registros de homicídios por dia da semana:

Gráfico 116: Homicídios registrados por dia da semana em Altamira em 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O ano de 2020 é marcado pelo o evento que mudou os rumos da humanidade, a pandemia de Covid-19 nos obrigou a nos isolarmos em nossas casas, e a tomarmos medidas de proteção para evitarmos a contaminação em massa pelo vírus, a sociedade teve que se reinventar de forma compulsória. Assim como a sociedade se reinventou, a criminalidade também teve que se adaptar a este período, com um menos circulação de pessoas nas ruas por conta das medidas de isolamento social, crimes como furtos e roubos tiveram uma redução, contudo, se as pessoas permaneceram mais em casa, a tendência foi de aumento dos crimes domésticos, como a violência física contra mulheres e o crime de feminicídio por exemplo.

Em Altamira, há alguns cenários que podem explicar essa redução da criminalidade, neste período, principalmente dos crimes de homicídios. Em uma retrospectiva, o ano de 2019 se apresenta como o ano mais violento das estatísticas, propiciados pelo confronto entre organizações criminosas na zona urbana de Altamira. Contudo, cabe aqui analisarmos que durante este período, o Brasil passava por um período de redução da violência e criminalidade que se iniciou a partir de 2018, muito por conta das novas políticas de combate e prevenção e investimento em novas tecnologias que possibilitam uma maior prevenção e contenção de diversos crimes. Esta tendência, também atingiu os estados onde a violência aumentou de forma expressiva, principalmente nos estados da região Norte do país.

O estado do Pará um dos expoentes das taxas de violência no Brasil, apresentou uma queda nas taxas de violências também a partir de 2018, no período de 2018 a 2019, a redução

nas taxas de homicídios foi de 26%, a tendência de queda também seguiu para o ano de 2020, quando a redução foi de 19%. No caso de Altamira, os dados nos mostram que a tendência era de queda nos números de homicídios a partir de 2018, o ano anterior a este ano foi um dos anos mais violentos, influenciados sobretudo pelos confrontos entre organizações criminosas na cidade disputando a hegemonia do comércio de drogas na região.

Entretanto, o ano de 2019 quebra essa tendência de queda nas estatísticas, por conta do massacre do presídio de Altamira quando 62 internos foram mortos, contudo, as taxas de homicídios do Pará seguiram em ritmo de queda neste período. Se o massacre no presídio tivesse sido evitado, Altamira apresentaria o mesmo número de queda do ano de 2018, quando os homicídios tiveram uma redução de 20% em relação a 2017. Mesmo com a motivação da maioria dos homicídios estarem relacionados com a disputa pelo tráfico de drogas, a tendência segue em queda, isto mostra uma possível redução dos conflitos entre estas organizações criminosas, diminuindo assim as mortes por estes confrontos.

Em 2020 a tendência de queda dos homicídios, seguiu-se atingindo um patamar que só fora visto nos primeiros anos de construção da UHE Belo Monte, além dos homicídios, seguiu-se também uma queda do total de ocorrência registradas, e uma queda na apreensão de drogas em Altamira. Todos estes registros nos mostram que após a conclusão de Belo Monte a partir de 2019, os dados arrefeceram de tal modo, que os registros apontam para patamares que só foram vistos no início da construção de Belo Monte, neste período, os problemas decorrentes da obra em Altamira, ainda não eram acentuados como no período de pico da obra. Além disso, o outro fator que pode explicar esta redução da criminalidade, pode estar relacionado a pandemia de Covid-19, entretanto há a existência de alguns questionamentos sobre esta redução.

A pandemia de Covid-19 abrandou a dinâmica da violência em Altamira, ou foram as políticas de prevenção e controle da criminalidade desenvolvidas nos anos anteriores a 2020 que reduziram os fenômenos de violência? Ou foram a redução dos confrontos entre os grupos criminosos atuantes em Altamira que contribuíram na diminuição dos casos de homicídios, uma vez que um confronto como o do massacre do presídio não se sustenta por muito tempo, vide as enormes baixas dos seus integrantes? São questões que parecem um paradoxo, mas que são pertinentes para as nossas análises.

Desse modo, ao olharmos para os registros e os dados levantados aqui, podemos observar que a pandemia de Covid-19 tem uma parcela mínima de contribuição na diminuição dos casos de homicídios, contudo, ela por si só, não é responsável pela redução dos registros.

Observamos que os meses de menor ocorrência foram justamente os meses aonde a pandemia teve mais impacto em Altamira em 2020, o mês de Março marca o início do isolamento social, e o mês de Junho marca o início do *lockdown* total, quando a população só poderia sair de casa em situações excepcionais. Entretanto, após estes meses, as ocorrências de homicídios tornam a crescer de forma gradual, atingindo os mesmos padrões dos anos anteriores (fins de ano mais violentos), isso evidencia que a pandemia e os períodos de isolamento social contribuíram minimamente para a redução dos casos de homicídios.

Desse modo, os dois fatores que contribuem mais fortemente para a diminuição dos homicídios, estão relacionados com o investimento do estado na implementação de novas ações de controle e prevenção da violência a partir de 2018, que diminuíram os casos de criminalidade em todo o estado, assim, as ações passaram a ser de forma integrada entre as forças de segurança do estado, o que permitiu as forças de segurança atuarem de forma mais inteligente no combate a criminalidade. E outro fator está relacionado a diminuição dos confrontos entre os grupos criminosos que atuam em Altamira, o que aparenta ser uma nova dinâmica de atuação desses grupos.

Embora os conflitos entre os grupos criminosos tenham diminuído, eles ainda continuam a acontecer, desse modo, cremos que não seja uma declaração de paz entre os grupos, mas um meio de manter as forças de segurança longe do encaço. Além disso, manter um conflito mais intenso como nos moldes dos anos de 2017 e 2019, por um período longo, mostra ser inviável economicamente. Contudo, apesar de haver uma diminuição dos casos de homicídios principalmente relacionados ao narcotráfico, elencamos que isto é um processo instável, vide os confrontos que ainda acontecem no espaço urbano entre esses grupos, basta uma rusga mais contundente, para os conflitos entre os grupos criminosos retornarem com força. Além disso, estes conflitos por serem instáveis, frisamos que qualquer evento que venha a acontecer como nos moldes da construção da UHE Belo Monte, podem novamente alavancar a violência na zona urbana de Altamira.

4.1.12. Números da violência acumulada em Altamira entre os anos de 2010 a 2020

Vimos até aqui, um panorama dos dados relacionados aos homicídios ocorridos em Altamira, no período de construção da UHE Belo Monte. A configuração dos dados nos permitiu identificar padrões espaciais dos homicídios na zona urbana de Altamira, períodos mais violentos e menos violentos, além de nos revelar quais os perfis dos indivíduos

envolvidos neste crime, vítimas e autores. Além disso, também é possível identificarmos dois períodos que interferem diretamente no crescimento dos números de homicídios.

Aqui neste tópico, mostraremos os dados contextualizados de forma geral, que datam do período da nossa análise e que se relacionam com o período da construção de Belo Monte na região. Frisamos que alguns dados se mostram incompletos, visto que, não há informações para alguns anos, em especial nos primeiros anos da nossa análise. Acreditamos que conforme o avançar dos anos em Altamira, as forças de segurança atuantes, melhoraram o registro dessas informações, tendo como objetivo, análises e tomadas de decisões mais inteligentes.

Deste modo, iniciaremos mostrando o total de homicídios registrados em Altamira, ao todo, os dados do SIAC-SEGUP/PA nos mostram que o total de homicídios cometidos foram de 856 homicídios entre os anos de 2010 a 2020, um número bem superior a década passada.

Destes 856 homicídios, foi possível verificar nos registros que nos foi disponibilizado pelo SIAC-SEGUP/PA, 668 homicídios que se especializam nos bairros de Altamira, assim, o gráfico 117 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 117: Total de homicídios cometidos de 2010 a 2020 em Altamira por bairro



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

O gráfico acima, nos revelam os totais de homicídios registrados nos bairros de Altamira de 2010 a 2020, nota-se que dos 19 bairros oficiais de Altamira, 18 bairros apresentaram registros de homicídios, o único bairro que não aparece com registros deste crime, é o bairro Alberto Soares. Além disso, alguns bairros apresentaram neste período, registros de apenas 1 homicídio, casos do bairro Ibiza e Colinas. Destacamos também que 16 bairros apresentam ao menos 1 registro de homicídio por ano.

Estes números nos mostram o quanto a violência letal ocupa e se reproduz no espaço urbano de Altamira, evidenciando que ela tem o potencial de atingir a todos os espaços, independentemente do nível de segurança que estes locais ofereçam. Entretanto, a intensidade como ela ocupa estes espaços são diferentes, apesar do homicídio ser um crime brutal, ela é muito mais intensa e violenta nas áreas de exclusão da cidade.

No caso de Altamira, apesar do bairro Centro ser o expoente dos registros, a distribuição espacial dos homicídios, afeta com mais intensidade os bairros da periferia da cidade, não somente dando o cabo da vida de alguém, mas estigmatizando estes espaços e retirando oportunidades sociais e econômicas dos habitantes destes locais, em outras palavras, os homicídios que acontecem em uma área mais privilegiada como o bairro Centro, não terão o mesmo impacto se acontecessem na periferia, e vice-versa. Os homicídios que acontecem em uma área com muito mais estrutura e privilégios, causam muito mais clamor público, do que aquele que acontece na periferia. Quem morre no centro urbano tende a ser visto como uma pessoa de boa índole, enquanto para aquele que morre longe do centro urbano, nas periferias, são considerados marginais.

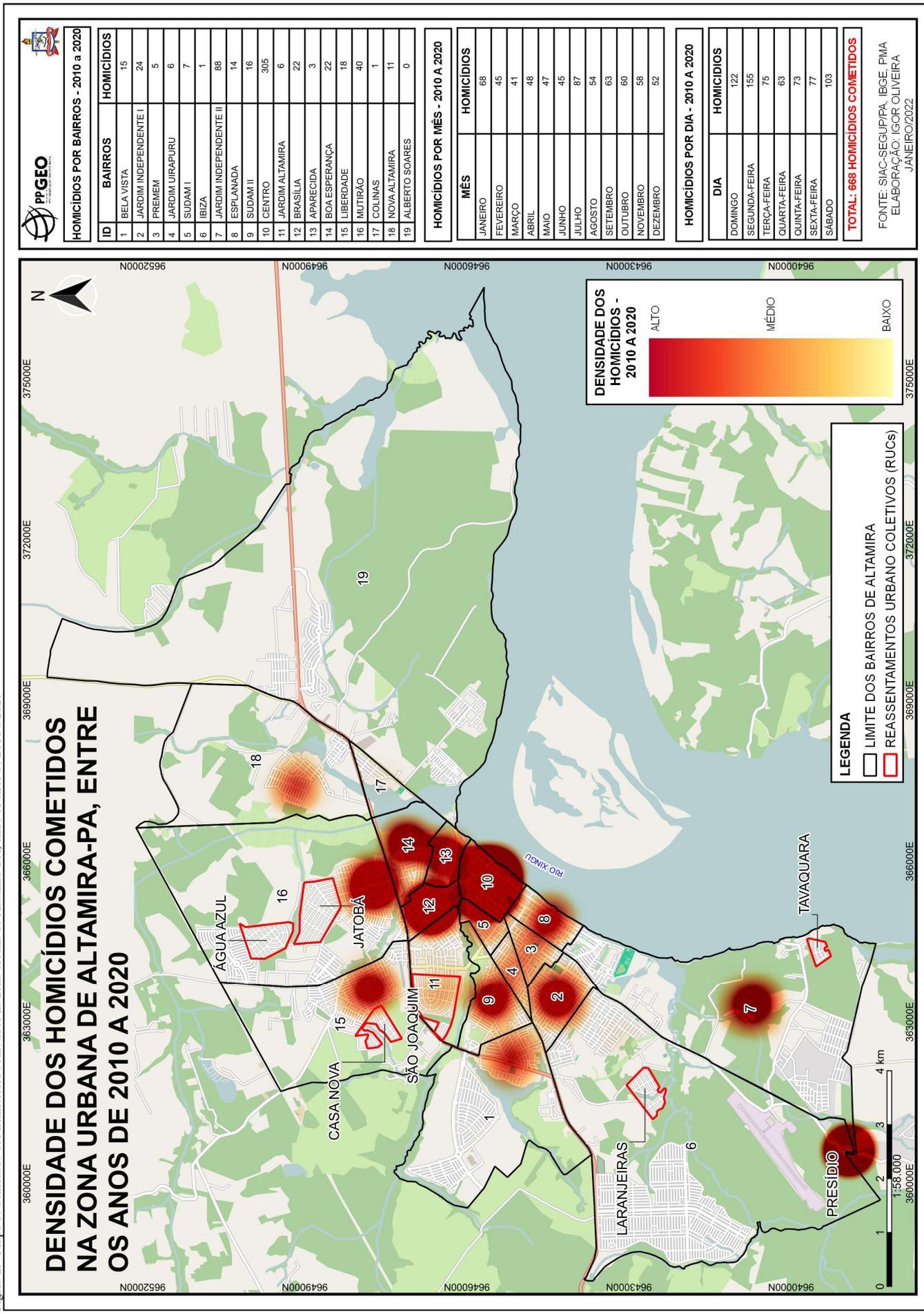
Ainda sobre a distribuição espacial dos homicídios, constata-se que o bairro Centro é um dos expoentes dos registros, ao total, foram cometidos neste bairro no período de 2010 a 2020, 305 homicídios. Contudo, frisamos que estes números apresentam dados de subnotificação, ao tratarmos e tabularmos os dados, foi possível encontrar registros de homicídios em locais que não são localizados como o bairro Centro, um exemplo, foi de alguns casos de homicídios registrados no RUC São Joaquim que estava indicado como Centro.

Contudo, cabe fazermos uma ressalva, de modo empírico, ao vermos os noticiários locais, vimos que no cotidiano da cidade, os homicídios atingem também os espaços dos RUCs da cidade, entretanto, os registros do SIAC-SEGUP/PA não apresentam estes dados, desse modo, ao refletirmos sobre, se estes casos não aparecem nos registros, isso torna-se uma carta na manga para a empresa responsável pela hidrelétrica, a Norte Energia, que prega que os RUCs são locais com muita qualidade de vida para seus habitantes, quando na verdade não o é.

Sendo assim, a subnotificação nestes casos, tende a ser um problema, pois interferem diretamente na precisão das informações, o que pode levar a erros nas análises e tomadas de decisões. Contudo, frisamos que apesar de alguns registros estarem subnotificados, não interferiram de modo a prejudicar nossas análises.

O mapa 00 abaixo, nos mostra a densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira de 2010 a 2020:

Figura 29: Mapa de densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira-PA, entre os anos de 2010 a 2020



Elaboração:

O mapa acima, nos mostra a densidade dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira entre os anos de 2010 a 2020, nota-se que o acumulado de registros nos mostram que há alguns espaços aonde a intensidade de homicídios registrados tem um nível mais elevado, comentamos nos tópicos acima, que verificamos que há um padrão espacial existente na espacialização das ocorrências, onde a área que compreende os bairros Centro, Brasília, Boa Esperança, Aparecida e Mutirão, formam um padrão espacial em forma de um corredor.

Estes bairros fazem fronteiras entre si, e são os que mais tiveram registros de homicídios no período de 2010 a 2020. Frisamos que no período de construção da UHE Belo Monte, as estruturas físicas dos bairros periféricos como Boa Esperança, Brasília, Aparecida e Mutirão sofreram alterações, muito por conta dos novos empreendimentos que chegaram para aproveitar o intenso fluxo de pessoas provocados pela obra. Surgiram nestes espaços inúmeras casas de prostituição, bares e potenciais pontos de comércio de droga. Sabe-se que o conflito aonde impera estes empreendimentos são muito mais violentos do que em áreas mais amenas. Além disso, com exceção do bairro Centro, estes bairros abrigavam boa parte da população atingida pela obra de Belo Monte, e que foram remanejadas para os RUCs.

Os registros do SIAC-SEGUP/PA, nos mostram que a área do bairro Centro concentra a maioria dos homicídios cometidos em Altamira, acreditamos que os homicídios cometidos nesta área, principalmente nos anos iniciais da construção de Belo Monte, se relacionam com o intenso fluxo de pessoas provocado pela obra, e o aumento do consumo de drogas e de bebidas alcoólicas nesta região.

Nos anos de construção da obra, o bairro Centro era a área com o maior trânsito de pessoas em Altamira, de domingo a domingo era notório a quantidade de pessoas que circulavam nesta área, principalmente os trabalhadores da obra em seus períodos de folga. Destaca-se também que o que atraía esta multidão para esta área, seria a disposição dos serviços públicos que o bairro Centro oferta, como bancos, lojas, áreas de lazer como bares, restaurantes e a orla da cidade, todos estes serviços e estabelecimentos apresentam uma forte capacidade de atrair a criminalidade para esta região, pois há uma forte circulação de capital.

Além disso, é possível que os homicídios cometidos nesta área sejam frutos dos conflitos provocados por brigas influenciados pelo consumo excessivo de álcool, que gera conflitos intrapessoais, e, por disputas por pontos de venda de entorpecentes que geram conflitos entre grupos criminosos. Em outro cenário já nos anos que se aproximam da conclusão da obra de Belo Monte, cremos que estes homicídios estejam relacionados sobretudo pela disputa e conflitos dos grupos criminosos que atuam em Altamira em busca da

hegemonia do comércio de drogas na região, esta disputa é evidenciada pelas siglas destes grupos criminosos espalhadas pelos muros e postes no Centro.

Os homicídios dos bairros Brasília, Boa Esperança, Aparecida e Mutirão, apresentam também estas características de conflitos entre grupos criminosos, não é difícil encontrar as siglas destes grupos criminosos pelos muros desses bairros, que revelam estes conflitos também.

Tais siglas nos muros evidenciam chamar a atenção de quem passa e promovem um discurso de que aquela área se encontra sobre jurisdição de tal grupo criminoso, isto se reflete em uma busca pela territorialização do espaço urbano por estes grupos, que são conquistados através da violência e se legitimam através dele, portanto, a disputa por estes territórios é o que desencadeia os conflitos violentos letais. Tanto o Centro, como os bairros da Brasília, Boa Esperança, Aparecida e Mutirão, e os demais bairros de Altamira, são palcos desses conflitos, o que torna o espaço urbano, em um campo de guerra, onde impera o exercício de poder por parte destes grupos, que legitimam o uso da força letal, como um instrumento estratégico, objetivando a manutenção, conquista e sobrevivência através da violência.

Além disso, a estrutura, funcionalidade, dinâmica e configuração do espaço urbano de Altamira, alterada e reestruturada pelos impactos da obra de Belo Monte, tende a potencializar estes conflitos. Em Altamira com a maximização dos preços dos aluguéis das moradias provocados pela alta demanda deste serviço, gerou uma condição inviável para a população que não dispunham de recursos para pagar um aluguel exorbitante, desse modo, este problema criou condições para a criação de espaços de invasão na cidade, principalmente nas áreas distantes do centro urbano, são nestes espaços que já nascem precários, que estes grupos criminosos também buscam se instalar e a cooptar integrantes.

Assim refletimos que nesses espaços que carecem de infraestrutura e qualidade de vida, aonde há a ausência do estado, ou aonde o estado não se faz presente por convívio, pois utiliza algo parecido a “necropolítica”, senão a própria “necropolítica”, é que a morte violenta dessa população que vivem distante do centro urbano, é legitimada. Estas características colocam a população residente destas áreas, em um nível alto de vulnerabilidade social diante do aumento da violência.

Desse modo, temos em Altamira um exemplo claro das reproduções de violências que acontecem no espaço urbano, sobretudo do espaço urbano das pequenas e médias cidades atualmente, como visto, temos vivenciado a interiorização da criminalidade nos últimos anos,

e a intensificação de uma guerra de grupos criminosos pelo controle do comércio de drogas que tem uma alta taxa de letalidade para a população jovem. Desse modo, onde há fatores que permitam a instalação desses grupos criminosos, há aí também uma escalada da violência, em especial a violência letal, que no caso de Altamira, encontra forças de reprodução, nos problemas do espaço urbano, em decorrência da obra de Belo Monte.

Nos últimos anos, a violência no país tem dado cabo da vida de inúmeras pessoas, em especial a juventude brasileira, em Altamira, este cenário não é diferente do restante do país, e revela que a juventude da cidade padeceu em grande número para este tipo de crime, de 2010 a 2020, os registros do SIAC-SEGUP/PA nos revelam que as idades médias das vítimas jovens, variam entre pessoas de 15 a 32 anos.

Contudo, o acumulado de homicídios de 2010 a 2020 nos revelam que a idade média das vítimas desse crime foi de 29 anos, uma idade que representa a plenitude do vigor físico de uma pessoa. Se pensarmos na média de idade e considerarmos que a população brasileira segundo o IBGE (2010), está caminhando a passos largos para o envelhecimento, isto é um problema, pois os jovens são a força que movimentam a economia de um local. Desse modo como já discutido no capítulo 2 deste trabalho, os homicídios brasileiros revelam uma crise no que diz respeito às políticas públicas voltadas a juventude, onde a violência letal acomete principalmente a população jovem do país.

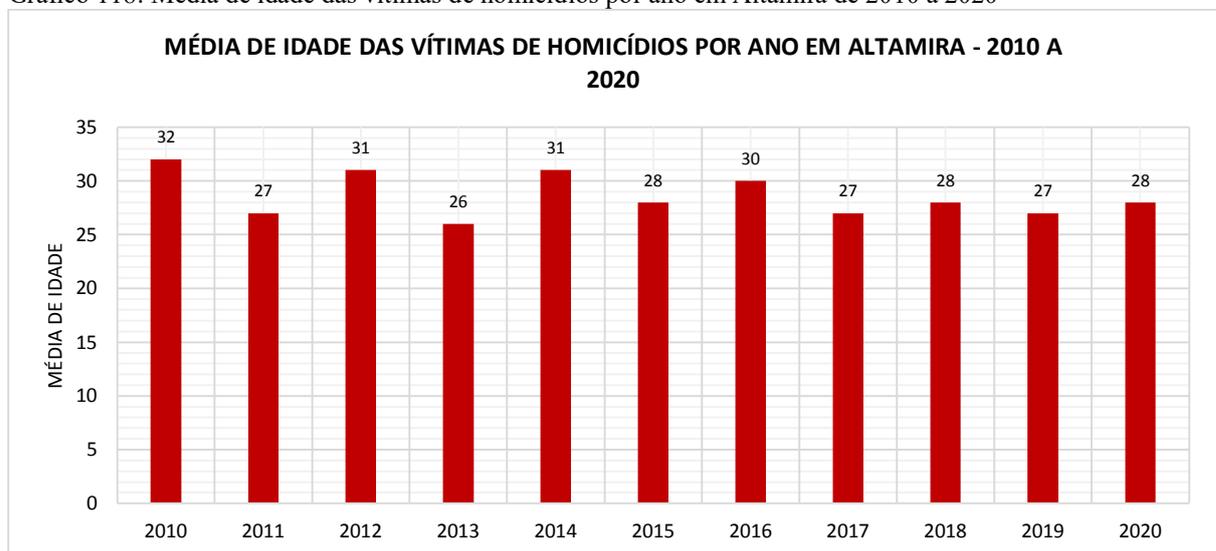
No caso de Altamira, a população jovem, em especial a população atingida pela obra e moradoras das áreas periféricas da cidade, também padece diante da falta de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para a educação, cultura, profissionalização, esporte e lazer dessa população, todos estes fatores, quando apresentados de forma deficiente, assumem uma característica de violência simbólica, e contribuem para o ingresso dos jovens altamirenses no mundo do crime. A falta dessas políticas, acabam por colocar esta população à mercê de todo tipo de violência, sobretudo, violências sociais como a discriminação, e as violências físicas, que se reproduzem com mais intensidade nas áreas que são esquecidas pela administração municipal e pelo estado.

Desse modo, os dados nos revelam ainda, que, além da maioria das vítimas serem de pessoas com idade média de 29 anos, são pessoas com baixa escolaridade, que não conseguiram completar o ensino fundamental em sua maioria. Estes fatores também contribuem para a vulnerabilidade desses indivíduos diante do crescimento da violência nos anos de construção da obra de Belo Monte, não é raro encontrar relatos de mães que perderam seus filhos vítimas de homicídios por se associarem a grupos criminosos, que após perder o

emprego na obra, não conseguiram mais encontrar um novo emprego, ou ter uma fonte de renda fixa, devido à baixa escolaridade, ressaltamos que os empregos que sobraram após o boom de Belo Monte, eram na sua maioria específicos a cargos que exigiam um nível de escolaridade maior, sobretudo o ensino superior.

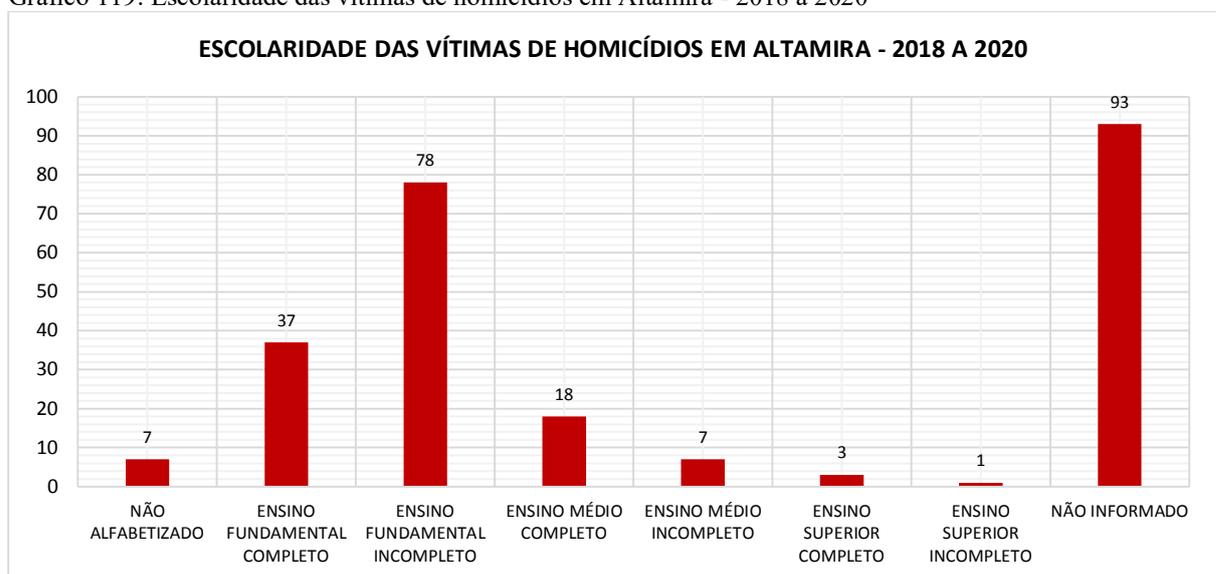
Portanto, os problemas decorrentes da obra, e o aumento da violência letal em especial aquela provocada pelo tráfico de drogas, são muito mais intensos para a população jovem de Altamira, eles são os principais autores e também os principais agredidos, tornando-se o alvo preferencial dessas mortes. O gráfico 118 e 119 abaixo nos mostra a média de idade das vítimas de homicídios no período de 2010 a 2020, e a escolaridade das vítimas entre os anos de 2018 e 2020:

Gráfico 118: Média de idade das vítimas de homicídios por ano em Altamira de 2010 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

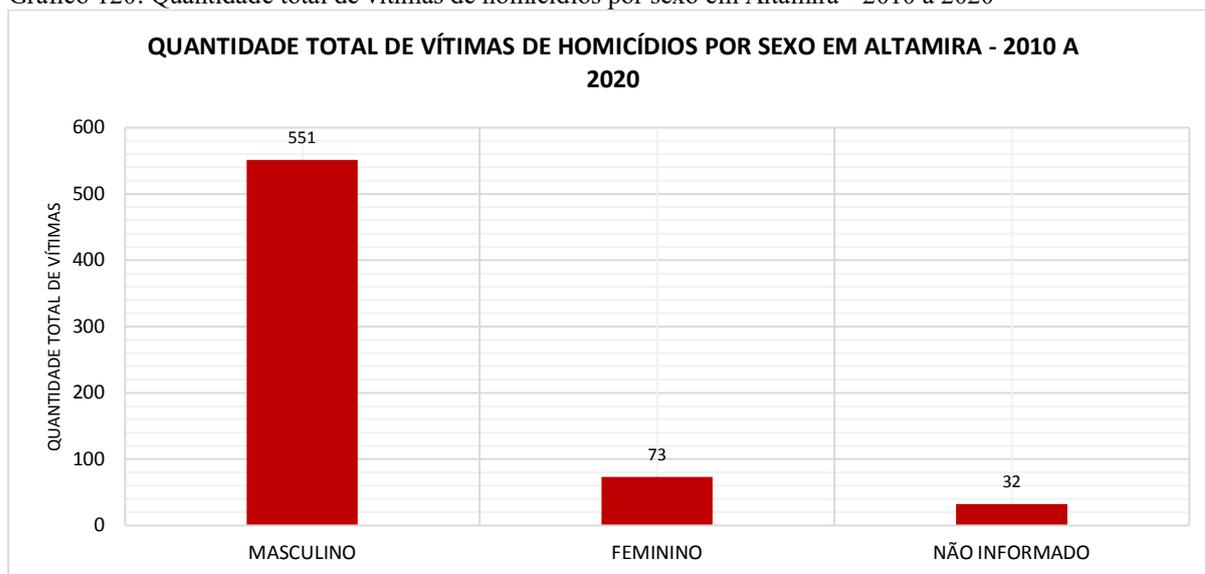
Gráfico 119: Escolaridade das vítimas de homicídios em Altamira - 2018 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Além disso, os dados nos revelam que a maioria das vítimas são homens, seguindo uma tendência que é nacional, onde os homens são as principais vítimas e principais autores. Do total de homicídios cometidos de 2010 a 2020, homens representam 82% das vítimas, mulheres representam 10% das vítimas, desse modo, os homicídios atingem majoritariamente homens jovens e com baixa escolaridade. O gráfico 120 abaixo nos apresenta estes valores:

Gráfico 120: Quantidade total de vítimas de homicídios por sexo em Altamira - 2010 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os dados ainda nos revelam que o homicídio em Altamira, atingem pessoas de cor parda e negros, brancos, e amarelos, contudo, o indivíduo de cor parda foi o mais atingido no período de 2016 a 2020, frisamos que os dados não apresentam esta informação para o período que compreende a nossa análise, comprometendo a análise nesse sentido, contudo, projetamos que a maioria das vítimas dos homicídios sejam de pardos e negros. O gráfico 121 abaixo apresenta estas informações:

Gráfico 121: Cor das vítimas de homicídios em Altamira – 2016 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

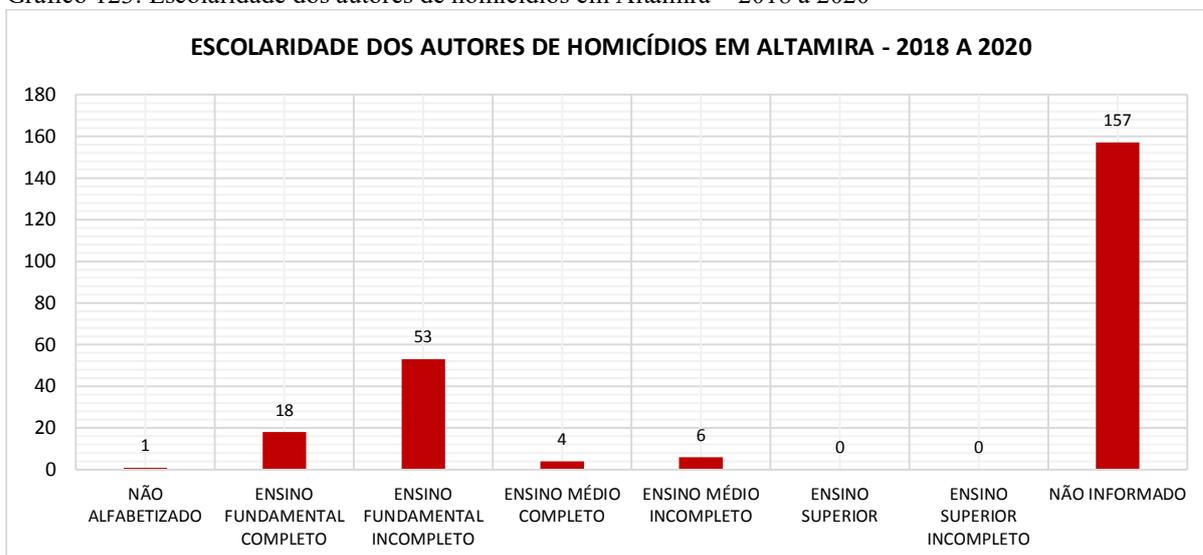
Sobre os indivíduos autores de homicídios em Altamira, a maioria dos envolvidos são homens, e também com baixa escolaridade, mulheres representam uma pequena parcela nas autorias dos crimes. Diante disso, há aí, uma relação social entre vítimas e autores, pois apresentam o mesmo perfil social, e isto explica um significativo fator de vulnerabilidade social para ambos os indivíduos, assim, o envolvimento com este tipo de crime é mais intenso para pessoas com baixo grau de instrução, contudo, frisamos que o nosso intuito não é generalizar estas informações e nem promover uma concepção discriminatória, porém, os dados nos revelam que estes indivíduos que apresentam estas características estão mais propensos a se envolverem em atividade ilícitas, do que os indivíduos que possuem um nível maior de escolaridade. Os gráficos 122 e 123 abaixo nos informam sobre o sexo dos autores e a escolaridade:

Gráfico 122: Quantidade total dos autores de homicídios por sexo em Altamira - 2015 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Gráfico 123: Escolaridade dos autores de homicídios em Altamira – 2018 a 2020



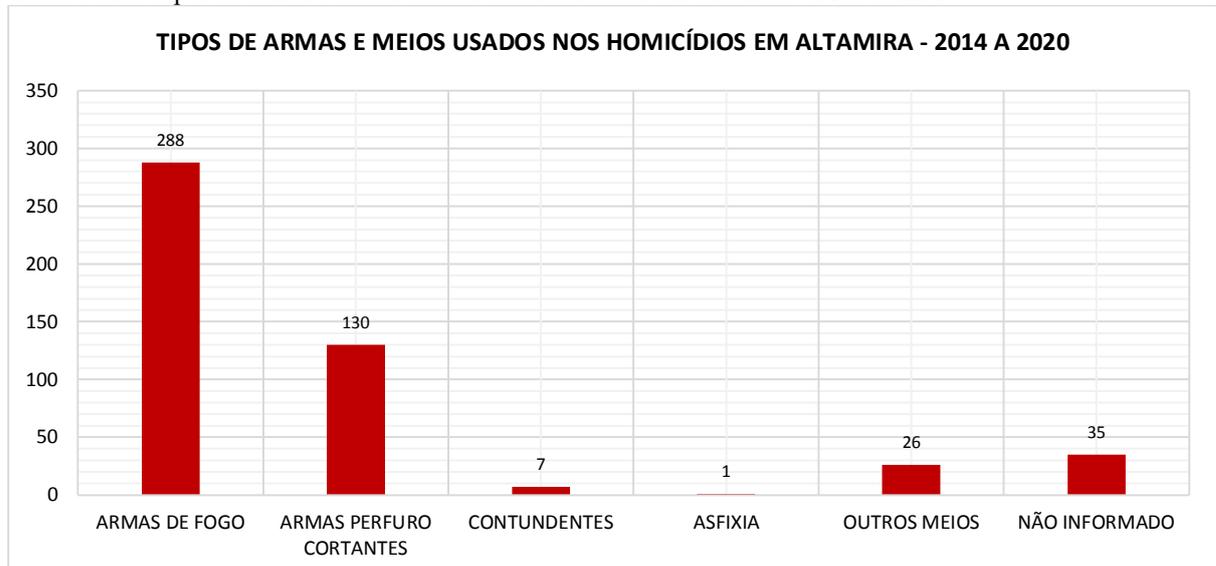
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os homicídios cometidos em Altamira entre 2010 a 2020, foram cometidos por diversos tipos de armamentos e meios, entre elas armas de fogo, armas perfuro cortantes e armas contundentes. A arma de fogo é o meio mais utilizado para a prática deste crime, e isto não é uma realidade só de Altamira, dados do IPEA (2021) nos mostram que 71% dos homicídios cometidos no Brasil, são cometidos por meio de armas de fogo, a explicação para isso, é que há uma grande circulação desse tipo de arma no país, muito adquiridas de forma ilegal, os estudos do IPEA ainda nos revelam que a região Norte e Nordeste, foram as regiões que mais alavancaram os homicídios por armas de fogo nos últimos 10 anos.

Contudo, é importante refletir sobre estes números, se há uma grande circulação de armas, sendo mais da metade armas ilegais no país, isto oportuniza ainda mais o aumento da violência letal, além disso, nos últimos anos cresceram a busca por este tipo de armamento, facilitado pela política de acesso as armas do governo federal a partir de 2019, nesse período, anterior a 2019, o país apresentava uma queda nos números de homicídios, que não se sustentou, os números de homicídios tornaram a crescer no país, segundo o IPEA, influenciados pela política de acesso as armas e uma maior circulação deste armamento no país.

Em Altamira, os dados do SIAC-SEGUP/PA, nos revelam que os homicídios cometidos por arma de fogo, compreendem cerca 44%, acreditamos que este número seja bem maior, pois os registros não revelam a completude das informações, os dados de homicídios só nos revelam estas informações a partir de 2014. O gráfico 124 abaixo nos mostra esses dados:

Gráfico 124: Tipos de armas e meios usados nos homicídios em Altamira - 2014 a 2020

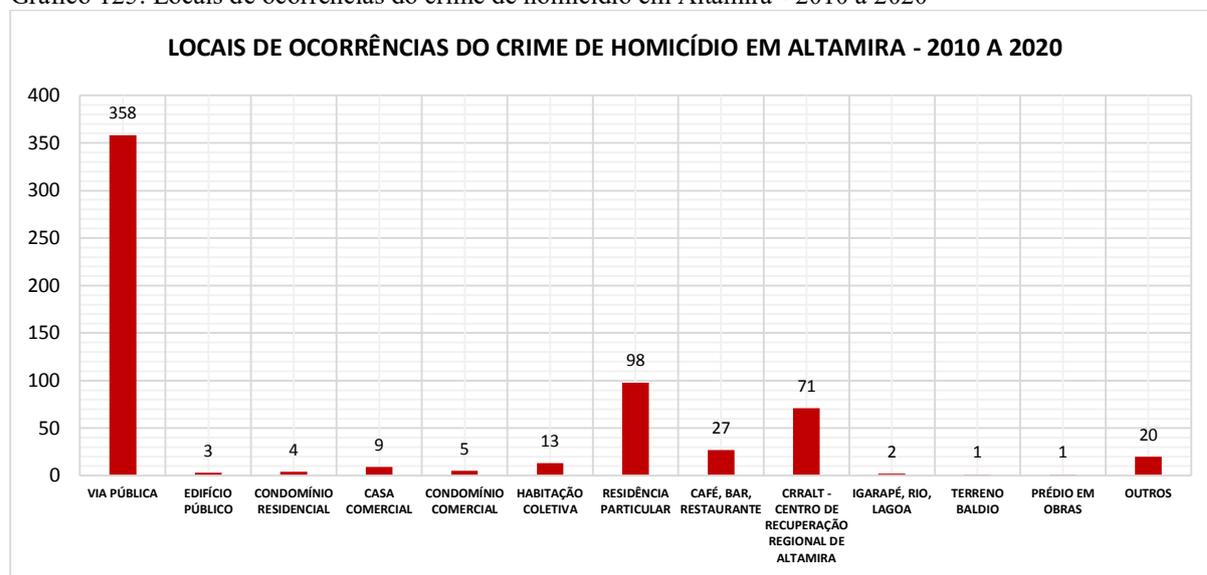


Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Desse modo, os homicídios em Altamira, encontram alguns padrões espaciais de relação/reprodução que podem explicar os usos destes armamentos. Assim, os homicídios cometidos por arma de fogo, tendem a ser realizados em sua grande maioria em via pública e em bares, o objetivo do uso deste armamento é permitir que a vítima não tenha tempo de reagir, geralmente os tiros são em pontos vitais como a cabeça e tórax, e após a vítima ser baleada nesses pontos, impedem que ela não tenha nenhum tipo de socorro imediato. Deste modo, os dados nos revelam que a maioria dos homicídios cometidos na zona urbana de Altamira, são realizados por arma de fogo e em vias públicas, além disso a via pública permite que o executor seja rápido e tenha uma fuga facilitada, sobretudo se a infraestrutura da via for precária.

O segundo local de maior ocorrência de homicídios em Altamira, estão relacionadas as residências particulares, o que denota um conflito nas relações próximas dos indivíduos, assim, o meio que tende a ser mais usado para a execução dos homicídios nestes locais, é através das armas perfuro cortantes e contundentes, atingindo em especial pessoas com mais de 29 anos, as mulheres também tendem a serem mais atingidas nesse ambiente. O gráfico 125 abaixo nos mostram os dados com os locais de ocorrência de homicídios entre os anos de 2010 a 2020:

Gráfico 125: Locais de ocorrências do crime de homicídio em Altamira - 2010 a 2020



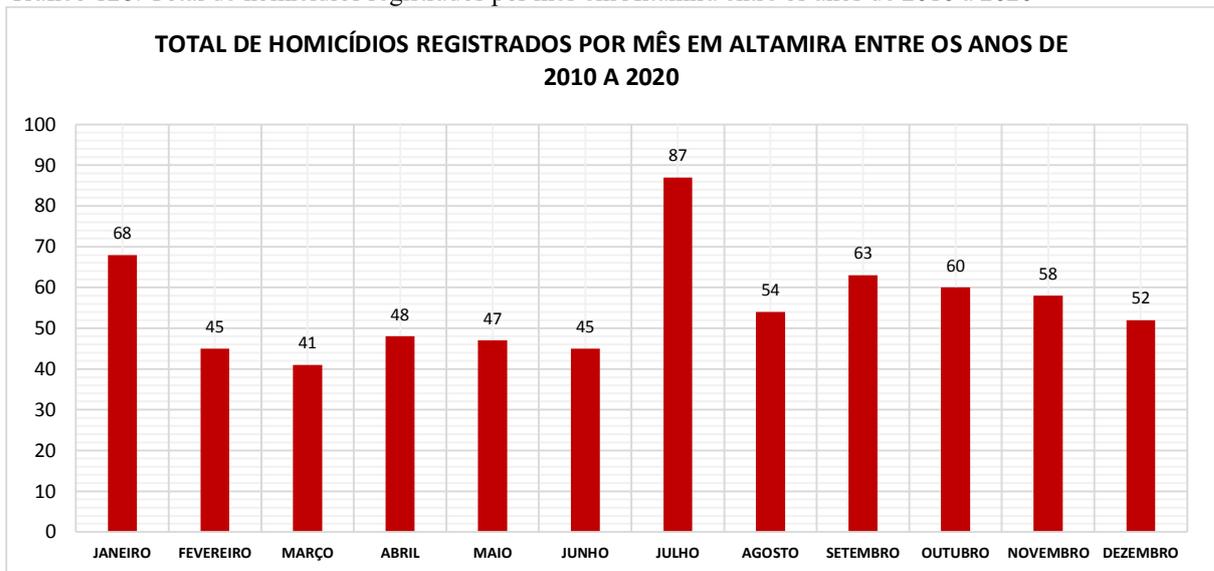
Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Os homicídios cometidos em Altamira apresentam também um padrão referentes aos períodos de maiores ocorrências durante o ano, entre os anos de 2010 a 2020, foi possível verificar que os 4 últimos meses do ano e o mês de Janeiro, são os meses que apresentam os maiores números de registros, contudo, há uma condição excepcional para o mês de Julho,

com os homicídios cometidos no presídio de Altamira em 2019, os registros colocaram o mês de Julho como o mais violento neste período, entretanto o evento ocorrido no presídio é uma condição excepcional, se o massacre tivesse sido evitado, o mês de Julho seria apresentado como o mês mais pacífico em Altamira com 25 homicídios registrados no período de 2010 a 2020.

Desse modo, o fim de ano em Altamira e o mês de Janeiro, apresentaram características de serem mais violentos, após Janeiro, verificamos que há um arrefecimento dos homicídios até o mês de Agosto, após esse período, podemos elencar que o fator sazonal do clima afeta a reprodução da violência nesse caso, onde as interações sociais são menores, vide o período chuvoso na Amazônia. Assim, constata-se que os homicídios são mais intensos no segundo semestre do ano, que é marcado pelo período seco do clima amazônico, nesse período há a ocorrência de uma maior interação social, o que tende a facilitar o encontro do executor com a vítima em potencial, do que no período chuvoso que acontece no primeiro semestre do ano. Deste modo, o gráfico 126 abaixo apresenta estas informações:

Gráfico 126: Total de homicídios registrados por mês em Altamira entre os anos de 2010 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

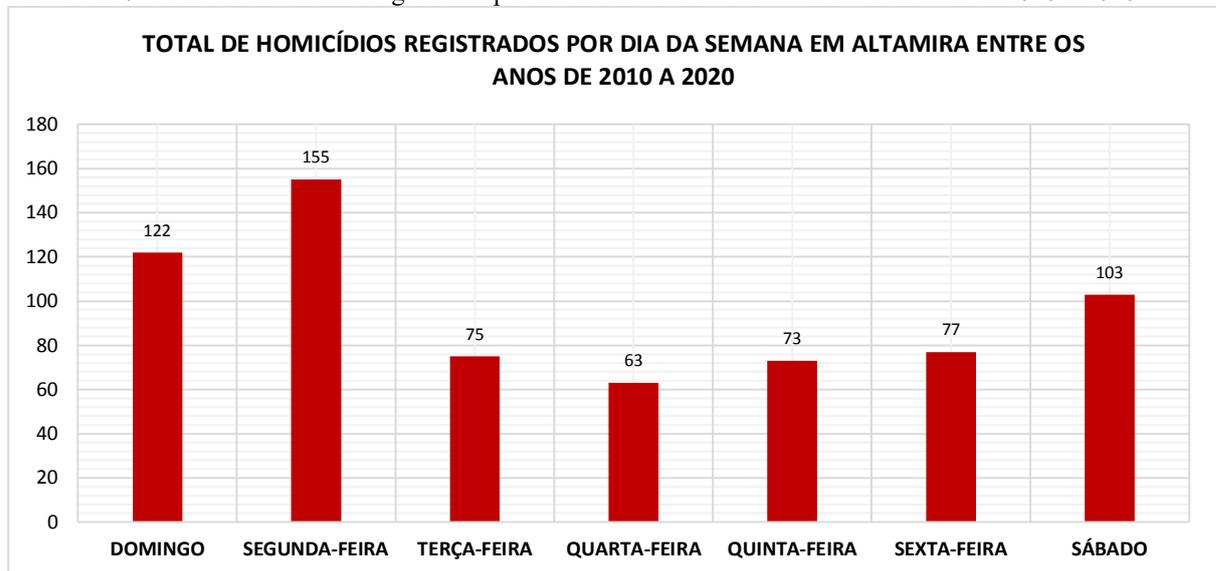
Outro fator que marca a intensidade de ocorrências dos homicídios em Altamira, tem a ver com os dias da semana e a hora em que mais ocorre este crime, os dados nos mostram que os fins de semanas e a segunda-feira são os dias de maiores violências ocorridas entre os anos de 2010 a 2020, os registros de homicídios indicam também que este crime acontece com mais intensidade no período noturno, entre as 18 horas e as 2 horas da madrugada.

Desse modo, os homicídios são mais propícios a acontecerem aos fins de semana, período da semana onde as relações sociais também são intensas e mais propensas aos

conflitos principalmente se estas se relacionam com o uso de álcool ou do consumo de drogas, estes dois fatores favorecem os conflitos interpessoais, e os conflitos por tráfico de drogas. Seguindo, às segundas-feiras também são marcadas por uma tendência de maior acometimento dos homicídios, que também podem ser explicados por ser um dia aonde as pessoas voltam as atividades que são realizadas durante a semana, como trabalho, estudo ou alguma outra atividade que coloque a potencial vítima em exposição.

Nota-se também que os dias do meio da semana, quartas-feiras e quintas-feiras, são os dias de menor violência letal em Altamira. O gráfico 127 abaixo nos mostra estas informações:

Gráfico 127: Total de homicídios registrados por dia da semana em Altamira entre os anos de 2010 a 2020



Fonte: SIAC-SEGUP/PA

Todos os dados levantados aqui neste capítulo, nos mostram a intensidade dos homicídios e suas correlações espaciais na zona urbana de Altamira. Os registros nos mostram qual são os perfis sociais dos indivíduos que são atingidos por esta violência, quais os tipos de armas usadas, os locais de maiores ocorrências, mês, dias da semana e horários em que há uma maior intensidade deste crime.

A tabulação dessas informações nos permitiram criar uma cartografia dos homicídios em Altamira, as análises a partir dos mapas elaborados por meio do Geoprocessamento, nos permitiram refletir sobre a disposição dos homicídios na zona urbana e identificar padrões de ocorrências, o que evidencia a importância dessa ferramenta na discussão dessa pesquisa. Além disso, neste capítulo pode-se evidenciar como a dinâmica de Belo Monte influencia na escalada da violência da zona urbana de Altamira.

Assim, no contexto da nossa pesquisa em Altamira, e os resultados das nossas análises, evidencia-se que a violência letal emergente no período de 2010 a 2020 é produzida por um acumulado de violência simbólico, estrutural e físico, reproduzido vorazmente a partir dos processos e problemas decorrentes da construção da UHE Belo Monte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender os fenômenos de violência no espaço urbano sempre vai ser um desafio para qualquer ciência devido ao seu caráter multifacetado, a violência assume inúmeras práticas, cada qual com seu grau de abrangência, seja maior ou seja menor. A violência pode estar em qualquer lugar, atingir a tudo e a todos, como Odalia (2012) reflete, há uma “democracia na violência”, todos em alguma fase da vida irão passar por algum tipo de violência, seja ela simbólica, psicológica ou física.

Além disso, no cotidiano da vida urbana, a violência tende a nos rodear quase que o tempo todo, e por mais que não sejamos atingidos de forma direta, ela estará lá, e é por isso que levantamos os muros das nossas casas, e isso vai muito mais além que ter privacidade no espaço aonde construímos as nossas relações mais íntimas, é construir um lugar seguro para que nos sintamos seguros diante de um mundo caótico.

A violência participa ainda, dos temores dos indivíduos habitantes do espaço urbano, ela tem a capacidade de regular o nosso modo de vida e comportamento, altera as estruturas físicas da cidade e estabelece condições para que os espaços da cidade, sejam cada vez mais fragmentados e excluídos, tornando a cidade um lugar de diferentes e complexos conflitos.

Contudo, a violência não acontece por um mero evento da causalidade, ela não surge do nada como se surgisse por um processo de “geração espontânea”, ela pode ser gerada por várias dinâmicas, condicionantes, processos, eventos e inúmeros meios, mas nunca de forma casual, daí o porquê ela se apresenta como um fenômeno produzido, complexo e multifacetado, dotado de formas e simbolismos, força e poder, que se manifestam conforme o tempo e o lugar de um determinado espaço, assumindo inúmeras características de acordo com as peculiaridades existentes, portanto, a violência tem um tempo e um espaço.

Desse modo, no âmbito da nossa pesquisa, a violência que emergiu entre os anos de 2010 a 2020 no espaço urbano de Altamira não é um mero evento da causalidade ou uma coincidência com as dinâmicas da região, ela é um fenômeno que encontrou forças de produção/reprodução no fator Belo Monte, é este evento que cria condicionantes para a escalada da violência na cidade. Portanto, o objetivo da pesquisa então, foi lançar-se ao

desafio de analisar a violência e a criminalidade, a partir da dinâmica espacial da cidade Altamira, condicionada com a construção da UHE Belo Monte.

A UHE Belo Monte surge como um evento pautado pela lógica capitalista de desenvolvimento, pautado ainda como um “mal necessário” para o desenvolvimento do país, mesmo que isto tenha custado à qualidade de vida de toda uma população atingida. Um modelo de desenvolvimento que é “reprisado” e reproduzido na Amazônia há anos, e que tem consequências sempre danosas ao meio ambiente e para a população das áreas de influência direta dessas grandes obras, é costumeiro das grandes obras na Amazônia, não apresentar uma preocupação com a população local, sobretudo com graves consequências sociais.

Posto isso, o desenvolvimento desta pesquisa possibilitou identificar condicionantes, fatores e processos que influenciaram na escalada da violência e da criminalidade em Altamira entre os anos de construção da obra de Belo Monte. Nossa discussão pautou-se em tratar e analisar os dados de homicídios de Altamira disponibilizados pelo SIAC-SEGUP/PA entre anos de 2010 a 2020, que nos permitiram identificar como se configura a distribuição geográfica dos crimes de homicídio no espaço urbano e elaborar uma cartografia dos homicídios entendendo assim os padrões e tendências de espacialização deste crime na zona urbana de Altamira através da geocodificação dos registros.

Através das discussões do trabalho e das análises dos registros, vimos que os cenários que se instalaram em Altamira a partir do momento que a obra começa a ganhar forças para sair do papel, e a partir do momento em que ela começa a ser construída, alteraram a dinâmica da cidade em vários espaços e setores. Estas alterações foram sentidas e refletidas de modo a tornar um caos, aquilo que já não tinha um equilíbrio garantido, como os setores da saúde, moradia, e, principalmente no setor da segurança pública que já atuava de modo saturado.

Todos os problemas decorrentes da obra de Belo Monte, o intenso fluxo populacional, o aumento do consumo de drogas, o aumento da violência, o aumento dos homicídios, a estagnação econômica pós-Belo Monte, o aumento do desemprego, as novas estruturas urbanas, e a chegada e conflitos entre facções criminosas no contexto urbano de Altamira, são fatores que combinados, tal qual uma bola de neve rolando e crescendo em meio a neve, contribuíram para a escalada da violência no decorrer dos anos, até o extremismo da violência que findou com o massacre do presídio em 2019.

Além disso, todos estes fatores caracterizaram e caracterizam uma ruptura da ordem existente local, que se refletiram e se refletem com consequências negativas, principalmente para a população impactada diretamente pela hidrelétrica, e para juventude local que são os

principais cooptados a integrar estes grupos criminosos, e são também os principais alvos dos homicídios em Altamira.

E são os homicídios que se sobressaem de todos os crimes que acontecem em Altamira, é um crime que não acaba com a vida de um indivíduo, é um crime que vai além disso, ele não finda com a morte, ele apresenta forças para seguir em frente, impactando de forma negativa, todas as relações das pessoas que são próximas as vítimas, e a consequência disso ou é mais violência sendo gerada, ou é um enclausuramento e um isolamento social agudo que incide na forma como estes indivíduos irão consumir e participar da cidade, que neste caso, tais consequências são reproduzidas de forma intensa, a primeira motivada pelo sentimento de impunidade e vingança, e a segunda motivada pelo sentimento de insegurança e medo.

Frisamos que após o ano de 2019, quando a cidade apresentou o seu ano mais violento provocado pelo massacre do presídio de Altamira e os conflitos entre facções, os números de homicídios seguiram em tendência de queda, em 2020 e 2021 os números foram os menores dos últimos anos, esperamos que esta seja uma tendência que deva se seguir pelos próximos anos, vide os investimentos em uma segurança pública mais inteligente. Contudo, a violência urbana se mostra como algo que é representado pela instabilidade, ela continuará tendo suas representações no espaço urbano de Altamira, porém, ela não é obra da causalidade, a violência urbana tem um tempo e um espaço, basta um evento em algum período futuro, parecido ou nos moldes da obra de Belo Monte, para que os efeitos da violência que vimos no período de construção da obra voltem com a mesma intensidade, e se tratando dessa região da Amazônia e do Xingu e todo os projetos previstos para a região, principalmente na Volta Grande do Xingu, poderemos ver novamente uma escalada da violência.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sergio. NERY, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 169-194, jan/abr 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4408> Acesso em: 10/01/2020

ADORNO, Sergio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.

ALMEIDA, Leidiane Souza; TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Território e violência urbana: os homicídios em Macapá- Amapá (2011-2015). In: *Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública / Clay Anderson Nunes Chagas, Denise Carla de Melo Vieira, Marcelle Peres da Silva, (organizadores)*. – 1. ed. – Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

ALVES, Luiz G.A.; RIBEIRO, Haroldo V.; RODRIGUES, Francisco A.. Crime prediction through urban metrics and statistical learning. *Physica A: Statistical Mechanics and its Applications*, [S.L.], v. 505, p. 435-443, set. 2018. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2018.03.084>. Acesso em: 21/05/2021.

ALVARENGA, D. P. D. Crime e criminalidade: distinção. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>> Acesso em 10/01/2020.

ARAUJO, Francisco Jean da Silva; FAÇANHA, Antonio Cardoso. GEOGRAFIA, PRÁTICA DOCENTE E VIOLÊNCIA URBANA. *Para Onde!?*, Porto Alegre, RS, v. 10, n. 1, p. 122-131, set. 2018. ISSN 1982-0003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/85662>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ARAUJO, Neiva Cristina de. MORET, Artur de Souza. Direitos Humanos e Hidrelétricas: Uma Análise dos Impactos Socioambientais e Econômicos Gerados em Rondônia. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v.13, n.26, p.167-194 Maio/Agosto de 2016 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v13i26.622>> Acesso em: 31/12/2019

ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução de André Macedo Duarte. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

AZEVEDO, Luis Cândido Braga de, CUNHA, Elenice Gonçalves. Os Reflexos da Violência Urbana na Perspectiva de Carreira de Gestores do Setor Financeiro: o Caso do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Curitiba. 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnGPR16.pdf>. Acesso em: 21/01/2019

BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. DOSSIÊ: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais No Brasil Em 2018. Associação Nacional De Travestis E Transexuais Do Brasil (ANTRA) Instituto Brasileiro Trans De Educação (IBTE).

BRASIL. Código penal. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941.. Rio de Janeiro, 9 dez. 1941. Lei de introdução do Código Penal (decreto-lei n. 2.848, de 7-12-940) e da Lei das Contravenções Penais (decreto-lei n. 3.688, de 3 outubro de 1941) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3914.htm Acesso em:15/04/2021

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de Agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm Acesso em: 10/02/2021

BATELLA, Wagner Barbosa. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais – 2005: contribuições da Geografia do Crime. Belo Horizonte, 2008.

BARROS, Alexandre Patrício Silva. VIEIRA, Denise Carla de Melo. CHAGA, Anderson Nunes Chagas. TERRITÓRIO, REDE E TRÁFICO DE DROGAS: Uma aproximação teórico-conceitual da atividade de comercialização de substâncias ilícitas na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto (UFPA), em Belém/PA. INTERESPAÇO - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. v.3, n.10 p.43-64. 2017.

BEATO FILHO, C. C. Crimes e cidades. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEATO FILHO, C. C. Políticas Públicas De Segurança e a Questão Policial. São Paulo Em Perspectiva, 13 - 1999.

BECKER, Bertha K. (2005), “Geopolítica da Amazônia”. Estudos Avançados, Vol. 19, nº 53, pp. 71-86.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. Rev. katálysis , Florianópolis, v. 11, n. 2, pág. 204-213, dezembro de 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802008000200006&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 12/04/2021.

BORDIN, Marcelo. Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

BRITO, Daniel Chaves de. SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. BARP, Wilson José. Violência e Segurança Pública: A Fadiga do Moderno Sistema de Controle Social. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2365&Itemid=171 Acesso em: 27/12/2019

BRIZZI, Carla Caldas Fontenele. A Globalização E Os Novo Paradigmas Do Direito Penal No Combate Ao Terrorismo. In: XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2007. Pp. 5099-5115. Disponível em:

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/carla_caldas_fontenele_brizzi.pdf Acesso em: 10/04/2021

BRANT, V. C. (1989). Ter medo em São Paulo. In: _____ (org.) São Paulo trabalhar e viver. São Paulo: Brasiliense/Comissão Justiça e Paz .

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CANO, Ignácio. Análise Territorial da Violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) / Ignacio Cano & Thais Duarte (coordenadores); Kryssia Ettl e Fernanda Novaes Cruz (pesquisadoras). - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 151p, 2012.

CARLYLE, R. Crime e Criminalidade. Revista JUS Navigandi.ISSN 1518-4862. Edição Maio de 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73811/crime-e-criminalidade> Acesso em: 10/04/2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas/SP: Papirus, 2008.

CCBM - CONSÓRCIO CONTRUTOR BELO MONTE. Lista de admissões em relação alfabética. Planilha: Excel, 2014.

CERQUEIRA, D. et al. Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo pacto nacional pela redução de homicídios. Brasília: Ipea, 2016. (Nota técnica, n. 18). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6518> Acesso em: 02/03/2021.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes et al. A produção do espaço e a formação de zonas de violência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate a criminalidade no município de Marituba – PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS BRASILEIRO, 17., 2012, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

CHAGAS, C. N. C. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na Região Metropolitana de Belém. in: Boletim Amazônico de Geografia. nº 1/v.1/ Jan.jun/2014.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Ensaio Ética e Violência. Revista Teoria e Debate, ano 11, n. 39, 1998. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>> Acesso em: 12/04/2021.

CLAVAL, Paul. A Revolução Pós-Funcionalista e as Concepções Atuais da Geografia in MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (orgs.), Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

CONTI, Thomas Victor. Armas, Guerras e Instituições: os Estados Unidos, 1840-1940. 2019. 1 recurso online (226 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Corrêa, R.L. (Org.) Geografia: Conceito e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. Editora Ática, São Paulo, 1995.
_____. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.

CRUZ, L.; SÁ, A. Aportes metodológicos ao estudo do crime e da violência no espaço urbano. Revista de Geografia (UFPE) V. 30, nº 3, 2013.

CRUZ, Luciana Maria da. Relações entre espaço, crime e percepção da violência: um estudo de caso em bairros do Recife / Luciana Maria da Cruz. – Recife: O autor, 2015.

DIAS, C. N.; CHAGAS, C. A. N.; Periferização e homicídio: Estudo sobre a espacialização da violência no Município de Ananindeua/PA. Anais VII CBG, Vitória. 2014, p.1-9.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. Trad. J. Rodrigues Meréje. São Paulo: Brasileira, 2007. 157p.

ELETROBRÁS. Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – RIMA Belo Monte. Brasília, 2009.

ENDLICH, A. M., & FERNANDES, P. H. C. (2014). Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, (pp. 5-10). Barcelona: Universidade de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Angela%20Maria%20Endlich%20revisado.pdf>
Acesso em: 15/05/2021

ENGEL, Cíntia Liara. Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios / Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015. 271 p.

ESTEVES, Alina Isabel Pereira. A Criminalidade na cidade de Lisboa: a geografia da insegurança. Lisboa: Edições Colibri, 1999. 214p.

GOMES, Pedro Ivo Jorge. Território, violência e tráfico de drogas ilícitas em Montes Claros/MG. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

FELIX, Sueli A. Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevância. Marília: Unesp Marília Publicações, 2002. 149p.

FELIX apud OLERIANO, Eliseu dos Santos; Espacialização da criminalidade em Viçosa – MG: mapeamento, reflexões e uso do SIG para o planejamento preventivo. 2007.53f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Artes e Humanidades. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. UNESP. 2008 Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf Acesso em: 15/01/2020

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência: Um Olhar Geográfico Sobre a Violência Urbana. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, p. 155-168, 2005.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência: Um Olhar Geográfico Sobre a Violência Urbana. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 5039-5056.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. R. Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987. 288 p.

FBSP. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil) (org.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. 14. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso: 13/04/2020

FRANCISCO FILHO, Lauro L. Distribuição Espacial da Violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento. 2004. 213p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro.

GIRALDIN, Raoni Machado. Entre Trânsitos e Consumos: A Presença dos Trabalhadores de Belo Monte em Altamira, Pa. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GOLDSTEIN, P. – “ The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework” Journal of drugs issues 14 . 1985

GOMES, Carlos Alberto Costa. Espaço Urbano e Criminalidade: Uma Breve Visão do Problema. In RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VII. Nº 11. Salvador, BA - Janeiro de 2005.

GOTTMANN, Jean. The significance of territory. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e mult/ transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 200.

HARRIES, Keith; Mapping Crime : Principle and Practice. Dezembro 1999. U.S Department of Justice. Office Of Justice Programs. National Institute of Justice.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, 2010. Disponível em: <https://perguntasapo.files.wordpress.com/2010/06/23439650-278-col-os-pensadores-hobbes-leviata.pdf> Acesso em: 10/04/2021

LIMA, Samuel do Carmo. Território e Promoção da saúde: perspectivas para a atenção primária à saúde. Jundiaí- SP: Paco editorial, 2016.

LIRA, Pablo Silva. Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas / Pablo Silva Lira. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2017.

LIRA, Pablo. RODRIGUES, Viviane Mozine. ANDRADE, Adorisio Leal. Geografia do crime, urbanização e desenvolvimento humano: análise espacial nos municípios do Estado do Espírito Santo. In Geografia da Violência – Produção do Espaço, Território e Segurança Pública. GAPTA, 374p. 2018.

LEE, M. T.; MARTINEZ JR, R.; ROSENFELD, R. Does Immigration Increase Homicide? The Sociological Quarterly, v. 42, n. 4, p. 559-580, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LETURCQ, Guillaume. Diferenças e Similaridades de Impactos das Hidrelétricas entre o Sul e o Norte do Brasil. Ambiente & Sociedade [online]. 2016, v. 19, n. 2 [Acessado 22 Dezembro 2021], pp. 265-286. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0254R1V1922016>>. ISSN 1809-4422. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0254R1V1922016>.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Interações Entre Violência e Cidades: Em Busca de uma Definição de Violência Urbana. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, v.1, p.83-98, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3289> Acesso em: 07/04/2021

MANSO, Bruno P; DIAS, Camila N. A guerra - ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINELLI, Marcelo. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINELLI, Marcelo. Gráficos e mapas: construa-os você mesmo. São Paulo: Moderna, 1998, 120 p.

MASSENA, Rosa Maria Ramalho. Distribuição espacial da criminalidade violenta na região metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v.48, n.3, p.285-330, jul./set., 1986.

MELGACO, Lucas de Melo. A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas - SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-20032006-175842. Acesso em: 10/08/2020

MELGAÇO, Luca de Melo. Securitização urbana: Da psicofera do medo à tecnofera da segurança. São Paulo: Edusp, 2010.

MELLO JORGE, M.H.P.de.; GAWRYSZEWSKI, V.P.; LATORRE, M.do R. de O.; Análise dos dados de mortalidade. Revista Saúde Pública, São Paulo, vol.4, n.31, p.5-25, 1997.

MELO, Valdir. Crime Organizado: Uma Concepção Introdutória. Texto para discussão, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 2121, ISSN 1415-4765, agosto, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1895-td2121.pdf> Acesso em: 01/05/2021

MICHAUD, Y. A violência. Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MISSE, Michel. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Estudos Avançados 33 (96), 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-23.pdf> Acesso em: 21/01/2020

MISSE, M. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, 1999.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2006.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana : o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência / José Queiroz de Miranda Neto. - Presidente Prudente: [s.n], 2016.370 f. : il.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Segurança Pública. In: Leonardo Brasil Bueno; Beatris Camila Duqueviz; Ernesto Gomes Imbroisi; Fernanda M. Lages Ribeiro; José Leonídio de Sousa Santos; Mayalu Matos (organizadores). Saúde e Segurança Pública: desafios em territórios marcados pela violência. Rio de Janeiro: Cooperação Social/Fiocruz, 2015. p. 15

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde. Maria Cecília de Souza Minayo. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p.

MINAYO, M. C. S. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cad. Saúde Pública [online], v. 10, suppl. 1, pp. S7-S18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro , v.4, n.3, p.513-531, Nov.1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701997000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/04/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, v.4, n.1, p.7-32, 1999.

MORAIS, Regis de. O que é violência urbana. São Paulo: Brasiliense, 1981. 113p. (Primeiros passos).

MOREIRA, Ruy. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos rumos da Geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOREIRA, R.P; HERRERA, J.A.; A Expansão do Capital por Grandes Projetos: Desafios ao Ordenamento do Território no Município de Altamira-Pará. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Disponível em: < <http://www.revistageonorte.ufam.edu.br>> Acesso: 30/08/2018

MELO, Silas Nogueira. Geografia do crime: análise espacial da criminalidade no município de Campinas-SP. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2017.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do; CASTRO, Edna Maria Ramos de; CORRÊA, Simy de Almeida. A Violência em Belo Monte: um espaço vazio de direito. 39º Encontro Anual da Anpocs. GT07 - Conflitos ambientais, estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos. 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt07/9503-a-violencia-em-belo-monte-um-espaco-vazio-de-direito/file> Acesso em: 12/11/2019

NORTE ENERGIA S.A. Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. 2011.

NERY, Marcelo Batista; ADORNO, Sérgio. O Movimento da Criminalidade em São Paulo: Um Recorte Temático e Bibliográfico. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, n. 76, 2015, pp. 5-32. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/o-movimento-da-criminalidade-em-sao-paulo-um-recortetematico-e-bibliografico/> Acesso em: 15/03/2020

ODALIA, N. O que é violência. 6 edção. São Paulo: Brasiliense, 2012.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Belo Monte. Boom populacional, desemprego, tráfico e exploração sexual. Entrevista especial com Assis Oliveira. Entrevista concedida a Patricia

Fachin. Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo - RS. 8 Maio de 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567337-boom-populacional-desemprego-traffic-e-exploracao-sexual-algumas-consequencias-da-construcao-de-belo-monte-entrevista-especial-com-assis-oliveira> Acesso em: 10/02/2020

OLIVEIRA, Assis Costa. Violência Social e Belo Monte: O Dito e o Não Dito nas Condições. In Dossiê Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação: Instituto Socioambiental. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/dossie_belo_monte Acesso em: 16/12/2019

OLERIANO, Eliseu dos Santos. Monografia. Espacialização da criminalidade em Viçosa-MG mapeamento, reflexões e uso do SIG para o planejamento preventivo. Viçosa-MG, 2007.

Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS; 2002. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf> Acesso em: 07/04/2021

PEDRAZZINI, Yves. A Violência das Cidades. Tradução: Gisele Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 188p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência urbana. São Paulo: Publifolha, 2003.

POHLMANN, Patricia. PICCININI, Livia Salomão. FILHO, Luiz Carlos Pinto Silva. CAMPOS, Heleniza Ávila. Ensaio sobre território: integração de territorialidades para a construção do lugar. In 1º Congresso Internacional Espaço Públicos, 206 Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305490050> Acesso em: 10/12/2019

QUEIROZ, Ivan da Silva. LACERDA, Norma. Do Espaço Urbano Sob a Égide do Medo à Cidade que Medra: representações sociais e práticas cotidianas num ambiente marcado pelo medo da violência urbana. In XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/624.pdf> Acesso em: 19/04/2021

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REBELO, J. Violência e criminalidade: uma perspectiva da realidade Cabo-verdiana. Praia, 2015.

REIS, João Francisco Garcia. SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. Amazônia: A Hidrelétrica de Belo Monte e Seus Efeitos na Segurança Pública. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social-Vol 9- no 2 – MAI-AGO 2016 – pp215-230. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7730/6383>. Acesso em: 12/07/2019

RODRIGUES SOUZA, Natalli Adriane. Violência Em Jataí: Uma Análise dos Homicídios no Período de 2013 A 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Uniddes Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2019.

ROSA, Aline Hubaide. A geografia do crime: territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e no consumo de drogas na cidade de Catalão (GO) / - 2015. 124 f.

QUEIROZ, I. S.; Espacialidades do medo em Fortaleza: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano da capital cearense. Revista da Casa de Geografia de Sobral. Vol.2. n.1, 2001.

SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. Aletheia, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942006000300009&lg=pt&nrm=iso Acesso em 08/04/2021

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim

Paulista de Geografia, São Paulo, nº 54, p. 81-99, jun. 1977.

_____. Espaço e método. São Paulo: Hucitec, 1985

. _____ . A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4 Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

. _____ . Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2012.

. _____ . Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 – (Coleção Milton Santos; 2)

. _____ . Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 8 ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

. _____ . Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria L. Território, Globalização e Fragmentação. 5ª ed. SP: Hucitec Anpuz, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A; SILVEIRA, Maria L. Território, Globalização e Fragmentação. 4ª ed. SP: Hucitec Anpuz, 1994.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. Criminalidade Violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia-MG / 2012. 420 f.: il.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. pp. 09-15.

SAQUET, M.A. A abordagem e concepções de território. 3 ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marco Aurelio; SILVA, Sueli Santos. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1>
Acesso em: 10/02/2020

SEVÁ FILHO, A. O. (Org.) Tenotãmõ: alertas sobre as consequências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu. São Paulo: IRN – International Rivers Network, 2005.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Território, rede e desenvolvimento regional. In: Territórios, redes e desenvolvimento regional: perspectivas e desafios / Rogério Leandro Lima da Silveira e Ângela Cristina Trevisan Felippi (orgs.). Florianópolis: Insular, 2018

SINISGALLI, Paulo Antonio Almeida. Valoração dos danos ambientais de hidrelétricas: estudos de caso. Unpublished PhD Thesis, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brazil, 2005.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

SOARES, A. M. de C. Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira. Sinais, 2016. 92-108 p. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/13254/9739> Acesso em 15/01/2020

SOARES, A.M. de C. O acúmulo da violência e da criminalidade na sociedade brasileira e a corrosão dos direitos humanos. | Bauru, v. 2, n. 3, p. 161-189, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/214/106> Acesso em: 15/01/2020

SOUZA, Luiz H. de F; SANTOS, Márcia A.F.e ROSA, Roberto. Mapeamento de homicídios em Uberlândia/MG entre 1999 e 2002 utilizando o software Arcview. Caminhos da Geografia – revista on line, nr 14, p 27 – 45, fev. 2005. Uberlândia: Instituto de Geografia da UFU. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html. Acesso em: 11/07/2019

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.): Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192 p.

_____. SOUZA, Marcelo Lopes de Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M.P. A Instituição Escolar e a Violência. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, N.1004, 58-75, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/717/733> Acesso em: 10/04/2021

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global study on homicide 2019: Homicide trends, patterns and criminal justice response. Viena: UNODC, 2019. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf> Acesso em: 10/05/2021

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; COSTA, Arthur. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.) Brasília: dimensões da violência urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p.33-56.

VIERA, D. C. M; BORGES, R.H.M; SANTOS, C.da S; CHAGAS, C.A.N. Território, Criminalidade e Violência: Uma Análise dos Homicídios na 4ª e 5ª AISP, Belém-Pará. Boletim Amazônico de Geografia (ISSN: 2358-7040 - on line), Belém, v. 03, n. 05, p. 152-174. jan./jun. 2016.

VIERA, D. C. M; SANTOS, C. da S; CHAGAS, C.A.N. Território e produção desigual do espaço urbano: uma análise cartográfica da territorialização da violência. Boletim Amazônico de Geografia (ISSN: 2358-7040 - on line), Belém, v. 01, n. 02, p. 161-180, jul./dez. 2014.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência. Anatomia dos Homicídios no Brasil. 2010. Brasília: Instituto Sangari, RITLA, Ministério da Justiça, 2008.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, Set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000300002&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 28/01/2021.

ZANOTELLI, C. L. Elementos para compreender os territórios do crime e as paisagens da violência da Aglomeração de Vitória – Espírito Santo/Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. Anais... Santiago de Chile: Media Graphics, 2001.